

José Manuel Pereira Martins

**A Educação de Adultos e o Desenvolvimento Local no
contexto da Nova Museologia: O caso do Museu Agrícola de
Riachos**

Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local,
apresentada ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de
Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Constituição do júri

Presidente: Prof.^a Doutor(a) Lucília Maria Cardoso Salgado Mexia Alves

Arguente: Prof.^a. Doutor(a) Maria de Fátima Fernandes das Neves

Orientador: Prof. Doutor Nuno Manuel dos Santos Carvalho

Data da realização da Prova Pública: 27 de Novembro de 2014

Classificação: Excelente (19)

Agradecimentos

- À Escola Superior de Educação de Coimbra (nomeadamente ao seu Presidente, Rui Mendes, meu conterrâneo): sem o seu acolhimento e abraço, este trabalho não teria aceitação.
- Aos meus doutos Professores (nomeadamente ao Orientador, Nuno Carvalho): sem os seus ensinamentos e mister, este trabalho não teria criação.
- Aos directores da Associação para a Defesa do Património Histórico e Cultural da Região de Riachos (nomeadamente a Carlos Trincão Marques): sem o seu aval e abertura, este trabalho não teria autorização.
- Ao Director do Museu, Luís Mota Figueira, sem o seu incentivo e franqueza, este trabalho não teria investigação.
- À co-Directora do Museu, Mafalda Luz: sem a sua ajuda e amizade, este trabalho não teria inspiração.
- Aos artífices, colaboradores e zeladores do Museu (nomeadamente Manuel Carvalho Simões, José Pestana, Feliciano Dias, José Mendes, José Fernandes, Fátima Lima, mais suas companheiras de artesanato; e a todos os outros voluntários): sem o seu saber e paciência, este trabalho não teria colaboração.
- Aos investigadores e autores sobre Riachos (nomeadamente Chora Barroso, José Marques, Fernando Cunha, Luís Martins, Manuel Carvalho, Fernando Maria, José Gonçalves, João Lopes, Carlos Nuno, José Luís Jacinto, Carlos Tomé, Manuel Lopes e outros): sem os seus escritos e opiniões, este trabalho não teria sustentação.
- Aos amigos riachenses (nomeadamente Joaquim Santana, Francisco Marques e José Alberto Pereira): sem as suas memórias e arte, este trabalho não teria comprovação.
- À minha Família (nomeadamente, o meu Avô Martins, o Mestre Valador, e o meu Pai, um Grande Ceifeiro): sem a sua aura e exemplo, este trabalho não teria iluminação.
- À minha terra, Riachos e suas gentes (fundamentalmente a todos os que fizeram e fazem o jornal “o riachense” e aos que colaboraram na investigação): sem o seu labor e rasto, este trabalho não teria fundamentação.

Mas, especialmente:

- Aos meus Filhos, Samuel, Carolina e Afonso: sem o horizonte de esperança que eles marcam, este trabalho não teria motivação!
- À minha Mulher, Helena: sem o que abdicou de mim, mas permanecendo comigo, preocupada mas confiante, cansada mas compreensiva, este trabalho não teria coração!
- A Deus, em Quem tenho Fé e deposito a minha esperança diária: sem a Sua Companhia, este trabalho não teria oração!

Título da Dissertação de Mestrado: A Educação de Adultos e o Desenvolvimento Local no contexto da Nova Museologia: O caso do Museu Agrícola de Riachos

Resumo: A Educação de Adultos, o Desenvolvimento Local e a Nova Museologia, têm sido, nos últimos anos, dos mais destacados assuntos de ordem académica, política, cultural e social, nomeadamente no espaço comunitário europeu, tornando-se paradigmas da tentativa de melhoria da sociedade, em geral, e do adulto em particular. O objectivo deste trabalho é, pois, estudar um museu inserido nesta nova corrente, o Museu Agrícola de Riachos, a fim de identificar nele actuação e oferta de serviços no âmbito da Educação de Adultos e do Desenvolvimento Local.

Com sustentação na literatura conveniente, revisitando orientações e postulados de autores consagrados, aqui se põe em relevo algum do pensamento humano que estudou as três realidades e deixou vias de conhecimento que demonstram ser possível uma profícua e eficaz inter-relação entre elas.

A identificação do campo empírico como um estudo de caso, determinou uma investigação de cariz misto, mas maioritariamente qualitativo, originou a escolha de metodologias de investigação compreensivas, nomeadamente a postura de investigador-participante, bem como a recolha e análise documental, o lançamento de questionários e a análise de conteúdo. Além disso, foram também utilizados recursos de natureza quantitativa para complemento do estudo analítico.

Concluiu-se que há uma relação estreita entre a Museologia e o binómio Educação de Adultos/Desenvolvimento local, que, no caso deste Museu Agrícola de Riachos, se verifica especialmente na aprendizagem informal ao longo da vida, com envolvimento permanente de voluntários e artesãos e pela grande ligação à estrutura associativa da terra e ao mundo da arte, enquanto potenciadora do turismo cultural.

Palavras-chave: Nova Museologia; Educação de Adultos; Desenvolvimento Local;

Title: Adult Education and Local Development in the context of the New Museology: the case of the Agricultural Museum of Riachos

Abstract: The Adult Education, Local Development and the New Museology, have been, in recent years, the most prominent issues of academic, political, cultural and social, including the European Community area, becoming paradigms of the attempt of society improvement, in general, and of the adult, in particular. The aim of this work is therefore to study a museum linked to this new current, the Agricultural Museum of Riachos, in order to identify activities and offering services on it, under the Adult Education and Local Development.

With appropriate support in the literature, revisiting guidelines and postulates of renowned authors, here are some the highlights of some human thought that studied the three realities and left pathways of knowledge that can prove to be a useful and effective inter-relationship between them.

The identification of the empirical field as a case study for an investigation of mixed nature, but mostly qualitative, originated the choice of comprehensive research methodologies, namely the position of researcher-participant, and the collection and analysis of documents, launching questionnaires and content analysis. In addition, resources were also used to complement the quantitative analytical study.

It was concluded that there is a close relationship between museology and the binomial Adult Education / Local Development, which in the case of this museum, occurs particularly the case in informal lifelong learning, with continued involvement of volunteers and craftsmen and the great link to the associative structure of the village and the world of the art, as a provider of cultural tourism.

Keywords: New Museology, Adult Education, Local Development

Sumário

1.ª PARTE: PROBLEMÁTICA	1
INTRODUÇÃO	3
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	11
1.1. Sobre o Desenvolvimento: do genérico ao local	13
1.1.1. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Sustentável: duas abordagens, única realidade	17
1.1.2. O Associativismo e a sua relação com o Desenvolvimento Local.....	18
1.2. Educação de Adultos e Educação ao Longo da Vida	23
1.2.1. Sabedoria, Experiência e Aprendizagem	23
1.2.2. A Aprendizagem ao Longo da Vida e a Educação de Adultos	30
1.2.3. Educação Formal, Não-Formal e Informal: os contextos da aprendizagem	34
1.3. O binómio Desenvolvimento Local-Educação de Adultos	40
1.4. Nova Museologia, Desenvolvimento Local e Educação de Adultos.....	47
1.4.1. O que é a Nova Museologia.....	53
1.4.2. A relação entre Nova Museologia e Desenvolvimento Local	58
1.4.3. A Relação entre a Nova Museologia e a Educação	64
1.5. O Património e a sua relação com o Desenvolvimento Local e a Educação de Adultos.....	75
1.5.2. Património e Desenvolvimento Local.....	80
1.5.3. Património e Educação de Adultos	81
2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA	83
2.1. Objectivos e Questões orientadoras.....	85
2.2. Metodologia.....	86
2.ª PARTE: INVESTIGAÇÃO	101
3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO	103
3.1. A Vila e Freguesia de Riachos.	105
3.1.1. A terra e a razão de ser da existência de um museu.....	105
3.1.2. Localização.....	106
3.1.3. Território e Toponímica	107

3.1.4.	Origens e antiguidade.....	109
3.1.5.	Demografia.....	110
3.1.6.	Economia.....	112
3.1.7.	Ensino.....	115
3.1.8.	Património	116
3.1.9.	Associativismo	118
3.2.	O Museu Agrícola de Riachos.....	126
3.2.1.	Evolução Histórica e Actividade geral do Museu	126
3.2.2.	Localização	133
3.2.3.	Orgânica.....	134
3.2.4.	Infraestrutura e colecção	141
3.2.5.	Operação e Serviços.....	148
4.	O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA ACTIVIDADE DO MAR	159
4.1.	Actividade: sua relação com a Educação de Adultos e o Desenvolvimento Local	161
4.1.1.	Percepção <i>versus</i> realidade	174
4.2.	Visitas: um aferidor da relação Museu / Educação de Adultos / Desenvolvimento Local.....	187
4.2.1.	As ocorrências.....	187
4.3.	Análise SWOT e Factor Crítico de Sucesso.....	201
4.3.1.	Matriz de análise SWOT.....	202
4.3.2.	Factor Crítico de Sucesso	207
5.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO	211
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219
	ANEXO A.....	239
	ANEXO B	245
	ANEXO C	253
	ANEXO D	259
	ANEXO E	263
	ANEXO F	269
	ANEXO G.....	277

ANEXO H	285
ANEXO I.....	299
ANEXO J	Erro! Marcador não definido.
ANEXO K.....	Erro! Marcador não definido.
ANEXO L	Erro! Marcador não definido.
ANEXO M	Erro! Marcador não definido.

Abreviaturas

A1 – Auto-Estrada n.º 1

A23 – Auto-Estrada n.º 23

A.C. – “Antes de Cristo”

ADPHNR – Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural de Riachos

ADPHNRR – Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural da Região de Riachos

ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida

ANQ – Agência Nacional para a Qualificação

C+S – Ciclo e Secundário (ensino)

CSF – Critical Success Factor

CP – Companhia Caminhos de Ferro Portugueses

DL – Desenvolvimento Local

EA – Educação de Adultos

EB 2-3 – Ensino Básico dos 2.º e 3.º Ciclos

EREBAS – Escola de Referência de Ensino Bilingue de Alunos Surdos

ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudoeste

FOFA (Análise) – Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças

ICOM – International Council of Museums (Conselho Internacional dos Museus)

IDL – Iniciativas de Desenvolvimento Local

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISCTE – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa

LEADER – Liaisons Entre Actions de Développement de l'Economie Rurale

(Ligações Entre Actividades de Desenvolvimento de Economia Rural)

MAR – Museu Agrícola de Riachos

NAR – Núcleo de Artes de Riachos

NATO – North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

SEC – Secretary-general of European Commission (Secretariado-geral da União Europeia)

SIDA – Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida

SWOT (Analysis) – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threatnesses

UK – United Kingdom (Reino Unido)

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
(Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

USA – United States of America (Estados Unidos da América)

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

VIH – Vírus da Imuno-deficiência Humana

Tabelas

Tabela 1: Diferenciação entre Museologia Tradicional e Nova Museologia.....	54
Tabela 2: Diferenciação entre Museu Clássico e Museu de Desenvolvimento da Comunidade	54
Tabela 3: Quadro operacionalizador da Metodologia.....	96
Tabela 4: Evolução do número de habitantes de Riachos.....	111
Tabela 5: Número de habitantes por concelho da “Borda D’Água” (antigo Ribatejo).	112
Tabela 6: Distribuição da população empregada por sector de actividade na Freguesia de Riachos (%):.....	114
Tabela 7: Movimento associativo actual na Freguesia de Riachos.....	120
Tabela 8: Escala acerca do facto do Museu Agrícola não cobrar bilhetes	150
Tabela 9: Eventos e actividades do MAR ao longo dos anos, por categorias.....	161
Tabela 10: Espaços e capacidades no MAR aberto sucessivamente ao longo dos anos	162
Tabela 11: Conjunto de todos os acontecimentos em que o MAR interveio, consoante os diversos tipos (excluem-se as visitas propriamente ditas)	163
Tabela 12: Distribuição percentual, pelos diversos tipos de actividades, dos factos ocorridos com incidência especificamente em EA (3.4.1., 3.4.23).....	175
Tabela 13: Características constantes no inquérito, que relacionam o papel do MAR na qualidade de vida dos adultos (idosos ou não) retirados da vida activa (mercado de trabalho) 3.4.7., 3.4.8, 3.4.9, 3.4.10)	177
Tabela 14: Distribuição percentual, pelos diversos tipos de actividades, dos factos ocorridos com incidência especificamente em EA (3.4.12, 3.4.13, 3.4.16, 3.4.18, 3.4.25)	181
Tabela 15: Resultados percentuais, em termos de valores da escala do inquérito, relativos às características relacionadas com o papel do MAR enquanto agente facilitador de novas e permanentes aprendizagens (3.4.12., 3.4.13, 3.4.16, 3.4.18, 3.4.25)	182
Tabela 16: Características constantes no inquérito que relacionam o MAR com a preservação/intervenção sobre o Património 3.4.6., 3.4.22, 3.4.24)	182
Tabela 17: Resultados percentuais, em termos de valores da escala do inquérito, relativos às características relacionadas com o papel do MAR enquanto instituição que preserva o património histórico e cultural riachense (3.4.6., 3.4.22, 3.4.24)	183
Tabela 18: Características constantes no inquérito que relacionam o MAR com a sua intervenção e capacidade comunicacional	183

Tabela 19: Características constantes no inquérito que dizem respeito às situações que ligam o MAR a questões económicas, com eventual reflexo no âmbito do DL. (3.4.5, 3.4.11. 3.4.17).....	185
Tabela 20: Expressão geral, do grau de desconfiança dos inquiridos relativamente às situações que ligam o MAR a questões económicas, com eventual reflexo no âmbito do DL.	185
Tabela 21: Visitantes dos estabelecimentos de ensino na última década.	189
Tabela 22: Questões relativas ao impacte das visitas/visitantes do MAR em termos de DL.	194
Tabela 23: Ocupações/actividades/situação profissional identificáveis no conjunto dos visitantes maiores de 18 anos cujos comentários/testemunhos/opiniões foram analisadas neste trabalho.....	196
Tabela 24: Origem (nacional) identificável no conjunto dos visitantes maiores de 18 anos cujos comentários/testemunhos/opiniões foram analisadas neste trabalho.	197
Tabela 25: Origem (internacional) identificável no conjunto dos visitantes maiores de 18 anos cujos comentários/testemunhos/opiniões foram analisadas neste trabalho.....	197
Tabela 26: Ideias-força identificáveis no conjunto dos comentários/testemunhos/opiniões analisadas neste trabalho, legados pelos visitantes maiores de 18 anos.....	198
Tabela 27: Palavras ou expressões simples de índole desfavorável.....	199
Tabela 28: As palavras ou expressões singulares identificáveis no conjunto dos comentários/testemunhos/opiniões analisadas neste trabalho, legados pelos visitantes maiores de 18 anos.	200
Tabela 29: Análise SWOT ajustada à realidade institucional do Museu e aos resultados da investigação.....	202

Figuras

Figura 1: Distribuição dos inquéritos validados pelos escalões etários dos respondentes	92
Figura 2: Distribuição dos respondentes validados pela área de residência.....	93
Figura 3: Distribuição pelas regiões do País respondentes residentes fora do Concelho de Torres Novas	93
Figura 4: Distribuição pelo resto do Mundo dos respondentes residentes fora de Portugal...	94
Figura 5: Distribuição pelo resto do Mundo dos respondentes residentes fora de Portugal...	94

Figura 6: Modo como o respondente conheceu ou pensa vir a conhecer o museu	95
Figura 7: Pintura que representa a vila de Riachos. Autor: José Alberto Pereira, artista plástico riachense. (Técnica: desenho a Namquim sobre madeira pintada a acrílico branco)	106
Figura 8: Localização de Riachos	107
Figura 9: Localização do Museu Agrícola de Riachos	134
Figura 10: Organigrama Funcional do Museu Agrícola de Riachos (não oficial; concepção do autor)	141
Figura 11: Planta e Estrutura Actual do Museu (criada pelo autor, a partir do manuscrito original à escala de 1/100, elaborado pelo Director do MAR, Dr. Luís Mota Figueira).....	142
Figura 12: Opinião dos Inquiridos acerca do horário praticado pelo MAR. Expressão dos resultados (em %)	149
Figura 13: Expressão dos resultados (em %)	150
Figura 14: (2 gráficos) Expressão dos resultados (em %) acerca da qualidade dos serviços prestados (Atendimento e Informações sobre a colecção)	153
Figura 15: Expressão dos resultados (em %) acerca da qualidade dos serviços prestados (Informações sobre a organização do Museu).	153
Figura 16; Expressão dos resultados (em %) acerca da eficácia comunicacional da sinalética do material exposto.	154
Figura 17: (3 gráficos) Expressão dos resultados (em %) acerca da qualidade dos serviços prestados (Acessos e Mobilidade, Iluminação, Limpeza e Segurança e Tranquilidade no Museu).	155
Figura 18: : Expressão dos resultados (em %) acerca da qualidade dos serviços prestados (Segurança e Tranquilidade no Museu).	156
Figura 19: Distribuição dos 360 factos arrolados, ocorridos no museu, pelas quatro áreas com que se identificam	169
Figura 20: Distribuição percentual, pelos diversos tipos de actividades, dos factos ocorridos com incidência em EA e DL em conjunto	170
Figura 21: Distribuição percentual, pelos diversos tipos de actividades, dos factos ocorridos com incidência especificamente em DL	171
Figura 22: Distribuição percentual, pelos diversos tipos de actividades, dos factos ocorridos com incidência especificamente em EA	172

Figura 23: Distribuição percentual, pelos três âmbitos de aprendizagem, dos factos ocorridos com incidência especificamente em EA.....	173
Figura 24: Resultado das respostas à questão “Pensa que o Museu é importante para Riachos?”	174
Figura 25: Importância que os inquiridos atribuem à colaboração do Museu Agrícola com o Movimento Associativo	175
Figura 26: Importância que os inquiridos atribuem ao incentivo do Museu Agrícola ao aparecimento de novas associações/colectividades.....	176
Figura 27: Percepção dos inquiridos acerca da importância do papel do MAR na qualidade de vida dos adultos pessoas retirados da vida activa (diferenças registadas ao nível dos dois graus mais altos da escala do inquérito).....	178
Figura 28: Percepção por sexo acerca da importância do papel do MAR na qualidade de vida dos adultos pessoas retirados da vida activa (diferenças registadas ao nível dos dois graus mais altos da escala do inquérito).....	179
Figura 29: Percepção por sexo acerca da importância do papel do MAR na qualidade de vida dos adultos pessoas retirados da vida activa (diferenças registadas ao nível nas “não respostas”)	180
Figura 30: Média escalar das respostas relativas às características que relacionam o papel do MAR como agente facilitador de novas e permanentes aprendizagens (gráfico de linha)...	181
Figura 31 Expressão média, por escalão etário, do grau de desconfiança dos inquiridos relativamente às situações que ligam o MAR a questões económicas, com eventual reflexo no âmbito do DL.	186
Figura 32: Opinião sobre o sentimento de pertença.	187
Figura 33: Distribuição dos visitantes por escalão etário.	190
Figura 34: Distribuição das visitas pelas três vertentes distintivas.	191
Figura 35: Modos de Educação/Ensino/Formação identificados nas características das visitas	192
Figura 36: Tipologia colectiva das visitas.	193
Figura 37: Resultado das tendências de resposta acerca do impacte das visitas em termos de DL	194
Figura 38: Palavras ou expressões singulares identificáveis no conjunto dos comentários/testemunhos/opiniões analisadas neste trabalho, legados pelos visitantes maiores de 18 anos.	199

1.^a PARTE: PROBLEMÁTICA

INTRODUÇÃO

“Talvez muitos achem esta ocupação vã e estúpida; mas eu sei por experiência própria a vantagem que há em estimular constantemente o espírito, forçando a novas descobertas”

(Leonardo da Vinci, In “*O romance de Leonardo de Vinci*”)

Introdução

A Educação de Adultos (EA) e o Desenvolvimento Local (DL) são dois temas marcantes nas sociedades contemporâneas, em geral, e portuguesa, em particular (nomeada e respectivamente, nas perspectivas da educação ao longo da vida e da vertente local), sendo considerável o número de autores que a eles se dedicaram ou dedicam, desde a pesquisa e formação académicas até às mais diversas formas de debate.

No caso da EA, que tem vindo a revelar uma dinâmica e uma capacidade de influência incontornáveis porque tem registado “*o envolvimento progressivo de múltiplos agentes*”, (Alcoforado e Ferreira, 2011, p. 11) a sua perspectiva de educação em permanência, induz a ideia de que tem lugar “*com outros actores, noutras espaços e com outros saberes, longe de um rígido enquadramento institucional*” (Bicho e Amado, 2008 p. 181). Será, assim, como lhe chamam os poetas Simões (2000), a “*escola da vida*” (p. 5), ou, de outra maneira, Camões, o “*saber de experiência feito*” (1985, p. 136). Na verdade, o facto de a educação poder acontecer em todo o lugar e em todo o tempo não deixa de ser inquietante, contudo apaixonante, pois “*não se confina à escola e ao aparelho escolar. Há também “o outro lado da educação” não formal, constituído por espaços de formação bastante significativos numa sociedade com as características da portuguesa*” (Salgado, 1990).

Já quanto ao caso do DL, convém precisar que o sentido do termo “Local” é muito mais que uma questão semântica, devendo ser entendido numa perspectiva de sustentabilidade. A sua demarcação não são os limites geográficos ou administrativos que constituem primado, mas sim os factores demográficos, culturais e sociais agregadores de um plano de acção que seja efectivamente pensado, aplicado e avaliado, de forma participada e como processo de autoformação, por um número

significativo de cidadãos residentes (Melo, 2012). Dito de uma outra forma, “*as pessoas e as colectividades constituem a força motriz do desenvolvimento, através da capacidade de os indivíduos agirem enquanto cidadãos*”. (Ferreira, 2014, p. 55). Por outro lado, “*há que assumir a cultura como pilar central nas estratégias de desenvolvimento local*” (Santos, 2014, 203), que, no caso dos “*territórios rurais passa pelos recursos agrícolas e optimização de não agrícolas*”, pelo que “*o património identitário, cultural e natural, tem [aqui] um papel fulcral*”. (Lopes e Salgado, 2014, p. 157). Parece fazer-se aqui a intrínseca ligação à via da educação patrimonial, cuja finalidade, “*é o desenvolvimento local claramente e não uma qualquer aquisição de conhecimento sobre o património ou uma mera animação cultural*” [sendo que] “*o Desenvolvimento sustentável está necessariamente ligado ao conhecimento do Património por todas as partes interessadas, decisores políticos, público, cidadãos, visitantes externos*” (Varine, 2002, p. 5, 10). Ora, colocadas assim ambas as situações de interligação, cabe também aqui a temática do Património e a sua ligação à Educação e ao Desenvolvimento, em sentido lato, até porque o conceito e as suas variantes serão indissociáveis à museologia, em geral, e à corrente da Nova Museologia, em particular.

E porquê um estudo desta natureza em Riachos? É que as mulheres e os homens desta vila ribatejana ergueram nela um museu, a que deram o nome de Museu Agrícola de Riachos (MAR) onde estas realidades parecem ter voz e foz, ali, aparentemente, se reunindo; assim o quererá dizer Luís Mota Figueira¹:

Nesta relação Tradição-Modernidade a relação das Pessoas com o tempo vivido e com a Memória, bem como a capacidade individual e colectiva para cuidar da nossa Herança e para criar novas coisas, integra-se a função social deste Museu, localizado num Território cuja identidade se faz de passado e de presente. Aqui, o mais importante não são as peças, elas são apenas, como dizemos entre nós, o pretexto. Aqui, o mais importante são as pessoas.

Parecendo dar-lhe razão, as pessoas terão sentido a exigência da preservação destas duas dimensões, numa terra que, como se estudará, vai buscar as suas origens

¹ Professor e Director do MAR, em comunicação pessoal, nas comemorações dos 25 anos do MAR, Outubro 11

aos anais da portugalidade, de onde vem a marca indelével deste povo: a sua vida, as suas pegadas rurais e agrícolas. A este propósito, Tomé (2000) escreve: “*a alma de uma terra onde está? Sem os homens e as mulheres duma terra, ela não é mais do que paisagem. (...) A nervura e a textura duma terra é a vida do seu povo que lha transmite*” (p. 7-8). Portanto, parece ser sobretudo o que resulta e perdura na paisagem física e humana da povoação (muito fruto dum trabalhar quase sempre ligado à lavoura) o que alimenta este museu agrícola, que fala da ruralidade ancestral duma comunidade inteira agarrada ao amanhã e lide da terra. Fernando Cunha, político e empresário agrícola riachense, rematará, talvez, tudo isto, ao afirmar que “*todos os riachenses têm costela de agricultores.*”² (...) *Riachos é uma freguesia profundamente agrícola, ainda hoje tem um carácter agrícola muito vincado, possuidora de tradições extraordinárias*” pelo que, “*por tudo isto o Museu Agrícola aqui está no sítio certo. O Museu é portanto um elemento que não se pode perder*” (Martins, 1987).

Destarte, por extensão, afigurou-se justificado que no presente trabalho se estudasse e apresentasse toda a realidade que envolve o museu desta vila da “Borda d’Água”, a fim de identificar nele actuação e oferta de serviços no âmbito da EA e do DL. Este estudo decompõe-se em duas partes: a primeira, que integra os dois primeiros capítulos, disserta sobre a Problemática; a segunda, consumada nos dois capítulos subsequentes, apresenta a Investigação efectuada.

O Capítulo 1, *Enquadramento Teórico e Conceptual*, faz o escoramento teórico que sustenta a temática - e a permite enquadrar do ponto de vista científico. Enceta uma abordagem tanto quanto se afigura aconselhável e simultaneamente abrangente às questões que envolvem o DL, desde o sentido e essência do conceito, até à questão da sustentabilidade para, a fechar, se deter um pouco mais na questão do Associativismo como sua alavanca, detalhe que pareceu ajustado face às características sociológicas da vila de Riachos³.

² Curioso como esta opinião encontra eco factual num caso relatado, anos mais tarde por um riachense, que, a propósito de um seu amigo também ele riachense de origem, mas morador em Coimbra exercendo a actividade de comerciante de peixe, dele disse que “*era, talvez por formação, mais propenso à lavoura que ao comércio*” (Lopes, 2000. p. 129).

³ Luís Mota Figueira, sustenta que “*a vivência comunitária, tal como a Comunidade Riachense a expressa, traduz-se, também, numa marca cultural local muito antiga: Mutualismo e Colectivismo (...) Num mundo que a Globalização económica aproximou em todas as dimensões da vida*

Aborda-se depois a temática da EA, da maneira mais alargada e ajustada possível ao cumprimento dos objectivos traçados, começando pelas questões de natureza histórico-conceptuais, passando pela sua consumação no paradigma da educação ao longo da vida, continuando em direcção ao tríplice contexto da aprendizagem – formal, não formal e informal, e terminando com a visita às posturas e estratégias que permitem colocá-la em prática.

Abraça, seguidamente, a exposição da matéria relativa ao conteúdo museológico da dissertação, conceptualizando a questão e associando-a, depois, à promoção do DL, por um lado e, por outro, à EA, como porto da sua função social e educativa. O capítulo fecha com a teoria sobre o Património e a sua relação com a EA e o DL, revendo, para isso, os conceitos, as vertentes e as relações que se podem identificar e estabelecer.

O Capítulo 2 menciona *Objectivos e Metodologia* utilizados. Apresenta-se a pergunta de partida, bem como as questões orientadoras e são enunciados os objectivos, (tanto geral, como específicos) da investigação, sendo elencada e explicada cada uma das técnicas utilizadas. Por fim é caracterizada a população amostral sobre a qual foi lançado o inquérito por questionário, bem como os procedimentos utilizados na recolha e tratamento dos dados que nortearam a investigação.

No Capítulo 3, da *Caracterização do Campo Empírico*, far-se-á a apresentação, em primeiro lugar, da vila e Freguesia de Riachos, aos níveis da localização, território e toponímica, origens e antiguidade, demografia, economia, ensino, património e associativismo. Em seguida, é dado a conhecer o MAR, começando pelo seu historial, e acabando na actualidade ao apresentar, sucessivamente, localização, orgânica, infraestrutura e colecção, a operação e a qualidade dos serviços prestados.

O Capítulo 4, que tem por título “*O Museu Agrícola de Riachos e a sua actividade: veículo de Educação de Adultos e agente de Desenvolvimento Local*” apresenta a análise e a discussão dos resultados resultantes das ferramentas de investigação utilizadas: inquéritos por questionários, entrevistas e conversas

contemporânea, há espaço para a Singularidade. Neste contexto, a cultura de Riachos é singular” (2014).

informais, análise documental variada. É o capítulo onde toda a actividade do Museu é analisada e onde se procura encontrar pistas e dados objectivos que respondam afirmativamente à questão colocada inicialmente. O fecho do capítulo é feito recorrendo a uma análise SWOT e apresentação do Factor Crítico de Sucesso que a investigação permitiu evidenciar.

Por fim, apresentar-se-ão as principais conclusões da investigação efectuada, tentando constituir um momento de síntese, reflexão e articulação das informações obtidas. Tentar-se-á evidenciar, tão breve quão necessariamente, os aspectos mais significativos do estudo. Apresenta-se, ainda, no final uma recomendação.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Enquadramento teórico

1.1. Sobre o Desenvolvimento: do genérico ao local

O conceito de desenvolvimento emerge a partir do pós-II Grande Guerra, geralmente associado ou como sinónimo de crescimento económico, avanço tecnológico e consequente criação de riqueza. Poder-se-á falar num desenvolvimento exógeno de natureza essencialmente económica e tecnológica. (Veiga, 2005). Este modelo de desenvolvimento funcionalista levou à tentativa de difundir esse crescimento de igual forma pelas sociedades menos desenvolvidas, com o objectivo de aumentar a produção e consequentemente o gerar o crescimento económico nos países pobres, seguindo o exemplo dos países mais ricos, ignorando as características próprias dos vários grupos, das diferentes interações que estabelecem entre si, dos diferentes recursos existentes entre cada região e da própria identidade sociocultural (Chaves, 1994; Amaro, 2001).

No fim dos anos 70 do século XX, estes modelos de desenvolvimento exógeno começaram a ficar desacreditados. As políticas seguidas tinham conduzido a uma tripla crise: económica, social e ecológica (Veiga, 2005). Começa a ganhar terreno uma nova concepção de desenvolvimento, dada a conhecer na literatura por desenvolvimento territorialista.

A insatisfação com os modelos anteriores conduziu ao aparecimento, nos anos oitenta, de novos conceitos ou novas dimensões do mesmo conceito, com o pressuposto de que o desenvolvimento deve partir dos recursos específicos, humanos, naturais, culturais, de um determinado território (Veiga, 2005). A este propósito, Amaro (2001) identificava algumas das diversas dimensões do conceito de Desenvolvimento, surgidas nas abordagens pós funcionalistas, elencando as seguintes faces: Desenvolvimento comunitário; Desenvolvimento humano; Desenvolvimento integrado; Desenvolvimento participativo; Desenvolvimento local; Desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva, portanto, parece claro que Desenvolvimento é uma construção social sujeita a mudanças, conflitos, compromissos, diferentes representações políticas e culturais, que podem conduzir num ou noutro sentido (Veiga, 2005) e que a melhoria da qualidade de vida e a equidade social constituem

objectivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento no curto, médio e longo prazo. (Carvalho, 2009). Inserido nesta perspectiva da mudança, está também o pensamento de Vaz (2008), dado que, no seu entender

todo o processo de desenvolvimento tem que levar a uma mudança, sobretudo das mentalidades, tem que ser um processo integrado e total, uma mudança por parte dos técnicos e dos decisores, mas também da parte dos atingidos. Um processo de desenvolvimento deverá ter sempre a mudança como fim último a atingir (p. 35).

Referem Rita e Mergulhão (1997) que este paradigma territorialista se vem alicerçando como o principal referencial teórico do desenvolvimento, sobretudo do desenvolvimento local em meio rural, pois é nas regiões mais desfavorecidas que mais se faz sentir a necessidade de processos de melhoria da qualidade de vida das populações.

Mas o conceito de “desenvolvimento local” está longe de ser definitivo, absoluto e estático. É o próprio Amaro (2001) que o afirma: “*o conceito de desenvolvimento local é de difícil definição, porque a variedade de experiências é tão grande que não há conceito nenhum que possa alguma vez enquadrar todas essas experiências*” (p. 166). Pelo mesmo diapasão já alinhara Ferreira (1994), ao afirmar que “*a forma e o conteúdo do desenvolvimento local nem sempre obedece a parâmetros de exaustividade científica, porque a sua complexidade, particularismos e delimitações do seu objecto de análise são extraordinariamente difíceis de realizar*” (p. 498).

Seja como for, embora sabendo-se desta dificuldade em estabelecer fronteiras⁴, considere-se o conceito de DL como uma resultante quase óbvia dos modelos endógenos da perspectiva territorialista. Varine (1997) recordava, de forma

⁴ É curioso o que, a comprovar esta dificuldade, também afirma Milani (2007):

É muito difícil discorrer sobre o desenvolvimento local (DL) sem pensar na seguinte contradição: o DL é, ao mesmo tempo, um processo de transformação social e um projecto político-estratégico (p. 196).

breve, que o desenvolvimento local consiste na exploração sobre um determinado território pela e para a comunidade de habitantes desse território, nos recursos desse território, assim como os elementos e os valores acrescentados que, vindos do exterior, recaem sobre esse território.

Segundo este paradigma, continuam Rita e Mergulhão (1997), é de todo o interesse que se atribua às comunidades locais e regionais cada vez maior poder para que, sempre que possível, sejam elas próprias a planear e a executar as suas estratégias de desenvolvimento. De facto, Amaro (2001) chama à atenção de que esse conceito da satisfação das necessidades fundamentais como critério base do desenvolvimento a partir dos mais pobres é também influenciador do desenvolvimento local, sendo este o desenvolvimento a partir das regiões, das comunidades e dos grupos mais desfavorecidos. Em que se fala cada vez mais da necessidade da participação, da cidadania, da democracia participativa, da igualdade de oportunidades, para além das questões que vêm das necessidades básicas, portanto, da educação, da saúde, do bem-estar material.

Nesta linha, aliás, o mesmo autor, aludindo à experiência portuguesa, referia que uma das principais riquezas do desenvolvimento residia no facto dos múltiplos projectos e iniciativas serem muito diferenciados, de base territorial, ou seja, privilegiando a sua pertença e a sua incidência local/comunitária, valorizando a participação das populações, e tinham, em geral, como objectivo o desenvolvimento integrado, além de que privilegiavam as zonas mais marginalizadas das sociedades actuais (zonas rurais, zonas suburbanas degradadas, desempregados, crianças e jovens, idosos, reformados, deficientes, mulheres isoladas, minorias étnicas, etc.). Daqui que a diversidade e a margem de autonomia são das características mais importantes dos projectos de desenvolvimento local e um dos seus principais trunfos, que não deve ser perdido. (Amaro, 1998).

O importante é, pois, verificar qual é a verdadeira natureza do conceito, os seus elementos constituintes, em suma, a sua essência. Vale a pena, então, reter a abordagem que Carvalho (2009) apresenta deste paradigma territorialista:

- Está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da colectividade, articulando as potencialidades locais com as condições dadas pelo contexto;

- É um processo endógeno, geralmente assente em pequenas unidades territoriais e agrupamentos populacionais;
- Enquadra-se numa perspectiva territorial integradora, que procura valorizar e potenciar os recursos endógenos com o envolvimento e a participação de todos os agentes envolvidos no processo;
- Procura melhorar as condições de vida das populações, criando acções que levem à participação e consciencialização da comunidade.

Dentro desta lógica, e de acordo com Han (2009), as práticas de desenvolvimento local são uma das poucas vias, se não a única, capaz de abordar o combate aos graves problemas da sociedade com integridade e representatividade a partir da contribuição activa dos cidadãos. Por isso, afirma que os factores favoráveis ao desenvolvimento local exigem a integração entre os diversos atores da sociedade, criando-se um ambiente de participação pessoal directa dos cidadãos e assegurando-se a participação da comunidade nas tomadas de decisão. Os resultados positivos resultam da articulação horizontal dos atores locais com a criatividade de oportunidades peculiares à região, porque o DL parte do pressuposto de que os agentes da sociedade - governos, cidadãos, empresas e organizações da sociedade civil - de determinada localidade estão integradas e formam um consenso sobre as características económicas da região.

Pode dizer-se, então, embora de uma forma talvez minimalista, que o desenvolvimento local se articula em torno de quatro pilares: a inclusão e a mobilização social; o fortalecimento e a diversificação da economia local; a protecção ambiental e o uso racional de recursos naturais; a inovação na gestão da “coisa” pública⁵. Por outro lado, deve possuir os seguintes oito elementos: 1 - ser um processo de transformação, de mudança; 2 - ser centrado numa comunidade; 3 - partir das necessidades não satisfeitas, e procurar responder-lhes a partir das capacidades locais; 4 - articular essas capacidades locais com recursos exógenos numa perspectiva de fertilização mútua; 5 - assumir uma lógica integrada; 6 - pressupor um trabalho de parceria; 7 - ter impacto negocial em toda a comunidade; 8 - assumir grande diversidade de caminhos (Amaro, 2001).

⁵ Recordar-se-ia aqui que era à volta destes pilares que a Agenda 21 local propunha a sua estratégia de acção, fundamentalmente nos capítulos 2 e 26 a 28.

Em suma, dir-se-á que o DL possui um papel importante na articulação entre as dimensões económica, social, ambiental e institucional, com vista a uma identificação das necessidades locais e na resposta às mesmas, na mobilização e aproveitamento das capacidades locais, o estabelecimento de redes de solidariedade e de partenariado, e a aproximação de novas formas de democracia e do exercício da cidadania, pelo que deverá ser visto como um processo que procura articular os recursos endógenos e exógenos de forma sustentável, com vista a atingir um desenvolvimento integrado que melhore a qualidade de vida em todos os domínios. (Amaro, 1992, cit. por Carvalho, 2009).

1.1.1. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Sustentável: duas abordagens, única realidade

A preocupação pela sustentabilidade dos recursos é um segundo aspecto conceptual importante na abordagem presente, na medida em que introduz na análise a temática do Desenvolvimento Sustentável, também quase omni-presente na literatura que se debruça sobre estas matérias.

Assim, desenvolvimento sustentável, na definição clássica do relatório Brundtland, é "*aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades*" (W.C.E.D. [1987] (1991), cit. por Carvalho, 2009).

Após a cimeira social de Copenhaga, em 1995, a sua implementação passou a ser realizada com base em três dimensões: o desenvolvimento económico, a coesão social e a protecção do ambiente, juntando-se-lhe, mais tarde, uma quarta dimensão, a vertente institucional, que chama a atenção para as questões relativas às formas de governação das instituições e dos sistemas legislativos (Carvalho, 2009) ⁶. Deste modo, firma-se como processo de mudança social e aumento das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência económicos, a conservação ambientais, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.

⁶ Como documentos estruturantes de uma abordagem sustentável ao desenvolvimento, para além da já citada Agenda 21 Local, salienta-se a Declaração do Rio, ambas resultantes da Cimeira da Terra ECO/92 (Mota et al, 2005, cit. por Carvalho, 2009).

Neste processo, a integração participativa na vida política e social é um factor importante também para a sustentação das políticas, assegurando a efectividade e a continuidade das decisões. Por outro lado, a participação é um bem de grande valor para a qualidade de vida, representando um objectivo adicional a ser perseguido pelo desenvolvimento sustentável, pelo que representa em realização humana e socialização (Carvalho, 2009).

Os objectivos do desenvolvimento sustentável envolvem relações bastante complexas entre as diversas dimensões da realidade – económica, social, ambiental, institucional – com processos e dinâmicas nem sempre convergentes e combinados no tempo e no espaço. Por conseguinte, o desenvolvimento local sustentável é um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente (Carvalho, 2009).

À vista de tudo que foi exposto, há um cruzamento aparente entre os conceitos/realidades “desenvolvimento local” e “desenvolvimento sustentável”, como se da sua intersecção resultasse um terceiro paradigma, o “desenvolvimento local sustentável”. Ora, muito mais que um mero ponto resultante da intersecção daqueles dois paradigmas, o conceito do desenvolvimento local sustentável mais se apresenta como uma simbiose de ambos, a sua convergência natural e expectável.

1.1.2. O Associativismo e a sua relação com o Desenvolvimento Local

O que é o associativismo? A resposta a esta questão, enformará uma definição (mais ou menos holística) do movimento em causa e permitirá melhor compreender por que razão é ele fulcral no desenvolvimento das comunidades locais.

O termo “associação” pode ser definido sob muitos prismas, sejam eles etimológicos, sociológicos, jurídicos, ou outros. Por exemplo, etimologicamente, a palavra advém do latim *associare*, formado a partir do termo *socius*, que quer dizer companheiro (Coelho, 2008). Portanto, logo na sua génese linguística, fica clara a característica associada ao carácter gregário da natureza humana.

Do ponto de vista jurídico, em termos muito sucintos, é importante dizer que está presente desde logo na ordem internacional, quer na Declaração Universal dos Direitos do Homem⁷ quer na Convenção Europeia dos Direitos do Homem⁸. Já no edifício jurídico português, está consagrado no texto constitucional⁹, também no Código Civil¹⁰, e demais legislação avulsa inerente a esta matéria. No cômputo geral, desagregando todas as parcelas de uma possível definição formal construída a partir do postulado jurídico vigente, pode dizer-se que uma Associação é:

- Uma organização grupal,
- composta de pessoas singulares e/ou colectivas,
- (re)unidas em torno de um objectivo comum,
- sem fins lucrativos,
- e com personalidade jurídica.

Já do ponto de vista sociológico talvez seja interessante, para melhor travejamento teórico do presente trabalho, aprofundar um pouco mais a questão. Assim, associação é *“todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses”*. (Meister, 1972, cit por Viegas, 2004, p. 34). Ora, é possível decompor esta definição nos seus constituintes, expressos ou pressupostos, e, a partir deles, melhor compreender as características de uma associação.

Primeiro constituinte: o grupo.

O Homem, como um ser social, agrega-se, constitui-se um corpo plural quando à sua força junta a força dos que consigo partilham ideias, valores, anseios, vivências e princípios. Isto mesmo no diz Canterle (2004), para quem o “social” é a ambiência normal do humano. Nessa medida, o associativismo constitui-se numa

⁷ Texto do artigo 20.º: “*Liberdade de reunião e de associação: 1. Toda a pessoa tem direito a liberdade de reunião e de associação laicas. 2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.*”

⁸ Teor do art.º 11.º, n.º 1: “*Qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrem, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses.*”

⁹ N.º 1 do art.º 46.º: “*Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.*”

¹⁰ Corpo do art.º 157.º e seguintes.

exigência de melhorar a qualidade da existência humana, pelo que é normal que a formação grupal emergja. O associativismo, afirma também Canterle (2004), faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidades de crescimento e desenvolvimento. De facto, nas associações as pessoas “*relacionam-se para a realização de um objectivo preciso, para a satisfação de um ou mais interesses definidos como relativamente importantes para cada um, e permanecem associadas enquanto a permanência no grupo lhes for útil.*” (Coelho, 2008, p. 24).

O aspecto mencionado - de que é a utilidade do resultado final que determina a permanência da associação - é sustentado pelas atitudes dos indivíduos quando pertencem a grupos heterogéneos com diferentes tipos de objectivos e membros, as quais se tornam mais moderadas em virtude da interacção grupal e das múltiplas pressões. Assim, não só a associação em grupo fortalece os objectivos de todos, como faz aparecer a capacidade do todo em modelar a moderação individual (Putnam, 2002).¹¹ Ora, quem tem experiência de (con)viver no seio de associações, sabe quanto isto é, não só verdade, como inclusivamente um dos veículos em que mais se manifestam e emergem os líderes, factor de incontornável importância nesta matéria.

Segundo constituinte: o carácter voluntário da associatividade.

Viegas (2004) afirma que “*o voluntariado demarca as associações dos grupos primários, como a família, bem como de organizações estatais de carácter coercivo*” e que as “*associações voluntárias desenvolvem competências específicas e redes sociais, que, em conjunto, favorecem as condições para que os indivíduos atinjam os seus objectivos*” (p. 35). Este autor vai ainda mais fundo na análise, lembrando que as associações voluntárias induzem efeitos positivos, quer a nível macro-social, pelo seu papel de intermediação social, quer micro-social, por desenvolverem competências específicas e redes sociais, que, em conjunto,

¹¹ Putnam é um autor normalmente referido, ou relacionado, como sendo inspirado pela “teoria toquevilliana”. Segundo Viegas (2004), a proposta teórica de Alexis Tocqueville (2001), no contexto do pensamento liberal expresso por John Lock, da visão dual da sociedade (estado-sociedade civil) é de que, face ao desinteresse dos indivíduos pelo colectivo e ao resultante ambiente propício à tirania, a solução estaria nas associações, quer por assumirem um papel de mediador entre os cidadãos e a comunidade; quer por serem uma porta aberta para que os cidadãos se envolvam social e politicamente.

favorecem as condições o atingir dos objectivos comuns (Viegas, 2004, pp 33-34). Logo, dir-se-ia que o carácter voluntário será um aspecto distintivo do movimento associativo.

Terceiro constituinte: a comunhão de conhecimentos ou actividades, a cooperação.

Essa cooperação, diz Viegas (2004, p. 34), *“distingue as associações das sociedades comerciais, com fins lucrativos e que se movimentam numa pura lógica de mercado. Associações, neste sentido, requerem a existência de uma sociedade pluralista e constituem um dos nódulos fundamentais da sociedade civil”*. Entra-se aqui no âmbito do conceito de “capital social” de Putnam, para o qual Viegas (2004) chama a atenção, afirmando que *“assenta em dois pilares: as redes e normas de cooperação social consubstanciadas nas associações; e a confiança social gerada nesse contexto relacional”*. E, na verdade, Putnam, ao desenvolver esta teoria, afirma que, internamente *“as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público”* e que a *“participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos colectivos”* (2002, p. 103-104).

Quarto constituinte: regras definidas por todos e defesa de causas comuns.

Estará aqui implícito o carácter da democraticidade do movimento associativo. Se assim não fosse, não faria qualquer sentido a afirmação de Coelho, de que as associações *“são um elemento fundamental no incremento da participação cívica e, como tal, agentes privilegiados de democratização no sentido da democracia participativa. Assumem-se, assim como uma peça importante na participação para o desenvolvimento social dos cidadãos e das comunidades locais”* (2008, p. iii).

Tendo isto em mente, assumindo que a participação dos cidadãos em estruturas associativas é um factor gerador de solidariedade social, daí se concluirá que se trata de um modelo que consagra alguns dos valores mais caros a uma sociedade democrática: liberdade de pensamento e de expressão, igualdade de oportunidades e de actuações, emancipação individual em ordem à autonomia plena na busca do melhor futuro. Segundo Viegas (2004) os indivíduos, ao associarem-se, fazem-no em respeito pelos direitos e liberdades fundamentais e, nesse contexto, é

consensual a importância das associações na vida democrática das sociedades desenvolvidas.

Quinto constituinte: a partilha de benefícios.

Lembra Coelho (2008) que “*outro elemento fundamental, caracterizador da associação, é o fim não lucrativo*”. E conclui, de forma que não deixa dúvidas: “*o fim não lucrativo não limita a realização de actividades lucrativas. O lucro é que deve ser redireccionado para benefício de todos os associados ou para os residentes no território onde a associação desenvolve a sua actividade.*” (p. 26)

Visto assim o conceito, interessa agora rever o que refere a literatura acerca do Associativismo como alavanca do DL.

Para Amaro (2001, cit. por Carvalho, 2009), é necessário que o processo de desenvolvimento local procure estimular a iniciativa, a participação, o “empowerment”, a democracia participativa de forma integrada. Assim é necessário renovar e fortalecer os valores da cidadania, justiça e solidariedade, construindo um futuro sustentável por um processo de transformação, mudanças, centrando-se na comunidade, pressupondo um trabalho em parceria e cooperação. É necessário aproveitar as vantagens que advêm do facto das associações, núcleo fundamental da sociedade civil, transporem para o espaço público os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, reformulando-os em problemas sociais, que serão objecto de discussão pública alargada. Nos campos da solidariedade social, saúde e ensino desempenham funções sociais de relevância, nomeadamente de implementação de políticas públicas, muitas vezes em parceria com outras instituições públicas ou privadas (Viegas, 2004).

Para Cardoso (2007, p. 6), a Associação é, regra geral, apresentada como uma “*organização de um grupo de pessoas com objectivos comuns*”, “*que opera de modo independente ou autónomo perante o Estado*”, “*e na qual cada um dos membros adere numa base voluntária*”. Logo, embora não sendo um factor suficiente para o desenvolvimento local sustentável, apresentam capacidade organizativa e estratégia de desenvolvimento na qual as populações sejam actores colectivos. Assim sendo, este autor dá a entender que há uma relação de causa-efeito, entre a Associação e DL, genericamente falando.

Concluindo, como sublinha Canterle (2004, p. 8) “*fica claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento*” porque tem a capacidade de “*organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades colectivas e individuais*”. Mas, por oposição ao associativismo de “civismo” e de “civildade”, que remete para uma lógica de obediência e comportamentos enformados e conformados com o sistema vigente, este tem que ser na perspectiva da cidadania, que apela à afirmação das alternativas, ao combate às desigualdades e exclusões sociais, que promove a cidadania democrática, ou seja, o “*associativismo cidadão*” (Ferreira, 2014, p. 57). Só nesta perspectiva o associativismo será, na esfera local, o elo de ligação de todas as dimensões da vida social, o seu denominador comum, uma estratégia para a melhoria global das condições de vida da comunidade e, nesse sentido, uma via para o seu desenvolvimento sustentável.

1.2. Educação de Adultos e Educação ao Longo da Vida¹²

1.2.1. Sabedoria, Experiência e Aprendizagem

Há filósofos da Educação que defendem que o homem é desejo e que “*é isso que constitui o próprio movimento da vida. Um ser sem desejo é um cadáver. O desejo é inseparável da inteligência e da consciência. O desejo é sempre desejo da relação, da reciprocidade e da comunidade*” (Kishikian, 1993, p. 13). E alguns dão tal valor a este aspecto que exprimem alguma desilusão por, no seu dizer, vivermos numa espécie de “*tempo morto no desejo de saber*”, sendo este fenómeno “*o verdadeiro obstáculo a uma acção educativa autêntica*” (Kishikian, 1993, p. 53).

O desejo de saber parece, pois, ser um dos instrumentos mais importantes para motivar qualquer processo de aprendizagem. Mas, nesta dialéctica heurística, outra questão se coloca: por que razão o ser humano assumirá o desejo de aprender, da busca da Sabedoria? Qual é o hiato na sua existência que o motiva a tal? Senge

¹² Lima (2011) refere os nomes de cerca de uma trintena de autores que, entre as décadas de 1980 e 1990, produziram em Portugal, estudos sobre esta matéria, nomeando, entre outros, Alberto Melo, António Simões, Ana Benavente, Rogério Fernandes, Lucília Salgado, Rui Canário, Manuela Terrassecas e Carmen Cavaco. A obra de alguns destes autores será também suporte teórico do presente trabalho, como se verá.

(1990) afirmou que quanto mais se aprende, tanto mais desperto se fica relativamente à própria ignorância; e sobre isto já Freire (1987a) apresentara o seu postulado:

*A sabedoria parte da ignorância. Não há ignorantes absolutos. Se num grupo de camponeses conversarmos sobre colheitas, devemos ficar atentos para a possibilidade de eles saberem muito mais do que nós. Se eles sabem selar um cavalo e sabem quando vai chover, se sabem semear, etc..., não podem ser ignorantes (...) o que lhes falta é um saber sistematizado (p. 14).*¹³

Aludirá o autor a um conhecimento que é fruto da vivência do dia-a-dia, da experiência diária, um conjunto de saberes experienciais incorporados que, segundo Pires (2002), se desenvolvem em múltiplas situações e contextos de vida e obedecem a uma lógica de construção e de difusão. Dir-se-ia, portanto, que, mais do que apenas na escola, a aprendizagem faz-se na e para a vida. Porque, segundo Spitzer (2007) aprende-se toda a vida, do nascer ao morrer. E não será só uma constatação empírica, porque até do ponto de vista neurológico esta “lei” (por assim chamar-lhe) tem sustentação científica: a neurociência prova que se aprende com a experiência, seja logo na amamentação, seja quando depois na aprendizagem de vocábulos, seja na imitação de comportamentos.

Também por isso, terá razão Pires (2002) quando afirma que, em termos epistemológicos, a valorização das experiências de vida dentro dos sistemas tradicionais de educação e formação é uma autêntica mudança de paradigma, em que a sabedoria que brota da experiência, de que nos falava Freire, ganha estatuto, amparado no saber científico, podendo ser associada ao avanço da vida e caracterizada como um ganho decorrente da idade (Gonçalves e Oliveira, in

¹³ Também, Melo (2012) se refere a uma família que vivia praticamente sozinha e de quem se dizia serem todos ignorantes, porque analfabetos, porque não tinham ido à escola e que teve

imediatamente a percepção de que essas pessoas sabiam tanto ou mais do que nós, que depois de terem construído ali a sua casa, porque sabiam fazê-lo, ali cultivavam os seus pequenos campos, ali transformavam praticamente todos os produtos de que necessitavam, ali criavam animais, ali fabricavam enchidos, leite, queijo, mel ou tecidos em lã. Pessoas que tinham um conhecimento e competências de vida fundamentais e que não eram adquiridas nas escolas, nos sistemas oficiais de ensino; eram ganhas na vida, no trabalho, pela transmissão entre gerações”. Ali estava, pois, uma outra forma de adquirir saberes e competências” (p. 301).

Alcoforado, et. al, 2011, p. 245), assumindo estes “saberes” que resultarão do processamento das experiências, um papel fundamental na aprendizagem do adulto, assim o detectamos em Merriam, et al (2007): “*we learn from experience in a variety of ways*”; (...) “*numerous adult educators have underscored the fundamental role that experience plays in learning in adulthood. As adults live longer they accumulate both a greater volume and range of experiences*” (p. 161). Portanto, do ponto de vista sociológico e educacional, a experiência é um elemento crucial na estruturação e desenvolvimento dos adultos, pese embora poder revestir-se de significações diferentes (Pires, 2002).

Jarvis (2004) vai, até, mais longe, ao estender o papel da experiência à própria definição de “aprendizagem humana” na medida em que, em todas as pessoas, as experiências e situações são transformadas em conhecimento, aptidões, atitudes, crenças, valores, emoções e sentidos, integrando os resultados nas suas próprias histórias de vida.

Contudo, não havendo *bela sem senão* (passe a ligeireza da utilização desta expressão corrente) apesar de Mezirow (2000) dizer que a experiência é um guia para a acção futura, Merriam et al. (2007) fazem notar que essa experiência pode ser problemática: “*an adult's past experiences can become obstacles to new learning. Some may have to unlearn negative attitudes toward learning, old ways of doing things, prejudicial views, and so on*” (p. 424).

Seja como for, a experiência é um elemento-chave no processo de aprendizagem (mesmo num hipotético processo cognitivo de “atitudes de aprendizagem negativa”, que será, ele próprio, um reconhecimento do carácter educacional da própria experiência que as originou), constituindo a base para a reflexão, problematização e formação de conceitos, transformando a pessoa e promovendo a sua emancipação (Pires, 2008). Não é, afinal, o famoso “Método experimental”, ele próprio, um dos sustentáculos empíricos, metodológicos e filosóficos da ciência moderna?

Admitida que está a tese de que a experiência é fulcral na aprendizagem do adulto, a verdade é que as percepções de como tal se processa dependem muito das correntes teóricas (Merriam et al., 2007). Em síntese, enunciem-se essas correntes:

- Os behavioristas vêem a aprendizagem como mudança no comportamento. O comportamento é a resposta mensurável aos estímulos do ambiente.
- Os humanistas põem a ênfase na natureza humana, potencial humano, emoções humanas e afecto.
- Os cognitivistas estão interessados em saber como é que a mente processa, armazena e recupera a informação recebida dos estímulos externos. Neste âmbito, os cognitivistas sociais, muito particularmente, dão especial importância às questões e ambiente social em que ocorre a aprendizagem, explicando os processos de modelização e mentoria.¹⁴
- Os construtivistas posicionam a aprendizagem expressamente a partir das experiências - ou seja, basicamente, a aprendizagem é a forma como as pessoas tomam sentido das próprias experiências - e subdividem-na em cinco aspectos: auto-dirigida; transformativa; experiencial; cognição situada; prática reflexiva (Steffe & Gale, 1995).

Mas, tanto quanto as correntes teóricas, interessa rever o que dizem os “educólogos”, nomeadamente os que são considerados verdadeiras referências nesta matéria.

Assim, Dewey atribuiu um lugar de destaque às experiências individuais, às dinâmicas pessoais e à autonomia das pessoas no processo de aprendizagem e a sua teoria de aprendizagem pela experiência traduz-se no enunciado de dois princípios:

- O princípio da continuidade da experiência: *"every experience both takes up something from those which have gone before and modifies in some way the quality of those which come after"* (1998, p. 27);¹⁵

¹⁴ Esta questão da “mentoria” enquanto processo de aprendizagem é muito interessante e, por exemplo, as Forças Armadas ocidentais, especialmente as que pertencem à NATO, têm já uma longa e riquíssima experiência nesta matéria. As instituições académicas militares norte-americanas estudam o processo até à exaustão e a ele dedicam extensas obras. Só a título de exemplo, aqui se cita uma afirmação de um desses autores, acerca de “quem pode ser mentor”:

A mentor must be an individual whose exemplary behavior, personal style and specific attributes would be attractive to and emulated by others. The mentor proposal is gathering increasing endorsement in the civilian community.... The mentor can enhance and accelerate the learning experience... Special roles the mentor can fulfil are acting as an advisor, providing professional guidance and seasoned advice (Lt. Col. Young, 1996, p. 109).

¹⁵ Falar de Dewey implica, em complemento, fazer uma referência a Lindeman, seu contemporâneo, e que introduziu algumas modificações na teoria postulada pelo primeiro no campo da EA, conferindo

- E o princípio da interacção: "*an experience is always what it is because of a transaction taking place between an individual and what, at the time, constitutes his environment*" (1998, p. 41).

Para Dewey, toda a educação genuína surge em resultado da experiência porque considera que a experiência é o coração da vivência humana e conduz ao crescimento e à maturidade (Jarvis, 2004).

Neste enquadramento se coloca também Mezirow (2000), cuja ideia da aprendizagem é resultado da reflexividade sobre a experiência, e essa mentalização é relevante para compreender o processo da aprendizagem pela via da socialização (Jarvis, 2004), em cuja dialéctica se parte das experiências e dos acontecimentos já adquiridos, se atribui um sentido à [nova] experiência, e daí resulta outra [nova] aprendizagem (Inês, 2009).

Em Rogers, é também possível verificar a valorização da experiência, quer neste processo de aprendizagem, do adulto, quer na própria aprendizagem, enquanto processo de realização pessoal (Inês, 2009). De facto, Rogers, apesar de não ser um construtivista, também sustentou a ideia de que a experiência é a fonte de maior validade para o conhecimento, e mesmo que conduza ao erro, está sempre aberta à correcção (Rogers, 1974).

É altura de se falar em Knowles, que constitui uma referência relevante no domínio da formação dos adultos, particularmente pelo seu contributo na construção de um “modelo andragógico”, uma teoria da aprendizagem dos adultos centrada, precisamente, no desenvolvimento da pessoa, que aprende e valoriza o papel da experiência adquirida, em detrimento da acção educativa externa.¹⁶ Tal modelo, de acordo com Merriam et. al. (2007), pode sintetizar-se em três verdades distintas: a primeira, é a de que os adultos aprendentes são, eles próprios, recurso importante

ainda maior força às experiências de vida na aprendizagem (Inês, 2009). “*Lindeman viewed learner's experience as paramount. He believed that if education was life, then life was also education. He viewed experience as the adult learner's textbook*”. (Trotter, 2006, p. 10).

¹⁶ Há, no entanto, segundo afirma Jarvis (2004), autores que têm dúvidas na força e profundidade das argumentações de Knowles e outros (Hartree, 1984, cit. in Merriam, et al, 2007, p. 85) que dizem não ser claro se apresentou uma teoria de aprendizagem ou uma teoria de ensino. Knowles, ele próprio, escreveu na sua obra *The Making of an Adult Educator*, que preferia entender a Andragogia como “*um modelo de suposições*” para servir de base a uma “*teoria emergente*”. (p. 112)

para a aprendizagem; a segunda, é a necessidade de dar sentido às suas experiências de vida que, muitas vezes, são um primeiro incentivo para abraçar uma actividade de aprendizagem; a terceira, é que o compromisso entre as experiências passadas e a aprendizagem é para os adultos algo diferente do que acontece nas crianças.

Se até aqui se falava em “processo de aprendizagem”, é com Paulo Freire, na “Pedagogia do Oprimido” que se conhece o “ciclo de aprendizagem experiencial”, que confronta o adulto com problemas concretos e pretende a elevação da sua consciência crítica acerca do papel que o contexto social desempenha na interpretação das suas experiências pessoais. Agarrando na reflexão de Pires (2002) verifica-se que para Freire é através da articulação entre a acção e a reflexão (*praxis*) sobre as suas experiências que os adultos tomam consciência de novas realidades. De facto, é o que o próprio Freire (1977) transmite, quando se refere a “*gente formando-se, mudando, crescendo, reorientando-se, melhorando, mas, porque gente, capaz de negar os valores, de distorcer-se, de recuar, de transgredir*” (p. 163).

Ainda mais assente na ideia-força de que toda a aprendizagem começa com a experiência, é o modelo de Jarvis (1995), ao sustentar que o adulto transforma as sensações adquiridas através dos cinco sentidos em conhecimento, aptidões, valores, emoções. Diz Pires (2002) que este modelo situa a aprendizagem num contexto social, por a considerar um fenómeno interactivo e não um processo interno isolado.

Finalmente, é Kolb que aparece em lugar de destaque em todo este âmbito, porque a ele se deve a “Teoria da Aprendizagem Experiencial”, aquela que se tornou, segundo Inês (2009), um dos verdadeiros lemas da literatura nesta matéria. “*Kolb notes that these experiences can be personal (for example, the experience of happiness) or objective/environmental (for example, years of experience at a place of employment)*” (Merriam et al., 2007, p. 161).

Então, se a experiência é assim tão determinante na aprendizagem e sagesa da adultez, qual é o seu valor num mundo pós-moderno, globalizado, economicista, por vezes ultraliberal e quase permanentemente em crise, onde a obsolescência de profissões e técnicas de fazer parece ter-se tornado num dos paradigmas de uma sociedade em profunda e acelerada Mudança, quer em termos materiais, mas também, como é geralmente referido, de Valores?

Freire (1987b) já dizia que “*a mera aprendizagem da leitura e da escrita não faz milagres. Não é ela, em si mesma, a que cria empregos*” (p. 38). Não admira, assim, que Merriam et al. (2007) afirmem:

As everyone is aware, the context of work has changed dramatically with the emergence of a global marketplace, advances in technology, and the shift from an industrial to a service and knowledge-based economy. Some adults are training for jobs that did not exist five years ago, many are changing jobs often, and a growing number are experimenting with alternative job structures, such as consulting, telecommuting, and job sharing. Previous experiences as well as one's personality will determine how these changes are accommodated, which in turn affects both one's self-concept as a worker and notions of career development (p. 433).

Refere, entretanto, Valente (2001) que “*a vida profissional deve ser uma extensão da aprendizagem que acontece na infância ou na terceira idade. As pessoas devem ter meios para continuarem a aprender, interagindo com o mundo e recebendo ajuda de agentes de aprendizagem*” (p. 8). Vive-se, hoje, pois, no entendimento desta questão como fulcral para a sociedade actual, expresso na inequívoca importância da aprendizagem ao longo da vida¹⁷ como sendo, enfatiza Quintas (2008),

crucial para a capacidade competitiva das nações, das empresas, dos indivíduos e do desenvolvimento económico; é necessária para a integração social e para o equilíbrio e coerência internas dos Estados e das comunidades;

¹⁷ A União Europeia tem alinhado por este prisma e as orientações emanadas da Comissão parecem não deixar dúvidas quanto a esta matéria, embora o faça porventura de uma forma hiperbolizada, dada a visão quase determinística com que é apresentada. É este o ponto de vista que Canário fornece, quiçá tocando num aspecto preocupante:

Vivemos um tempo em que as políticas e as práticas de formação assumem, por um lado, um carácter instrumental em relação à civilização de mercado e, por outro lado, se inscrevem em políticas de ortopedia social, em que o assistencialismo se substitui à justiça social (2007, p. 3).

e é fundamental para a qualidade de vida dos sujeitos, e para que estes sejam capazes de gerir, em melhores condições, o seu quotidiano (p. 17). O conhecimento útil e adequado à adaptação do indivíduo à diversidade de contextos com que se defronta deverá ser um conhecimento construído pelo próprio, do qual ele é o autor (p. 14).

1.2.2. A Aprendizagem ao Longo da Vida e a Educação de Adultos

Freire (1997) dizia que aprender faz parte da existência humana e que a educação é permanente porque o Homem incorporou na sua natureza, ao longo da sua história, não apenas saber que vivia, mas saber que sabia. De facto, a aprendizagem não se faz apenas na escola, mas também na vida, graças à aquisição de capacidades e destrezas necessárias ao viver. Isto, aliás, já o dizia, de outra maneira, João de Deus: *“Por que razão observamos nós a cada passo nos filhos da indigência meramente abandonados à escola da vida, uma irradiação moral, uma viveza rara nos martyres do ensino primário?”* (1876, p. VIII).

É, assim, a importância desta escola da vida, aquilo que se aprende, “naturalmente”, fora dos sistemas formais de ensino, que aqui se valoriza. Note-se que Spitzer (2007) utiliza a expressão latina *non scholae, sed vitae discimus*, para afirmar, precisamente, que a aprendizagem não existe só na escola, pelo contrário, será feita na vida e durante a vida. Também Davis, Alexander e Yelon (1980) atestam que, pese embora haja ocasiões em que decorre em ambiente especialmente estruturado, a maior parte da aprendizagem humana não ocorre de maneira planeada e as pessoas aprendem sob uma grande variedade de condições, circunstâncias, mais ou menos continuamente seja em casa, na rua, no escritório, ou na fábrica ou na sala de aula. O Homem é, portanto, um ser, sempre, aprendente e esta função só termina com a morte. (Ferreira e Santos, 1994)

Mas se assim é, porquê valorizar a aprendizagem ao longo da vida, fazendo-o através da implementação de estratégias ou aproveitamento de estruturas formais existentes na sociedade? Não será esta uma atitude algo redundante para uma realidade que, afinal, está connosco, do nascer ao morrer? Foi Jacques Delors quem adiantou uma resposta:

O conceito de educação ao longo da vida deve impor-se, em nossa opinião, com os seus atributos de flexibilidade, de diversidade e de acessibilidade, no tempo e no espaço. É a ideia da educação permanente que deve ser, simultaneamente, repensada e alargada, porque, para além das necessárias adaptações ligadas às mutações da vida profissional, deve representar uma contínua construção da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua faculdade de julgamento e de acção. Deve permitir-lhe tomar consciência de si mesma e do seu meio e convidá-la a desempenhar o seu papel social no trabalho e na polis (cit. por Melo, 2012, p. 516).

Desta forma admitir-se-á que existe uma relação directa entre a EA e a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), que haverá um cordão umbilical que os une.¹⁸ Federighi e Melo (1999) definem a primeira como sendo o “*fenómeno derivado da integração de teorias, estratégias, orientações e modelos organizacionais com o objectivo de interpretar, dirigir e administrar os processos de instrução individuais e colectivos ao longo de toda a vida*” (p. 13); e Galván (2004) refere que

envolve a totalidade de projectos organizados de educação, independentemente do conteúdo, método e nível, sejam formais ou não formais com o propósito de prolongar, compensar ou reiniciar a educação correspondente ao sistema educacional ordinário, desde que se estabeleçam formas de aprendizagem específicas de carácter profissional ou ocupacional, nas quais as pessoas consideradas adultas alcançam a dupla perspectiva de um enriquecimento integral e uma participação no desenvolvimento equilibrado e independente (cit. em Voght e Alves, 2005, p.198).

¹⁸ Como, aliás, se depreende da Declaração da V Conferência Internacional sobre EA (V CONFITEA), em Hamburgo de 1997 (UNESCO, 1999).

Mas talvez a conclusão mais feliz desta simbiose entre as duas (aparentemente) distintas áreas, seja a que deu Melo, ao afirmar que a expressão EA designa

a totalidade dos processos organizados de educação, qualquer que seja o conteúdo, o nível ou o método, quer sejam formais ou não formais, quer prolonguem ou substituam a educação inicial ministrada nas escolas e universidades e sob a forma de aprendizagem profissional, graças aos quais as pessoas consideradas como adultos pela sociedade a que pertencem desenvolvem as suas aptidões, enriquecem os seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou lhes dão uma nova orientação, e fazem evoluir ou o seu comportamento na dupla perspectiva de um desenvolvimento integral do homem e de uma participação no desenvolvimento social, económico e cultural equilibrado e independente (2012, p. 102).¹⁹

Segundo Melo (2012) as pessoas devem aprender o que quiserem e a partir daquilo que já sabem e só se compreende a EA como um movimento a favor da crescente autonomia das pessoas, porque se opõe à propaganda, à manipulação, ao obscurantismo (venham de onde vierem) e procura abrir sempre mais largos horizontes.

Sendo assim, como se enquadra a EA dentro da Educação ao Longo da Vida, numa perspectiva de inserção na “Sociedade do Conhecimento”?

Salgado (2012b) situa no final da 2.^a Grande Guerra o aparecimento da “educação permanente”²⁰, ligada à necessidade de educação para preservar a Paz, na altura, por

¹⁹ Não é objectivo desta dissertação o aprofundamento da diferenciação que andarà à volta da questão “Educação de Adultos ou Formação de Adultos?”, conforme exposta por Canário (1999), que refere que elas seguem, basicamente duas correntes, a primeira na linha da Educação Permanente e a segunda na esfera da Formação Profissional, mas termina dizendo que as diferentes combinações possíveis entre os dois conceitos conduz a um acréscimo de ambiguidade. Inácio e Salema (2011) dizem que “são dois conceitos que se articulam e são muitas vezes considerados sinónimos, ainda que possam suscitar questões de dualidade” (p. 167). Sendo assim, esta questão não é inquietante no cumprimento do objectivo que é proposto neste trabalho.

²⁰ Salgado (2012b) aborda o campo da definição da Educação Permanente, citando Pierre Furter, que fala na necessidade da educação contínua ser uma constância na vida humana e referindo que este

razões óbvias, uma questão fundamental e uma marca activista e militante. Aparecerá, décadas mais tarde, de acordo com Gaio (2010), com o Relatório Fauré publicado pela UNESCO em 1972, que foi considerado um ponto de viragem no modo como se concebem os processos educativos. Viria, finalmente, já junto aos nossos dias, a dar lugar ao “Conhecimento pela Economia”, uma “mudança de paradigma”, em que passou assumir um cariz de importância económica (Salgado, 2012b), mas expandindo também os seus campos de actuação a “lugares” como a comunidade, o local de trabalho, as associações culturais e os espaços de lazer, entre outros. É nesta “Sociedade de Aprendizagem”²¹ que cada indivíduo está responsável pelo seu processo de formação e aquisição de competências (Salgado 2012b) e em que a educação deixa de ser encarada como um direito do cidadão que o Estado deve garantir, e passa a ser entendida como um serviço ao consumidor que o Estado deve liberalizar (Costa, 2010). Nesta jornada individualizada, solitária ou não, o homem precisa de encontrar portos seguros, de chegada e de partida. Por isso, Melo (2012) chama a atenção que as actividades de educação e formação de adultos devem ser concebidas essencialmente como respostas às questões emergentes de projectos e processos – individuais ou colectivos – que os adultos vivam intensamente.

Entra-se, desta forma, num campo em que o potencial humano e o processo de tomada de consciência e a participação local ganham relevo, originando uma conformidade na resolução dos problemas, em que o indivíduo é potenciador do seu próprio conhecimento, reconhece que é importante a sua participação, tendo em conta as suas próprias necessidades e as do contexto social em que vive (Salgado 2012b).

Eis, então, um caminho diferente, o da educação e desenvolvimento comunitário, que traz consigo a relevância dos saberes por via de dinâmicas

autor diz que toda a escola, toda a educação, deveria ter esta perspectiva da educação ao longo da vida.

²¹ Salgado (2012b) diz que as organizações mais avançadas produzem conhecimento sobre si próprias. É, deveras, interessante esta afirmação, porque, mesmo não o fazendo explicitamente, abordou um dos temas que é mais caro no mundo empresarial, institucional e associativo e na ciência da gestão, as *Learning Organizations*, conceito criado por Chris Agyris, especialista em comportamento organizacional, e que Senge (1990) popularizou, conceito esse que se refere uma organização em constante aprendizagem em que a evolução do conhecimento de cada indivíduo se traduz no desenvolvimento do todo organizacional.

educativas inseridas nas práticas sociais - por oposição às aulas tradicionais; aprendizagem a partir do real - por oposição ao binómio teoria-prática; utilidade social das produções de aprendizagem - por oposição aos exercícios sem significado real; contextos institucionais dominados pelos participantes - por oposição às escolas; inexistência de agentes educativos específicos - por oposição ao domínio dos professores.²² Logo, as associações populares são um dos melhores contextos para a EA (Salgado, 2012a). Adiante se verá como esta postulação se encaixa na realidade do caso de estudo aqui apresentado.

1.2.3. Educação Formal, Não-Formal e Informal: os contextos da aprendizagem

Tendo sido possível evidenciar que a(s) experiência(s) de vida são uma realidade enquanto fonte de educação/aprendizagem para os adultos, convém verificar em que contextos se opera essa aprendizagem experiencial ao longo da vida. É, para tal, forçoso que se revise Pierre Furter, talvez (conjuntamente com Illich), o grande percursor desta matéria²³. Afirma quele pensador francês: “*La recherche d'un développement coordonné de l'éducation scolaire et de l'éducation non scolaire s'inscrit dans le cadre de l'éducation permanente qui se situe elle-même dans la perspective plus large de la démocratisation de l'éducation.*” (1984, Prefácio), concluindo depois, a propósito da sua visão da formação *extra-escolar* por oposição à *escolar* dizendo que

²² É muito curioso como isto entronca nas propostas de Freire (1987), na medida em que toda a sua concepção (de que só se transforma conhecimento em competência pela força da acção), cabe perfeitamente nesta “Era do Conhecimento. Aliás, e a propósito, esta visão é também partilhada por outros autores, como Davis et al (1980), ao afirmarem que, como a aprendizagem não é algo directamente visível, sentido ou audível, apenas se pode saber como ela ocorreu pela observação do comportamento. Isto implica que, após a aprendizagem, alguma modificação no comportamento deverá ocorrer. Pelo mesmo diapasão alinha Spitzer (2007), quando afirma que exactamente como se aprende a falar numa sociedade falando e compreendendo, o comportamento social só pode aprender-se numa comunidade na qual e com a qual se pode e deve actuar.

²³ Convém referir que a afloração deste tema já vem das décadas 60-70 do século passado, quando, no dizer de Nóvoa (2009) “*o modelo escolar é seriamente posto em causa por uma série de movimentos e correntes que pugnam pela “desescolarização” da sociedade através do Educação permanente*” (p. 7). Ele próprio logo recorda que foram Pierre Furter (a quem chama de “*pensador notável*”, cujos escritos mantêm “*ainda hoje, toda a sua frescura intelectual*”) e Ivan Illich os primeiros a lançar este movimento de crítica ao sistema formal de ensino vigente.

tout ce qui soutient et pourra soutenir une formation diffuse définie comme la capacité globale de formation propre à un milieu donné et mesurée par l'ensemble des contributions de formation de la famille, des classes sociales, de la langue, des moyens de communication de masse et d'autres institutions culturelles.(p.69).

Talvez por isso se possa começar por dizer que os contextos da aprendizagem ao longo da vida englobam os socialmente institucionalizados, pertencentes ao sistema formal de educação, os que ocorrem para lá, ou em complemento destes, e os que permitem qualquer aprendizagem individual, em todos os sectores de actividade, que seja possível reconhecer e certificar (Jarvis, 2004). No fundo, aqui se lerá, de outra forma, a conceptualização da tripartição já proposta anteriormente por Coombs (cit. in Merriam et al., 2007) que classificava a educação ao longo da vida de acordo com o aprendido nestas três genéricas categorias: contextos institucionais formais, contextos não formais e contextos informais.

Por isso, é a altura ajustada para distinguir teoricamente os três conceitos, que parecem meros vizinhos, mas que encerram muito que os distinga.

- Aprendizagem Formal

Será, talvez, o contexto menos difícil de estabelecer fronteiras, pois a ele se associa o ensino designado como tradicional, aquele que comumente é conhecido como das escolas e das universidades, cujo processo ensino-aprendizagem se centra no binómio aluno-professor (Pinto, 2005). A educação formal é, então, resultante de um contexto altamente institucionalizado, burocrático (“*bancário*”, na expressão de Freire (1987a, p. 60) e, por norma, reconhecido com notas, diplomas ou certificados. Grosso modo, é a progressão institucional que vai do pré-escolar ao ensino superior (Schugurensky, 2000, cit. in Merriam et al., 2007) estando, portanto, absolutamente associado aos currículos orientados e estatizados e aos diversos graus académicos.

Não será este o contexto porventura mais impactante, enquanto campo de exploração e aproveitamento da sabedoria e das competências que emergem ou resultam da “experiência na vida” ou das “experiências da vida” dos adultos. Porém, fica cumprido o dever da honestidade intelectual ao focá-lo no enquadramento do estudo.

- Aprendizagem Não-Formal

De acordo com Coombs e Ahmed (1974), o termo educação não-formal terá surgido pela primeira vez com maior relevância a partir da Conferência sobre a Crise Mundial da Educação definido como qualquer actividade educacional, organizada e sistemática, exercida fora do quadro do sistema formal de ensino para oferecer formas seleccionadas de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto crianças como adultos.

A partir daqui, o conceito tem evoluído dando lugar a várias outras interpretações, abordagens, e tentativas de delimitação conceptual, pelo que é provavelmente dos exercícios mais difíceis definir que critérios a distinguem, quer da educação formal, quer da educação informal, à míngua de consensos que definam as respectivas fronteiras (Pinto, 2007). Por exemplo, de acordo com Merriam et al. (2007):

The term nonformal education has been used most often to describe organized learning opportunities outside the formal educational system. These offerings tend to be short-term, voluntary, and have few if any prerequisites. However, they typically have a curriculum and often a facilitator. Nonformal educational opportunities are usually local and community-based, such as those programs offered by museums, libraries, service clubs, religious and civic organizations; mass media is also classified as a nonformal delivery system” (p.30).

Estes autores identificam três sub-tipos nesta educação não-formal de adultos, quando relacionada com a educação formal: um primeiro, como complemento; um segundo, como alternativa; e um terceiro como suplemento. O que, aliás, dá suporte ao entendimento de Pinto (2005), pois este autor também defende a complementaridade deste tipo de educação face à educação formal e reforça a ideia que a educação não-formal tem formatos altamente diferenciados em termos de tempo, de localização, de público-alvo, bem como de dimensões e aplicação da aprendizagem. E afirma, por fim, que a educação não-formal coloca a tónica no desenvolvimento de métodos de aprendizagem participativos, baseados na

experiência, na autonomia e na responsabilidade de cada formando, proposição esta que é nuclear para o objectivo deste estudo (Pinto, 2005).

- Aprendizagem Informal

Se, como já vimos, a maior parte da aprendizagem humana não ocorre de maneira planeada, tal sugere, *a contrario sensu*, que é a natureza não planeada em que ela se desenrola que lhe dá expressão quantitativa maior. Parece, até, haver aqui alguma redundância semântica, ou preciosismo de linguagem, no querer distinguir as coisas, já que, *latu sensu*, o informal também é não formal. Contudo, a separação fará sentido, como sugere Schugurensky (2000, cit. in Merriam et al., 2007), porque há aqui formas próprias (“internas”) que são importantes para estudar o “fenómeno” e, portanto, sustentar a emancipação conceptual. Continuando, desta forma, na busca da significação do conceito:

The lifelong process by which every individual acquires and accumulates knowledge, skills, attitudes and insights from daily experiences and exposure to the environment – at home, at work, at play: from the example and attitude of families and friends; from travel, reading newspapers and books; or by listening to the radio or viewing films or television. Generally informal education is unorganized, unsystematic and even unintentional at times, yet accounts for the great bulk of any person's total lifetime learning – including that of a highly 'schooled' person (Coombs et al, 1974, p. 8).

Na linha desta proposição, está também Pires (2002), assumindo que a educação informal se desenvolve fora das estruturas educativas formalizadas, não pressupõe a existência de qualquer conteúdo programático, nem de saberes pré-adquiridos balizadores da aprendizagem, antes decorre sob uma lógica de auto-aprendizagem em que o indivíduo aprendiz é o próprio decisor acerca de caminhos e conteúdos. Em suma, pode então acolher-se a tese de Pinto (2005), que define educação informal como sendo:

tudo o que aprendemos mais ou menos espontaneamente a partir do meio em que vivemos: das pessoas com quem nos relacionamos informalmente, dos

livros que lemos ou da televisão que vemos, da multiplicidade de experiências que vivemos quotidianamente com mais ou menos intencionalidade em relação ao seu potencial de aprendizagem. De alguma maneira, a educação informal confunde-se com o processo de socialização dos indivíduos (p. 3).

A própria União Europeia, ao mais alto nível institucional, emite a sua posição sobre cada um destes três contextos no Memorando sobre a ALV, em documento no qual dá a sua própria linha definidora:

- Aprendizagem Formal: a que decorre nas instituições de ensino e formação. Por norma confere Diploma, Certificado e/ou nível de Qualificação;
- Aprendizagem Não Formal: Todas as acções ou actividades de formação devidamente estruturadas - currículos, horários, trabalhos práticos, etc. - que decorram em contexto de sala ou espaço aberto, ministradas por formadores e técnicos ou em contexto de trabalho;
- Aprendizagem Informal: a que decorre das dinâmicas normais e naturais da interacção entre todos os participantes e entre estes e as instituições participantes ou promotoras, de cujas sinergias resultará, necessariamente, um maior enriquecimento pessoal e social entre os envolvidos, especialmente daqueles que pertencerem aos grupos-alvo.

Porém, embora esta matéria mostre ser consensual no que concerne à identificação dos três momentos distintos de aprendizagem, é necessário ter em conta que esta visão tríplice enfrenta diversas dificuldades quando se procura medir, de forma comparativa, a sua incidência, porque alerta para a multiplicidade de espaços e processos relevantes quando se procura analisar (e promover) a aprendizagem ao longo da vida (Ávila, 2005) e porque se trata de saber de que modo as pessoas apreendem e reelaboram quaisquer novos conhecimentos ou saberes que lhes são propostos face à sua experiência e ao contexto onde se inscrevem (Barroso e Pereira, 1996).

Há na literatura, como se vê, um “mix” conceptual, pluri-abrangente, quiçá inevitável, que coloca questões à mera procura de fronteiras conceptuais que

procuremos encetar fazer.²⁴ É também isto que nos diz Cavaco (2002), ao reforçar que educação de adultos é uma expressão polissêmica, pois compreende a totalidade dos processos educativos que estão presentes ao longo da vida quer sejam formais, não formais ou informais. Tenha-se, portanto, bem presente que há todo um complexo edifício conceptual relativo à Aprendizagem ou Educação ao Longo da Vida e à Educação ou Aprendizagem de Adultos que alicerça, escora e baliza os três contextos, mas que o faz de forma cautelosa, porque a tripartição dos contextos de aprendizagem dos adultos não se pode apresentar como se fora hermética e dogmática. Olhemos, por exemplo, o que nos dizem Merriam, et al. (2007):

Although we are aware of the problems of trying to divide the landscape of learning opportunities into three separate categories, we are assuming that all three categories are of equal importance in the adult learning enterprise. There will always be overlaps among the three, something that educators of adults can capitalize on when designing educational activities (p. 29).²⁵

Ou seja: numa sociedade em que tudo muda constantemente, estas distinções (teóricas, mas também práticas, políticas e estratégicas) dificilmente permanecerão estáticos e procurarão, elas mesmo, os ajustamentos necessários à melhor compreensão e enquadramento com essa dinâmica civilizacional. Por isso mesmo, terminemos esta abordagem subscrevendo o que afirmam Baumgartner, Lee, Birden e Flowers (2003): “*One thing is certain. A single adult learning theory will never capture the complexities of adult learners. However, current theories will combine in*

²⁴ Conquanto os conceitos definidos o tentem, parece ser, realmente, muito difícil estabelecer uma fronteira rígida entre os três conceitos. Segundo Silvestre (2013), isto deve-se às próprias características, espaços, contextos, tempos educadores, modalidades, formadores e formandos que fazem parte desta tríplice distribuição. Este autor apresenta um quadro comparativo de dezassete características, distinguindo entre cada uma das três dimensões, mas acaba por reconhecer que nem sempre é fácil delimitar fronteiras porque há traços concordantes entre elas.

²⁵ Ultimamente têm até aparecido autores que acrescentam um quarto momento, ou contexto aos três já consagrados, a *aprendizagem incidental*. Ora, embora possa parecer haver aqui algum exagero semântico, ou demasiado arrojo na inovação analítica sobre toda esta teoria, a verdade é que esta nova visão só vem provar que é necessário ter cuidado quer nos considerandos tecidos, quer no assumir a definição dos contextos de aprendizagem em formal, não formal ou informal como um assunto encerrado.

ways that may more adequately capture the experiences, characteristics, and adults' ways of learning" (p. 44).

1.3. O binómio Desenvolvimento Local-Educação de Adultos

A Educação e o Desenvolvimento constituem um binómio indissociável, porquanto a finalidade de ambas na sociedade é alcançar melhores condições de vida e uma maior humanização (Gomez e Callejas, 2007).

A existência de uma inter-relação entre os níveis de educação e de desenvolvimento parece ser um facto merecedor de um consenso generalizado (Caleiro, 2010), tanto mais que toda a prática educativa é uma acção para o desenvolvimento e todo o processo de desenvolvimento é um acto educativo, já que ao educar-se, ao educar, ao aprender e ao partilhar conhecimentos, fomenta-se e pratica-se uma maneira de transformar o mundo, de validar ou recusar um modelo de vida e de desenvolvimento que, ao mesmo tempo, impõe uma determinada forma de encarar a educação (Gomez e Callejas, 2007).

Apesar de conhecida há muito, fruto das perspectivas dos economistas contemporâneos das sociedades pré-industriais, esta relação só viria, contudo, a ser objecto de estudo explícito e sistemático a partir da segunda metade do século XX, especialmente com o destaque da educação como um dos factores do capital humano que contribui para o crescimento económico e que se identificaria como um dos que mais contribuem para aumentar a capacidade produtiva (Gomez e Callejas, 2007).

A lenta adaptação da educação em relação ao ritmo mais rápido dos acontecimentos que tinham lugar na sociedade, com o conseqüente desajuste entre o saber, conhecimentos e aprendizagens e os ritmos de desenvolvimento da sociedade no início dos anos 70 do século passado daria lugar à primeira crise mundial da educação, que marcou a expansão da educação, pois, à necessidade de acompanhar o desenvolvimento económico e orientá-lo para o progresso social, a educação e os sistemas educativos foram encaminhados a uma abertura generalizada à população, deixando, até, de ser património da escola pois extravasa o próprio espaço da sala de aula (Gomez e Callejas, 2007). Estes mesmo autores referem que

a década de 80 [do séc. XX] seria marcada pela emergência de um pensamento global que deixou clara a necessidade de uma educação integral, universal e holística face aos novos paradigmas mecanicistas e fragmentados; e desde então confirmar-se-ia a crescente complementaridade que se observou ao longo deste século entre investir no capital físico, no capital humano e na tecnologia, de forma que cada um afecte produtividade dos restantes no processo macro de desenvolvimento estrutural (económico a social) da sociedade (Gomez e Callejas, 2007, p. 191).

Esta é, portanto, uma dialéctica incessante, em que o investimento em educação pode permitir alcançar um maior nível de desenvolvimento e este, por sua vez, pode gerar acréscimos no nível geral de educação da população (Caleiro, 2010). As vertentes mais visíveis desta relação serão:

- A educação como consequência, efeito ou "benefício" do desenvolvimento;

Neste caso, argumenta-se que

uma sociedade desenvolvida que conta com os serviços, as infra-estruturas e os elementos económicos suficientes ostenta geralmente melhores resultados educativos, formais e não formais. Em certa medida, a realidade reforçará esta visão, já que uma boa qualidade de vida corresponde, embora não automaticamente a uma maior capacidade para compreender e transformar a realidade. (Gomez e Callejas, 2007, p. 178-179)

- A educação como factor decisivo para o desenvolvimento;

Na medida em que a educação se concebe como um elemento que gera desenvolvimento, ela influi nas oportunidades pessoais e colectivas, estimula a mobilidade social, melhora os investimentos económicos e promove a distribuição menos desigual de riqueza; isto é, cria as condições oportunas para o desenvolvimento, entendido como bem-estar económico e social. (Caride, 1983, cit. por Gomez e Callejas, 2007).

Pode, por outro lado, relevar-se a existência de quatro produtos, resultantes da inter-relação entre educação e desenvolvimento. Ei-los:

- Como acto de formação da consciência humana.

O sujeito, "ser em situação", como agente de educação e desenvolvimento, tem consciência do lugar que ocupa no mundo e do significado da sua existência. *“Esta consciência é produto da sua observação das circunstâncias do meio que o rodeia e da sua experiência vital, e fruto do reconhecimento das suas possibilidades e limitações para a transformação da realidade”* (Gomez e Callejas, 2007, p. 209).

- Como satisfação das necessidades fundamentais.

A dialéctica entre necessidades e factores de satisfação é um dos pontos centrais da relação entre a educação e o desenvolvimento, na medida em que as práticas educativas orientadas para o desenvolvimento de competências que permitam aos indivíduos participar nos processos de transformação e melhoria social facilitam e ampliam o espectro de oportunidades e capacidades para aceder a melhores condições de vida, permitindo encontrar melhor solução para os problemas de cada dia e para satisfação das necessidades vitais (Gomez e Callejas, 2007).

- Sob o ponto de vista da teoria económica.

Segundo Gomez e Calleja, nos *“estudos de análise do papel da educação para o desenvolvimento está generalizado o entendimento de que esta relação se consubstancia na importância que economistas pré-clássicos deram na sua análise para a formação de trabalhadores na produtividade total”* (2010, p. 181). Há uma geração de pensadores da ciência económica que reconhece a importância da educação para o desenvolvimento, fundamentalmente no plano económico (Gomez e Callejas, 2007), cujas teorias esperam que a educação se relacione positivamente com o nível de riqueza de um país, assim como com o nível de vida. (Caleiro, 2010).

- Sob o ponto de vista institucional.

Destaque, aqui, para duas situações: os “Oito Objectivos do Milénio”; e o “Movimento das Cidades Educadoras”.

No primeiro caso, Costa (2010) refere que os objectivos, estabelecidos à escala global, foram adoptados na Cimeira do Milénio de 2000, das Nações Unidas, e são constantes da Declaração do Milénio dela resultante, indicando uma estratégia global de actuação onde, para além da menção explícita à Educação num dos objectivos, os

restantes estão associados ao Desenvolvimento civilizacional (humano, económico, sustentável) baseado na Educação: 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2 - Alcançar a educação primária universal; 3 - Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde materna; 6 - Combater o VIH-SIDA, a malária e outras doenças; 7 - Assegurar a sustentabilidade ambiental; 8 - Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento. As três prioridades da educação para o desenvolvimento deverão ser: 1 - Melhoramento da educação primária e básica, sobretudo a sua qualidade; 2 - Reorientar a educação existente em direcção a questões que tenham em conta os interesses das gerações futuras; 3 - Aumentar os níveis de compreensão e consciência dos cidadãos em geral, em relação ao papel fundamental da educação. (Costa, 2010).

No que diz respeito à segunda das situações destacadas, importa recordar que o Movimento das Cidades Educadoras estabelece como “educadora” a cidade que assuma esta função com a mesma *intencionalidade* com que assume as suas funções tradicionais (Costa, 2010). Em 2004, o conceito de ALV foi introduzido ao longo de todo o reformulado texto. Reconhece-se, agora, que as cidades educadoras devem ocupar-se das crianças e jovens, mas com vontade decidida de incorporar, nos seus projectos educativos, pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida. Este novo paradigma aponta para a cidade como um espaço social de encontro entre o global, o nacional e o local e entre a educação formal e a educação não formal e informal e para o município como dinamizador e coordenador de uma política educativa local. Desce-se à escala de actuação do município, o qual deve munir-se de *“ferramentas que lhe permitem sair da dependência do Estado para actuar localmente, convertendo-se em impulsionadoras do desenvolvimento e competitividade territorial”* (Costa, 2010, p. 113).

Em conclusão, podemos aceitar que

a educação é simultaneamente causa e consequência do desenvolvimento, o mesmo se podendo dizer do desenvolvimento que é causa e também consequência da educação”, sendo “indiscutível a unidade entre estes fenómenos sociais, que se influenciam e condicionam reciprocamente, apesar das suas diferentes funções e procedimentos. (...) Recupera-se o pensamento

de Freire (...) que entende a educação como praxis, reflexão e acção do homem sobre o mundo para transformá-lo. Esta noção coincide com a nossa forma de entender a relação entre a educação e a desenvolvimento, já que integra os conceitos de reflexão e acção. (Gomez e Callejas, 2007, p. 197-198, 203).

Revista, assim, a relação genérica, importa, agora, verificar o que diz a literatura acerca da relação mais particular, entre a EA e o DL.

Ávila (2010) afirma que a Educação é o Sistema Respiratório-Circulatório do DL, identificando, assim, uma relação de causa-efeito em recíproca alternância entre a educação e o desenvolvimento local. Afirma o mesmo autor que, se num primeiro ponto de partida se educa formativamente para o DL, acto contínuo a própria dinâmica operativa deste constitui processo efectiva e altamente educativo para cidadania de todas as pessoas nele envolvidas. É um processo contínuo e retroalimentado, que tem a “educabilidade” como pedra angular,

no sentido de que a comunidade se informe, actualize e impregne, ininterruptamente, do cultural hábito da incessante pesquisa e discussão de novas formas (formação, conforme mencionado) para se unir, capacitar, cooperar e agir em direcção à consecução de seus próprios rumos de desenvolvimento e concernentes meios de viabilização (Ávila, 2010, p. 41).

No fundo, a teoria confirma que, se por um lado a educação gera condições culturais e procedimentais para a implementação do DL, por sua vez também a própria implementação deste último propicia a melhoria educacional nos mais diversos estádios e vias de concretização (Ávila, 2010).

Pessoas desinformadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento, afirma Dowbor (2006), para quem a ideia da educação para o DL está directamente vinculada à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma activa das iniciativas capazes de transformar o seu redor, de gerar dinâmicas construtivas:

quando olhamos dinâmicas simples, mas essenciais para a nossa vida, encontramos o espaço local. Assim, a qualidade de vida no nosso bairro é um problema local, envolvendo o asfaltamento, o sistema de drenagem, as infraestruturas do bairro. Dependem essencialmente da iniciativa local a qualidade da água, da saúde, do transporte colectivo, bem como a riqueza ou pobreza da vida cultural (Dowbor, 2006, p. 2).

Neste sentido, Dowbor mostra-se convicto que *“as pessoas que convivem num território têm de passar a conhecer os problemas comuns, as alternativas, os potenciais. (...) A democratização do conhecimento do território, das suas dinâmicas mais variadas, é uma condição central do desenvolvimento”* (2006, p. 5-6).

Marini (2011), por sua vez, afirma que estas discussões evidenciam mais ainda a educação como um dos principais factores que contribuem para o desenvolvimento local, pois além de propiciar os conhecimentos para a formação técnico-profissional, apresenta-se directamente relacionada com as questões culturais, históricas, políticas e institucionais inerentes a esse local. Estes aspectos levam-nos a reconhecer quão importante é a articulação entre os processos educativos (formais; informais; não-formais) e as dinâmicas dos projectos de desenvolvimento local. Esta articulação, não se faz por *“adição linear”* da mobilização dos recursos humanos com o investimento na maior qualificação destes, antes resultando *“de uma articulação densa e intensa entre acções formativas, dinamização de associações locais, estabelecimento e dinamização de parcerias sólidas, da qualificação de recursos humanos e da mobilização emancipatória das pessoas do local e dos saberes que elas sabem”* (Terraseca, Costa e Caramelo, 2012, p. 7).

No caso muito particular da Educação que é a EA, constata-se que, do ponto de vista teórico, o processo educativo de adultos é visto como um elemento importante do DL ao mesmo tempo que os processos deste desenvolvimento são encarados como espaços privilegiados daquela educação (Loureiro e Cristóvão, 2008).

Em termos da *“mecânica”* deste processo, pode dizer-se que o desenvolvimento local é um processo educativo de adultos *“quando parte, com a*

participação activa dos autóctones, da situação existente no local, ou seja, das necessidades, dos problemas das populações e dos seus recursos e oportunidades de desenvolvimento” e tem um “valor formativo enorme, pois através dele as pessoas aprendem a conhecer-se melhor, a conhecer a realidade de outra forma e a poder intervir no seu meio com mais capacidade transformativa”. É, na essência, um processo de empowerment, porque é uma aprendizagem mútua “de construção colectiva do conhecimento, no qual participam agentes externos e os interessados nesse processo, passando estes de simples destinatários a participantes do seu próprio desenvolvimento” (Loureiro e Cristóvão, 2008, p. 1117-1118).

Esta particularidade aqui enfatizada do *empowerment*, é uma das características mais importantes desta relação entre educação de adultos e desenvolvimento local. Monteiro (2004b) refere mesmo que é um dos três princípios que a fundam, dizendo que ela revela a aceitação de um compromisso para com o “*habitante-cidadão*”, “*contribuindo para a expansão da reflexividade individual, da capacidade de participação em autonomia na deliberação democrática e na construção do seu futuro*” (p. 156), capacidade essa que se pode manifestar, por exemplo, em actividades de natureza cultural, ou outra, em todas as actividades que assentem no “*desejo do outro*”, no empenhamento na discussão pública, na aceitação da deliberação e intervenção colectivas (Monteiro 2004b, p 156-157). Ou, seja, tudo aquilo

que torna cada pessoa solidária com o mundo natural e social que a rodeia. E, para chegar a este patamar de conhecimento, é necessário passar pela experiência prática, agindo sobre o mundo, procurando e testando inúmeras e variadas relações com o mundo físico e com a sociedade, através do Trabalho e da Política (Melo, 2012, p. 489).

Aqui estará, em suma, o espelho da dialéctica já identificada, comprovada, também pela análise de Loureiro e Cristóvão (2008), onde é expresso que, “*a partir da situação existencial do adulto e do meio que o rodeia, esta dialéctica realiza um processo de consciencialização que visa tornar capaz a reflexão, a acção e a transformação do adulto e do seu meio a partir dele próprio*” (p. 1131).

1.4. Nova Museologia, Desenvolvimento Local e Educação de Adultos

Porque existem museus?

Sabe-se que o mundo do museu está ligado ao património, mas é muito mais largo do que isso, daí a existência do conceito de museal, o campo teórico que aborda todo o universo dos museus. Este conceito assume duas vertentes: uma é a museologia, o seu estudo crítico e teórico; a outra é a museografia, a descrição das suas práticas. Para cada um desses termos não existe uma, mas várias definições, que foram sendo alteradas ao longo do tempo (Desvallées e Mairesse, 2010). Na ideia de musealidade (mais abrangente, portanto, do que a de museu), está implícita a acção humana de intervir na realidade, reconhecendo nela objectos e elementos a serem guardados, coleccionados, exibidos, atribuindo significados a estes objectos (Araújo, 2012).

Assume particular interesse definir, desde já, o conceito de Museologia. Etimologicamente falando, Museologia é o "estudo do museu", ou “estudos de museu”. Mas tanto o termo como o seu derivado, museológico, assume cinco significados claramente distintos: 1 - Tudo o que se relaciona com museus e geralmente designado sob o título genérico museal; 2 - Estudos do, ou de, museu; 3 - O estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade; 4 - A nova museologia, que enfatiza o papel social dos museus e o seu carácter interdisciplinar e novos estilos de expressão e comunicação; 5 - Inclui todos os outros, e tende a estar livremente aberto a todas as experiências no campo museal. (Desvallées e Mairesse, 2010, p. 53-56).

Já o termo “museu” vem do grego *mouseion*, também usado na época romana como *museum*, que designava o templo dedicado às Musas – as nove divindades filhas de Zeus, segundo a mitologia grega (Araújo, 2012). Tanto pode significar a instituição, como o lugar onde é seleccionado, estudado e exposto o acervo museológico, tangível ou não (Desvallées e Mairesse, 2010).

De acordo com os Estatutos do International Council of Museums (ICOM, 2007), um museu é uma organização sem fins lucrativos, instituição permanente ao serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire,

conserva, pesquisa, comunica e exhibe o património tangível e intangível da humanidade e o seu ambiente, para fins de ensino, estudo e diversão.

Em conformidade com esta definição, em Portugal o conceito é constante no texto da Lei-Quadro dos Museus, Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, art.º 3.º:

1 — Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos;

b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

2 — Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.

Comparando e tentando sintetizar, de alguma forma, as definições e proposições aqui apresentadas, poder-se-á assumir que um museu é "*uma instituição museológica permanente, que preserva colecções de documentos físicos e gera conhecimento sobre eles*" (Van Mensch, 1992, cit. por Desvallées e Mairesse, 2010, p. 58). Ficariam, no entanto, algumas reservas relativamente à exclusividade do carácter físico das colecções, pois isto nega o legado intangível que também faz parte do património, tão importante na preservação da memória das comunidades locais. Daí que a melhor opção talvez seja adoptar a definição geral do ICOM, até porque "*esta é a definição referência na comunidade internacional*" (ICOM, 2007).

Em termos históricos, tenta-se, na resenha breve que se segue, perceber por que razão se afirma que o museu é uma construção erudita²⁶. De acordo com Lewis (2004), as primeiras ideias de museu encontram-se no II milénio A.C., em Larsa, na Mesopotâmia, onde cópias de inscrições antigas foram reproduzidas para uso educacional. Mais tarde, na Antiga Grécia e Império Romano, começa a prática de abrir ao público, muitas vezes mediante o pagamento de uma pequena taxa, as colecções alojadas nos templos, oriundas das oferendas votivas. Na Europa medieval, as colecções eram principalmente a prerrogativa de casas nobres, em geral e reais, em particular, e ainda (ou sobretudo) da Igreja Católica.

É no século XVII que se dá a constituição de colecções, fruto do interesse crescente pela história natural e humana. Este é também o período em que as primeiras sociedades científicas formaram suas próprias colecções, sendo as mais conhecidas a *Accademia del Cimento*, em Florença (1657), a *Royal Society*, de Londres (1660) e a *Académie des Sciences*, de Paris (1666). Por esta altura, também os grandes coleccionadores começavam a gerir, adquirir ou alienar as suas colecções. Uma das mais famosas foi formada e desenvolvida pela família Médici em Florença, a qual passou depois à pertença do domínio público, já no decorrer do século XVIII.

Segundo Araújo (2012), o passo seguinte na evolução da área veio com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas na Europa, que marcam a transição do Antigo Regime para a Modernidade. Surge o conceito moderno de Museu Nacional, de carácter público, com reforço da natureza custodial destas instituições, sendo o *Musée du Louvre*, de Paris, sua instituição paradigmática.

No final do século XIX e primeiro quartel do século XX, abriu-se caminho para a construção de um campo científico específico dedicado aos museus, e para o aparecimento do movimento associativo (a primeira associação profissional foi a *Museum Association*, de Londres, em 1889) que deu origem ao *Office International des Musées* (OIM), em Paris, em 1926. É nesta altura que a corrente funcionalista dos museus ganha força, sobretudo com o modelo do *British Museum* e de forma mais acentuada nos Estados Unidos, onde se desenvolveu a área do *Museum Education*. É também neste período que William Flower surge a defender a ideia do

²⁶ Expressão usada pelo próprio Director do Museu Agrícola de Riachos, em entrevista pessoal do autor.

“museu local”, isto é, um museu profundamente relacionado com a comunidade local à qual serve, tanto em termos da sua gestão, quanto em relação aos itens da sua colecção; e a existência da “dupla função” dos museus: a tradicional e a que permitia estudo, pesquisa e conhecimento.

Depois de décadas de críticas ao sistema funcionalista do museu, que tendia a ver apenas a acção dos museus sobre os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação, Pierre Bourdieu e outros sociólogos deram origem a uma nova forma de olhar para os museus, no que veio a tratar-se de uma grande mudança de paradigma: de depósitos de objectos – portanto, orientados para as colecções- para lugares de aprendizagem – ou seja, orientados para os públicos. Nas décadas de 60 e 70 do século XX muitos estudos, sobretudo levados a cabo por autores das linhas cognitivistas e construtivistas (a britânica Eilean Hooper-Greenhill, está entre estes autores é considerada uma das autoridades de referência em toda esta matéria) que incidiram sobre o universo dos visitantes suas percepções e motivações, vieram a dar origem a modelos e teorias centrados nos objectivos de comunicação, memorização, aprendizagem e de mudança de conduta desses visitantes.

De entre os avanços mais recentes em Museologia destaca-se o movimento da Nova Museologia. A primeira expressão pública e internacional deste movimento deu-se em 1972, na Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo ICOM, que debateu a função social do museu, onde surgiu a ideia do museu integral, que deveria proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. O movimento foi formalizado na Declaração de Quebec, em 1984, nascendo aí o Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Nomes como Henri de la Rivière e Hugues de Varine, por exemplo, são incontornáveis nesta grande mudança na museologia, que defende uma nova rede de conceitos composta por território, património e comunidade.

No que concerne à tipologia dos museus, encontramos na literatura diversíssimas categorizações possíveis, dependendo das correntes que seguem os seus autores, sendo também verdade que estas divisões não são mutuamente exclusivas, podendo um museu de um dos tipos apresentados possuir características comuns a algum(ns) do(s) outro(s). Assim, distribuídos por duas grandes áreas - a

Museologia Clássica e a Nova Museologia - eis a lista de tipos que nos é dada por Lewis (2004).

Museus Clássicos:

- Museus enciclopédicos. São fruto do espírito enciclopédico do Iluminismo europeu. O Museu Ashmolean, da Universidade de Oxford, aberto em 1683, é geralmente considerado o primeiro museu criado por um órgão público para o benefício público.

- Museus nacionais. Apareceram no séc. XIX com o papel de preservar o património histórico de uma nação, da sua consciência e identidades nacionais. Assim continuam até hoje.

- Museus regionais, municipais e locais. Começaram a desenvolver-se no final do séc. XIX a partir de colecções de benfeitores particulares e sociedades privadas. Na Grã-Bretanha, num contexto de reformas para superar os problemas sociais decorrentes da industrialização, eram vistos como um meio de dar instrução e entretenimento a uma população cada vez mais urbanizada. Também tiveram um papel importante na promoção do orgulho cívico.

- Museus em espaço aberto, de ar livre. Contemporâneos dos dois anteriores, surgiram na Suécia (Museu “Nordiska”, de Estocolmo), como forma de preservar aspectos tradicionais da vida da nação nórdica.

Museus integrados na Nova Museologia:

- Museus de lugar, de sítio. Preservam importantes sítios arqueológicos e áreas de habitat natural, mantendo, tanto quanto possível as condições ambientais e climáticas originais.

- Museus virtuais e cyber museus. Aproveitam a disponibilidade e alta capacidade das tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente as bases de dados computadorizadas, a vídeo-imagem, digitalização documental e a Internet, como forma de melhor apresentar e interpretar o património existente ou extinto. Este último conceito, muito em voga na actualidade, é tanto bem aceite como controverso. Por exemplo, Desvallées e Mairesse chamam-lhe pacote de soluções para os problemas dos museus e, por isso, em sua defesa, lembram que

'virtual' não é o oposto de 'real', como tendemos a acreditar muito facilmente, mas sim o oposto de 'real' em seu sentido original de 'agora existente. (...) O museu virtual pode ser visto como todos os museus possíveis, ou todas as soluções possíveis aplicadas aos problemas a que respondem os museus tradicionais (2010, p. 59-60).

- Ecomuseus e Museus Comunitários. Preocupam-se com o desenvolvimento do território e com a participação das populações nesse desígnio. São museus enraizados nos territórios e “vivem” a vida das comunidades a que pertencem, a qual melhor entende e defende o seu património natural e cultural.

Finalmente, quanto ao Papel e Funções, os museus preservam a memória colectiva, tal como corpórea e incorporeamente expressa através do património cultural e natural, ao mesmo tempo que proporcionam a partilha, apreciação e compreensão da herança colectiva. Representam uma *“importante contribuição para o conhecimento e fornecem as pistas primárias de pesquisa a uma série de disciplinas, tais como arqueologia e ciências naturais”* (Lewis, 2004, p. 12). São os guardiões de *“importante e insubstituível património natural e cultural do mundo”*, pelo *“que é normal que tenham estatuto especial na legislação internacional e nas leis nacionais, que os protegem”* (Lewis, 2004, p. 1).

Veja-se, por exemplo, o que diz legislação portuguesa, a respeito. No artigo 2.º da já citada Lei-quadro dos museus, consagram-se os princípios a que obedece a política museológica nacional. No interesse específico do presente trabalho, indicam-se apenas quatro dos princípios aí consagrados, por parecerem aqueles que mais claramente dizem respeito à Educação e ao Desenvolvimento, em geral:

- a) Princípio do primado da pessoa, através da afirmação dos museus como instituições indispensáveis para o seu desenvolvimento integral e a concretização dos seus direitos fundamentais;*
- b) Princípio da promoção da cidadania responsável, através da valorização da pessoa, para a qual os museus constituem instrumentos indispensáveis no domínio da fruição e criação cultural, estimulando o empenhamento de todos os cidadãos na sua salvaguarda, enriquecimento e divulgação;*

c) Princípio de serviço público, através da afirmação dos museus como instituições abertas à sociedade;

h) Princípio de descentralização, através da valorização dos museus municipais e do respectivo papel no acesso à cultura, aumentando e diversificando a frequência e a participação dos públicos e promovendo a correcção de assimetrias neste domínio;

Este postulado liga os Museus à EA e DL o que vai na linha do pensamento de Lewis (2004), para quem:

1) os museus têm o importante dever de desenvolver o seu papel educativo e atrair um público mais vasto da comunidade, localidade ou grupo que servem, sendo que a interacção com a comunidade e a promoção do seu património é uma parte integrante do seu papel educativo (p. 11);

2) os museus devem trabalhar com as comunidades, na medida em que os seus acervos reflectem o património cultural e natural das mesmas, com “fortes afinidades com a identidade nacional, regional, local, étnica, religiosa ou política (p. 12).

1.4.1. O que é a Nova Museologia

”A Nova Museologia é a ciência que estuda a história dos Museus e que se distingue do anterior conceito por ter como objectivo principal o ser humano” (Amado, 2011, p. 27). O interesse da Nova Museologia centra-se nos novos tipos de museus, ou seja, de um modo geral, a maioria das novas propostas [museológicas] que visem a utilização do património local para promover o desenvolvimento local, por contraste com o modelo clássico, cujo foco de interesse são as suas colecções (Desvallées e Mairesse, 2010). Isto mesmo é confirmado por Amado (2011) ao afirmar que a grande distinção entre a Museologia Tradicional e a Nova Museologia, é que enquanto a primeira centraliza a sua acção nos objectos e na colecção, já a segunda transforma o Museu num espaço dinâmico e centrado na sociedade. Hugues

de Varine (1996), estabelece uma comparação ainda mais extensiva entre as ideologias da Museologia Tradicional e a Nova Museologia, defendendo que

na primeira está subjacente uma função educativa num edifício (Museu) no qual existe a colecção disponível a um determinado público, ao passo que na segunda parte-se do princípio de uma função pedagógica entendida como base para o desenvolvimento local de uma determinada comunidade participativa, tendo por base um determinado património inserido no contexto de um território (p. 18).

O esquema que traduz este pensamento é o seguinte:

Tabela 1: Diferenciação entre Museologia Tradicional e Nova Museologia

Museologia Tradicional	Nova Museologia
Edifícios	Território
Colecções	Património
Público determinado	Comunidade Participativa
Função educativa	Função pedagógica entendida como base para o desenvolvimento local

Fonte: Varine, 1996.

Fernández (1999, p. 105) refere que este esquema deve ser enriquecido desta forma:

Tabela 2: Diferenciação entre Museu Clássico e Museu de Desenvolvimento da Comunidade

Museu Clássico	Museu de Desenvolvimento da Comunidade
Edifício(s)	Território
Colecção(ões)	Património (cultural, natural) e todos os recursos disponíveis na comunidade
Disciplina(s) científica(s) e prática(s)	Desenvolvimento global, ênfase interdisciplinar: a) população da comunidade; b) visitantes da comunidade
Prospecção do conhecimento	Capacidade de iniciativa criativa educação e entretenimento

Fonte: Fernandez, 1999.

Apreciando sumativamente toda esta matéria, pode adiantar-se, segundo Santos (2002), que os princípios básicos que norteiam as acções da Nova Museologia são resumidos nos seguintes pontos: 1 - Reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos; 2 - Utilização da memória colectiva como um referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade; 3 - Incentivo à apropriação e reapropriação do património, para que a identidade seja vivida, na pluralidade e na ruptura; 4 - Desenvolvimento de acções museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não as colecções; 5 - Socialização da função de preservação; 6 - Interpretação da relação entre o homem e o seu meio ambiente e da influência da herança cultural e natural na identidade dos indivíduos e dos grupos sociais; 7 - Acção comunicativa dos técnicos e dos grupos comunitários, objectivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social.

Na corrente da Nova Museologia, há dois conceitos que interessa esmiuçar nesta abordagem teórica: a função social do Museu; e o Museu Local/Museu comunitário

- A “função social” do museu.

O museu social, completamente direccionado para a comunidade e para o seu desenvolvimento (ou seja, tudo o que representa a Nova Museologia) é, como diz Amado (2011), um espaço onde cada vez mais se desenvolvem actividades paralelas e específicas, que são apanágio da vertente social da museologia, tais como debates públicos, exposições temporárias, acções de sensibilização junto das comunidades, entre outras e que são caracterizados por: 1 - Liberdade e descentralidade; 2 - Papel central exercido pela comunidade nos destinos do Museu; 3 - Pluralidade de acção, ou seja, diversidade no tempo e no espaço; 4 - Local privilegiado de produção e comunicação de conhecimentos.

Acerca deste “*âmago da museologia social*”, Davis afirma: “*o envolvimento com a comunidade foi requerida para inspirar tanto o museu como a população local, para reflectir e proteger o meio ambiente local, e com um acrescido incentivo para potenciais benefícios económicos*” (2011; p. 53). Neste sentido, segundo Amado, “*este novo museu, ou o museu social, deverá apelar às memórias, vivências e experiências das populações assumindo-se como um museu de proximidade, podendo partilhar essas experiências e vivências*” (2011, p. 34).

O apelo constante à participação e mobilização das pessoas da comunidade a que pertence e onde se insere o museu local é a condição fundamental para que a instituição seja um “museu social”. Se essa é a primeira linha estratégica, torna-se indispensável a sensibilização e a consciencialização dos cidadãos de modo a que eles participem e o façam de uma forma activa (Guerreiro, 1998). Logo, é essencial envolver a população (motivando-a, esclarecendo-a, auscultando-a) para que o museu se identifique com o ambiente psicológico que resulta da relação que ao longo dos anos se foi criando entre as pessoas e o meio (Gomes, 1998).

O museu social é, também, um local (entendido na sua globalidade) de discussão, de fórum, pela necessidade de acompanhar o movimento de mudanças ocorridas na sociedade. Por isso, Moutinho (1993), diz que o conceito traduz parte do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea. Na senda, aliás, da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, que segundo Primo (2007) pode ser considerada como o primeiro encontro preocupado com a interdisciplinaridade e que conduziu o contexto museológico na direcção do seu papel social²⁷.

Todos estes aspectos são, afinal, características do “museu aberto” da nova museologia, que é, diferente do “museu fechado” da museologia clássica, porque trabalha com novas componentes: a Memória colectiva; a Comunidade; o Território; os Patrimónios; os Saberes. E tem ao seu dispor novos recursos: as colectividades e as associações locais; o trabalho em parceria e a associação em rede; os intercâmbios e os apoios internacionais que permitem o contacto com outras realidades, com outras experiências, com outros saberes (Faria, 2012).

- O Museu Comunitário e Museu Local.

O museu comunitário é um espaço onde se pode agendar compromisso de reorganizar o património, transformando-se num centro de gestão cultural com encontros e diálogos, como um dinamizador do saber comunitário, sendo uma

²⁷ É certo que um Museu não é, no sentido estrito do termo, uma empresa, mas sendo possível que assuma, em certos aspectos, características de gestão empresariais (modelo de marketing, liderança, etc.) esta questão da função social do museu poderá ser também entendida na esfera da sua própria responsabilidade social, se, como diz Ramos (2011), a sua acção contribuir para a melhoria da qualidade de vida, a educação e o bem-estar das colectividades locais.

instância onde convergem os distintos atores culturais e fomenta a exploração, o descobrimento, as trocas intelectuais e as renovações (Desvallées e Mairesse, 2010). O museu comunitário verifica a história da comunidade que ocupa o território, buscando as raízes do passado e os laços e produções culturais para a preservação do património e actividades que possam perpetuar a arte, cultura e a economia (Oliveira, 2013).

Daí que uma boa parte dos museus locais ligados à Nova Museologia, que têm uma relação de acção patrimonial com a comunidade no sentido do desenvolvimento, e onde é mais visível a “função social”, que implica participação, são museus comunitários (Carvalho, 2013).

Já quanto à distinção do conceito, antes de mais, enquanto razão de ser, o museu local tem que ser uma demanda da comunidade, porque tem a ver “*com invenção local, invenção que em cada caso resulta em coisas diferentes, porque cada projecto local é uma invenção, uma inovação total, mesmo quando os promotores já conhecem outras experiências*” (Carvalho, 2013). Ou seja, se o museu local não nasce com esta identidade, fenecerá.²⁸ Moutinho (1989) chama a atenção, precisamente para isto: os perigos que muitos Museus Locais correm ao sucumbirem à tentação de assumir responsabilidades e tarefas que cabem aos Museus Nacionais, “*sabendo nós que o que faz a especificidade de cada comunidade não é tanto a diversidade dos seus artefactos, mas sim a natureza dos seus problemas de desenvolvimento*. (p. 47). Varine reforça esta ideia, dizendo que “*se os museus nacionais têm que sobreviver em todo o caso porque são o tesouro nacional, já os museus locais são da responsabilidade das comunidades locais e dos territórios*” (Carvalho, 2013).

²⁸ Varine dá, inclusivamente, um exemplo concreto, que aconteceu em Portugal:

No primeiro ano, quando o presidente de câmara foi eleito, ele estava interessado em museus e no património. Então, foram criados cinco museus: um no centro da vila de Aljezur e quatro em várias freguesias. Eram museus dedicados a uma especialidade: um moinho numa freguesia, bordados noutra, etc. A câmara municipal havia decidido criar museus para dinamizar o território. Quando fomos a Aljezur, três anos depois da criação desses museus, quatro de cinco já tinham fechado e isto passou-se antes da crise. Só que aqueles pequenos museus criados por decisão autárquica nunca foram visitados por ninguém, não havia uma necessidade, não havia uma demanda. Era uma oferta sem contrapartida. E sem participação da população (Carvalho, 2013).

Quanto ao modo de actuar, segundo Moreira (2007), nos museus locais que surgiram nas últimas décadas do século passado existem quatro situações distintas, relacionadas com os objectivos que os fundamentam e, claro está, com as práticas que daí derivam:

- O não-museu: procura imitar os grandes museus, por falta de meios técnicos e financeiros, acaba por não cumprir qualquer função;

- O museu incompreendido: o “museu primeiros socorros”, que se assume como prestador de serviços, um museu concebido para ser utilizado pelas populações consoante as suas necessidades pessoais ou colectivas, ou seja, um museu com objectivos nobres, mas que, pelo seu carácter de “faz tudo”, dificilmente é tomado a sério pela comunidade e pelas instituições regulatórias;

- O museu politicamente correcto: é o museu local tradicional de nova geração. Procura salvaguardar o património local e assumir um papel de interventor activo na promoção das bases culturais e identitárias existentes na sua área de influência;

- O museu promotor: tem como objectivo fundamental da sua actuação a promoção do desenvolvimento local, aberto a toda a participação popular. Tem duas dimensões de actuação: a interna – como guardião das especificidades e da manutenção das diferenças locais; e a externa - como reforço da visibilidade local no exterior, reforço da atractividade turística, agente de animação, agente da valorização dos produtos artesanais locais através da promoção da inovação na tradição. Os grandes objectivos e de objectivos específicos materializam-se em planos estratégico e operacional do museu, elaborados através de metodologias participativas; privilegia as acções colectivas de base local, em detrimento das acções com contornos ou objectivos individuais.

1.4.2. A relação entre Nova Museologia e Desenvolvimento Local

Para Hugues de Varine, é um princípio clássico do movimento local de todos os modelos desenvolvimentistas a ideia de que cada pessoa tem uma competência, tem um saber de vida e que é necessário utilizar. Para aquele ilustre museologista e antigo Director do ICOM/UNESCO, estamos perante

um princípio de Paulo Freire, quando dizia que cada um de nós sabe muito e se valorizarmos o saber de cada pessoa temos uma riqueza enorme de saberes que podem ser utilizados para o desenvolvimento local, para a política e para tudo, inclusive para a gestão do património, para a criação de instituições educativas e instituições do tipo museu. Por um lado, temos um princípio político, que é o princípio da função social e, por outro lado, o princípio empírico, que é a utilização dos saberes das pessoas. E se estes dois conceitos se unirem num projecto então temos participação (Carvalho, 2013).

Entretanto, Primo atesta que a acção museológica deve criar situações que levam ao desenvolvimento e reflexão da comunidade: *“por esta razão, à instituição Museu é atribuído valor, não só pelo seu património arquitectónico e as suas colecções, mas também, e acima de tudo, pela sua representatividade perante a comunidade na qual está colocado. (2007, p. 88). Se, e quando assim acontecer, as instituições museais passam a ser vistas de forma diferente, pois “graças às suas atitudes, permitem criar condições para o desenvolvimento económico, turístico e comunitário, na medida em que se criam postos de trabalho, incrementam a produção tradicional, levam à atracção turística, desenvolvem o comércio e valorizam a identidade cultural (Teixeira, 2005, p. 9).*

Importa, portanto, problematizar o lugar da museologia como um processo de desenvolvimento integral:

Quais são os espaços que se constituem como campos de acção museológica. Como se incorpora a acção museológica tradicional, os objectos museológicos tradicionais com práticas inovadoras. Como é que a museologia reconstrói a relação entre a tradição e a modernidade no âmbito das relações entre o local e o global. (Leite, 2011. p. 11).

Para Primo (2000), pensar o Museu nos nossos dias é pensar numa organização perfeitamente integrada na comunidade para a qual existe, porque não poderá encerrar-se no espaço físico do seu edifício nem centrar as suas investigações

nas colecções que possui, mas sim estender-se à investigação multidisciplinar relacionada com a região onde se insere. Só assim passará a propor alternativas para o desenvolvimento local.

No caso concreto da corrente Nova Museologia, é importante dizer que a sua relação com o Desenvolvimento local e regional, tem como pressuposto que a *“preservação do património, a etnografia, a gastronomia, o artesanato e a paisagem são factores de desenvolvimento específicos (...) que constituem produtos com procura dinâmica nos mercados”* (Pimpão, 1998, p.15). Mendes (2009) também acredita que *“a instituição museológica exerce outras funções, não de menor relevo, a saber: na educação e na cultura, no reforço da identidade das respectivas comunidades e no próprio desenvolvimento”* (p. 49).

Ora, se o Museu tem uma missão assim tão marcante, o grande desafio que se coloca ao nível dos museus locais é a sua capacidade de funcionar, como instrumento desse DL, assumindo a sua de actuar como instrumento de difusão cultural e patrimonial de importância e impacto local (Primo, 2006). E o Museu assume-se *“como instrumento de desenvolvimento local pela utilização do recurso endógeno “património”, tendo como função a recuperação do património cultural de uma comunidade, desempenhando um papel social”*. (Amado, 2011, p. 47).

Diz o antropólogo e Director do Museu Nacional de Etnologia, Joaquim Pais de Brito, que os museus locais

são elementos de leitura do próprio território, da sua história, dos modos de habitar, da relação que as pessoas têm com eles. Assim, o museu descobre vias de intervir no desenvolvimento, promovendo a actividade dos artesãos (...) ou articulando-se com algumas intervenções no território (...) Hoje, é difícil pensá-los fora da ideia de desenvolvimento sustentável, dentro do limiar da nossa visão e controlo, da nossa acção de homem e sociedade sobre esse desenvolvimento. (Aranha e Limão, 2004).

Por outro lado, um museu local de características comunitárias

é, acima de tudo, um processo integrador de dois recursos essenciais do desenvolvimento local, que são os recursos humanos e o património, cultural e natural. Ora, sobre todo o território, há, no mínimo, dois recursos que estão sempre presentes: os habitantes (como mão-de-obra, como memória, como saber, como riqueza, como capacidade de iniciativa) e o património (monumentos, objectos, paisagens, matérias-primas, tradições). O Museu comunitário tem a possibilidade e a missão de fazer uma síntese dinâmica entre o recurso humano, a população, e o património total, global, que existe sobre o território (Varine, 1998, p. 30-31).

O museu surge-nos assim, definitivamente, como um elemento importantíssimo a considerar em políticas e estratégias de desenvolvimento, constituindo não só um valioso repositório de história e de cultura como também um agente dinâmico, ao serviço da comunidade. Pelas suas múltiplas implicações na criação de postos de trabalho e dinamização socioeconómica das localidades e respectivas comunidades, qualidade de vida, reforço da identidade e preservação da memória colectiva, urge prestar-lhe mais atenção e tirar partido das suas enormes potencialidades. Em muitos casos, dever-se-á recorrer a estruturas desactivadas - antigas fábricas, moinhos, lagares de azeite, mercados, estações elevatórias ou centrais eléctricas - o que poderá nem sequer exigir elevados investimentos. Noutros casos, será mesmo aconselhável proceder à musealização de sítios ou de conjuntos.

Assim, as estratégias de desenvolvimento integral devem, cada vez mais, integrar acções multi-variadas no âmbito da museologia (Mendes, 2009). De entre essa gama enorme de acções, destaquem-se aqui as que dizem respeito a três grandes vertentes:

- Pela vertente económica.

Quais os mecanismos através dos quais os museus poderão constituir pólos de desenvolvimento? Pela criação de emprego ou pela sua entrada nos circuitos turísticos, por exemplo, especialmente na sua vertente de turismo cultural (Mendes, 2009). Neste campo particular, pode, até, contribuir para a recuperação económica nas regiões urbanas, porque os museus agem como catalisadores para a regeneração

urbana, como elementos de esquemas de reabilitação específicos ou como parte da renovação mais ampla do perfil de uma cidade. (Evans, et al. 2001).

- Pela vertente social.

A experiência considerada pioneira e paradigmática desta natureza foi o projecto de um museu espalhado por toda a comunidade urbana de Le Creusot e Montceau-Les Mines, na França, no ano de 1971, no qual o património colectivo e comunitário substituiu a noção tradicional de colecção e a gestão do ecomuseu era compartilhada por um grupo de associações e de voluntários da própria comunidade. Mas, como um dia disse Georges Henri Rivière, um dos famosos promotores desta experiência inovadora, fazer do museu uma instituição ao serviço da sociedade é uma verdadeira revolução relativamente à museologia tradicional (Mendes, 2009). Para que isso ocorra, afirma Primo (2006), é fundamental que esses museus assumam que a sua intervenção se insere também na discussão e busca de solução dos problemas dos indivíduos enquanto pessoas e enquanto seres que fazem parte de uma colectividade; na interpretação e intervenção comunitária; e na importância que assumem os processos de intervenção.

- Pela vertente da investigação.

A investigação e o conhecimento sobre o Património e a História Local representam um precioso contributo para a afirmação e o envolvimento das populações, pelo que os museus a devem utilizar como um objecto de trabalho, não só em iniciativas ligadas a organização de Colóquios, Conferências ou Debates, mas também como uma ferramenta fundamental para a educação e sensibilização de jovens e adultos.

A potencialidade desta iniciativa é enorme e constitui um factor fundamental no desenvolvimento e afirmação das pequenas comunidades, pois é fácil encontrar nas reservas documentais locais e nos testemunhos, matéria de estudo e análise, tratado ou inexplorado, que permite gerar fortes contributos para a história geral e local dos povos. Além disso, esta actividade gera como, nenhum outro, um forte sentido de pertença cultural, já que os resultados obtidos foram intervencionados pelos próprios habitantes (Stoffel, 2003).

Trata-se, então, de assumir que o museu, como qualquer outra organização, deve estar ao serviço do Homem. O Museu Local, enquanto promotor de

desenvolvimento, não pode actuar de forma descontextualizada dos problemas locais da sua área e das pessoas que formam a comunidade local, sob pena de poder vir a actuar em isolamento (Primo, 2006). Assim sendo, é necessário que a instituição adopte as estratégias que considere mais adequadas a uma mais efectiva intervenção na promoção do desenvolvimento local.

A título de exemplo, aponte-se a estratégia dos “Dois Domínios”, desenvolvida por Moreira (1999, pp. 6-9) e, basicamente assim caracterizada:

- O domínio Interno: acção museológica que visa, directamente, a promoção do bem-estar, material e imaterial, da população da sua área de influência.

- O domínio Externo: acção museológica que visa, indirectamente (captação de fluxos financeiros exógenos, por exemplo), a promoção do bem-estar material e imaterial da população.

Na obra deste autor, que acolhe a sugestão de Primo (2006), destaque para a ideia de que um museu local que se assume ao serviço das populações deve intensificar a vertente interna da sua acção de modo a que:

Promova a experiência colectiva;

Incentive os processos de participação e reflexão;

Assuma a importância de todos os saberes, independentemente do seu carácter profissional ou científico;

Privilegie os processos mais do que os produtos finais;

Seja concebido e construído pela população, eventualmente com o suporte técnico de museólogos;

Seja gerido, por e para a população;

Seja avaliado não só em função de parâmetros económicos, mas também em termos da sua prestação no domínio social. (Moreira, 1999, p. 14)

A literatura, conquanto aponte pistas, não apresenta preocupações acerca do estabelecimento de listas exaustivas pré-formatadas de receitas para estas estratégias, pelo que cada museu implementará as que julgar mais ajustadas à sua realidade.

1.4.3. A Relação entre a Nova Museologia e a Educação

O museu é um espaço de cultura, vivenciado de uma forma geneticamente física, corporalmente envolvida, em que o movimento é inevitável e natural (Hooper-Greenhill, 2007), daí ocorrendo o espanto, a surpresa e a espontaneidade e onde a satisfação pessoal, a auto-confiança e a auto-estima (componentes-chave da autonomia) se podem desenvolver na experiência estética, no encontrar de algo interessante que estimule a curiosidade em aprender algo concreto, no reconhecimento de quaisquer dados pessoais ou científicos que contribua para o enriquecimento pessoal (Ochoa, 2008). É o cenário fundamental onde se conjugam critérios de lazer e de desenvolvimento pessoal, de informação e de experiência directa, de culturas legitimadas e de diversidade cultural (Alves, 2007).

A partir dos anos 60 de século passado a educação nos museus converte-se numa matéria de reflexão e de estudo, passando-se da política museística, centrada no objecto, para uma política centrada nos sujeitos que dele podem aprender. Em meados da última década do Séc. XX, na Inglaterra, começou a chamar-se a atenção para o papel que os museus deveriam passar a desempenhar no processo educativo e em outros países se tem sublinhado o facto de os museus deverem ser considerados como verdadeiras instituições, na sequência, aliás, de uma reflexão de uma comissão especializada, sob a égide da Associação Americana de Museus, segundo a qual “*se as colecções são o coração dos museus, a educação é o espírito*” (Mendes, 2009, p. 157).

Haverá, assim, uma relação directa entre a instituição “museu” e a acção educativa. Knubel (2004) apresenta uma lista tri-partida das prioridades de qualquer museu: 1 - manter colecções; 2 - empregar estudiosos a pesquisar e expor colecções; 3 - prestar um bom acesso e educação. Mas, como nos diz Mendes (2009), nas últimas três décadas, de todas as funções museológicas constantes na definição do ICOM, a que mais se tem destacado, em termos de estudo e debate, é a função educativa e no seu Código Deontológico para os Museus, estabelece o princípio de que os museus têm o “*importante dever de desenvolver o seu papel educativo atraindo e ampliando os públicos saídos da comunidade, localidade ou grupo a que servem. Interagir com a comunidade e promover o seu património é parte integrante*

do papel educativo dos museus” (2009, p. 12). O museu é, portanto, “*uma instituição cultural intrinsecamente educativa*” e “*converte-se num instrumento de aprendizagem*” (Mendes, 2009, p. 158). Deste modo, a sua razão de ser é a educação em sentido lato, pois embora seja possível haver nele colecções que não sejam essencialmente educativas, logo que elas são abertas ao público, o museu torna-se uma instituição de ensino (Hein, 2005; Alves 2007; Mendes, 2009). Na verdade, os museus podem ser via fundamental para uma educação capaz de contribuir para o desenvolvimento alargado e integral das várias dimensões do ser humano em qualquer situação e momento da sua vida. (Chagas, 2002).

Importa, portanto, ter em mente que a educação aqui tratada, é um “*processo dialógico comprometido com a transformação social, com a instrumentalização de indivíduos e grupos sociais para melhor enfrentarem os seus problemas através de uma formação humanística, do desenvolvimento da criatividade e do aprimoramento da inteligência crítica e reflexiva*” (Chagas, 2002, p. 52), pelo que, de entre os resultados mais positivos desta acção educativa de intenso cariz social, se destacam “*o aumento do conhecimento e da compreensão, o desenvolvimento de novas competências e habilidades, e a inspiração para saber mais*” (Gibbs, Sani, e Thompson, 2007, p. 20). Fundamental, no fundo, é reter, como o faz Mendes (2009), que a educação deve ser considerada como um dos principais objectivos da política do museu e que sem esse compromisso, a educação no museu tenderá a ser vista apenas como uma mera jogada de marketing para aumentar o número de visitantes.

Decorre do preconizado no art.º 27.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem que todo ser humano tem direito a participar livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e partilhar o avanço científico e os seus benefícios. No mundo museal, este desígnio não foi deixado passar em claro pelo ICOM, que, no seu Código Deontológico para os Museus, logo estabeleceu que estes “*criam condições para o conhecimento, a compreensão e a promoção do património natural e cultural*” (2009, p. 12). Neste sentido, as entidades museológicas, voltadas para o público, estabelecem mecanismos de acolhimento, participação e consolidação de laços sociais para que o processo educativo possa ocorrer, pelo que pensar na função educativa de uma instituição museológica implica assumir o seu cariz social (Alves,

2007). Seja por razões políticas, culturais ou institucionais²⁹, os museus assumem papéis como agentes de mudança social, com responsabilidades de inclusão social³⁰ e desenvolvimento comunitário, bem como apoio ao desenvolvimento científico e da aprendizagem ao longo da vida (Gibbs, et al, 2007).

Uma organização aprendente, como deve ser o museu, deve ter sempre em conta o papel prioritário que a vertente educativa assume na sua missão. Daqui que a aprendizagem seja parte importante e visível de todos os aspectos do trabalho dentro do museu, quer no planeamento das exposições, feiras ou eventos especiais, quer na forma como recebe e lida com os visitantes, quer ainda na prestação de oportunidades de aprendizagem específicas.

Dado este mote, vale a pena, pois, abordar com um pouco mais de profundidade esta questão da educação como face da função social do museu, sobre dois prismas concretos: a promoção da cidadania activa; e o recurso e valorização do voluntariado.

- Pela promoção da cidadania activa

A relação que acontece entre as pessoas e obras/objectos/espécimes em exposição nos museus, serve como indicador para a motivação e o comportamento de aprendizagem. Os museus, criando o ambiente propício para a aprendizagem e educação, tornam-se pelo desenvolvimento do “espírito do lugar”³¹, espaços privilegiados de aprendizagem social. As parcerias de aprendizagem entre museus e outras instituições públicas e privadas, ao trabalharem com cidadãos com diferentes origens sociais e culturais, são um motor de cidadania activa, porque criam uma base

²⁹ De acordo com o referido por Araújo (2012), trabalho pioneiro de Pierre Bourdieu, percepção, por um lado, o papel que a cultura exerce na dinâmica social, e, por outro, que as relações de força no ambiente social não se relacionam apenas com uma dimensão objectiva, fruto da distribuição desigual das riquezas económicas, mas também possuem uma dimensão simbólica, operada por meio da escola, das artes e das práticas culturais e também das visitas aos museus.

³⁰ Há muitos meios para os museus expressarem esta componente social, progressista, da educação. Os museus podem apoiar o crescimento e desenvolvimento da democracia e direitos humanos para todos, de inúmeras formas. É da responsabilidade da comunidade a que pertence o museu reconhecer essa tarefa e explorar as suas oportunidades (Hein, 2005).

³¹ O “espírito do lugar” é um conceito antigo criado pelo fundador Museu de Arte Moderna, do Louisiana, Knud W. Jensen que, grosso modo, resulta da união criada pela arte, arquitectura e paisagem de um determinado lugar, intensificada pelas experiências e sensação de a vivenciar. (Lundgaard, 2013)

contributiva competente e relevante para o desenvolvimento sustentável da sociedade (Lundgaard, 2013).

- Pela valorização e recurso ao voluntariado

O recrutamento de voluntários, com interesse ou experiência, pode ser vital para um bom desempenho institucional em ordem a essa aprendizagem. Os voluntários podem desenvolver políticas e programas de educação; oferecer actividades; fazer visitas guiadas às escolas que visitam o museu; conduzir e/ou supervisionar o desenrolar das sessões; dar palestras a grupos de visitantes; promover actividades educacionais (Eddisford, 2009). Podem, em suma, constituir-se numa reserva de conhecimento e participação insubstituível na acção educativa do museu.

Sob o ponto de vista estrutural, o que normalmente se preconiza é a existência de um serviço educativo no seio do museu. Um “serviço educativo”, na perspectiva formal, corresponde a uma estrutura organizada, dotada de recursos mínimos, designadamente pessoal, inscrita organicamente no museu em que se insere, que desenvolve acções dirigidas ao público, com objectivos educativos. Daqui se infere que nos museus que cumprem a “função educativa”, em rigor, há que fazer uma distinção: tal função pode ocorrer por força da implementação de uma estrutura formal de “serviço educativo”, ou da mera e informal “acção educativa”, caso não haja essa estrutura, sendo certo que, no nosso país, uma parte significativa dos museus que não possuem serviço educativo promove, de forma mais ou menos regular, acções de natureza educativa (Camacho, 2010).

Apesar da admissibilidade desta optativa dualidade funcional, Primo (2000) sustenta que é o serviço educativo numa instituição museológica que permite vencer o desafio de descobrir e maximizar o seu verdadeiro potencial educativo da forma mais apropriada, podendo assim actuar como instrumento para o desenvolvimento (individual ou colectivo); na mesma perspectiva, defensora desta linha funcional, Lewis (2004), advoga que *“se o museu se vê como uma instituição com um forte compromisso social e educacional, o estabelecimento de um serviço educativo eficaz deve ser visto como uma questão de disciplina”* (p. 120). No entanto, também recorda o facto do ICOM, face ao grande aumento da importância do papel educativo e cultural de museus, ter apenas adoptado como política oficial a obrigatoriedade dos museus terem ao seu serviço pessoal especializado, ou com formação, em educação

e/ou em museus, sejam eles profissionais ou meros colaboradores “free-lancers”, aos quais, no entanto, deve ser dada formação adicional nas disciplinas e áreas museais (Lewis, 2004).

Já que se admite a existência de função educativa sem serviço educativo implementado, é natural que a qualidade e a oferta educativa para adultos em museus varie enormemente e isso acontece na realidade europeia, sendo, portanto os resultados das experiências de aprendizagem igualmente diversos (Gibs et al, 2007). Mas, sendo importante para a questão da educação formal em espaço museológico (adiante abordada), é óbvio que esta é uma área sempre em aberto, onde nunca tudo está esclarecido, pelo que a investigação, nesta matéria, deverá prosseguir e evoluir (Mendes, 2009).

Há ainda duas questões importantes a verificar, dentro deste âmbito que relaciona a Nova Museologia com a Educação: a dimensão comunicacional, consequência do papel educativo do museu; e a caracterização e significados da aprendizagem de adultos no museu. Vejamo-los:

- A dimensão comunicacional, consequência do papel educativo do museu.

O acto comunicacional é intrínseco à vida humana, é a cola indispensável da sua natureza gregária. Tanto assim é, que a vida social e identidade individual seriam impossíveis sem a comunicação, pelo que a Cultura é entendida como construída por meio de processos de comunicação. Ora, os museus contemporâneos são como fronteiras culturais, onde o poder e o conhecimento estão desigualmente implantados, pelo que ressoa a necessidade de uma política de comunicação própria, ou seja, incorporada nos seus objectivos missionários: enquanto o objectivo educativo do museu é transferir ou transmitir informações, o seu objectivo comunicacional é esclarecer e educar, colocar de fora o conhecimento tal modo que possa ser absorvido pelo visitante (Hooper-Greenhill, 2001).

Sendo assim, assente-se, desde já que o papel educativo dos museus também é revelador do seu papel comunicativo (Alves, 2007) e que consequência desse papel é um processo museológico que é, ao mesmo tempo, um processo educativo e de comunicação, *“capaz de contribuir para que o cidadão possa ver a realidade e expressar essa realidade, qualificada como património cultural, expressar-se e*

transformar a realidade. Nesse sentido, o processo museológico é acção educativa e de comunicação” (Santos, 2001, p. 11).

Finalmente, a resultante desta cadeia vectorial, a sua foz natural, é a acção museológica, cuja compreensão, enquanto acção educativa, significa caracterizá-la como acto de comunicação, pois consegue, na troca, no diálogo, na interacção com os pares e com os demais sujeitos sociais envolvidos, estabelecer metas e objectivos que não se esgotam na aplicação isolada e descontextualizada, das técnicas, caso contrário estas se esgotariam em si mesmas, tornando a instituição [somente] um grande depósito para guarda de objectos (Santos, 2001, p.12). Ver-se-á, adiante, como esta matéria da comunicação é determinante na questão da educação informal em museus.

- A caracterização e significados da aprendizagem de adultos no museu.

Numa sociedade como a actual, fustigada por sucessivas crises, sejam elas económicas, financeiras, sociais ou de Valores³², é compreensível que todas as plataformas onde se aprenda a construir um mundo melhor assumam uma importância cada vez maior. Esse será o caso, também, dos museus, que são actualmente reconhecidos como

ferramentas poderosas para o diálogo entre as empresas, para a promoção cultural, a formação e consolidação de identidades individuais e colectivas, para a expressão de situações e perspectivas, para facilitar reuniões, interacção e diálogo entre diferentes pessoas ou grupos, para lazer e recreação, para abordar, informar, sensibilizar e educar em todos os aspectos da vida, a fim de compreender a realidade e a evolução (Ochoa, 2008, p. 4).

E, tal como acontece com tantas outras instituições hoje em dia, fruto de novas visões e novas políticas, sobretudo ao nível das instituições da União Europeia, a valorização da ALV também encontra nos museus o devido acolhimento. De acordo com Faria (2000), vem sendo sentida a necessidade de recuperar, nos museus, antigos desígnios sendo, novamente, reconhecido que a aprendizagem é

³² Não falta quem diga que esta, pese embora o hegemónico poder económico, é a maior e mais penosa das crises da sociedade pós-moderna

continua ao longo da vida, não se limitando aos estudos realizados nas instituições de educação formal. E também aqui, como nas demais orientações gerais emanadas a respeito, a ideia é voltar a criar oportunidades de “educational self-help”, onde cada um se sinta responsável pelo seu próprio percurso de aprendizagem. Ora, de acordo com o mesmo autor, esta é uma viragem no sentido mais interactivo do museu e pode levar à formulação de uma nova base teórica sobre a função [educativa] do museu (Faria, 2000), porque se recupera um dos pressupostos básicos da aprendizagem dos adultos, já exposta em capítulo apropriado: o aprendizado pela experiência. Esta é também - e portanto - uma ideia-força em grande evidência na literatura sobre educação de adultos em museus, nas condições da vida actual. Que a reacende (já que, como bem chama a atenção Faria (2000), essa não é uma faceta de todo desconhecida dos museus, que já assim entendiam a educação de adultos no seu seio nos finais do século XIX) e lhe dá novo vigor segundo os cânones actuais da educação de adultos, numa perspectiva de valorização da ALV. Por via disto, o papel educativo dos museus passou a assumir uma importância acrescida.

“Daí a necessidade de se prestar mais atenção a dois tipos de público, frequentemente esquecidos: adultos em idade activa, e pessoas já afastadas dos compromissos profissionais” ou seja, por um lado, as pessoas já retiradas do mundo do trabalho, por aposentação, incapacidade ou outro motivo (Mendes, 2009, p. 160), e por outro, toda uma gama enorme de pessoas com competências, mas que o desemprego deixou numa situação desagradável (especialmente nos aspectos financeiro, económico e social, com inerentes consequências graves a nível pessoal e familiar) de desocupação profissional. Nos museus deverá começar a pensar-se mais neste público-alvo tão significativo e numeroso, com características e necessidades próprias, às quais se deve dar resposta adequada (Mendes, 2009) e cabe nesta situação, aos museus que se propõem como instituições ao serviço da comunidade, encetar estratégias para, sozinhos ou em parceria com outras instituições, criarem e desenvolverem condições para que estas pessoas possam continuar a aprender (Meirinho, 2008).

Uma faixa muito particular do primeiro daqueles dois universos de adultos é, para usar a expressão mais conhecida, a da 3.^a idade, ou, também habitualmente designados por público sénior. Estas pessoas, em geral,

valorizam a história local, o reconhecimento de objectos e contextos que lhes são familiares (...), o contacto com objectos raros, e a possibilidade única da experiência aguçada pela curiosidade do desconhecido; interessam-se pelos temas ligados ao passado e à sua experiência de vida, mas mostram-se igualmente curiosos relativamente a temáticas que desconhecem e que têm a ver com a vida contemporânea (Teixeira, Faria, e Vlachou, 2013, p. 20),

pelo que o seu envolvimento voluntário na actividade do museu será uma outra forma relevantemente inclusiva para esta população e, ao mesmo tempo, poderá constituir uma mais-valia apreciável para o funcionamento do próprio museu.

1.4.3.1. As dimensões educacionais Formal, Não Formal e Informal no seio museal

As perspectivas enunciadas anteriormente trazem, necessariamente, de volta a temática das dimensões formal, não formal e informal da aprendizagem, agora e neste caso concreto, no seio museal.

A tendência, em voga nos anos 70 e início dos anos 80 do século passado, de reduzir a dimensão educativa dos museus a um papel complementar da educação formal, não tinha em consideração o papel do museu no desenvolvimento de práticas educativas independentes da rede formal de ensino, na ampliação de ofertas de lazer, no estímulo ao desenvolvimento social de determinadas regiões, na produção de conhecimentos (Chagas, 2002). Mas essa visão reducionista está a desvanecer-se:

a evolução do conceito de educação tem mostrado que é mais do que justificada a ênfase nas múltiplas possibilidades de educação não formal e de aprendizagem informal, e que a aprendizagem é algo que dura a vida inteira. Neste contexto é reconhecido que o museu pode desempenhar um papel importante para a sociedade educacional, independentemente do conhecimento, profissão, idade, sexo, etc, do visitante (Dominguez, 2009, p. 202);

e hoje entende-se cada vez mais, como lembra Alves (2007), que os museus são espaços de comunhão e de diferença, onde as pessoas têm possibilidades de aceder e construir o conhecimento e a cultura; ou, como profere Hooper-Greenhill (2007), são locais de espectáculo e exibição, ambientes que podem ser ricos e surpreendentes, que podem despertar a curiosidade ou inspirar novas ideias.

Sendo assim, os museus ligam a educação formal, não formal e informal, em que aprender combina com entreter³³, fruir, onde o conhecimento e a cultura se comunicam à sociedade (Alves, 2007); adicionam valores especiais para o sistema de educação formal, como parte do sector informal da educação, ampliando a educação formal e oferecendo diferentes formas de aprender. Toda educação continuada para pessoas de todas as idades, desde as crianças aos idosos pode ter lugar em museus (Mendes, 2009). São, portanto, os museus, autênticos centros de educação e a sua função educativa deverá ter em conta a existência dos três processos diferenciados e específicos. Dê-se, então, um pouco mais de atenção a cada uma delas.

- A dimensão formal.

Na generalidade dos museus, grande parte do seu público é formado pelo público escolar. É através das visitas programadas pelos estabelecimentos de ensino que grande parte deles estabelece a sua acção educativa e é utilizado como instrumento organizado de aprendizagem. Daí que este tipo de educação se caracterize por actividades formais, relacionadas com os programas curriculares das escolas, que são, na sua generalidade, programadas pelos professores ou pelo serviço educativo, ou educadores, do museu, sendo eles quem decide o conteúdo da visita, de acordo com o programa escolar e com o que o museu pode oferecer. A visita servirá, quase sempre, para apoiar visualmente a matéria já conhecida ou que está em fase de aprendizagem (Primo, 2000).

³³ Hooper-Greenhill (2007, p. 33), a propósito da conjugação entre “*aprender*” e “*entreter*”, chama a atenção para o facto de os museólogos terem construído um neologismo com que querem definir esta situação: “*edutainment*”, resultante da concatenação de “*education*” com “*entertainment*” o que, numa versão livre e literal, poderíamos traduzir como “*edutretenimento*” ou “*educatenimento*”, consoante soe melhor. Porém, a autora apela a cautelas para a utilização do termo (que considera, até, desajeitado), já que, uma vez não sendo bem entendida na bondade da sua intenção, pode transmitir a ideia que a educação que se faz nos museus se faz a partir de, e entre, duas realidades opostas, o que não é necessariamente o que se passa, nem o que se pretende.

Mas os diferentes tipos de relação entre instituições de ensino formal e museus que coexistem (sejam eles em forma de coabitação, colaboração e/ou complementaridade - opções habituais), são circunstancialmente condicionadas pelos exclusivos interesses de cada uma das partes, pelo que essa relação de desenrola segundo uma lógica de oferta nem sempre permeável ao diálogo, dado que pressupõe a ideia minimalista e redutora de que ao museu cabe, apenas, oferecer “produtos” museais às instituições do sistema formal de ensino. Ora, tanto o museu, como essas instituições, não constituem blocos monolíticos imutáveis; são, antes, espaços de interacção social, e, portanto, desenvolvem uma relação estreita entre a sociedade e elas mesmas (Köptcke, 2002). Trata-se portanto, de ter sempre presente o papel social dos museus, a sua acção preponderante na formação, no “empowerment” do cidadão e da importância com que tal se reflecte na comunidade em que vive.

É isto que deve ter sido em conta quando se trata de EA. Cujas características pedagógicas, como já se estudou, são muito diferentes das adoptadas e indicadas para um público mais juvenil.

- A dimensão não-formal.

Na opinião de Cardoso (2011), os vários motivos que transformaram os museus em espaços ou recursos educativos são de ordem científica, pedagógica, didáctica, tecnológica e civilizacional, pelo que proporcionam experiências enriquecedoras, dotadas de conhecimento e de aspectos lúdicos. *“Para tal devem privilegiar a educação não formal, o manuseamento de objectos indutores, intensificar a comunicação com os públicos, (...) facilitar a interacção entre os públicos e entre estes e as obras/colecções”* (Cardoso, 2011, p. 3).

A educação não formal aparece no museu como uma acção organizada e estruturada para “atingir” grupos específicos da comunidade, e também um público variado e disperso, para o qual é necessário um conjunto de actividades, informações e recursos que ultrapasse os limites da exposição. Provavelmente por estarem conscientes disso, os museus têm procurado disponibilizar diversas actividades e serviços que proporcionem ou facilitem a estes públicos essa via educativa de cunho não formal, como ciclos de conferências, debates, cursos, ateliers, e outras actividades de aprendizagem, com programação flexível, sem exigências académicas e que podem ser usufruídas livremente por qualquer cidadão (Primo, 2000).

Haase (2004) identifica quatro benefícios concretos e sensíveis, deste espaço não formal de oferta formativa-educativa, a saber: a disponibilidade do conteúdo material; espaço físico, organização e ambiente apropriados; atmosfera socializante, apelativa e motivante; metodologia incentivadora.

Subsistirá, porventura, o problema da acreditação deste tipo de formação, nestes espaços. Dado o contexto de grandes problemas no sistema de emprego, esta é, na verdade, uma preocupação colateral, muito actual. Ora, para que, também e cada vez mais, os espaços museológicos sejam capazes de proporcionar momentos de educação não formal com qualidade a todos aqueles que os procuram, é preciso que sejam espaços de formação em que os conhecimentos adquiridos neles sejam reconhecidos pelas restantes instituições de educação não formal (Meirinho, 2008) e possam assegurar, juntos dos organismos certos, a competente e necessária certificação da formação ministrada.

- A dimensão informal.

A dimensão educativa informal dos museus está intimamente relacionada com a dimensão comunicacional abordada anteriormente. Porque, segundo o pensamento de Primo (2000), resulta da relação profunda de comunicação que se estabelece entre o património museal e o utilizador, relação essa que vai do extrapolar da mera acção contemplativa das exposições museais, até à participação nos variados eventos, actividades de tempos livres que o museu lhe oferece, pelo seu potencial criativo e interventivo e formativo.

Num esforço de concretização, Lewis (2004), diz, por exemplo, que os próprios edifícios do museu podem ser de grande interesse educativo; que as colecções e exposições são criadoras de atmosfera imaginativa e emotiva; que actividades e eventos culturais e de entretenimento, bem como leituras de poesia e apresentações musicais, teatro ou dança, entre muitas outras actividades culturais, podem ser inspiradoras, sobretudo se são sustentadas pela própria presença ou interacção com as colecções; que convites a artistas conhecidos podem ser atraentes para os usufrutuários do museu; e que conferências e simpósios envolvem muitas vezes temas de interesse que podem aprofundar o conhecimento e promover a discussão de argumentos.

Já Knubel (2004) aponta como opções as “*oficinas de actividades*” e as “*demonstrações educativas*”. As primeiras podem ser realizadas por freelancers, especialistas nas suas áreas (artistas, cientistas ou artesãos) e oferecer aos visitantes a “*possibilidade de explorar técnicas ligadas à realização e preservação de bens culturais, ou realizar pesquisas científicas ou inquéritos*”; nas segundas, especialistas (artesãos, artistas, técnicos ou restauradores) podem demonstrar os seus ofícios e o trabalho artístico no ambiente do museu e “*actores ou educadores talentosos pode desempenhar o papel de uma figura histórica. Aqui, a interacção com os visitantes é fundamental*”. (p. 126-127)

Parece evidente que este rol não é, de todo, exaustivo, já que há tantas outras possibilidades de ocorrência de momentos de educação informal, que até pode ser um simples diálogo entre duas pessoas presentes em cada momento. Importa, sim, nesta perspectiva, que os museus sintam a necessidade de projectar uma grande variedade de programas informais significativos e, simultaneamente divertidos, de modo que possam proporcionar aos adultos, mesmo depois de um dia de trabalho, experiências que contribuam para a melhoria da sua qualidade de vida (Lewis, 2004) e para o seu crescimento educacional enquanto cidadãos de plenos direitos e deveres.

1.5. O Património e a sua relação com o Desenvolvimento Local e a Educação de Adultos

1.5.1. A essência do Património

Afirmam Desvallées e Mairesse (2010) que quando falamos de Património, referimo-nos “*a todos os bens e valores naturais ou provocadas pelo homem, seja material ou imaterial, sem restrições de tempo ou espaço, herdados dos antepassados de gerações anteriores ou recolhida e preservada para ser transmitido aos descendentes de gerações futuras*” (p. 74). É muito importante esta referência às dimensões “material” e “imaterial”, do património, na medida em que nelas vão ser determinantes para entender todo o universo museológico. Vaz (2008) apresenta, até, uma interessante abordagem concordante ao afirmar que

o património tangível ou intangível é constituído por um conjunto de objectos, materiais ou imateriais que são o resultado da selecção que as gerações vão fazendo ao longo dos séculos e são uma forma consciente de o homem, no seu subconsciente, tentar atingir a imortalidade, ideia consciente que o homem desde sempre perseguiu (p. 40).

Curiosamente, Hugues de Varine apresenta uma ideia um pouco divergente desta divisão espartilhada do conceito, afirmando que não há património imaterial, mas apenas património, podendo falar-se, sim, de uma dimensão imaterial e uma dimensão material:

Qualquer que fosse o objecto: equipamento industrial, artesanal ou pré-industrial, alfaia agrícola, etc. era necessário conhecer os saberes associados ao mesmo, pois sem o imaterial não fazia sentido. O imaterial tem de ter um objecto, e um objecto não existe se não houver uma explicação, se não houver uma memória. Então, não é possível compreender o imaterial sem o material. A gastronomia não existe se não for materializada na comida! Então é sempre o mesmo jogo de palavras! (Carvalho, 2013).

Admita-se, pois, que o Património pode assumir duas grandes objectivas de abordagem, o cultural (ou intangível) e o material (ou tangível) de acordo com o que foi exposto. Analisemo-las, embora com as necessárias reservas, acautelando o risco de uma eventual ideia absolutista desta dualidade de análise.

- Como vertente cultural

O princípio patrocinado pela UNESCO em 1993, estabelece que as características naturais e culturais locais devem contribuir para a concepção e construção do carácter universal do património (Desvallées e Mairesse, 2010). Ora, é determinante esta alusão às “características culturais”, na medida em que o Património aparece abordado tantas vezes na literatura como sinónimo de Cultura, muitas vezes até numa perspectiva *tout court*. É assim, por exemplo, com Vaz (2008) quando afirma que a cultura entra no espaço da herança, à qual está subjacente, e que

é precisamente a esta herança que designamos por Património.³⁴ No entanto, o mesmo autor adverte para o facto de esta designação, se substantivada, ser demasiado vasta e tanto poder referir-se aos processos da cultura como aos processos técnicos, científicos, tecnológicos ou económicos.

De acordo com Mendes (2009), se durante muito tempo a noção de património cultural estava fundamentalmente associada aos monumentos, hoje em dia essa noção é muito mais globalizante, incluindo, todas as esferas da actividade humana. Daí que

a sua presença encontra-se bem patente em muitas das representações sociais, assim como em expressões cada vez mais utilizadas, entre as quais: "património da humanidade", "património nacional", "património regional" ou "património local", "património cultural das organizações "ciências do património". Não admira, pois, que até comecem a usar-se novos vocábulos, como os de patrimoniologia e patrimonialização. (Mendes 2009; p. 61).

Concretizando em termos da abordagem ao seu lado imaterial podem aqui incluir-se as práticas, representações, expressões, conhecimentos, competências - bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhe estão associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte do seu património cultural (Desvallées e Mairesse, 2010).

- Como vertente identitária e de equilíbrio.

Em períodos de mudança a uma velocidade sem precedentes, as pessoas estão, muitas vezes, à beira da esquecer ou negligenciar a sua própria história e tradições culturais, afirma Lewis (2004). Ora, os museus locais preservam uma gama extraordinária de património de diferentes tipos, reflectindo as suas raízes e valores (Lewis, 2004) o que leva a que as comunidades, a eles directamente ligadas, sintam que lhes cabe o dever de preservar o seu património. Por exemplo, Mendes (2009) afirma que “o património, para além das múltiplas e já referidas funções que

³⁴ Não deixa de ser curiosa, aliás esta identificação absolutamente sinonímica entre os vocábulos “herança” e “património” que aparece amiúde nesta literatura, na medida em que quer na linguagem de origem anglo-saxónica, quer de origem latina, a palavra “heritage” pode ter, preciosamente, o significado de “património”.

desempenha, inclusive as associadas à memória e à identidade, tem igualmente uma quota-parte importante como "cimento" de ligação, entre o passado, o presente e o futuro". E vai mais longe, primeiro, ao afirmar que é nas crises de identidade que as pessoas tendem a valorizar o que é tipicamente nacional, regional ou local, *"aquilo que melhor identifica e caracteriza essas realidades e respectivas comunidades"* e, a seguir, ao sustentar que o património constitui um referente essencial da identidade, dos indivíduos como das sociedades (p. 52). Nesta linha, o património proporciona um sentimento de identidade e continuidade às comunidades, que o sustentam, que o transmitem de geração em geração e que o recriam constantemente (Desvallées e Mairesse, 2010). Ou seja: *"o património faz parte da nossa identidade, define-nos"*, expressão de Quaedvlieg-Mihailovic, a secretária-geral da Europa Nostra, organização de defesa e salvaguarda patrimonial (Toscano, 2010, p. 8).

Residirá, então, na relação entre a identidade comunitária e a preservação da memória, a base forte e equilibrada de que carece um território para ser sustentável. Isto mesmo quererá dizer Varine (2010), que vai até mais além, sustentando que

o Património é um dos factores mais úteis para o assegurar o equilíbrio entre natureza e cultura, entre o passado e o futuro, entre o real e o imaginário, entre o acervo e a criação, entre as diferentes gerações. Garante a continuidade da sociedade local e a integração dos recém-chegados à comunidade (p. 3).

Neste sentido, as tradições recebidas e transmitidas, os edifícios herdados e a conservar, os edifícios degradados e abandonados, são sempre a herança e a recordação e, ao mesmo tempo, a forma de o homem imortalizar a sua memória (Vaz 2008). É por isso que Varine (2013) defende que o problema hoje já não é tanto o da conservação física do património, mas sim a conservação da sua memória, caso contrário tudo se perde e uma vez perdido não pode ser recuperado, só recriado, embora não seja a mesma coisa, (Toscano, 2010), ou só ficam as teses e os estudos académicos (Varine, 2013), o que continua, de todo, a não ser a mesma coisa.

- Como recurso.

O Património é assunto social mas também económico (Vaz, 2008), porque é um bem público (Desvallés e Mairesse, 2010) e um *“recurso gigantesco: são inúmeros os monumentos, museus, sítios arqueológicos, paisagens”* (Toscano, 2010, p. 8). Sendo assim, é um factor potenciador da criação de riqueza, de valor acrescentado para as populações. Isso pode ser decisivo para as pequenas e médias cidades. *“Os decisores locais têm, por isso, uma grande margem de manobra. É uma grande missão: perceber que cada cidade é única.”* (Vaz, 2008, p. 41). Esta tese é, também, inequivocamente, defendida por Hugues de Varine, ao afirmar que há que trabalhar com o património como se trabalha com o dinheiro, isto é, *“considerar o património como um recurso a explorar, e não só economicamente, mas também no campo social e cultural – e incluir também o património natural, a paisagem, etc.”* (Carvalho, 2013).

Sendo assim, é legítimo perguntar: quem é o responsável pelo património? Responde o próprio Varine:

Somos todos responsáveis pelo Património: como indivíduos, nós somos guardiões da nossa herança pessoal ou familiar; as autoridades públicas, do estado ao município, gerem directamente ou indirectamente o património de todos; associações e instituições académicas estão envolvidas no património cultural por vocação ou por dever (2002, p. 4).

E o mesmo autor, embora reconhecendo que *“muitas vezes, os membros da Comunidade sentem-se incapazes de conceber e executar acções de conservação patrimonial; por isso esperam que “sábios”, “políticas” e “técnicos” venham intervir em seu lugar”*, remata, de modo assaz assertivo, que não nos é lícito *“esperar que “o outro” (indivíduo particularmente rico ou letrado, representantes eleitos, os governos, mais ou menos activistas de fora, investidores) assumam essa responsabilidade que é nossa por direito e dever”* (2002, p. 4). Ninguém pode, portanto, dizer que cuidar do Património é uma tarefa alheia ou exclusiva do Estado. *“Nunca foi, nem nunca será. É uma responsabilidade combinada entre público e privado. São as próprias comunidades que têm de o valorizar”* (Toscano, 2010, p. 9).

1.5.2. Património e Desenvolvimento Local

Há, porém, um outro aspecto interessante na definição geral desta faceta educacional, segundo Varine (2002). É que ela se encaixa *“no projecto e no programa geral de desenvolvimento do território e acompanha a evolução deste desenvolvimento e, por isso, é uma tarefa a longo prazo, estritamente adaptada às condições e ao contexto local, sem modelos nem receitas”* (pp.5-6).

Se património é cultura - e Vaz (2008) entende *“que a cultura deve ser a matriz do desenvolvimento e sem cultura não haverá desenvolvimento nem progresso”* pelo que *“investir na Cultura e no Património no interior é promover o desenvolvimento e salvar o futuro desse mesmo interior”* (pp. 35;42) - Varine (2002) vai explicar muito bem por que razão o património é um recurso para o desenvolvimento do território:

Todo o território tem naturalmente dois recursos essenciais: sua população (o recurso humano) e seu património, natural e cultural, tangível e intangível, conhecido ou desconhecido. O desenvolvimento natural baseia-se primeiramente sobre estes dois recursos, a população para a sua força trabalho, seus poderes, suas iniciativas e o património de recursos agrícolas e mineração, de paisagens e atractividade turística, a memória e os factores de identidade (p. 2).

Pois é este património, juntamente com outros recursos endógenos e naturais, que deve ser tido em conta na construção de qualquer projecto de desenvolvimento (Vaz 2008), que complementa o seu raciocínio com uma afirmação arrojada, mas sugestiva:

O interior e o seu desenvolvimento têm que ser equacionados em função da realidade existente e não em função das ideologias ou das utopias que cada um possa construir e a realidade é que o turismo com base na cultura e no património, a que se deverá juntar o ambiente, são as peças essenciais para salvar o interior da desertificação pelos postos de trabalho que podem criar,

pelo relançamento de actividades tradicionais que podem proporcionar, pelo dinheiro que podem injectar nas economias deprimidas (p. 41).

Corroborando estas posições, Mendes (2009) particulariza com o caso concreto do desenvolvimento do turismo cultural que *“permite criar postos de trabalho e dinamizar sectores como, por exemplo, o dos transportes, da hotelaria e da restauração ou mesmo a comercialização dos respectivos produtos típicos”* (p. 194).

É determinante, assim o disse Sneska Quaedvlieg-Mihailovic (Toscano, 2012, p. 9), a revitalização do tecido com valor histórico e patrimonial das nossas cidades, vilas e aldeias, procurando não somente preservar uma herança, mas potenciando caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável social e economicamente, visando uma desejável e merecida melhoria de qualidade de vida.

1.5.3. Património e Educação de Adultos

Segundo Mendes (2009), a multiplicidade de valores inerentes ao património, ou sobre ele projectados, faz com que esteja associado a muitas problemáticas, iniciativas e instituições, sendo uma delas o sistema de ensino-aprendizagem e formação, e que, neste caso, a sua presença se possa processar *“em diversos contextos: formal (escolas dos diversos níveis de ensino), não formal (museus, arquivos, bibliotecas e centros culturais) e informal (comunicação social, Internet, conversas ocasionais, etc.”* (p. 190).

No caso especial dos museus de comunidade, o conhecimento das tradições locais e cultura regional podem ser *“cruciais no estabelecimento de uma política que combina o trabalho educativo e curatorial”*, já que um museu é *“o lugar perfeito para promover e estimular a consciencialização do património natural, cultural e artístico, através da pesquisa realizada sobre a cultura material e imaterial, estudada e preservada pelo museu e também através da oportunidade de ensinar os visitantes”* (Lewis, 2004, p. 120).

Desde logo é preciso definir e balizar o que se entende por educação para o património, ou, dito de outra forma, educação patrimonial. Quem o faz de modo compreensível é Varine (2002), através da seguinte segmentação:

- *Destina-se a tornar o maior número possível de membros da Comunidade capaz de conhecer, controlar e utilizar o seu património comum;*
- *Não é do tipo escolar, ainda que muitas vezes se socorra do sistema de ensino para ser consumada (p. 5);*
- *É frequentemente inspirada e facilitada pelo método da partilha, por vias não-formais, dos conhecimentos e das práticas legadas, em que intervenham os seus detentores ou conhecedores: instituições, grupos associativos, autoridades locais (p. 6);*
- *Enquanto formação permanente dos cidadãos, é também uma maneira de formar voluntários e atores locais como agentes de valorização e preservação do património (p. 8).*

Trata-se, portanto, da aprendizagem do como, quando, onde, com quem e porquê se faz a recolha, selecção, interpretação, arrolamento, recenseamento, manutenção, conservação, guarda e transmissão do acervo patrimonial da Comunidade. Que, segundo Varine, se destina a técnicos e voluntários - singulares ou colectivos - sobre quem recai uma boa parte das acções acima listadas, mas também a antropólogos, arqueólogos e outros especialistas, que complementem os estudos das colecções numa vertente técnica e científica (Carvalho, 2013).

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA

2. Objectivos e Metodologia

2.1. Objectivos e Questões orientadoras

Sendo o Museu Agrícola de Riachos considerado, em particular pelos seus dirigentes, técnicos, voluntários e pela sociedade riachense, em geral, um museu local, com características de museu comunitário, o que o situará na esfera da Nova Museologia, o objectivo geral desta dissertação é estudar este Museu, a fim de identificar a actuação e oferta de serviços no âmbito da EA e do DL.

Este desiderato assim colocado obriga à colocação de uma pergunta de partida, indicadora do caminho a seguir para o seu cumprimento. Ora, de acordo com Quivy e Campenhoudt (2005), uma questão inicial no âmbito da investigação em Ciências Sociais deve ser clara (precisa, unívoca e concisa), exequível (realista e operacionalizável) e pertinente (aberta, estudar o que existe ou existiu e passível de compreender melhor a realidade). Neste sentido, a questão foi colocada da seguinte forma:

“Pode o Museu Agrícola de Riachos ser considerado uma instituição de Educação de Adultos e de Desenvolvimento Local?”.

O objectivo geral estabelecido aconselhou ao seu desdobramento em dois objectivos específicos:

- Verificar a actuação do Museu no âmbito da EA (sobretudo, numa perspectiva de ALV);
- Analisar o posicionamento do Museu em prol do DL.

Este desdobramento aconselhou a formulação de questões orientadoras que permitissem seguir uma ajustada linha de investigação. Ei-las:

- Que actividades se desenvolvem no Museu no campo da EA?
- De que forma é que o Museu apoia os adultos desinseridos da vida activa (reformados, desempregados ou em outra situação que os arrede do mercado de trabalho) contra o risco da sua exclusão social ou da perda progressiva de qualidade de vida em sociedade?

- Existem estruturas colectivas que funcionem no seio, ou com o apoio e patrocínio, do Museu como prova do seu envolvimento com o associativismo riachense?

- Que exemplos de vida - ou de vivências no seu seio - pode o Museu apresentar como paradigmas da sua acção em termos da educação ao longo da vida?

- Como intervém e se posiciona o Museu no âmbito do Património cultural e tradições locais, enquanto factores potenciadores de desenvolvimento local?

Definido, assim, o caminho de actuação, cumpre estabelecer o que e como fazer.

2.2. Metodologia

De acordo com Merriam (1988), o estudo de caso consiste numa observação aprofundada de um determinado contexto e ou indivíduo, definindo-o Serrano (1994) como o estudo uma descrição intensiva, holística e uma análise de um fenómeno, de uma instituição ou de uma determinada pessoa integrada num contexto específico e particular. A sua principal vantagem consiste, exactamente, na concentração das atenções do investigador numa situação específica tentando compreender melhor a sua fenomenologia. Esta autora diz também que esta modalidade, se é uma investigação apropriada para estudos exploratórios e compreensivos, também permite ilustrar e analisar uma dada situação real e fomentar a discussão e a tomada decisões, convenientes, para os mudar ou melhorar, podendo servir, neste contexto, objectivos de aprendizagem e de formação (Serrano, 2004).

Tentou-se que metodologia adoptada fosse desenvolvida numa *perspectiva interpretativa* (que, de acordo com Boavida e Amado (2008, pp. 219, 221) “*está hoje em dia em grande desenvolvimento*” pois é nesta perspectiva que “*as metodologias passam, por exemplo, pela etnografia (...) e pelos estudos de caso*” situação onde “*não é possível formular generalizações, mas também não é esse o objectivo*”), pois a matéria debruça-se sobre a natureza, especificidade e qualidade de serviços prestados por uma instituição museal. E embora tal adopção determinasse uma estratégia analítica principalmente qualitativa, julgou-se que este trabalho ficaria mais consentâneo com o pretendido recorrendo a algumas ferramentas quantitativas de análise, não como primordial forma de entender a realidade, mas como mais uma

via complementar de compreensão holística dessa realidade, estudada e observada.³⁵ Pode, assim, talvez com maior rigor, considerar-se que a metodologia é *mista*, pese embora a proporção qualitativa/quantitativa não seja, necessariamente, equitativa. No fundo, o que se tentou seguir nesta investigação, foi: procurar estar em sintonia com Tuckman (2000) pois o investigador tenta identificar as questões principais sentidas pelos vários participantes e avaliar o significado dos fenómenos para esses mesmos participantes; tentar acolher Bell (1989), que afirma que num caso de estudo nenhum método é excluído; e seguir o conselho de Merriam (1988) para que sejam utilizadas três técnicas de recolha de dados: inquéritos (por entrevista e/ou por questionário), observação e análise de documentos.

E porque este é o estudo de um caso em que, como se verá, estamos perante uma instituição, onde apesar do seu “core business” ser a museologia (mais que a museografia) - e, nessa medida, uma instituição primordialmente científica e comunicacional - nela se notará um cariz educativo e formador simultaneamente construtivista e “freireano”, justificam-se aqui algumas breves notas acerca das opções metodológicas tomadas e seguidas no presente estudo.

O primeiro passo foi o estudo teórico inerente à problemática. E tentando seguir Quivy e Campenhoudt (2005) foi encetado um percurso de busca bibliográfica que, para além das grandes obras de referência, tentou obedecer aos princípios preconizados por aqueles autores, ou seja: partir da pergunta de partida; orientar a pesquisa para as obras que apresentam uma reflexão de síntese (artigos); procurar obras cujos autores para além da apresentação de dados, incluísem também elementos de análise e de interpretação; procurar abordagens diversificadas do fenómeno estudado; e, finalmente, reservar alguns períodos de tempo à reflexão pessoal e as trocas de pontos de vista com pessoas experientes e conhecedoras. Tendo isto presente, o objectivo traçado e a questão inicial lançada motivaram a pesquisa de um escoramento teórico dos vários campos que, conjugados, abrangiam as matérias respeitantes ao DL, à EA e à Museologia e Património, bem como a

³⁵ Segundo Guerra (2006), já não faz muito sentido distinguir Metodologia Quantitativas e Qualitativas, já que existe uma bateria de instrumentos quantitativos que têm sido desenvolvidos para aplicação nas análises qualitativas.

relação do primeiro para com o segundo e destes para com os restantes. Foram lidas e estudadas cerca de 150 obras e delas retirados os ensinamentos e as orientações julgadas necessárias e suficientes para sustentar o estudo pretendido.

Passando à investigação propriamente dita, foi dividida em três campos distintos:

a) A busca mais aprofundada possível de bibliografia e documentação que servisse os propósitos do trabalho e o seu tratamento em ordem à extracção e análise dos dados assim coligidos.

Neste campo:

- Foram analisadas todas as pastas de arquivo existentes no designado Centro de Documentação do MAR, gentis e totalmente postas à disposição pela técnica conservadora do Museu, assim consultando toda a documentação referente às actividades em que o Museu esteve inserido. Foi possível recensear cerca de 360 actividades/ocorrências que o MAR desde o dia da sua abertura ao público até ao último dia do período investigado (31 de Julho de 2014), organizou, realizou, participou, se fez representar (pelos seus técnicos e voluntários) ou, pura e simplesmente, cedeu as suas instalações para que tais acontecimentos se realizassem.

Neste conjunto não estão incluídos os episódios das visitas propriamente ditas, já que estas, pela sua importância específica, tiveram tratamento diferenciado e destacado noutro ponto do presente trabalho; nem igualmente se refere a toda a actividade diária dos voluntários e dos artesãos e artistas, sobretudo, nas oficinas, actividade essa também abordada de forma particular neste trabalho.

- Recolheram-se, digitalizaram-se e estudaram-se todas as notícias que, desde 1989, foram sendo publicadas no jornal “o riachense”, quinzenário de Riachos, acerca do MAR. Trabalho que permitiu analisar cerca de 180 peças jornalísticas, material de apoio importante à prossecução da investigação e escrituração de algumas partes, nomeadamente o historial do museu. Deve referir-se que o recurso às peças publicadas na imprensa local não se destinava a um exaustivo trabalho de análise de conteúdo, mas sim a consulta sistemática que completasse e/ou complementasse a informação disponibilizada pelo Museu.

- Consultaram-se e coligiram-se todos os registos relativos às visitas e visitantes, tendo sido possível calcular quase 10 mil visitantes, se bem que se tenha

verificado que este total será muito inferior ao real, por causa das circunstâncias que ficam explicadas na parte deste trabalho onde esta matéria se aborda e analisa.

Ainda neste campo do estudo das visitas, foram analisados os testemunhos escritos pelos visitantes no Livro de Testemunhos (ou de presenças) que o Museu disponibiliza para que os visitantes emitam a sua opinião escrita. Foi feito o estudo geral dos mais de mil assentos detectados e a necessária análise de conteúdo, utilizando um processo categorial, com codificação, recorrendo ao uso de unidades temáticas de registo (Bardin, 2011), tendo sido possível identificar doze categorias evidenciadoras das grandes ideias-força encontradas nos 538 textos de comentários identificáveis e legíveis;

- Foi coligida toda a bibliografia, documentação e informação possíveis, relativas à vila de Riachos, enquanto matéria enquadradora da realidade do Museu aqui estudado. Buscaram-se os diversos livros publicados por variadíssimos autores, sobre a vila sede do Museu e outra documentação bibliográfica complementar, parte dela editada pelo jornal “o riachense”, em revista própria, de periodicidade não regular;

- Consultaram-se as bases de dados publicamente disponíveis pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes, quer ao recenseamento da população nacional, quer às estatísticas do universo museal português. De notar que, conforme o investigador pôde comprovar “in loco”, por visualização do sistema informático de gestão dos dados do INE³⁶, que o MAR consta naquela base de dados e por ela é monitorizada a sua actividade.

- Realizaram-se alguns inquéritos por entrevista, duas semi-estruturadas (ao Director do Museu e ao Presidente da Direcção da Associação que é sua proprietária) e não estruturadas as restantes (aos técnicos do museu, seus artesãos, artesãs, (alguns) voluntários e também a algumas pessoas do povo riachense, indicadas pelo museu e também conhecidas do investigador como detentoras de memória e saber interessantes para a investigação em curso. De notar que, tal como no caso das notícias, também estas entrevistas não foram efectuadas com o intuito de delas se fazer exaustiva análise de conteúdo, mas apenas como detenção e uso de informação

³⁶ Gentileza da Técnica deste Instituto, na sua delegação de Évora, onde os dados nacionais relativos aos museus são geridos.

adicional, para completar, melhor compreender, ou cruzar os dados coligidos e provenientes de todas as outras fontes. Portanto, foram fonte preciosa de informação, mas de âmbito complementar ou, mesmo, suplementar.

b) O trabalho “de campo”, no seio do próprio museu, assumindo o papel de investigador-participante.

Neste aspecto:

- O investigador assumiu o papel de artesão aprendiz nas oficinas do museu e, nessa medida, passou os dias a ouvir e a acatar as recomendações e orientações do professor responsável pelas oficinas e dos artesãos que aí laboram. Em resultado disso, foi fazendo, ele próprio, uma peça tradicional – uma forquilha de eira – de alguma forma demonstrativa da eficácia da aprendizagem assim obtida e da proficiência informalmente adquirida com máquinas e ferramentas, parte das quais nunca tinha usado.

- Foi também o investigador convidado a participar, como co-guia, na recepção e explicação às sucessivas visitas que, neste período (Verão de 2014) aconteceram no Museu, tendo, por isso, experienciado esse papel perante as várias centenas de pessoas, que, quer em grupos (turísticos, familiares, de amigos, ou espontâneos), quer individualmente, visitaram o museu, permitindo, dessa forma, também, recolher impressões e sentimentos de alguns visitantes, de forma puramente informal e privilegiando a oralidade, mas que se revelaram muito úteis para cruzar e melhor compreender os dados obtidos a partir dos registos dos testemunhos exarados no livro dos visitantes.

- Foi elaborado um diário de bordo, não propriamente “clássico”, apenas despretenso e simples, cujo objectivo era o mero registo memorial dos acontecimentos diários e não necessariamente constituir ferramenta de estudo primordial. Este registo narra, portanto, a sequência de acontecimentos e acções do dia-a-dia passado no Museu, não cuidando, premeditadamente, de demonstrar quaisquer outros tipos de informação que, normalmente, a teoria considera indicada para os diários de bordo.

c) A idealização, construção, lançamento e tratamento de um inquérito por questionário.

Tratou-se, como se verá no estudo feito, de um inquérito por questionário, lançado com três propósitos distintos:

- Ter uma noção do grau de conhecimento dos inquiridos acerca da existência e do trabalho do Museu;
- Recolher a opinião genérica de quem visitou o Museu relativa à qualidade dos serviços ali prestados;
- Verificar até que ponto a percepção dos respondentes acerca da realidade do Museu ao serviço da EA e do DL era compatível e compaginável com a realidade observada e documentada. Nesta medida (e, até, tendo em conta o posicionamento metodológico explicado na abertura deste capítulo) nunca se pretendeu que do inquérito em causa resultasse uma profunda análise de natureza quantitativa, com larga utilização de recursos estatísticos e de quantificação exaustiva de valores, mas sim que a informação que dele pudesse ser imediatamente extraída, através de simples opções de estatística descritiva, funcionasse como mais um factor de compreensão do caso estudado.

Tratou-se de um inquérito de respostas fechadas³⁷, dividido em três áreas distintas de informação

- Um primeiro conjunto de questões relativas à identificação basilar dos respondentes – sexo, idade e residência;
- Um grupo intermédio destinado a aferir a percentagem do universo que conhecia, ou não, o MAR. Aqui se questionava a quem declarava não conhecer: quais as razões para tal; se pretendiam vir a conhecer e, em caso afirmativo, qual a via que iriam seguir; e se consideravam ser o Museu importante para Riachos. Esta última questão era também lançada a quem declarava conhecer o Museu, sendo estes respondentes, depois, convidados a responder a um último conjunto de quatro questões relativas à realidade do museu. Nas três questões deste último conjunto em que se procuravam respostas em termos de “importância”, “concordância” e

³⁷ Em rigor, o inquérito, dentre as noventa solicitações para preenchimento de resposta, continha três questões possibilitadoras de resposta aberta: uma para indicar outra razão para o desconhecimento do museu para além das elencadas (ref.^a 3.1.2.1.7); outra com o mesmo sentido, para a via escolhida, diferente das elencadas, vir para conhecer o Museu, caso fosse esse o desejo (ref.^a 3.2.5); e uma outra para elencar outra característica do museu a que fosse dada importância e não estivesse especificada no rol. (ref.^a 3.4.27). As percentagens de quem optou por estas possibilidades não sejam significativas, e, portanto, julga-se que não são susceptíveis de tratamento no corpo deste trabalho.

“satisfação”, pretendeu-se uma escala que evitasse a tendência central de respostas objectivas, pelo que a opção recaiu nas seguintes opções escalares:

1 – nenhuma; 2 – pouca; 3 – muita; 4 – total.

Proporcionou-se ainda aos respondentes a possibilidade de optarem por uma quinta hipótese, em caso de não saberem ou não desejarem responder da forma objectiva que a escala determinava.

Este inquérito foi lançado a um universo conveniente, com recurso a uma base de dados privada de contactos do investigador, abarcando um total de 238 questionários respondidos (155 homens e 83 mulheres), tendo sido 90% deles validados (143 homens e 71 mulheres).

Embora só as últimas cinco questões do inquérito (numeradas com as referências 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6) devam, em boa verdade, ser consideradas as mais directamente implicadas com o cumprimento dos objectivos deste estudo de caso - pelo que a análise que delas resultou é feito e apresentado, em pormenor, nos capítulos seguintes deste trabalho – convém deixar aqui já expressos, muito sucintamente, as conclusões extraídas dos restantes conjuntos de questões, já que são elas que permitem fazer a caracterização do universo respondente. É isso que se apresenta nos gráficos seguintes, expressos em percentagem:

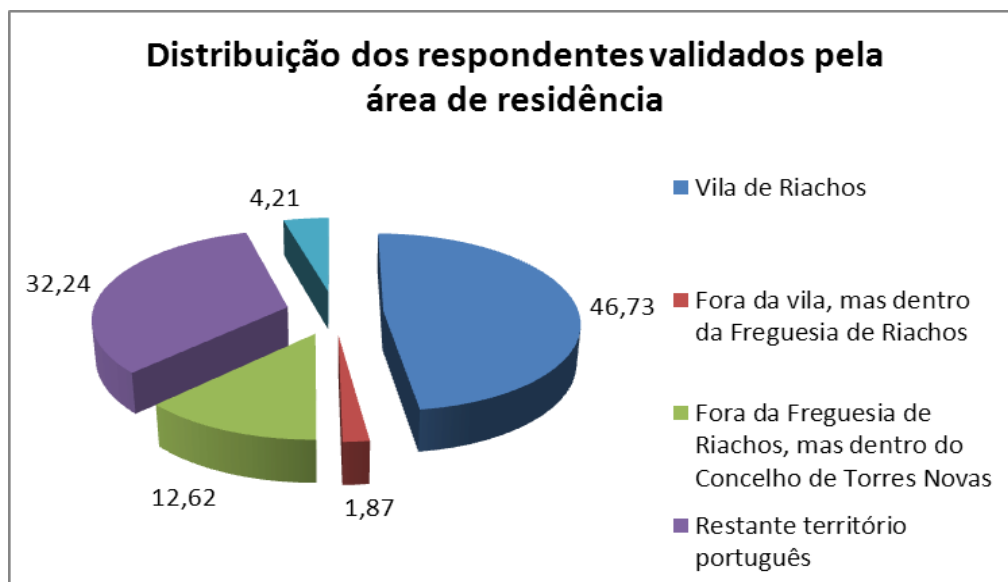
a) Bloco de identificação

Figura 1: Distribuição dos inquéritos validados pelos escalões etários dos respondentes



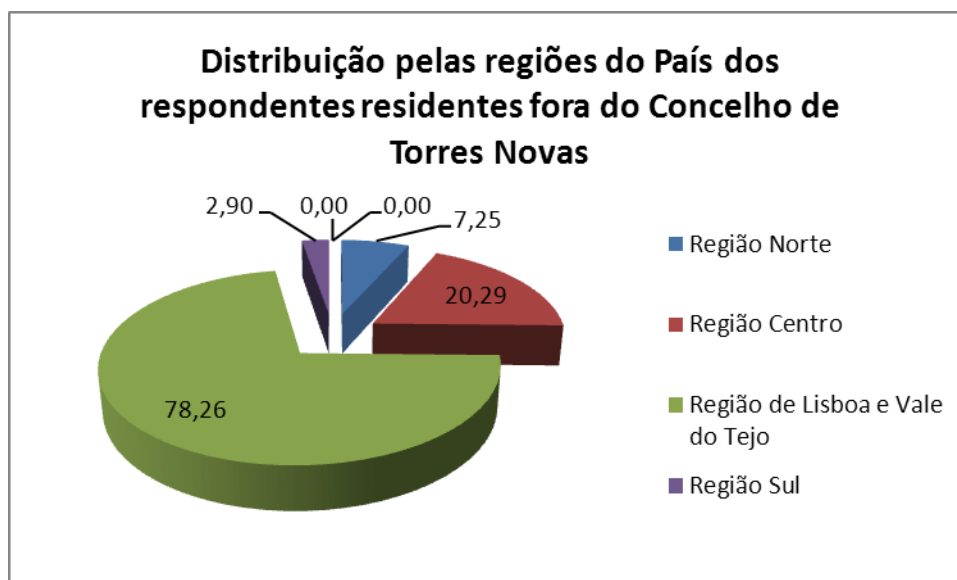
Fonte: inquérito realizado

Figura 2: Distribuição dos respondentes validados pela área de residência



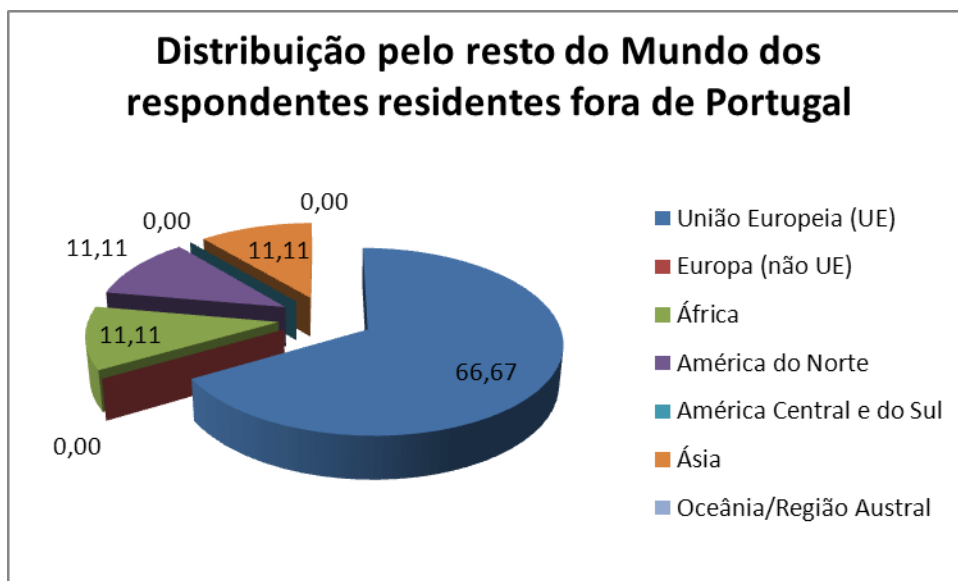
Fonte: inquérito realizado

Figura 3: Distribuição pelas regiões do País respondentes residentes fora do Concelho de Torres Novas



Fonte: inquérito realizado

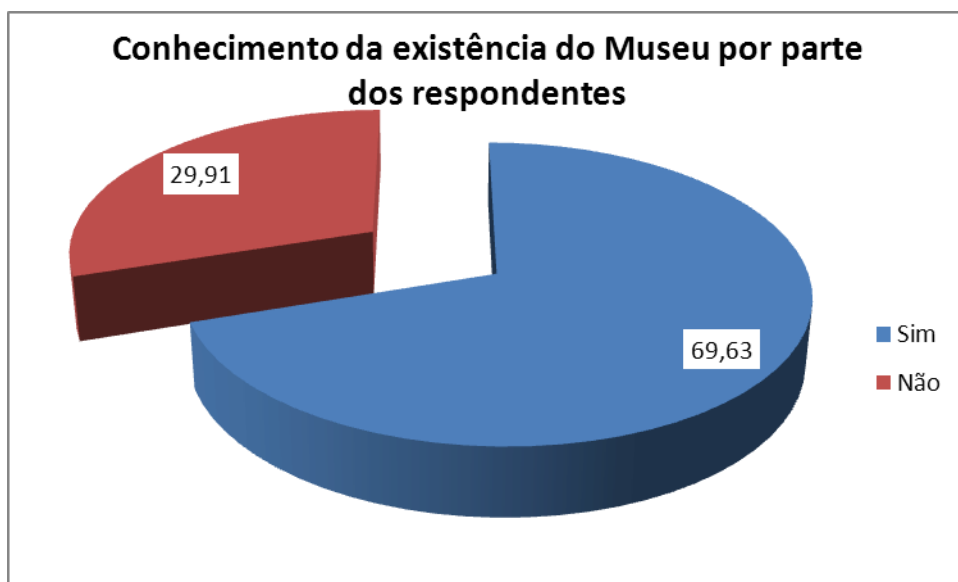
Figura 4: Distribuição pelo resto do Mundo dos respondentes residentes fora de Portugal



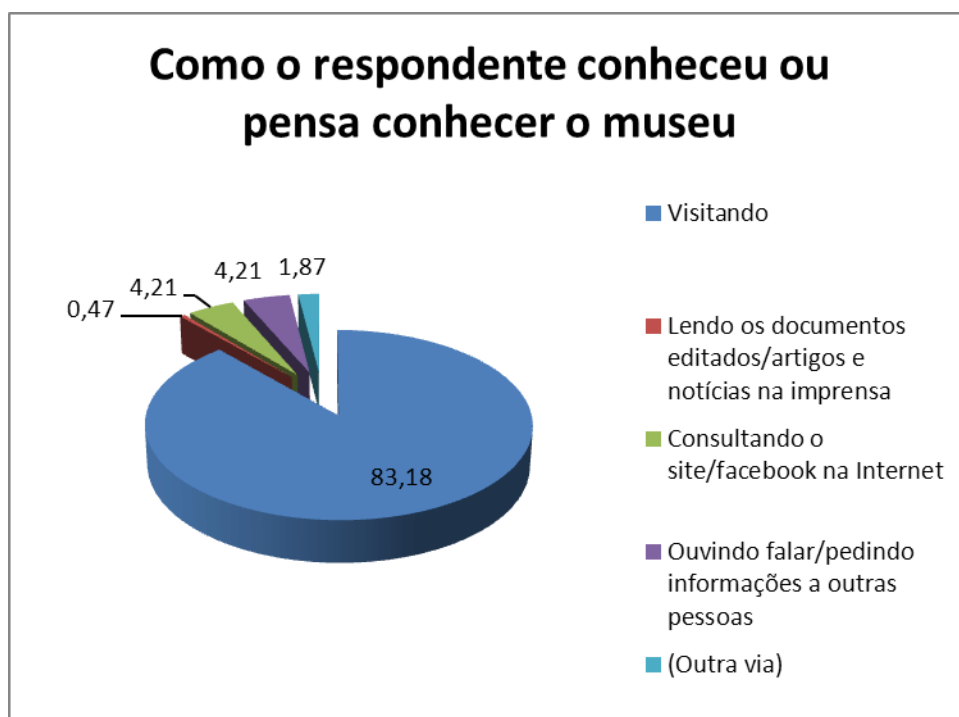
Fonte: inquérito realizado

b) Bloco do Conhecimento do Museu

Figura 5: Distribuição pelo resto do Mundo dos respondentes residentes fora de Portugal



Fonte: inquérito realizado

Figura 6: Modo como o respondente conheceu ou pensa vir a conhecer o museu

Fonte: inquérito realizado

No significado exposto e no que poderá estar implícito nas respostas deste último bloco reside o mote para introduzir o próximo capítulo.

Uma última consideração de âmbito metodológico vai para a aplicação informática de tratamento dos dados. Todas as bases de dados, quer numerais, quer textuais, foram tratados com recurso ao MS-Excel, aplicação que, na óptica do investigador, era necessariamente poderosa e suficientemente versátil para operar e produzir a informação desejada.

Em suma, eis o quadro de operacionalização da Metodologia seguida:

Tabela 3: Quadro operacionalizador da Metodologia

Capítulos	Técnica de recolha de dados	Técnica de análise de dados	Fontes	Aplicação Informática de exploração
Construção do corpo teórico	Busca bibliográfica e documental de referência em: bibliotecas públicas e privadas; edições on-line e sítios na internet; indicações de especialistas e professores	Análise bibliográfica e documental	Livros Artigos científicos Estudos Académicos Intervenções públicas diversas Documentos Oficiais Legislação	Word PDF Omni Page Professional
Caracterização do Campo Empírico (Riachos+Museu)	Busca bibliográfica e documental em: bibliotecas públicas e privadas; edições on-line e sítios na internet; publicações de imprensa; indicações de especialistas e professores	Análise bibliográfica e documental	Livros Publicações da imprensa local Brochuras, folhetos e Projectos museais Dados e Informações do INE Sites da internet Comunicações pessoais (sobretudo correspondência por e-mail)	Word PDF Power Point Excel Publisher Omni Page Professional
	Recolha documental no Centro de Documentação do Museu; colecções e apontamentos de particulares;		Informação da autarquia local (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) Documentos oficiais (nomeadamente Estatutos associativos e	

			actas de reuniões) Correspondência institucional Agendas pessoais da zeladora do Museu Instalações do Museu	
	Entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas	Análise de conteúdo (parcial ou pontual/necessário)	Fundadores e Directores do Museu e da ADPHNRR; Directores, Técnicos, Colaboradores e Voluntários do Museu Artífices do Museu Algumas pessoas mais velhas da população da vila	
	Conversas informais			
	Inquérito por Questionário	Análise estatística descritiva	Universo conveniente (lista de contactos particulares)	
	Recolha de Imagens	Análise fotográfica e imagética	Instalações do Museu Técnicos, artífices, colaboradores, voluntários e visitantes do Museu	
Análise da Actividade do Museu Agrícola de Riachos	Busca bibliográfica e documental em: bibliotecas públicas e privadas; edições on-line e sítios na internet; publicações de	Análise bibliográfica e documental	Livros Publicações da imprensa local Brochuras, folhetos e Projectos museais Dados e Informações do INE	

	imprensa; indicações de especialistas e professores		Sites da internet	
	Recolha documental no Centro de Documentação do Museu; coleções e apontamentos de particulares;		Comunicações pessoais (sobretudo correspondência por e-mail) Informação da autarquia local (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) Documentos oficiais (nomeadamente Estatutos associativos e actas de reuniões) Correspondência institucional Agendas pessoais da zeladora Instalações do Museu	
	Entrevistas semi- estruturadas e não estruturadas	Análise de conteúdo (parcial ou pontual/necessário)	Fundadores e Directores do Museu e da ADPHNRR;	
	Conversas informais		Directores, Técnicos , Colaboradores e Voluntários do Museu Artífices do Museu Algumas pessoas mais velhas da população da vila	
	Observações presenciais de actuações ou actividades	Análise de registos e de conteúdo	Directores, artistas e actividades do NAR Grupo de Cantadeiras “As Camponesas”	
	Notas de campo (diário		Grupo de Boieiros	

	de bordo informal)			
	Análise bibliográfica e documental	Análise de conteúdo	Livro de Registos de Testemunhas e Visitas	
	Inquérito por Questionário	Análise estatística descritiva	Universo conveniente (lista de contactos particulares)	Excel
	Recolha de Imagens	Análise fotográfica e imagética	Instalações do Museu Técnicos, artífices, colaboradores, voluntários e visitantes	Picture Manager

Fonte: concepção do autor

2.ª PARTE: INVESTIGAÇÃO

3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO

3. Caracterização do campo empírico

3.1. A Vila e Freguesia de Riachos.

3.1.1. A terra e a razão de ser da existência de um museu.

Barroso escrevia que Riachos é quase um Ribatejo dentro do outro, grande e autêntico, Ribatejo, com “a *mesma alacridade, a mesma exuberância, o mesmo destemor, o mesmo desassombro de atitudes*” (1966, p. 66), por isso, “a *terra, por ser rica, atraiu desde tempos imemoriais, gente de todos os lados*” (1989, p. 19) e se “os seus filhos se mostram, por vezes, presa fácil às contundências da vida, logo sabem reagir e lutar, ressurgir das próprias cinzas e cantar hossanas de vitória”³⁸. (1966, p. 66)

Concretizando esta imagem, o advogado e empresário riachense José Marques escreveria que

a sua gente é dominada pela influência dos habitantes da campina, com os quais se identifica em muitos dos seus usos e costume. (...) Trabalhador incansável, o riachense é um hábil profissional, tanto na actividade agrícola como no comércio ou na indústria. Na primeira destas actividades foram sempre muito apreciados os gadanheiros, valadores e podadores de Riachos (1966, p. 69)

Estas proposições serão um espelho de tempos antigos, mas Nuno, Lopes, Madeira e Pereira, (1993) pegando nelas, fazem a ponte transaccional para os tempos mais modernos, tentando mostrar que, nestes, apesar da vertiginosa mutabilidade da vida actual, não se perdeu a linha de conduta que caracteriza o povo riachense:

Riachos é hoje uma vila de população urbanizada, e os filhos dos camponeses de então são rendeiros e seareiros, dando vida com o seu dinamismo aos

³⁸ Nem de propósito, Gonçalves (2006) contou que alguém lhe havia dito “*que gostava do povo riachense. Que apesar de ser de têmpera rija no lidar social, era emotivo, tinha garra e dinamismo. Mas que para que assim fosse, era preciso emocioná-lo. Sensatamente... e vinha o coração aberto. E era possível então progredir.*” (p. 28). Interessante ideia, quiçá a explorar, hoje que se fala tanto em trabalhar com inteligência emocional...

campos tantas vezes percorridos pelos antepassados. A maioria, operários, empregados, industriais, gentes de ocupações diversas que o mundo moderno oferece e exige, habitante de paisagens cada vez mais iguais e conhecidas, revê-se ainda nesse passado mítico de ruralidade. (p. 8)

Figura 7: Pintura que representa a vila de Riachos. Autor: José Alberto Pereira, artista plástico riachense. (Técnica: desenho a Namquim sobre madeira pintada a acrílico branco)



Fonte: foto do autor da pintura

3.1.2. Localização

Referenciando a localização de Riachos, atente-se o que escreveu Barroso (1954):

Quem alguma vez embarcou em Lisboa, em comboio que seguisse a linha do Norte, encontrou ao quilómetro 101,925, imediatamente antes do grande centro ferroviário do Entroncamento, a estação (...) [que serve] uma localidade próspera que dali se estende ao longo da Estrada Nacional 243 em

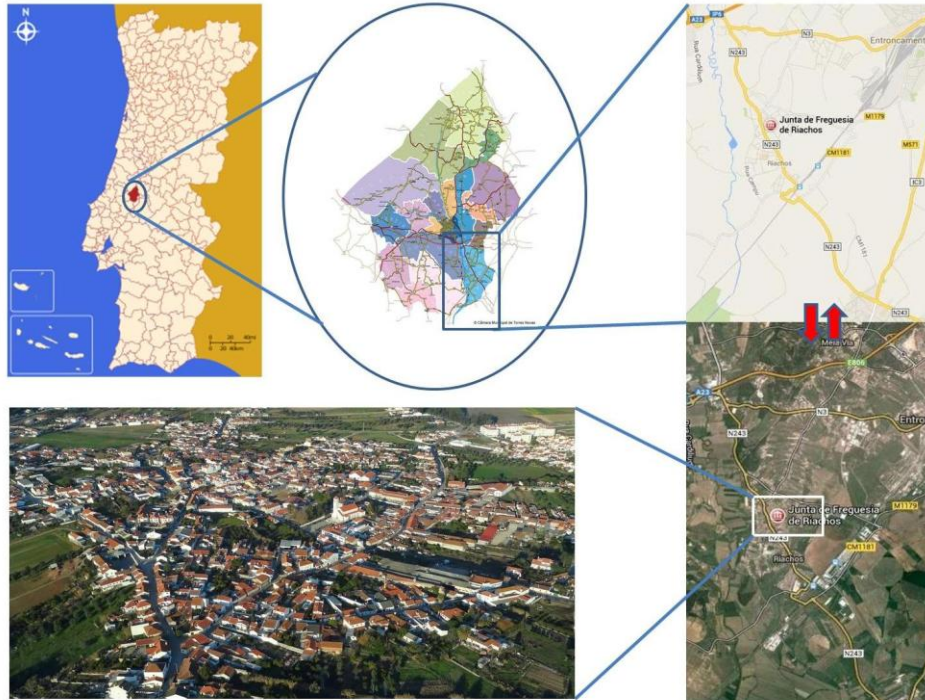
cerca de dois quilómetros de extensão. Essa povoação alegre e feliz denomina-se Riachos. (p. 11).

Complementando, a vila de Riachos fica situada na linha imaginária Torres Novas-Golegã, aresta oeste de um triângulo cujos vértices, afirma o mesmo autor (1954), são constituídos pelas sedes de concelho Torres Novas-Entroncamento-Golegã.

Em termos de acessibilidades, Riachos é servida por algumas das principais vias de comunicação terrestres, quer ferroviária: a mesma estação da CP; quer rodoviária: a estrada nacional n.º 243 liga-a ao nó da auto-estrada A23, situada a cerca de 3 quilómetros, no sentido Sul-Norte e rapidamente a coloca na A1, que dista desse nó cerca de 13 Km para nordeste.

Observe-se como esta descrição pode ser perceptível nas imagens seguintes.

Figura 8: Localização de Riachos



Fonte: Google maps e Google images. Composição do autor

3.1.3. Território e Toponímica

A vila de Riachos é a sede da freguesia com o mesmo nome, pertencente ao concelho de Torres Novas, e foi criada em 23 de Agosto de 1923, pois até aí fazia parte da freguesia de Santiago (Lopes, 1993). Integram ainda a Freguesia, os povoados de Botequim, Casais Castelos e [Bairro do] Nicho, pelo que, com pouco mais de 15km², constitui cerca de 5, 5% do território concelhio e situa-se na parte sudeste deste, sendo limitado: a nascente e sul pelos concelhos do Entroncamento e Golegã; a poente pelo rio Almonda, que a limita das freguesias de Santa Maria e Brogueira; e a norte, pela Freguesia de Santiago e pela estrada nacional n.º 3.

Em termos geomorfológicos estende-se de norte para sul numa faixa de lezíria ou várzea, torneando a margem esquerda do rio Almonda. Para nascente dessa faixa o solo apresenta algumas ondulações, numa das quais se situa o coração da vila. Sendo terra de bairro, está na zona de transição das terras de aluvião da borda-d'água, para região mais acidentada da serra.

No que respeita à toponímica, são várias as versões populares acerca da origem do nome, entre as quais algumas ligadas às invasões francesas, atribuindo a expressão “rio acho” aos soldados que entravam por estas terras, hipótese que Barroso (1966) afasta, apelidando-a de “*conceito popular muito discutível*” (p.14) e que Gonçalves (2008) diz mesmo ser uma “*intuição de todo inverosímil*” (p.7). Colocando, portanto, completamente de lado estas crenças, a literatura apresenta duas hipóteses plausíveis para o aparecimento do termo.

A primeira delas foi apresentada por Barroso (1989) a partir das suas pesquisas nas *Alforrias*, de 1096. Naqueles documentos, a propósito da isenção do pagamento de tais obrigações, faz-se referência a um proprietário rico, de nome “*Ribachus*”, que usufruiu de campos por estas paragens, bem como aos seus “*gasalianus*” (rendeiro ou arrendatário). Afirma Barroso que é “*perfeitamente pertinente a ideia de atribuírmos o topónimo Riachos ao nome próprio Ribachus, até mesmo porque a evolução etimológica do vocábulo processa-se segundo as mais elementares regras semânticas*” (1989, p.18).

Porém, uma segunda via é defendida por Lopes (1993) referindo que até hoje se desconhece qualquer referência ao topónimo *riachos* na documentação medieval conhecida, mas que o mesmo estará relacionado com a geografia local e casais de riachos, pois que estando a aldeia situada muito próximo do rio Almonda, é natural

que “riachos” projecte essa imagem de pequenos cursos de água temporários que resultam da água que transborda do leito, inundando os baixios e parte da lezíria.

Face à dúvida, talvez uma visita pela história de Riachos ajude a clarificar esta questão do nome.

3.1.4. Origens e antiguidade

A origem do povoado parece perder-se na memória dos alvares da nacionalidade, pois estará relacionada com um castro, “Castelo Velho”, erguido na herdade de “*Tausch*”, que se estendia por toda a lezíria e várzea de Santarém, incluindo os territórios que são hoje da Golegã e de Torres Novas e cujo nome veio a dar “*Taoxe*”, “*Toxe*” e “*Toxa*”. Esse castro, a quem D. Afonso Henriques terá atribuído guarnição própria, terá sido reconquistado pelos árabes, mas com a retirada destes, já não existiria nos finais do séc. XII, restando o povoado de Toxa, que assim permaneceu e que ao tempo de D. João I já seria uma povoação de certa importância, em território que passou a pertencer aos parentes de D. Inês de Castro, por doação régia. Estes terão ordenado que se construíssem currais junto ao rio para albergar pelo menos vinte cingéis, aparecendo assim os “Curraes do Reacho”, povoado também designado por “Casaes do Reacho”. No reinado de D. Manuel I, as povoações de Toxa (ou Tocha) e Currais (ou Casais) do Riacho ter-se-ão unido, designando-se, a partir daí, por “Riacho”, o povoado uno resultante (Serra, 1985; Lopes, 1993).

A fixação de moradores deverá ter-se iniciado nos finais do séc. XVI, pois são dessa época os primeiros registos paroquiais onde se mencionam indivíduos “de Riacho” (Lopes, 1993).³⁹ Outro acontecimento de relevo nesta história diz respeito à erecção da capela do povoado. Maria (1985) refere que terá sido inaugurada em 1790,⁴⁰ mas tal não significa que tenha sido essa a data em que ali se realizaram celebrações pela primeira vez, pois já em 1747 “*a ermida de Santo António dos*

³⁹ O Registo mais antigo que se encontrou, data de 1546, com o seguinte texto: “nasceu então Serigado, filho de Manuel, feitor da Várzea, no Riacho” (Serra, 1985; Gonçalves, 1999).

⁴⁰ Baseado, talvez, em Barroso (1954) que referiu ser esta “*a mais antiga data inscrita na capela (...) na soleira superior da entrada principal do edifício*” (p. 21)

Reachos” estaria implantada e destinada ao culto, pois foi visitada em nome do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, pelo prior da Atalaya, Dr. Luís Gomes de Loureiro, que a considerou associada a duas confrarias: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a Irmandade de Santo António, “*confrarias do dicto lugar de Reachos*” (Lopes, 1993; Gonçalves, 1999, pp. 14-15). Certo parece ser, portanto, quer pelo que atrás ficou escrito, quer pelos mais marcantes episódios de que há registo, ocorridos nas décadas seguintes (Gonçalves, 1999) que Riachos faz jus ao nome, pois surge como uma povoação ligada ao rio (Almonda) e demais regatos de água existentes à sua volta e ao cultivo das terras da várzea por eles banhadas, sendo este amanho das terras alagadas e férteis feito por cingeleiros, boieiros, lavradores, rendeiros, seareiros, os protagonistas de uma história toda ligada à vida agrícola, confirmando, como afirmou Lopes (1993), que a “*singularidade da sua geografia há-de marcar-lhe os traços de humanização da sua paisagem.*” (p.7)

3.1.5. Demografia

Lopes (1993) afirma que a história demográfica de Riachos só pode ser individualizada a partir de 1930, já que até aí a sua população era contabilizada no total da Freguesia a que pertencia, Santiago, de Torres Novas. No entanto, de acordo com as pesquisas apresentadas por Gonçalves (1999) sabe-se que a petição dos habitantes, apresentada ao Patriarcado de Lisboa para a criação da Paróquia de Riachos, assinada em 17 de Fevereiro de 1919, refere já que a povoação “*contém actualmente 800 fogos e para cima de 3 mil almas*” (p. 27). É de crer que houvesse nesta estimativa algum exagero, já que pelos censos de 1950, como referiu Barroso (1954) “*a população total da Freguesia é de 3877 habitantes*” (p. 13). Também se sabe que em meados da década de 1960 atingia os 4 mil habitantes⁴¹ e que, de acordo com o que escreve Lopes (1993), a população cresceu gradualmente e entre as décadas de 1960 e 1980 terá crescido à razão de 500 habitantes por decénio. De então para cá, são os seguintes os habitantes na Freguesia, apresentados pelos censos nacionais:

⁴¹ Informação constante de um quadro existente no Auditório Dr. José Marques, do Museu Agrícola de Riachos.

Tabela 4: Evolução do número de habitantes de Riachos

1991	2001	2011
5224	5420	5247

Fonte: INE e Junta de Freguesia de Riachos

Constata-se que, ao grande crescimento verificado no triénio anterior, contrapõe-se no presente uma relativa estagnação, embora não uniforme, pois a variação de cerca de 3%, é de sinal positivo de 1991 para 2001 e de sinal negativo de 2001 para 2011. Não obstante esta situação de não crescimento⁴², continua a ser a segunda Freguesia mais populosa do concelho (das restantes onze Freguesias não urbanas, apenas uma não é suplantada em dobro, relativamente ao número total de habitantes), só ultrapassada em cerca de duas centenas de habitantes pela Freguesia urbana de S. Pedro, sita na cidade sede do concelho, Torres Novas; e a de maior dimensão fora do espaço urbano desta cidade, sendo que no seu território vive um sétimo de toda a população do concelho. A vila propriamente dita, com cerca de 4400 habitantes, é o segundo agregado populacional do concelho.

O quadro seguinte dá a ideia da importância da dimensão relativa deste agregado populacional, comparando com todos os 23 concelhos situados no território da “Borda d’Água”, a sua *região genética*, ou seja, o antigo Ribatejo⁴³. Repare-se que só a vila de Riachos tem mais habitantes que os concelhos de Constância e Sardoal e que a Freguesia por inteiro tem uma população idêntica à do seu concelho vizinho do sul, a Golegã, para além de não ser muito inferior à dos concelhos de Mação, Vila Nova da Barquinha e Alpiarça, sendo mesmo idêntica às populações das vilas sedes dos dois primeiros concelhos.

⁴² Muito devido à grande quebra verificada no grupo etário 15-24 anos, possivelmente por ser aquela que corresponde, grosso modo, ao êxodo para fora da terra, quer por razões de estudos superiores, quer por busca do primeiro emprego.

⁴³ Hoje distribuído pelas NUTS II e III, regiões do Centro (Médio Tejo e Pinhal interior Sul), Lisboa (Grande Lisboa) e Alentejo (Lezíria do Tejo e Alto Alentejo)

Tabela 5: Número de habitantes por concelho da “Borda D’Água” (antigo Ribatejo).

CONCELHO	NÚMERO DE HABITANTES
Mação	7338
Abrantes	39325
Alcanena	13868
<u>Constância</u>	<u>4856</u>
Entroncamento	20206
Ferreira do Zêzere	8619
<u>Sardoal</u>	<u>3941</u>
Tomar	40674
Torres Novas	36717
Vila Nova da Barquinha	7322
Ourém	45932
Vila Franca de Xira	136886
Ponte de Sôr	16722
Azambuja	21814
Almeirim	23376
Alpiarça	7702
Benavente	29019
Cartaxo	24458
Chamusca	10120
Coruche	19944
<u>Golegã</u>	<u>5455</u>
Rio Maior	21192
Salvaterra de Magos	22159
Santarém	62200

Fonte: INE, censos de 2011

3.1.6. Economia

Já se intuiu que a grande força da economia de Riachos, desde o seu nascimento, é a agricultura. Foi sempre este o cerne do valor acrescentado do seu trabalho. Mas, a partir da segunda metade do século XX, não foi só a agricultura que contribuiu para essa força e dinamismo. Na sua prosa muito característica de exaltação do “ser riachense”, Barroso (1966) escrevia: *“por outro lado, o valor progressivo das suas indústrias e do seu comércio disputa-lhe privilégios ancestrais que muito contribuíram para a sua existência, para o maravilhoso das suas lendas e reconhecido esplendor das suas fontes de riqueza.* (p. 7)

Já uma década antes, o mesmo autor publicava o rol das fábricas e unidades transformadoras de Riachos (elencou, designadamente, 31 unidades), a tonelagem da

produção agrícola (por junto, contou mais de mil toneladas de produção) e a quantidade de gado existente (mais de 4 mil e duzentas cabeças), números que, a seu ver, permitiam “*avaliar o alto valor agro-pecuário da freguesia de Riachos*” (1954, pp. 49-51). Duas décadas depois, o mesmo autor dava conta desta pujança económica, quer da lavoura, elencando a maquinaria agrícola detida pelos agricultores da terra (um acervo de 345 máquinas, das quais 7 grandes debulhadoras e quase 100 tractores), quer também das grandes empresas dos 1.º e 2.º sectores de actividade económica, então existentes, que empregavam centenas de trabalhadores da terra, nomeadamente as grandes fábricas de produção agro-industrial, “Torrejana”, no azeite, “Unital” no concentrado de tomate e “Lusitana”, na destilação alcoólica, bem como ainda a grande empresa de transportes e comercialização de pescado, “Luz & Irmão” (Barroso, 1977).

Mas o reconhecimento desta importância económica de Riachos, na sua região envolvente, sobretudo impactante no seu concelho, não era exclusivo de autores riachenses. Esse valor também era reconhecido pelas povoações vizinhas e até pelas instituições oficiais, entre as quais a própria autarquia, como prova o testemunho de Bicho (1987),⁴⁴ em documento editado pela Câmara Municipal:

Riachos é explosão, em crescimento que não pára, a estender seus braços ao longo de todos os caminhos, como se quisesse ir ao encontro de quantos lhe estão perto, em abraço amigo, em auxílio fraterno. (...) Durante muitos anos, quase exclusivamente virada para a campo, Riachos deu-se ao cultivo da terra, para dela desentranhar produtos hortícolas e encher os mercados de Torres Novas. (p. 63)

As sucessivas ondas de crises económicas que se vêm sucedendo de então para cá tiveram, naturalmente, impacto nesta situação, alterando-a, vendo falir empresas, afectar famílias e baixar os rendimentos em geral; por outro lado, como mostra a tabela seguinte, há nas últimas décadas um claro deslocamento da mão-de-

⁴⁴ Era precisamente por esta altura que começava a concretizar-se o sonho da erecção de um Museu etnográfico em Riachos...

obra dos sectores primário e secundário para o terciário, no fundo, um pouco o espelho do país.

Tabela 6: Distribuição da população empregada por sector de actividade na Freguesia de Riachos (%):

	1991	2001	2011
Primário	8,30	3,4	2,82
Secundário	34,9	28,3	21,46
Terciário	56,8	68,3	75,25

Fontes: Junta de Freguesia de Riachos; Simões (2003); INE (Censos 2011)

A esta tendência para a terciarização da população activa, não serão alheios dois fenómenos: a mecanização intensa da agricultura e o peso da concentração urbana na actividade da mão-de-obra. Pese embora isso, a agricultura em Riachos continua a ter a mesma preponderância que sempre teve, a competência dos seus empresários agrícolas continua intacta, estando hoje, por exemplo, entre os maiores produtores de milho, batata e produtos hortícolas da região. E se metade das grandes unidades empresariais outrora existentes fecharam as suas portas, outras se viram nascer, sendo que no parque industrial riachense pontificam novamente grandes empresas, algumas mesmo das maiores do país e da região, nos seus sectores ou ramos de actividade. Neste particular, realce especial para duas grandes unidades:

- Fábrica Torrejana de Biocombustíveis. Sucessora da antiga Fábrica Torrejana de Azeites, labora nesta actividade desde 2005, tendo sido a pioneira em Portugal, no sector. Esta empresa atingiu em 2013 um volume de negócios superior a 95 milhões de euros, o que, no ranking das mil maiores empresas do país, a coloca no lugar 277.º geral desse ranking e, em particular, no 2.º lugar do seu sector de actividade. (“Económico”, 2012).

- Agromais, Entrepósito Comercial Agrícola. Na década de 1980 era já a maior cooperativa de produtores de cereais do país e na actualidade é a maior organização colectiva de agricultores na secagem, armazenagem e comercialização da produção de cereais, com um volume de negócios que atinge os 45 milhões de euros (“Correio da Manhã”, 2014), o que a coloca em 20.º lugar no ranking das 100 maiores empresas do Médio Tejo, e em 3.º lugar entre todas as empresas do concelho

de Torres Novas (“O Ribatejo”, 2013). Dadas as suas características organizacionais e rentabilidade da actividade, constitui um fiável instrumento de aferição do valor acrescentado da actividade económica dos próprios agricultores de Riachos e da sua região.

3.1.7. Ensino

O ensino primário foi aqui inaugurado em 1908, ainda a povoação estava, e haveria de estar, integrada na Freguesia de Santiago. Barroso (1954) disse crer que o primeiro professor terá sido José Maria Alves, a quem seu filho Carlos Alves sucedeu, anos mais tarde. O combate à iliteracia e analfabetismo era considerado pelos riachenses de tal modo importante, que aquele autor escreveu mesmo “*pois sentimos grande prazer em afirmar que as novas gerações riachenses (...) sabem ler, escrever e contar*” (p. 81).

No final dos anos 60 do século passado ainda apareceram, fugazmente, as antigas 5.^a e 6.^a classes, mas só em 1970 o panorama escolar riachense deixou consistentemente de estar confinado à escola primária, tendo passado a funcionar nas suas instalações, sob o entusiasmo e coordenação do professor Artur Mineiro, o Ciclo Preparatório TV, vulgo Telescola, que funcionou até ao início da década seguinte. Ao acabar, Riachos ficou novamente sem segundo ciclo escolar, situação que só veio a alterar-se em Outubro de 1991 quando foi aberta à actividade escolar a nova Escola C+S, com os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico. Esta escola seria renomeada, em Maio de 1996, como *EB 2-3 Dr. António Chora Barroso*. Simões (2007) anotou o acontecimento, desta forma poética: “*Não me perguntem se Barroso o merece/Para o dizer, meus senhores, quem sou eu?/O certo é que como ele ninguém escreveu/Sobre Riachos. Porque não sabem? Não apetece.*” (p. 104).

O ensino pré-primário arrancou em Riachos em Dezembro de 1982 e já na última década, a todos os estabelecimentos de ensino de Riachos se juntaram os da faixa sudeste e sudoeste do concelho, formando o Agrupamento Vertical de Escolas *General Humberto Delgado*, com sede na EB de Riachos. A melhoria mais significativa dos últimos anos foi a inauguração do Centro Escolar de Riachos, com modernas instalações e equipamentos, bem como a renovação total da EB 2, 3; mas,

em contrapartida, a partir do ano lectivo 2013/2014, viu o Agrupamento de que era sede passar a constituir parte de um dos dois mega-agrupamentos com sede em Torres Novas, neste caso na Escola Secundária *Artur Gonçalves*.

No início do ano lectivo 2014/2015, o universo de alunos dos estabelecimentos de ensino com sede em Riachos atinge um total de cerca de 730 alunos, distribuindo-se da seguinte forma: Jardim de Infância: 160; 1.º Ciclo: 230; 2.º e 3.º Ciclos: 340.

Importa referir ainda que as escolas de Riachos pertenciam, até ao final do ano lectivo 2013-2014, ao restrito rol das 17 (dezassete) da rede nacional de escola de referência no ensino bilingue de alunos surdos (EREBAS).

3.1.8. Património

Escreve Bicho (1987) que Riachos não possui espólio artístico digno de realce e que a própria igreja original, setecentista, sua primeira sede paroquial, foi substituída em 1948 por nova igreja⁴⁵ acabando por ser demolida. Estará este autor a referir-se ao património material, edificado, de Riachos. Esta parece ser aliás, uma questão e preocupação recorrente no seio da comunidade riachense actual: o desaparecimento de traços e vestígios patrimoniais relevantes na historicidade e marca rural e agrícola de Riachos⁴⁶. É uma consciência cívica que se ganha hoje, mas que, porventura infelizmente, não existia ao tempo em que foi mandada demolir a velha capela, que, se não o fora, seria provavelmente hoje o único edifício de valia patrimonial da Freguesia. Por isso escreveu Nuno (2008, p. 8) que “*se as características rurais continuam a ser a matriz de Riachos e o centro dos discursos que apresentam a terra, as suas evidências vão-se diluindo, as suas marcas tornam-se indistintas e desfocadas*”. (p.8)

Já aqui se abordou a questão da provável existência de um castro nos primórdios da povoação, que se crê possa ter sido erigido num local de Riachos, hoje

⁴⁵ Terá sido em 11 de Março de 1949 (Gonçalves, 1999, p. 67).

⁴⁶ Ilustrando este assunto, quis o acaso que o autor da presente dissertação presenciase a demolição de umas das casas construídas segundo a arquitectura rural tradicional de Riachos, que serviu precisamente de base para o trabalho de investigação que o actual Director do Museu apresentou no país vizinho, facto a que já aqui se fez referência. Assim se perdeu mais um vestígio patrimonial, por decisão dos proprietários que, estando a casa em ruínas, não possuíam recursos para a recuperar.

conhecido, apropriadamente, por “Castelo Velho”. Às dúvidas e certezas que a ele se referem se dedica Barroso (1985), e Bicho (1987) afirma que ele está “*montado num morro e envolto em mistério, com larga sementeira de fragmentos de telhas e tijolos romanos*”, aludindo a investigações feitas no local na década de 70 do século passado por uma equipa de especialistas, “*que deu a conhecer os resultados dos seus trabalhos*” (p. 64).⁴⁷ Seja como for, a verdade é que, por muito estudado e aludido que seja, este identificado *sítio arqueológico* parece estar longe de ser um caso encerrado.

Do que parece não haver dúvidas é da importância histórica das quintas, dos casais e das herdades agrícolas que fazem parte do território da freguesia, quer em termos da sua influência na formação do povoado, quer na estrutura socio-económica de Riachos ao longo dos séculos. Simões (2007) versejando em *décimas* este facto, afirma-o desta forma: “*Riachos antes de o ser / Era Quintas e Casais / Tenho ouvido dizer aos mais / Que assim deveria ser (...)*” (p. 25). Daí que talvez resida nelas a riqueza ou o valor patrimonial que a terra não possui ao nível arquitectónico edificado. Bicho (1985) reforça esta perspectiva, referindo que Riachos está “*semeada de Quintas: de Carvalhais, do Melo, do Minhoto, da Valada, da Várzea.*” Diz, depois, que “*ostenta a do Minhoto brasão na fachada principal*”⁴⁸ e orgulha-se de ter sido *quartel-general do Coronel Vasconcelos Correia, quando da revolta de Torres Novas em 1884.*” (p. 64). Também já Barroso (1954) a elas se havia referido, uma a uma, acrescentando ao rol a Quinta dos Pinheiros, o Casal das Flores e o Casal do Tocha. Todos estes lugares ainda hoje assim existem (à excepção do último, que foi urbanizado) e em quase todos eles continua a haver actividade económica.

Esta questão do valor patrimonial das Quintas e Casais de Riachos ganhou novo e interessante fôlego quando foi referenciado mais um *sítio arqueológico*, junto à Quinta do Minhoto. Triães (2003) aborda o assunto em artigo apropriado, fruto da

⁴⁷ Já meses antes, José Gonçalves escrevera no jornal “O Almonda” que tinha visitado o lugar com um amigo seu, “*peregrinando assim no tempo até ao Castelo de Herena*” e que tal companheiro de jornada lhe fora “*apontando o que considerou ser vestígios de tipo de construções que os Visigodos de outras eras alevantavam como suas áreas defensivas*” (2006, p. 35).

⁴⁸ Há mesmo quem sustente que este brasão ostentado na Quinta do Minhoto e o arco do portal da entrada da Quinta do Melo serão os dois únicos motivos artísticos e arquitectónicos com interesse patrimonial em Riachos.

sua própria experiência nos trabalhos de levantamento e pesquisa arqueológica já ali levados a cabo, enquanto técnico especialista de conservação e restauro. Refere, nomeadamente, que “*recolheram-se, nesse mesmo local, materiais de construção de época romana, apontando para a existência de uma villa*” (p. 20). Sendo a *musealização* dos lugares de carregado registo etnográfico uma das características da Nova Museologia e tendo Riachos esta reconhecida riqueza, poderá estar aqui um *filão museológico* a explorar, a conservar e a mostrar, antes que se perca, seguindo o rasto da “Igreja Velha”.

Mas, o Património, como já se estudou, não é apenas a vertente material. O património imaterial de Riachos é rico e variado e, por isso, matéria importante, que interessará preservar. Na Gastronomia, na Religiosidade Popular e suas Festas; nas Danças e Cantares, nos Contos e nas Lendas; no Vestuário, Usos, Costumes, e Linguagem; enfim, nas Tradições⁴⁹ em geral, Riachos encerra um manancial patrimonial importante, conhecido e, embora não seja objectivo deste trabalho o estudo aprofundado de qualquer destas vertentes, alguns deles serão referidos com mais pormenor, a propósito de algumas colectividades que as preservam.

3.1.9. Associativismo

Esta será, porventura, a faceta de Riachos em que reside a grande força gregária e colectiva da terra, a qual muita gente, individual ou institucionalmente, exalta e reconhece como sua *imagem de marca*, que a distingue de todas as demais no concelho e que lhe dá potencialidade acrescentada, quando se fala em desenvolvimento local.

Efectivamente pelo que no seu conjunto, no seu historial de actividade e envolvimento geral da sociedade (que motorizam), por um lado, e, por outro, pelas autênticas escolas de cidadania, liderança, serviço, coesão e inserção social,

⁴⁹ É talvez uma curiosidade apenas, mas não deixa de ser digno de nota que há quem diga, por exemplo, que em Riachos não haverá família alguma que não tenha, ou não seja conhecida, por uma alcunha, em vez do nome. O riachense Diamantino Mendes de Almeida identificou umas centenas, e com elas compôs um notável texto com 26 sextilhas de rima cruzada e emparelhada, que o jornal “o riachense” já publicou mais que uma vez. Tal peça, constituirá anexo a este trabalho e parece merecedor de ter tratamento adequado no grande universo de particularidades que constitui o património imaterial de Riachos.

responsabilidade comunitária, mobilização e força identitária, aprendizagem ao longo da vida, mobilização da população em volta de causas e valores, há alguns autores e investigadores que vão analisando esta marca riachense – quase como se fora o seu *selo branco* comunitário – e deixando análises e impressões que, quiçá, justificariam, por si só um outro trabalho e investigação académica e científica no campo das Ciências Sociais, principalmente pelo seu papel de potenciadoras de aquisição de competências, com impacto na aprendizagem não formal e informal de jovens e adultos ao longo da vida e no desenvolvimento local.

Seria exaustivo aqui referenciar todos os trabalhos e investigadores que já se debruçaram e deixaram obra sobre este tema, que, pelo que se percebe, tanto os apasiona. Deixa-se aqui, portanto, apenas algumas referências, como nota de chamariz a todos quantos já legaram algo sobre este fenómeno de agregação comunitária de Riachos. Por exemplo, Barroso (1966) a ele se refere nestes termos: “*o associativismo é um sinal do amadurecimento do espírito. Constitui índice apreciável do nível social das gentes; valor indicativo da emancipação de um povo*” (p. 20) havendo “*sociedades de boas tradições que merecem ser mantidas a bem da cultura do povo riachense*”, pelo que “*há que interessar as novas gerações pelos organismos locais, a fim de que o espírito associativo de Riachos se desenvolva cada vez mais*” (1954, p. 79) Talvez por causa disto, Jacinto (2004) chame “*uma questão de atitude*”, ao “*que tanto têm feito pelos jovens e menos jovens de Riachos*” (p.23), e dando à terra “*dirigentes de qualidade ímpar*” (p. 23). Este mesmo articulista arrisca até uma relação de causa-efeito que talvez não tenha logrado provar, mas que poderá constituir um desafio aliciante de investigação, ao dizer que

se comparada com outras localidades, o índice de criminalidade em Riachos, e feito por riachenses, é baixo devendo-se à capacidade que as colectividades têm em absorver a juventude, que pode livremente optar pelo desporto, pela música, pelo folclore, mesmo pelo teatro, que, em qualquer dos casos encontrará colectividades bem dirigidas e onde os mais velhos servem de modelo para os mais jovens que vêm chegando, além de refrearem os excessos próprios dessa juventude. (1994, p. 13).

A situação actual relativa a este movimento associativo em Riachos, pode ver-se na tabela n.º 7

Tabela 7: Movimento associativo actual na Freguesia de Riachos

Fundação	Designação	Sede	Campo de actividade	Situação	Obs.
Séc. XII?	Associação de Agricultores "Os Cingeleiros"	Riachos	Associação mutualista de agricultores	Activa	
1884	Sociedade Velha Filarmónica Riachense	Riachos	Música (prática e ensino)	Activa	
1932	Clube Atlético Riachense	Riachos	Desporto	Activa	
1932	Sociedade Desportiva, Recreativa e Cultural de Casais Castelos	Casais Castelos	Desporto cultura e Recreio	Activa	A designação original era "Grupo Musical e Recreio de Casais Castelos".
1946	Sociedade Columbófila de Riachos	Riachos	Prática da Columbofilia	Activa	
1958	Ranchos Folclórico "Os Camponeses" de Riachos	Riachos	Folclore (danças e cantares tradicionais)	Activa	
1973	Clube de Caçadores de Riachos	Riachos	Prática associativa do desporto da caça	Activa	
1975	Cooperativa de Habitação Económica "Sopovo"	Riachos	Construção de habitação económica	Suspensa	
1977	Jornal "o riachense"	Riachos	Imprensa regional	Activa	Órgão da Cooperativa "o riachense"
1978	Banda "Tempo e Modo"	Riachos	Música Pop/Rock	Activa	
1980	Cooperativa Editora e de Promoção Cultural, CRL "O riachense"	Riachos	Edição e promoção cultural e noticiosa	Activa	
1980	Agrupamento n.º 593 do Corpo Nacional de Escutas	Riachos	Escutismo (católico)	Activa	Estrutura da Paróquia de Riachos
1986	Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural da Região de Riachos (ADPHNRR)	Riachos	Defesa do Património	Activa	Assumiu a designação actual em 04Out2009.

1990	Moto Clube "Os Tesos do Ribatejo"	Casais Castelos	Prática <i>motard</i>	Activa	
1993	Clube de Pescadores de Riachos	Riachos	Prática associativa do desporto da pesca	Activa	
1994	Grupo de Animação Musical "Nosyvozes"	Riachos	Música e canto (formação a actuação)	Activa	Estrutura da Paróquia de Riachos
1999	Banda "Os Outros"	Riachos	Música Pop/Rock	Activa	
2000	Grupo de Cantares "As Camponesas" de Riachos	Riachos	Cantares populares das gentes do campo	Activa	Grupo associado à ADPHNRR
2000	Associação da Festa da Bênção do Gado	Riachos	Realização da Festa da Bênção do Gado	Activa	
2003	Grupo "Cepa Torta"	Riachos	Músicas e Cantares	Suspensa	
2005	Equipa de Animação e Comunicação	Riachos	Actividades de Animação e comunicação paroquial	Activa	Estrutura da Paróquia de Riachos
2009	Vespa Clube de Torres Novas	Casais Castelos	Recreio e colecção (motociclos "vespas")	Activa	
2010	Núcleo de Artes de Riachos	Riachos	Artes plásticas, decorativas, performativas e culturais	Activa	Sob a égide da ADPHNRR
2011	Grupo de Forcados Amadores de Riachos	Riachos	Festa brava/taurina	Activa	O Grupo actual reata história com mais de 120 anos.
2011	Clube de Judo de Riachos	Riachos	Prática do judo	Activa	
2012	Vozes d'Art'eNAR	Riachos	Músicas e Cantares	Activa	Extensão do NAR
2014	TER - grupo de Teatro Experimental de Riachos	Riachos	Teatro	Activa	Sob a égide da Cooperativa "o riachense"
2014	Associação Cultural de Saberes e Artes "Paralelo 39"	Riachos	Arte, cultura e saber	Activa	

Fontes: Junta de Freguesia de Riachos; bibliografia citada; informações das colectividades (via oral ou electrónica)

Esta força associativa riachense:

- Já *produziu*, por intermédio de diversos autores riachenses e não só, algumas obras deixadas em livro, para além de centenas de notícias na imprensa nacional, regional e local, dezenas de artigos, legando um lastro assinalável de registos que permitirá encetar um caminho sério e profundo a quem queira estudar este fenómeno;

- Tem já longo caminho, no tempo. Disso são prova as diversas Irmandades de cariz religioso a que tantos autores fazem referência (Barroso, 1954; Lopes, 1993; Gonçalves, 1999, entre outros) bem como a sua mais antiga colectividade, “Os Cingeleiros”⁵⁰, organização de agricultores de tipo mutualista, a seguir apresentada em maior detalhe. A música, pela colectividade filarmónica, apareceu nos finais do século XIX. No início dos anos vinte do século passado deu-se o movimento de origem ao clube desportivo da terra e, sobretudo a partir da segunda metade desse século, até aos dias de hoje, tem sido um movimento imparável de criação, maturação, cessação, desaparecimento, reaparecimento e *revivificação* de forças de agregação plural e colectiva, sejam associações, colectividades, cooperativas, grupos, etc. que muito tem contribuído para o desenvolvimento local, nas esferas do campo e temática de intervenção própria de cada uma delas.

Em presença destes dados⁵¹, não será de estranhar que muitas pessoas de Riachos, com alguma responsabilidade na vida comunitária, digam que dificilmente haverá alguma família em Riachos cujos constituintes não sejam, ou não tenham sido, membros de alguma destas estruturas associativas, de agregação colectiva. De

⁵⁰ Aparece também escrita muita vez como “Os Singeleiros”, talvez por equívoco ou corruptela, já que a expressão significa “dono ou condutor de cingel”, porque a sua designação parece derivar do vocábulo “cingel” (junta de bois).

⁵¹ Numa terra com esta comprovada força associativa, não se afigura fácil construir uma matriz com fronteiras inequívocas quanto às associações/clubes/cooperativas/grupos, etc. existentes. É necessário, pois, assumir algum critério (ainda que discutível sob algum ponto de vista) para se ter uma visão, o mais pragmática e correcta possível, do quadro associativo riachense. Assim, para elaboração deste quadro, assumiram-se os seguintes critérios (não necessária, nem mutuamente exclusivos):

- 1- Existência formal (e não oficialmente encerrada), estatutariamente definida. Ex.: Clube Atlético Riachense.
- 2- Actuação de modo próprio, no interesse comunitário, ainda que inserida ou pertencente a uma estrutura-mãe de maior dimensão. Ex. Jornal quinzenal “o riachense”.
- 3- Intervenções autónomas de valor acrescentado em termos de educação ao longo da vida e desenvolvimento local. Ex. Núcleo de Arte de Riachos
- 4- Atribuição popular, empírica, por parte da população, do cariz de colectividade, ainda que assim não o seja formalmente. Ex.: Agrupamento do Corpo Nacional de Escutas.

facto, tendo em conta que a Freguesia de Riachos tem 1678 núcleos familiares⁵², e atentando na sua vitalidade associativa (repare-se, por exemplo, a quantidade de estruturas grupais já constituídas no presente milénio, quase 40% das existentes), será difícil acreditar que, estando pelo menos uma colectividade disponível para cada 60 famílias, o rol não abranja a generalidade do espectro familiar da Freguesia.

Cabe, a encerrar este sub-capítulo, uma nota de maior atenção relativamente a algumas destas colectividades, face ao seu papel na preservação do património - sobretudo imaterial - da terra e, nessa medida, com interesse para a sua, existente ou potencial, relação com o Museu Agrícola de Riachos e na sua acção em prol da educação e formação de adultos e desenvolvimento local. Assim:

- Associação de Agricultores “Os Cingeleiros”. Já foi referido que é “*antiquíssima*” (Barroso, 1954, p. 78), a sua data de criação deve ser muito remota, sendo de crer que remonte “*aos princípios da nacionalidade*” (Marques, in Barroso, 1966, p. 71), talvez, portanto, herdeira da Confraria dos Lavradores, cujo compromisso “*está datado de Fevereiro de 1212*” (Gonçalves, 1999, p. 13), ocasião em que “*os cingeleiros riachenses se juntaram em confraria, criando uma verdadeira mútua de seguros das suas juntas*” (Barroso, 1954, p. 143). É, no fundo, muito da memória colectiva rural e agrária que está na sua razão de existir, que se espelha nas especificidades da colecção museal Museu Agrícola de Riachos. Herdeira e normalmente considerada *guardiã* de tudo quanto se relaciona com os antigos lavradores que estarão na origem da Lenda do Senhor Jesus dos Lavradores, foi, até ao início do século actual, responsável pela realização da emblemática Festa da Bênção do Gado, o maior e mais importante acontecimento festivo da vila.⁵³ Contudo, a partir de 2000, tendo essa responsabilidade sido assumida pela Associação da Festa da Bênção do Gado, passou a ser apenas parceira na realização do evento.

- Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Riachos. É uma das mais queridas organizações da terra, aquela que preserva, ensina e divulga as tradições do seu

⁵² Censos de 2011.

⁵³ Pela importância etnográfica, apresenta-se em anexo a este trabalho a Lenda do Senhor Jesus dos Lavradores e o conjunto de temas mais ou menos bairristas que com ela se relaciona, nomeada e principalmente a Festa da Bênção do Gado.

folclore, sendo, nessa medida um dos grupos mais afamados da região, e um dos mais conhecidos no país. Realizou digressões e participou em espectáculos um pouco por todo o mundo, divulgando assim, de forma considerada pelos críticos, exemplar, os antigos usos e costumes do trajar, dançar e cantar da sua terra. Organizou a sua própria secção museológica e tem protocolo de colaboração assinado com o Museu Agrícola de Riachos. Um dos seus fundadores e líder desde sempre, Joaquim Santana, é uma das figuras mais importantes e respeitadas da comunidade e das suas memórias e da sua pena resultou a única obra escrita inteiramente dedicada à gastronomia riachense⁵⁴, a qual o Rancho, nas suas digressões, sempre praticou e, a partir delas, inovou, criando a já famosa e muito apreciada “sopa do Rancho”.

- Sociedade Velha Filarmónica Riachense. É, depois de “Os Cingeleiros”, a mais antiga colectividade da terra⁵⁵. À sua escola de música e à sua Banda Filarmónica se deve, ao longo dos 130 anos de vida, a formação e prática musical por parte de centenas de jovens e adultos riachenses, pois é a única estrutura da terra que o assegura, de forma permanente, sistemática, gratuita e voluntária, também por isso condecorada ao mais alto nível. Possuidora já de um acervo museológico considerável, doou parte dele (antigas fardas e instrumentos musicais) ao Museu Agrícola de Riachos, que os expõe (embora provisoriamente) na sua Sala do Traje.

- Jornal “o riachense”. A primeira série do jornal surge no dia 1 de Janeiro de 1908, sendo seu criador e director Manuel Simões Serôdio, talvez a figura mais singular de toda a história de Riachos. Nesta série foram publicados 52 números. Até 1977, só voltaria a ser editado em três ocasiões (1953; 1966; 1973), sempre pela mão dos Drs. José Marques e António Chora Barroso, exactamente por ocasião da realização da Festa da Bênção do Gado, constituindo assim as únicas edições alusivas aos festejos.

⁵⁴ Embora outros, nas suas obras escritas, também escrevessem registos nesta matéria, como por exemplo, Manuel Carvalho Simões e António Chora Barroso, pelo que neste aspecto, o património imaterial riachense está bibliograficamente bem documentado.

⁵⁵ Já secular, pois nasceu em 4 de Março de 1884, sob o entusiasmo de José Augusto Saraiva, António Paula e António Lopes, entre outros. Deve a sua curiosa designação ao facto de, tendo sido a primeira a surgir, ter tido necessidade de se distinguir de uma outra que surgiu mais tarde, mas que lhe foi contemporânea, a Sociedade Recreativa Riachense, fundada por iniciativa de Manuel Simões Serôdio. A rivalidade entre ambas era de tal forma acesa que algumas histórias ainda hoje fazem parte do imaginário colectivo da terra, nomeadamente a famosa história dos “Caraças e dos Malhados” (Barroso, 1954; Carvalho, 1984; Simões, 2007). A existência da Sociedade Recreativa foi efémera, e o nome da Sociedade Filarmónica acabou por ser modificado, para que se soubesse que se tratava da primeira a ser fundada em Riachos. (Carvalho, 1984)

Estas breves edições são normalmente consideradas pelos analistas como a 2.^a série da vida do título.

A partir de 1977 surge a 3.^a série⁵⁶, ainda em vigor (embora tivesse tido, ao longo destes quase 40 anos, algumas breves interrupções, por diversas razões). Conhecido pelo seu carácter libertário e crítico, o jornal é um importante veículo de afirmação, contestação e reivindicação riachense no concelho e na região, imagem típica da irreverência das gentes da sua terra⁵⁷. Pode dizer-se, sem risco de exagero, que a história moderna da vila de Riachos dificilmente se contará, em plenitude, sem o recurso à consulta e análise das suas páginas⁵⁸.

- Cooperativa de Habitação Económica “Sopovo”. Criada em 1975, manteve-se em grande actividade até praticamente ao nascer do actual milénio e é geralmente aceite como tendo sido, entre as décadas de 70 e 90 do século passado, a grande estrutura de desenvolvimento da face urbana de Riachos, e não só. A ela se deve a construção de centenas de fogos habitacionais, quer na sua vila sede, quer fora dela (Torres Novas, Lapas e Meia Via). A sua obra permitiu que centenas de famílias de poucos recursos e fracos rendimentos, tivessem casa própria: foram construídos mais de 630 habitações, num investimento de vários milhões de contos, numa época em que o acesso ao crédito bancário não era tão acessível como veio a ser nas décadas seguintes. Na região (correspondente hoje à do Médio Tejo), apenas a Cooperativa *Nabância*, com sede na cidade de Tomar, construiu maior obra. Embora actualmente com actividade suspensa (por motivos óbvios, ligados à crise económica e à estagnação e estrutura do mercado imobiliário), nem por isso deixa de continuar a ser considerada, pelos riachenses, um dos grandes marcos do seu desenvolvimento, no último quartel do século XX.

⁵⁶ Em rigor, nesta 3.^a série, o jornal já não é propriamente uma colectividade, *de per si*, mas sim o braço activo e visível da Cooperativa Editora e de Promoção Cultural “o riachense”, fundada precisamente para ser proprietária do jornal, forma mais airosa que foi encontrada para cumprir as exigências legais e administrativas em vigor.

⁵⁷ Ficaram famosas, por exemplo, as suas campanhas em prol da edificação de uma escola para os 2.º e 3.º Ciclos, um pavilhão gimnodesportivo e os passeios na estrada nacional que atravessa a povoação. Com evidente sucesso, já que tais obras vieram a ser uma realidade na vila.

⁵⁸ É o caso deste próprio trabalho, que, conforme é referido na Metodologia, muito bebeu da consulta e análise dos seus conteúdos para reconstituição da história do Museu Agrícola de Riachos.

3.2. O Museu Agrícola de Riachos

3.2.1. Evolução Histórica e Actividade geral do Museu

A ideia de Riachos ter o seu museu agrícola terá germinado ainda na primeira metade do século XX, época em que se começou a falar

da necessidade de preservar as alfaias agrícolas que, nos anos quarenta e cinquenta do Século XX, começaram a ficar de fora dos trabalhos campestres, esquecidas nos barracões, debaixo das oliveiras e figueiras, nos pátios de lavoura, aguentando as intempéries do tempo, chuva, frio e calor que ao longo do ano se fazem sentir, acabando por as madeiras apodrecerem e os ferros enferrujarem. (Santana, 2004, p.1)

Dentro deste ideal, terá sido de Barroso (1954) a primeira referência escrita acerca da necessidade de Riachos ter o seu museu: *“bom seria que a Casa do Povo pudesse organizar um museu rural onde pudessem ser guardadas e admiradas, entre outras curiosidades, as alfaias agrícolas e os vestuários típicos comuns à região.”* (p. 37)

Estava, assim, lançada a semente para um movimento que não mais parou e que ganhou força quando, em 1966, ocorreu a realização da emblemática Festa da Bênção do Gado (tão rara, que na segunda metade do século XX apenas se realizou uma vez por década), na qual se fez *“uma exposição de alfaias agrícolas já em desuso que alcançou enorme êxito (...) tendo-se falado abertamente que esta exposição poderia ser o arranque para a Fundação do Museu Agrícola de Riachos”*. (Santana, 2004, p.1).

Este movimento de mobilização da sociedade riachense, com este objectivo bem definido, desenha-se depois em dois caminhos, não divergentes, mas diferentes na forma de actuar e nos meios utilizados: um, de cariz associativo, por iniciativa de componentes do Rancho Folclórico de Riachos (na altura pertencente à Casa do Povo) e de outros riachenses, de alguma forma ligados ao grupo; o outro, com um cunho e visão pessoal mais vincado, por parte de uma personalidade marcante da

sociedade riachense desta época, o advogado e empresário agrícola riachense José Marques, na altura detentor de um espólio valiosíssimo sobre a vida agrícola em Riachos e região.

A força e vontade de cada uma destas vias tornaram-se ainda mais nítidas aquando da edição seguinte da Festa da Bênção, em 1973. Durante a festa, houve uma exposição das colectividades riachenses e por iniciativa da Sociedade dos Cingeleiros, nesta altura ainda em grande actividade, voltou a realizar-se uma exposição de alfaias agrícolas de outros tempos, que foi um sucesso. Foram responsáveis por esta exposição alguns elementos ligados à organização da Festa e também à primeira das duas vias pró-museu, que ganhara força nas tertúlias riachenses durante toda a década de sessenta destacando-se Manuel Lopes Santana, José Rito Santana, José Fonseca e outros elementos, tendo-se voltado a falar no Museu Agrícola. (Santana, 2004).

Também o empenho pessoal do Dr. José Marques nesta causa se intensifica durante esta festa, o que não surpreendia, já que este causídico-agricultor foi sempre um dos maiores entusiastas pela realização da própria festa e era conhecido, no seu círculo familiar e amigos mais chegados, o seu empenho pessoal na edificação de um museu rural em Riachos. Esta versão, é também confirmada por seu filho Carlos Trincão Marques (também advogado), por Feliciano Dias e por Francisco Marques⁵⁹, companheiros na equipa de organização da Festa, liderada por de Fernando Cunha, outro insigne riachense, então Presidente da Câmara de Torres Novas, mas também empresário agrícola, que lhes terá confidenciado a grande vontade a si próprio manifestada pelo seu grande amigo Dr. José Marques, em confiar o seu espólio pessoal a um museu que fosse erguido em Riachos, um dos seus sonhos pessoais de desenvolvimento e engrandecimento da sua terra.

Ambas as vias vieram a juntar as suas forças e grande vontade, mais uma vez por ocasião e impulso da realização duma Festa da Bênção do Gado. Assim, o grupo dos lutadores pelo museu ligados ao Rancho Folclórico e o grande entusiasta Dr. José Marques, acompanhado pelos seus dois filhos, Carlos e José António (este, engenheiro agrónomo) juntaram as suas forças e

⁵⁹ Entrevista pessoal concedida ao autor

conseguiu-se na Festa da Bênção do Gado de 1985, no antigo lagar de azeite já parado, mas ainda com todo o seu espólio montado e ainda no pátio, tudo pertença do Senhor Dr. José Marques, fazer uma importante exposição de alfaías agrícolas de outros tempos, que naqueles dias teve milhares de visitantes, fortalecendo ainda mais aquela ideia que em Riachos, deveria haver um Museu Agrícola. (Santana, 2004, p. 2)

Reunidas, desta forma, todas as vontades e iniciativas, assegurado o entusiasmo popular com o aparecimento de um museu, reunida uma importante e já assinalável colecção e encontrado o local certo para o instalar, eis que o Museu de Riachos tinha viabilidade e estava muito próximo de ser uma realidade. Era, contudo, necessário formalizar, jurídica e administrativamente, a existência de uma entidade associativa, que assegurasse a posse oficial do museu nascente, sem o que a viabilidade deste abrir portas seria muito mais remota⁶⁰.

Assim, no dia 9 de Maio de 1986 foi constituída a Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural de Riachos, ADPHNR, na presença do Licenciado em Direito, Dr. Patrício Bismarck Bento Alvares Ferreira do Agro. Assinaram esta escritura as seguintes pessoas: Joaquim Lopes Santana, António José da Luz Avelino, José Barroca Antunes, Joaquim Manuel de Sousa Pereira, Maria Fernanda Figueiredo de Oliveira, Pedro Manuel Lopes dos Santos, Maria João Ferreira Elias Parreira, Julião Antunes da Luz, José Tavares da Fonseca, Dr. Carlos Trincão de Oliveira Marques e Eng.º José António de Oliveira Marques. (Santana, 2004, p. 2)⁶¹

Nos meses seguintes, a estes signatários muitas outras pessoas anónimas de Riachos se associaram ao projecto, de tal modo que foi imparável o movimento

⁶⁰ Ver nota de rodapé anterior

⁶¹ A certificação desta escritura seria publicada no Diário da República (1986).

popular de angariação de peças e objectos de cariz museológico e etnográfico, capazes de figurar com dignidade no Museu. Santana recorda-o, escrevendo que

com a ajuda de imensas pessoas que entregaram alfaias e simples peças que tinham servido nos trabalhos agrícolas de outros tempos, conseguiu-se juntar um enorme espólio que foi enriquecido com as centenas, ou mais de um milhar de alfaias e pequenas peças, todas ligadas à agricultura, que foram oferecidas pelo Agricultor/Advogado Senhor Dr. José Marques que depois de deixar a agricultura, recolheu durante muitos anos, tendo nesta altura oferecido tudo o que tinha, pois também ele quis ajudar para que o Museu Agrícola de Riachos fosse uma realidade. (2004, p. 3)

O triénio seguinte constituiu a materialização e realização de todo este projecto e o museu acabou por ser montado no edifício do velho lagar e pátio agrícola do Dr. José Marques, onde foram realizadas obras de restauro de grande envergadura,⁶².

Finalmente, no dia 30 de Setembro de 1989, quase quatro décadas volvidas sobre o alvorecer do sonho, Riachos assistiu à inauguração e abertura ao público do seu Museu Agrícola:

Com alguma pompa e circunstância, que efectivamente o acontecimento merecia, o Dr. José Marques abriu a porta do Museu, permitindo que este fosse visitado por inúmeras personalidades onde pontificaram entre outros, o Presidente da Câmara e respectiva vereação, Presidente da Assembleia Municipal, representante do Governador Civil, Presidente da Junta, representante da Federação de Folclore, da Região de Turismo dos Templários e da Comissão Parlamentar para a Agricultura. Ao som do hino da Maria da Fonte e do seu próprio, interpretados pela Filarmónica Riachense, este acto simbólico assumiu grande relevo, pois deu-se apenas o primeiro passo de um

⁶² Destacando-se neste aspecto, o grande empenho e ajuda dada por Júlio Rosa de Carvalho, na altura grande empresário da área de comércio de produtos para a construção civil.

longo caminho na defesa de valorização de um património que nos liga a esta terra e à sua ruralidade. (jornal “o riachense”, 1989, Outubro, 12, p.1)

Decorrido apenas ano e meio após a sua abertura, o Museu viria a receber a primeira visita oficial de membros do Governo, no caso, a Sub-Secretária de Estado da Cultura, e até 1993 foi grande a azáfama em apetrechar o museu e proceder a eventos de cariz tradicional e etnográfico para divulgação da sua existência e para angariação de fundos para a sua subsistência. Este ano, porém, apresenta-se com importância histórica reforçada, não só pela visita oficial ao Museu por parte do Primeiro-Ministro, Aníbal Cavaco Silva, ocorrida no princípio de Julho, decorria então a grande Festa da Bênção do Gado, mas sobretudo pelo facto da Câmara Municipal, no final do ano, ter decidido adquirir o edifício e demais infraestruturas onde funcionava o museu, assegurando assim a sua necessária salvaguarda, continuidade e manutenção. Este documento,⁶³ onde se faz constar a total autonomia e independência do Museu face à edilidade, apesar de esta ser dona do edifício é, ainda hoje, um dos grandes pilares administrativos do Museu.

Neste mesmo ano de 1994, exactamente em 9 de Outubro, inserida no programa de comemoração do 5.º Aniversário do Museu, ocorreu a assinatura do Protocolo de Colaboração entre a ADPHNR e o Dr. Luís Mota Figueira, que consagra este riachense, professor do ensino Superior Politécnico e, à data, Mestre em História de Arte, como Director do Museu. Esta nomeação, pela sua relevância nos anos seguintes, pode considerar-se um dos episódios de maior importância em toda a vida do Museu.⁶⁴

Daqui até 1997, graças ao empreendedorismo do seu novo Director, ao apoio incondicional dos directores da ADPHNR, ao entusiasmo da Técnica superior e demais colaboradores, voluntários na sua totalidade, o MAR conheceria um período de grande expansão, com inúmeras iniciativas de cariz formativo, etnográfico,

⁶³ Esta etapa decisiva para o Museu foi, aliás, consagrada em Maio do ano seguinte, no Protocolo formal estabelecido entre a Câmara Municipal e a ADPHNR, assinado em 22 de Maio, que estabelece os princípios básicos por que se rege a relação entre ambas as entidades.

⁶⁴ É também ainda neste ano que entra ao serviço do Museu a Dr.ª Mafalda Luz, Licenciada em História, contratada pela ADPHNR para assumir as funções de Técnica auxiliar de Museologia e Museografia.

cultural, associativo e de divulgação e informação e também promovendo um grande número de exposições, quer as que assim ficaram de forma permanente, quer de cariz apenas temporário. Marcos importantes foram também a promoção de uma série de homenagens a figuras públicas e gradas do povo riachense,⁶⁵ Foi também neste triénio que o Museu se organizou interna e estruturalmente, criando o Centro de Documentação, abrindo novos e importantes espaços como as Oficinas de Ocupação de Tempos Livres, o Auditório “Dr. José Marques”, o Espaço das Artes e o Pátio, com as grandes alfaías e ferramentas. Foi, de facto, um período de grande crescimento do MAR.

Entre 1998 e 2006, pode considerar-se que o percurso do museu ficou marcado por um vincado sentido organizativo e de afirmação. Efectivamente, sem que tivessem diminuído as actividades de cariz social, formativo, cultural e etnográfico que já se haviam verificado no período anterior, bem como continuado a aposta nas homenagens a figuras de grande relevo social e cultural da vila de Riachos⁶⁶, o museu preparou organizou e procedeu à abertura dos seguintes espaços: Sala de Miniaturas de Zé Fonseca; Sala de trabalhos manuais artísticos; Loja do Museu; Oficina de Artesanato e Restauro e Galeria de Artes. Foi muito em resultado destes novos espaços e serviços, a par dos que vinham do anterior, que se deu um incremento imenso no número de actividades e eventos como exposições de artistas plásticos, colóquios, conferências, lançamento de obras literárias (livros de autor e revista própria), acções de formação de variada temática, restauro de peças de valor museológico, tertúlias e até concertos musicais. Organizou-se o Serviço de Museografia e Museologia e abriram-se novos espaços temáticos como o das profissões, da água e da arquitectura tradicional.

É também neste período que o valor educativo do Museu é incrementado e consagrado, não só com maior número de actividades desse cariz, dentro e fora do museu (com idas representativas às escolas, de grande valor pedagógico), mas também com o estabelecimento de parceiras para estagiários, nomeadamente com a

⁶⁵ Os “Cingeiros”, os professores Mário Carreira e Cármen Padilha, o artesão e entusiasta da “causa do museu” José Fonseca e o médico José Moreira. Estes dois últimos viriam a doar ao Museu todo o seu espólio particular, cujas peças passaram a figurar no conjunto das mais apreciadas exposições permanentes do seu espólio.

⁶⁶ Foram homenageados grandes riachenses como João Chora, José Maria Raposo, José Simões Santana, José Marques, António Veríssimo e Pedro Barroso.

Escola Profissional de Torres Novas e com as Escolas Superiores, de Educação de Santarém, e Tecnologia de Tomar. Realce também para o Colóquio onde pontificou o museólogo Hugues de Varine e para a apresentação pública da CIVILIS, Associação para do Desenvolvimento e Cidadania. Destaque final para o aparecimento e estreia do grupo de idosas riachenses de cantares populares, “As Camponesas”, um dos três grupos que surgiram e existem em resultado da acção, apoio e incentivo do Museu Agrícola e da Associação que o detém. De referir ainda que este é um dos períodos em que o Museu Agrícola teve mais visitantes, destacando-se o grande incremento das visitas dos grupos escolares, muito por força do projecto-iniciativa “Do Museu para a Escola”, lançado a partir de 2004.

O MAR interrompeu a sua abertura geral ao público em finais de 2005, para grandes obras de ampliação, re-infraestruturação e manutenção, só retomando a actividade integral cerca de um ano depois. Portanto, é a partir de 2007 que o Museu adquire a configuração física, organizacional e temática que hoje apresenta. A par de todas as actividades de variadas vertentes que já o vinham caracterizando, e que continuam a existir, (embora com variações de periodicidade e intensidade), é também o período das grandes conferências e encontros no Auditório, de acções de formação e ensino formal e não formal, do grande investimento nos projectos de Actividades de Tempos livres para crianças e da múltipla e permanente utilização e ocupação do espaço oficial, sobretudo por adultos retirados da vida activa.

É o período em que acontecem eventos inusitados e surpreendentes para um espaço como este, como a celebração de um casamento civil, a plantação de árvores ou os cursos de registos, presépios e artesanato sacro. Mas é sobretudo o tempo em que surge o braço cultural e artístico do Museu, o Núcleo de Arte de Riachos, NAR e a sua extensão de música popular, o grupo de animação “Vozes de Art’eNar”. Este Núcleo, instalado fisicamente no mesmo conjunto edificado do Museu tem tido grande e inovadora actividade, e disso tem beneficiado o Museu, sobretudo ao nível das exposições na Galeria de Artes e do incremento de visitantes inopinados que visitam o Museu para apreciarem tais exposições temporárias dos artistas plásticos, convidados pelo NAR a expor as suas criações. Ainda em termos de visitas, para além do que é habitual num espaço destas características, realce para a que trouxe ao museu um grupo de altos representantes da UNESCO, em 2009.

É, finalmente, o período em que maturidade institucional do Museu e da Associação sua proprietária é amplamente reconhecida e solicitada a sua presença ou participação, em actividades ou situações de parceria, quer permanentes, quer temporárias, nomeadamente no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas ou com a Autarquia local e Municipal.

Em resumo, poder-se-á considerar a História e Actividade do MAR como repartidas cronologicamente com a seguinte lógica:

- A primeira época, que se poderia intitular *O Sonho*, que percorre todo o espaço temporal entre as décadas de 50 e 80 do século passado. Por sua vez, estes trinta anos podem dividir-se em duas fases: de 1953 até 1985, como a fase da *Idealização e Concepção*; e de 1985 até 1989, do *Nascimento e Formalização*.
- A segunda época, a que poderia dar-se a designação genérica *A Concretização*, de 1989 até aos nossos dias. Pode também dividir-se este período em três parcelas distintas: de 1989 até 1997, a fase do *Arranque e Crescimento*; de 1998 até 2005, da *Organização e Afirmação*; e, finalmente, de 2006 até hoje, da *Reestruturação e Consolidação*.

3.2.2. Localização

Uma simples e vulgar busca na internet, procurando por “Museu Agrícola de Riachos” dará ao pesquisador a possibilidade de encontrar alguns “sítios” de diversa natureza e temática que falam deste museu ou o apresentam sucintamente (o museu de Riachos não tem *site* oficial, embora tenha página na rede social *Facebook*). Na sua maioria, esses locais cibernéticos informam que este museu agrícola se situa a 3 km de Torres Novas.⁶⁷ Em concreto, o MAR fica situado na Rua Dr. José Marques, n.º 14, desta vila, podendo ser localizado pelas coordenadas 39º 26’ 37” latitude Norte e 8º 30’ 42” longitude Oeste. É facilmente encontrável, pois localiza-se muito

⁶⁷ Porém, e curiosamente, o “Guia do Concelho”, editado pela Câmara Municipal, refere que se encontra “situado a 6 km da cidade” (2009, p.15). Pois bem, importa desde já esclarecer que esta dobrada discrepância quilométrica é apenas aparente, pois que ambas as informações estarão basicamente correctas, dependendo se a distância se mede entre os centros urbanos das localidades ou se entre as suas fronteiras urbanas mais próximas, assim o indica o site www.ViaMichelin.com

próximo do centro urbano de Riachos, situação que se pode comprovar pela imagem seguinte:

Figura 9: Localização do Museu Agrícola de Riachos



Fontes: Google images; “o riachense” revista (2012). Foto-composição do autor

3.2.3. Orgânica

Conforme já foi referido, o MAR pertence à Associação de Defesa do Património Histórico e Natural da Região de Riachos (ADPHNRR), criada inicialmente com a designação de Associação de Defesa do Património Histórico e Natural de Riachos (ADPHNR)⁶⁸, para “*preservação e defesa do património histórico e natural da vila de Riachos, nomeadamente (...) implementar a constituição de um museu etnográfico*”, conforme consta no artigo 2.º, alínea d) dos Estatutos desta Associação, mas alterada para a designação actual em 24 de Outubro

⁶⁸ Ver tabela do movimento associativo de Riachos.

de 2009, por força da agregação com a Associação da Casa Memorial Humberto Delgado.⁶⁹ Os referidos estatutos consagram dois tipos de sócios, os individuais e os colectivos, sendo estes últimos constituídos pelas colectividades ou associações de actividade os fins conexos a esta Associação e que tenham a sua sede e actividade na região de Riachos (art.º 4.º).

Sob a sua detenção e controlo geral está também o Núcleo de Artes de Riachos (NAR), estrutura nascida em 16 de Janeiro de 2010, que será referida adiante com um pouco mais de pormenor.

A Direcção Técnica do Museu é constituída pelo Director do MAR, professor e investigador do Ensino Superior, com Doutoramento, o qual depende directamente da Direcção da ADPHNRR. Consigo faz equipa e trabalha (a tempo inteiro no Museu) uma técnica, possuidora de Licenciatura apropriada às funções exercidas.⁷⁰ É esta zeladora do MAR que assegura todas as actividades de gestão de Visitas, Actividades, Secretariado e Centro de Documentação do museu.

Para assessorar esta Direcção Técnica, sempre que se entender ser justificado, pode ser convocado o Conselho Técnico, constituído por pessoas de reconhecido valor e mérito nas matérias a analisar, convidadas para estas funções pela Associação e Direcção do Museu, de comum acordo. Também têm carácter não permanente, mas poderão ser convocados a qualquer momento, sempre que o MAR ou a ADPHNRR entendam ser apropriado face às actividades desenvolvidas, dois outros grupos existentes no círculo organizacional do museu, com características etnográficas, os “Boieiros” (grupo de homens que representam os antigos riachenses condutores das juntas de bois, iconográficos trabalhadores do campo), as “Camponesas” (grupo de mulheres idosas que cantam as cantigas tradicionais da terra e da vida do campo)⁷¹

⁶⁹ Neste momento esta Associação detém ou gere em plenitude tanto o Museu Agrícola de Riachos (MAR), como a Casa Memorial Humberto Delgado, no Boquilobo.

⁷⁰ Neste momento, esta técnica assume também, as funções de Vice-Presidente da ADPHNRR, eleita pela sua qualidade de sócia individual, apesar destas funções de âmbito associativo aparentemente não colidirem com a estrutura funcional do MAR a que pertence.

⁷¹ Os cantares (ou cantigas) são uma face interessante da cultura popular e da sua memória. A literatura existente (neste caso concreto, a que diz respeito ao *modo riachense* de cantar no campo) ajuda a perceber que fará sentido a existência de um grupo assim constituído, ao serviço (ainda que ocasional) do MAR. Leia-se, por exemplo o que escreve Simões (2000): “*Até aos anos sessenta não havia mulher riachense que não as soubesse. Dava gosto ouvi-las nas vindimas, nas mondas dos trigais ou nas mondas e plantação do arroz. Apesar de no arroz andarem encravadas de água e lama,*

ou mesmo, a título individual, algum dos componentes do conjunto de pessoas permanentemente colaboradoras voluntárias do MAR, especialmente em matérias ou acções que se relacionam com as visitas e actividades educativas, entre outras.

O Museu propriamente dito funciona com quatro Serviços distintos: dois mais clássicos – Conservação e Restauro; Museologia e Museografia – sob os quais se faz a gestão de tudo o que diz respeito ao acervo museológico do MAR, desde a aquisição e registo, até à exposição e conservação; e dois outros, onde melhor se revela a vertente da *nova museologia* neste museu comunitário – Serviços Educativos e Galeria de Artes. A criação desta última, em 16 de Fevereiro de 2002, foi um

*precedente que (...) significou uma ruptura com a ideia mais tradicionalista de uma certa museologia da ruralidade e permitiu que nas grandes obras e consequente museografia adaptada ao nosso conceito representativo da ruralidade, se conseguisse (como conseguimos, todos, sem excepção) um MAR com uma linguagem museográfica de vanguarda no seu género. Se a teimosia foi de alguns, entusiasmo e obra foram de todos.*⁷²

Por sua vez, Luz (2003), anunciando a Galeria como instrumento da “*promoção da educação estética no museu*” afirma que se pretende que este seja “*um lugar de convergência de saberes e de união da tradição com a modernidade, no intuito de promover o desenvolvimento cultural e estético não só de Riachos, mas de toda a região envolvente*” (p. 62). Esta Galeria de Artes é hoje gerida, em termos de planeamento e actividade artística, pelo NAR, mas antes do aparecimento desta organização de artistas, muitos pintores e artesãos já ali haviam exposto os seus trabalhos, alguns dos quais passaram a fazer parte da decoração permanente do MAR. Quanto aos Serviços Educativos, é sob seu âmbito que se desenvolve toda a actividade educativa e também parte da função comunicacional do MAR, desde a sua iniciativa permanente mais representativa e emblemática, o Projecto “Do Museu para a Escola” – na qual se planeiam, executam e avaliam todas as actividades educativas

as moças novas, que eram às dezenas, cantavam dias inteiros. Ora umas, ora outras, ao desafio, e muitas vezes, de improviso” (p. 5).

⁷² Entrevista pessoal concedida ao autor

que impliquem relação directa com o universo educativo formal da vila, quer intramuros, quer em deslocações permanentes aos estabelecimentos de ensino, por parte da técnica ou, sob sua iniciativa e coordenação, por parte dos diversos voluntários que difundem a mensagem e imagem do MAR – até aos mais diversos eventos avulso, programados ou não, que impliquem acções de ensino e formação não formal e informal de crianças, jovens e adultos.

Neste âmbito de abordagem meramente funcional encontra-se, sotoposto situado em relação a estes quatro serviços departamentais do MAR, as Oficinas Técnico-Pedagógicas, outra das emblemáticas imagens de marca deste museu. Isto porque organicamente estas oficinas, nas suas mais variadas vertentes, se apresentam como suporte permanente de apoio àqueles quatro serviços. Porém, isto não é, de todo, o total da sua acção. De facto, Luís Mota Figueira confirma que

as Oficinas Pedagógicas (sonhadas em Lisboa sob o exemplo da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (...), foram o cerne de todas as grandes mudanças positivas ocorridas no MAR que, curiosamente, quando propostas não receberam os votos unânimes dos então componentes do MAR. Lembro-me muito bem que de alguns duvidavam da sua eficácia num museu agrícola...⁷³.

A seguir ver-se-á o porquê desta importância invulgar que lhes atribui o Director do Museu.

3.2.3.1. Dois casos especiais: as Oficinas de Artesãos e o NAR.

- As Oficinas de Artesãos.

São, pode usar-se a expressão, “o braço operativo” das Oficinas Técnico-Pedagógicas. Para além do expectável e normal apoio à actividade pedagógica e de manutenção e restauro das peças da colecção, esta vertente das oficinas pode ser considerada (no sentido “ser olhada”) como um *quinto* serviço do Museu, dadas as

⁷³ Comunicação pessoal feita ao autor

suas especiais características pedagógicas, relativa autonomia e por ser um espaço oficial que opera em permanência.

Coordenadas por José Luís Pestana, antigo professor de Trabalhos Oficinais, que, depois de, na década de 90, ter estado uns tempos a prestar serviço nas oficinas pedagógicas deste museu, destacado da Escola Preparatória a que pertencia, aqui decidiu ficar a fazer trabalho de voluntariado permanente depois de aposentado, sendo uma das mais-valias humanas deste Museu. De grande experiência em termos técnicos e pedagógicos, disponibiliza ao Museu, todos os dias, oito ou mais horas de trabalho diário, assegurando o funcionamento pleno das oficinas, cuidando do seu apetrechamento, coordenando todas as actividades que ali se desenvolvem e ensinando ou acompanhando os utilizadores das oficinas, para além de fazer também parte do Conselho Técnico do Museu.

Esta funcionalidade do museu vem ocupando os tempos livres de homens retirados da vida activa - sejam desempregados, reformados ou em outras situações que os afastem da vida activa profissional - que ali laboram de forma livre, espontânea e voluntária, quer fazendo peças de valor que o Museu aliena (oferecendo ou vendendo) e que divulgam a instituição, para além de poderem constituir uma fonte de receita com os produtos vendidos, alusivos à vida agrícola e aos instrumentos de trabalho dos tempos antigos retratados no museu, quer fazendo ou restaurando objectos para si próprios, amigos ou família, seja por interesse meramente lúdico ou por necessidade real. Algumas das peças feitas, sobretudo as miniaturas das alfaías e instrumentos da vida do campo, feitas à escala e completamente equipadas e funcionais, são verdadeiras obras de arte que, quando comercializadas, muitos dos seus compradores valorizam materialmente, pagando um justo preço por elas. A mais representativa será a famosa “canga” dos bois, encimada pela sua curiosa e singular peça de adorno, a “chavelha”.

Com dezasseis anos de existência, por ali já passou, a trabalhar ou a aprender a trabalhar, mais de uma vintena de adultos, e ali estão sempre, todos os dias úteis, dois ou três que desejam passar o seu tempo de forma activa, profícua, formativa, ou, simplesmente, divertida e bem-disposta, contribuindo para que o dia-a-dia fora do activo lhes seja agradável e se possam continuar a sentir úteis a si próprios, às suas famílias e, por extensão, à comunidade de que fazem parte. Talvez por isso Mota

Figueira afirme com grande convicção: “o que fazemos aqui é autêntica museoterapia”.⁷⁴

- O Núcleo de Artes de Riachos (NAR).

Criado em Janeiro de 2010, por iniciativa da ADPHNRR, à qual correspondeu um numeroso grupo de artistas plásticos e artesãos de Riachos, este núcleo consagra no art.º 3.º dos seus Estatutos que “*visa especificamente preservar, apoiar, promover divulgar e desenvolver as artes e a cultura riachense*”. Embora no seu artigo 1.º estes estatutos refiram que o NAR é “*um núcleo do Museu Agrícola, onde estabelece a sua sede*”, a verdade é que o restante articulado desses estatutos lhe dá quase total subjugação, não relativamente ao Museu, mas sim à ADPHNRR, e até na notícia publicada em “o riachense” n.º 643, de 27 de Janeiro de 2010, se fala em “associação-mãe”. De resto, a própria sede é separada fisicamente do Museu, embora situada no mesmo conjunto imobiliário.

Seja como for, esta aparente dissonância não lhe retira, nem méritos, nem capacidades operacionais, nem, sequer, a sua ligação intrínseca ao Museu, que se faz por via directa na gestão da Galeria das Artes (conforme prevê o n.º 11 do artigo 7.º dos seus Estatutos) e por via indirecta, pela coordenação permanente com a Direcção Técnica do MAR, relativamente às actividades desenvolvidas com interesse mútuo.

Este Núcleo sub-divide a sua estrutura em diversos círculos de actividade artística e cultural, desde a Pintura, Escultura e Artesanato, até ao Vídeo e Fotografia, passando pela Poesia e Música. Implementou a sua própria “Oficina d’Artes” onde os seus componentes dão largas ao seu poder criativo, organizou o seu próprio salão de Poesia (onde realiza encontros regulares de poesia, muito apreciados) e outros eventos culturais, e criou um grupo de cantares populares, curiosamente chamado “Cantares d’Art’eNAR”, o qual já é chamado a participar e animar muitos eventos de cariz festivo e de animação social, em Riachos e sua região, seja em colaboração com as outras colectividades, grupos ou associações, seja actuando por iniciativa própria. Pode dizer-se, que, em resultado da existência e actividade do NAR, todos os dias, nas salas da ponta leste do edifício museal, há actividade, ocupando tempos de lazer (e não só) de numerosos adultos, idosos ou não.

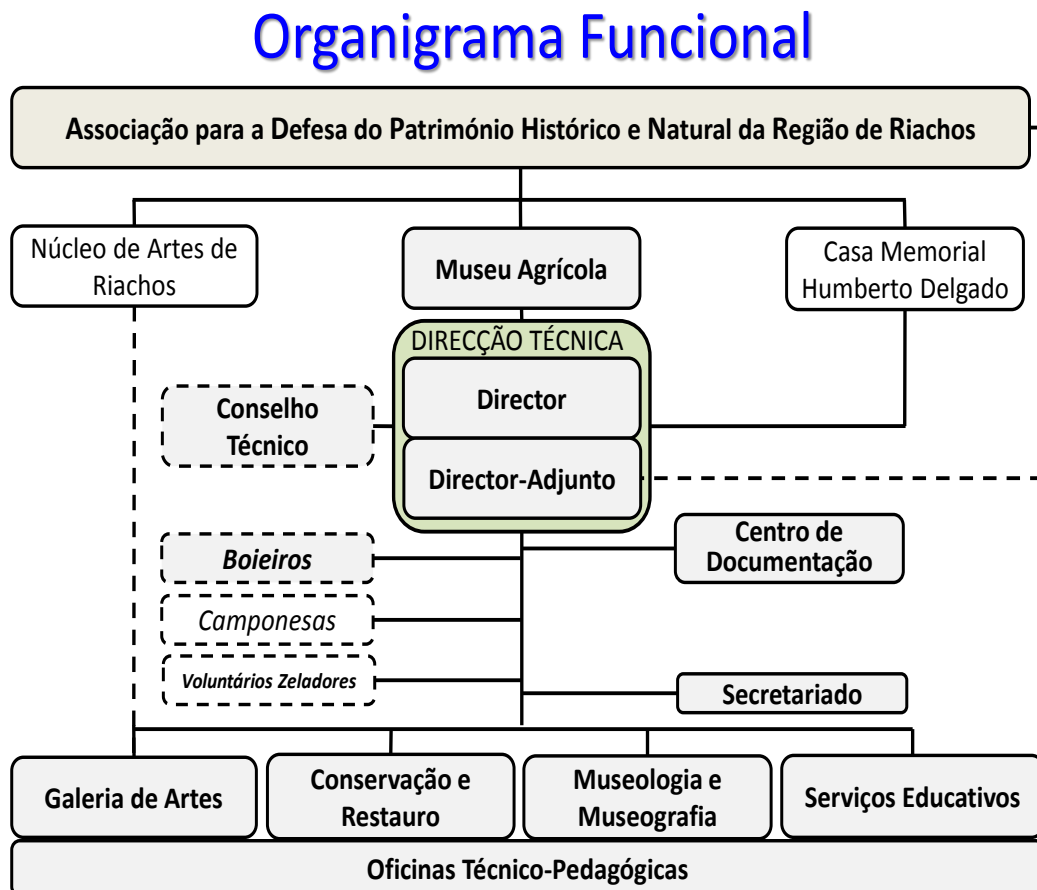
⁷⁴ Entrevista pessoal concedida ao autor

Um caso muito curioso da actividade deste Núcleo é o recente concurso “Encontros de domingo às 4”. Trata-se de um concurso com perguntas sobre Riachos, versando todas as temáticas, dirigida a todas as pessoas que se desejem inscrever e que queiram aprender da história e vida das gentes de Riachos. São mais de mil, as perguntas em base de dados, fruto de pesquisas feitas nas obras publicadas sobre a vila. Em cada sessão, realizada, como o nome indica, às tardes de domingo, participam três concorrentes, sendo feitas 10 questões a cada um. Em caso de dúvida ou desconhecimento da resposta, quer os outros concorrentes, quer o público, podem responder. Cada sessão tem carácter eliminatório até à Final, onde será encontrado o vencedor do Concurso. É uma iniciativa de índole formativa em ambiente de passatempo, autêntico espaço de formação e educação de adultos onde, de facto, se aprende sobre Riachos pela via não formal (o grande vencedor tem direito a um prémio) e informal. Um caso curioso de promoção de educação de adultos, talvez a merecer atenção maior quando dela se fizer a devida avaliação⁷⁵.

Em suma, toda a estrutura orgânica do Museu assim descrita pode resumir-se e visualizar-se através do organigrama apresentado na figura da página seguinte:

⁷⁵ Nuno (2004) escreve que “*estes tempos modernos já não se compadecem com antigos modos de transmissão dos saberes e dos laços solidários do grupo, assentes na oralidade e na proximidade quotidiana dos membros desse grupo (...) torna-se, por isso, imperioso que ocorram momentos de convocatória geral, de realização de práticas colectivas, para que esses saberes e laços melhor se renovem e transmitam, através da participação directa, da presença física dos membros do grupo*” (p. 10). Ora, se se entender este grupo num sentido mais abrangente e holístico, esta prática do NAR pode ajudar a provar como certa a tese referida.

Figura 10: Organigrama Funcional do Museu Agrícola de Riachos (não oficial; concepção do autor)



Fonte: A partir Informações fornecidas pela Direcção Técnica e documentos existentes no Centro de Documentação

3.2.4. Infraestrutura e colecção

3.2.4.1. A Infraestrutura

A infraestrutura física em que está implantado o museu configura um trapézio pentagonal e é constituída por um imóvel edificado composto por três naves - que, em conjunto apresentam sensivelmente a forma de “U” - e por um pátio, com uma parte coberta e outra descoberta, que recebeu a denominação “Pátio António

Veríssimo” em homenagem póstuma ao riachense com o mesmo nome, que chegou a ser considerado como o maior bailador português de Fandango.

Figura 11: Planta e Estrutura Actual do Museu (criada pelo autor, a partir do manuscrito original à escala de 1/100, elaborado pelo Director do MAR, Dr. Luís Mota Figueira)



Fonte: Centro de Documentação do Museu

Na nave central do edifício estão implantadas as Salas do Cingeleiro e do Agricultor, esta rebaixada relativamente àquela cerca de um metro, sendo a passagem de uma para a outra feita por degraus. São, em termos museológicos, as salas nobres do museu, as primeiras a receberem os visitantes e com cujo espólio estes desde logo se confrontam. Nesta nave situam-se ainda a Cozinha tradicional, a Sala do Azeite e sala do Trajo (sala “Maria dos Santos Marques”) e sob a mesma estrutura funciona ainda o Secretariado Permanente e o Centro de Documentação do Museu. Toda a ala leste desta nave é constituída pelo Auditório “Dr. José Marques” e seu anfiteatro (destinado à realização de reuniões, colóquios e eventos e espectáculos de vária

natureza), pelo passadiço de acesso ao pátio e ainda por uma pequena ala lateral de exposição de acervo museológico e de artesanato, e ainda a loja do museu, eventual.⁷⁶ Na nave oeste, encontram-se a Sala de Miniaturas “José Fonseca” e as oficinas de restauro e dos artesãos - o já referido braço “operativo” das Oficinas Pedagógicas do Museu - que inclui também duas salas de tratamento e manutenção de peças, independentes da exposição e não disponíveis ao público.

A nave leste é a parte do edifício mais recentemente recuperada, que alterou a configuração inicial do MAR, aumentando o seu espaço útil de exposição de forma significativa. Pode considerar-se dividida em duas alas distintas: à direita, a Galeria de Artes e à esquerda a ala museológica. Acresce que nesta nave existe ainda uma sala lateral, a “Adega do Boieiro”, semi-reservada, de funcionalidade multifacetada, nomeadamente para reunião, tertúlia e convívio e manjares tradicionais, mas que pode também funcionar como oficina pedagógica - por exemplo, ali decorrem, todas as terças feiras, as sessões de formação e prática de artes decorativas e sacra, frequentadas por um grupo de mulheres seniores, referida mais adiante.

Na parte coberta do Pátio “António Veríssimo” figuram as alfaias e maquinaria agrícola de grandes dimensões. No seu extremo lateral, pegado à nave oeste, encontra-se o laboratório fotográfico e ainda as instalações sanitárias.

A parte descoberta deste pátio constitui um espaço lúdico e experiencial e nele foi edificado um simulacro de um antigo poço, com o respectivo engenho de tirar água, a nora. Dá também acesso às principais entradas e serviços das três naves edificadas.

3.2.4.2. A Colecção

O acervo museológico e etnográfico deste museu agrícola é constituído por mais de milhar e meio de peças em exposição e mais umas dezenas em oficina ou armazém, para reparação ou manutenção.

⁷⁶ De acordo com indicações da zeladora do Museu, Dr.^a Mafalda Luz, este espaço será, a curto-médio prazo, sujeito a obras de modificação (construção de instalações sanitárias para deficientes), pelo que o acervo ali patente será realocado.

Uma parte substancial continua a ser pertença dos próprios donos, que cederam ao Museu a sua permanência, guarda e manutenção, autorizando a exposição ao público. Sendo verdade que, no início da vida do Museu, uma parte significativa desta colecção foi proveniente da casa agrícola e colecção particular do Dr. José Marques, que a doou, é também verdade que, sobretudo nos primeiros tempos do museu, muitas outras pessoas da terra, de todas as condições sociais, entregaram os seus pertences ao Museu, quer a título de doação, quer de cedência precária, aumentando e enriquecendo assim a quantidade e qualidade da colecção.

Esta é, aliás, uma situação quase ímpar deste museu, conferindo-lhe, no dizer de Luís Mota Figueira⁷⁷, uma inequívoca característica “*museu comunitário*”, já que “*os seus donos, se quiserem, a todo o momento podem vir buscar as suas peças, porque o museu é, apenas, o seu fiel depositário*”. Os donos dos artigos estão identificados em ficheiros próprios, no Centro de Documentação do Museu.

3.2.4.2.1. Exposição na nave central

Sala do Cingeleiro. É a mais ampla das salas de exposição do Museu, que pretende representar a essência do agricultor riachense, retratada na Lenda do Senhor Jesus dos Lavradores, esta um dos ícones característicos do misticismo antropológico da idiossincrasia riachense. *O Cingeleiro era proprietário de uma junta de bois que trabalhava para si, ou por aluguer, para outros*⁷⁸. Do painel temático alusivo ao tema encontram-se entre outras peças, o carro de bois de rodas não articuladas e a canga arreada a rigor, com as chavelhas de espelhos ou de festa ou de trabalho. Consta ainda um arado de madeira, muito rudimentar, talvez a peça mais antiga de toda a colecção.

Esta sala tem também os seguintes painéis em exposição permanente: *Pesos e Medidas; O Figo; A Horta; O Gadanheiro; O Valador.*

As restantes peças em exposição permanente nesta sala nobre do museu são o sino da velha igreja, dois enormes quadros com antigas plantas topográficas dos

⁷⁷ Entrevista pessoal concedida ao autor

⁷⁸ Folheto do Museu, de 2008

velhos campos agrícolas e ainda uma miniatura de uma galera de bois, arreada e funcional, feita à escala pelos artesãos do museu. Uma autêntica jóia de artesanato que faz, aliás, parte da “mala pedagógica” do museu.

Ao todo, esta sala apresenta-se ao visitante com cerca de 130 peças e é nela que os visitantes registam, em livro próprio, as suas opiniões e testemunhos.

Sala do Agricultor. Situada à direita da anterior (relativamente a quem entra), rebaixada cerca de um metro e dela separada também com uma enorme grade de metal trabalhado de antiga igreja, esta sala apresenta uma colecção de cerca de 80 peças, entre as quais uma galera em tamanho real devidamente arreada, um enorme arado de madeira, (mais recente que o da sala anterior) e ainda as que fazem parte dos seguintes painéis temáticos: *a Agrimensura; o Cânhamo; o Mulateiro; o Pastor*. Está também patente um painel de museologia sacra, sinalizada por um enorme frontal de antiga igreja.

Salas do Azeite e do Traje. Localizadas no extremo oeste da nave, na mesma ala da sala do Agricultor. A primeira apresenta um acervo de meia centena de peças alusivas ao fabrico do azeite nos antigos lagares e algumas destas peças serviram inclusivamente no antigo lagar que agora aloja o museu; ao passo que a segunda contém cerca de 70 peças e é, na verdade, um simulacro de um antigo quarto, embora nele constem outros artefactos alusivos ao traje antigo - usado pelas antigas famílias riachenses de agricultores, tanto proprietários como trabalhadores - ao banho e à higiene íntima. Mostra ainda uma faceta da costura e labores femininos: rendas e bordados.

A Cozinha. Frontalmente contígua à sala do Cingeleiro, é uma reconstituição etnográfica de uma cozinha da antiga sociedade agrícola e rural, incluindo a lareira. No seu todo, incluindo peças de serviços de porcelana e talheres, esta colecção tem mais de quatro centenas de artigos, a maioria dos quais cedidas ao museu com carácter não definitivo, ou seja, a título de empréstimo em permanência. A Sala de Aula. Instalada provisoriamente num dos topos da divisão onde se encontra o Centro

de Documentação e o Secretariado, lateral à cozinha, dela fazendo parte cerca de quarenta peças de valor museológico.⁷⁹

O Auditório “Dr. José Marques”. Muito embora não seja objectivo primário deste espaço a exposição de artigos museológicos, pode dizer-se que, da sua decoração fazem parte duas dezenas de peças do acervo, entre as quais merecem destaque a primeira viola do consagrado cantor e autor riachense Pedro Barroso, por este oferecida ao Museu, e algumas esculturas e pinturas alusivas à antiga vida agrária e rural de Riachos, da autoria de vários artistas plásticos riachenses.

Embora já fora do espaço do auditório propriamente dito, mas dentro desta mesma ala, extremo leste, encontra-se um breque, inteiramente recuperado pelos serviços de restauro do museu e também um móvel contendo todo o espólio museológico de dezenas de artigos, do antigo Grupo de Teatro Amador de Riachos, que o confiou ao museu.

3.2.4.2.2. Exposição na nave lateral oeste

Sala de Miniaturas “José Tavares da Fonseca”. Colecção de 35 conjuntos de miniaturas, representativas da vida comunitária rural e agrícola de Riachos, ao longo de todo o século passado, da autoria do artesão com o mesmo nome, que não sendo natural de Riachos a adoptou como sua, aqui vivendo até falecer e que doou a sua obra ao Museu, por ocasião de uma homenagem que, ainda em vida, a ADPHNR e o Museu lhe tributaram. Todas as peças desta singular colecção funcionam e estão operacionais, à imagem das reais, que lhes serviram de inspiração.

3.2.4.2.3. Exposição no Pátio “António Veríssimo”

Este espaço central do Museu tem, na sua parte coberta, toda a maquinaria e alfaias agrícolas alusivas ao trabalho e transportes da lavoura e da eira, albergando também a ferramentaria e oficina do ferreiro; figura também, impactado na parede,

⁷⁹ Prevê-se a sua instalação definitiva em outro lugar do museu em futuras obras de manutenção e ampliação.

um enorme painel de azulejo alusivo à vida agrícola, efectuado pelos alunos da Escola EB 2-3, Dr. António Chora Barroso, de Riachos, e oferecido ao Museu. No total são quase duas centenas de máquinas, alfaías e instrumentos agrícolas ali expostos. De realçar que desta colecção faz parte um “locomóvel”, máquina a vapor da primeira metade do século XX, à época importada de Inglaterra, para produzir força motriz alimentadora de outras máquinas do serviço da eira, e que foi recuperada e restaurada pelos artesãos do museu, sendo hoje uma das “jóias museológicas” deste Museu Agrícola, objecto de estudo das mais variadas escolas, academias e cientistas da área, do país inteiro.

3.2.4.2.4. Exposição na nave lateral leste

Ali estão expostas mais de seis centenas de peças, instrumentos e outros artigos museológicos, divididas por três grandes colecções: “A Água”, “O Vinho” e “As Profissões”.

No que toca à primeira daquelas exposições temáticas permanentes, deve referir-se que as cerca de cem peças que a constituem “*são pertença, no seu núcleo essencial, da Câmara Municipal de Torres Novas e representam um importante repositório da história do abastecimento de água ao concelho de Torres Novas*”,⁸⁰ em geral, e à freguesia de Riachos, em particular. Faz também parte da colecção em exposição permanente nesta ala a colecção relativa ao rio, sobretudo a actividade piscícola.

No que concerne à última das referidas exposições, “*aqui vamos encontrar painéis com um espólio importantíssimo representativo de algumas profissões e actividades tradicionais, tais como: o Carpinteiro, O Ferreiro, O Oleiro, O Sapateiro, O Médico [de Aldeia], O Barbeiro*”⁸¹. Estas profissões eram, como outras,

⁸⁰ Folheto do Museu, de 2008

⁸¹ idem

*fundamentais na sociedade agrícola, pois do seu desempenho e competência dependia, em larga escala, a prontidão para o trabalho e a produtividade das pessoas que trabalhavam no campo, nas hortas e na eira, pelo que faz todo o sentido que sejam inseridas no acervo museológico de um museu com estas características”.*⁸²

Nesta ala se encontra também um espaço museal destinado às Técnicas de Construção e Arquitectura Tradicional, esta já objecto, aliás, de um trabalho académico apresentado em Espanha pelo Director do Museu⁸³. Finalmente, de realçar também a exposição, nesta ala, de uma carreta funerária oitocentista, peça rara, também recuperada e restaurada pelos artesãos do museu.

3.2.5. Operação e Serviços

3.2.5.1 Duas questões normalmente controversas: o horário e a bilhética

A julgar pela literatura consultada, um dos habituais problemas com que os museus se debatem tem a ver com a questão do horário e, consequentemente, da janela de tempo em que estão abertos ao público. Este é um aspecto sensível, que se repercute na capacidade intrínseca dos museus em se constituírem como agentes de desenvolvimento local e derivam daqui muitas das queixas que podemos encontrar relativas aos serviços prestados pelos museus, em geral.

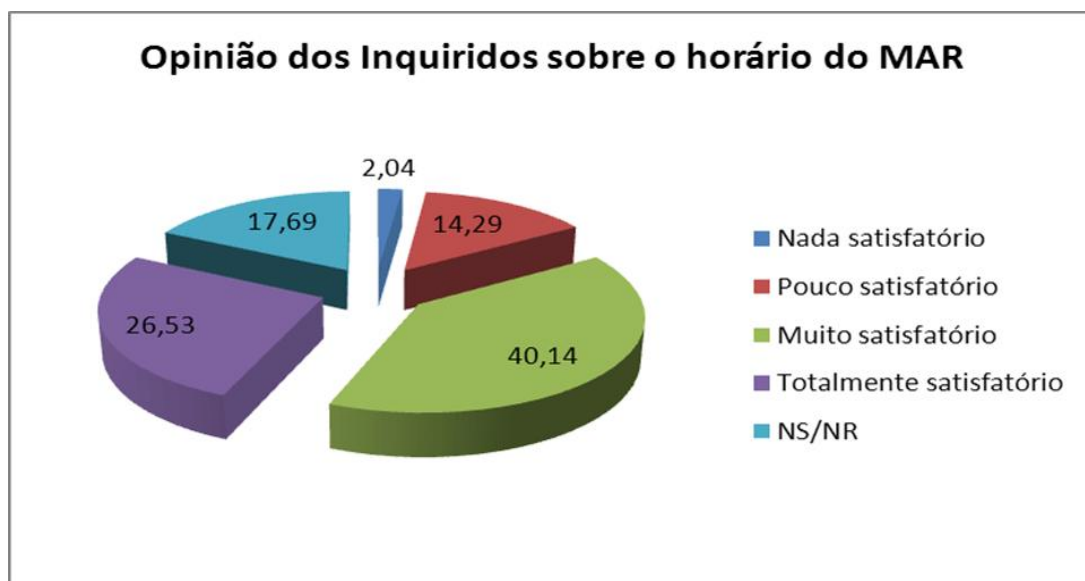
Ora, neste aspecto, pode dizer-se que muito embora, oficialmente, o MAR tenha estabelecido um horário formal de funcionamento – todos os dias úteis, das nove da manhã às cinco da tarde, com interrupção de hora e meia para almoço e das três às cinco e meia da tarde aos domingos, encerrando aos sábados - a verdade é que qualquer pessoa que o deseje visitar não encontra neste horário obstáculo de maior, já que a qualquer momento, desde que haja contacto prévio, o MAR poderá nomear uma pessoa do seu conjunto de técnicos e voluntários para abrir as suas portas e proporcionar a tão desejada visita. Esta disponibilidade quase total tem também cobertura na parte nocturna do dia, embora com óbvia reserva de sensatez na sua

⁸² Entrevista pessoal concedida ao autor

⁸³ Ver nota de rodapé n.º 46

definição. Ainda assim, terá interesse verificar qual a percepção dos visitantes inquiridos acerca desta questão. Veja-se o gráfico:

Figura 12: Opinião dos Inquiridos acerca do horário praticado pelo MAR. Expressão dos resultados (em %)



Fonte: Inquérito realizado

Pelo que se vê, não será desajustado considerar que a maioria dos inquiridos se mostrou satisfeito com o horário de atendimento ao público, pois a expressão total dessa inequívoca satisfação ultrapassa os dois terços do universo das respostas válidas.

Já quanto à bilhética, consabido é que o MAR não cobra qualquer valor à entrada. Não há, portanto, lugar à cobrança de bilhetes nem a qualquer outra forma de contribuição obrigatória em forma de pagamento ou ressarcimento pelo custo da visita. O actual Director do Museu sustenta esta situação argumentando de que, de um ponto de vista formal, seria incorrecto o MAR cobrar bilhetes, já que não tem, nem Quadro de Pessoal, nem Orçamento Anual, nem sequer dotação orçamental para o Plano de Actividades, pelo que os serviços prestados pelo MAR dependem das dinâmicas que, continuamente, o museu é capaz de criar e desenvolver.⁸⁴

⁸⁴ Eis o que, a este respeito, diz ainda o Director do Museu:

“Cobrar entradas significa a prestação de um serviço remunerado que está subjacente a uma estrutura operacional formal o que não é, de todo, o caso. Não estamos na Rede Portuguesa

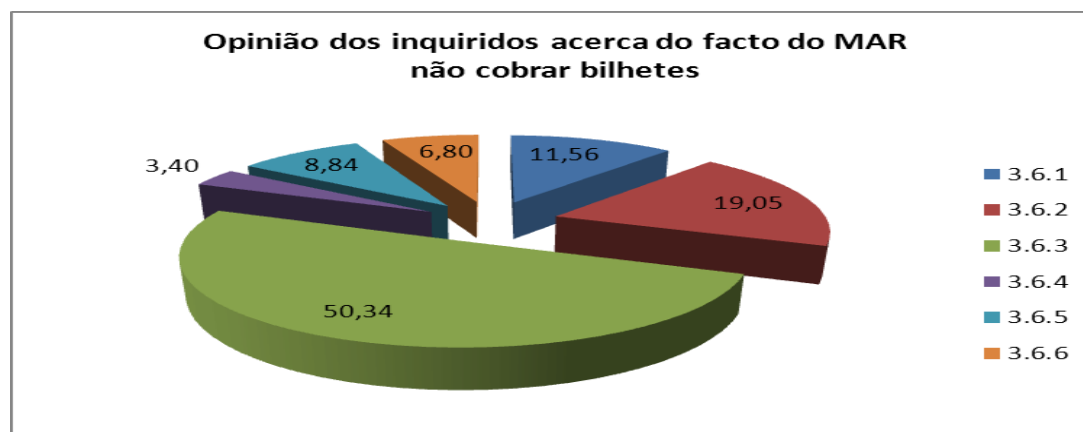
Também aqui, independentemente da validade da argumentação do mais alto responsável técnico do MAR, é interessante verificar o que pensa o universo dos inquiridos a este respeito.

Tabela 8: Escala acerca do facto do Museu Agrícola não cobrar bilhetes

3.6.1	Está muito bem assim! Permite o livre acesso a todas as pessoas, sem quaisquer distinções.
3.6.2	Concordo, embora pense que perde uma possibilidade de financiamento
3.6.3	Concordo, mas poderia colocar aos visitantes a possibilidade de oferecerem uma contribuição voluntária
3.6.4	Não estou inteiramente de acordo, penso que assim as pessoas tendem a desvalorizá-lo
3.6.5	Discordo completamente! As visitas deveriam ser pagas, tal como acontece em outros museus
3.6.6	Não tenho opinião formada. Quem dirige o museu é que deve saber o que é mais importante

Assim, convidados a seleccionar, de entre as hipóteses apresentadas, aquela que mais se aproxima da sua opinião, o resultado final deu a seguinte indicação:

Figura 13: Expressão dos resultados (em %)



Fonte: Inquérito realizado

de Museus precisamente porque estes requisitos não podem ser cumpridos. Este é um dilema para um futuro breve dado que, na competitividade territorial a que assistimos hoje, as estruturas informais arrastam cada vez mais com dificuldades acrescidas de financiamento. As Autarquias estão na actualidade inibidas de apoiar estas Colectividades nos moldes anteriores ao regime financeiro de compromisso que o Poder Local enfrenta e terá que suportar nos próximos anos. Para o MAR e equipamentos culturais congéneres este é um sério problema...
 “(comunicação pessoal ao autor, 2014)

Ora, afigura-se inequívoca a opinião geral pois, mesmo concordando com a opção da equipa de gestão do Museu, os inquiridos expressam claramente a sua opção por uma alternativa de obtenção de fundos como contributo para o auto-financiamento do Museu, mais de metade sugerindo que se proporcione ao visitante a possibilidade de o fazer voluntariamente. Este pode ser um indicador de valia a considerar (eventualmente) pela Direcção do Museu, já que parece encaixar-se precisamente num dos óbices apontados pelo seu Director, a questão financeira.

3.2.5.2. Qualidade geral dos serviços prestados

Mesmo correndo-se o risco de ser considerada redutora a análise da qualidade prestados feita a partir de resultados provenientes de um inquérito realizado junto de um universo com as características do que interveio neste trabalho (há, por certo, outros fiáveis indicadores) a verdade é que esta é uma via possível, cuja validade, mesmo sendo relativa, se julga, ainda assim, de válida representatividade.

Assim, utilizando a escala abaixo figurada, recolheu-se a opinião dos inquiridos que conhecem o museu, relativamente ao grau de satisfação que atribuem à qualidade dos serviços prestados:

1 – Nada satisfatório; 2 – Pouco Satisfatório; 3 – Muito satisfatório; 4 – Totalmente Satisfatório; 5 – Não sei/Não tenho opinião

O grau médio de satisfação assumiu o valor de 3,4 em termos globais, o que lhe dá uma face positiva de avaliação. Este valor, contudo, deve ter a seguinte ressalva interpretativa: não foi desprezado, para esta análise, o interesse de quem respondeu à questão atribuindo o grau 5 da escala. De facto, a julgar pelo cruzamento de dados que foi possível fazer, muitas destas opções não significavam exactamente “não ter resposta ou não ter opinião”, mas sim não desejar arriscar uma opinião concreta, por *não saber da existência dessa oferta*, ou por *nunca terem tido deles necessidade* a ponto de os poder julgar (dois exemplos: as instalações sanitárias; as explicações dadas em visitas).

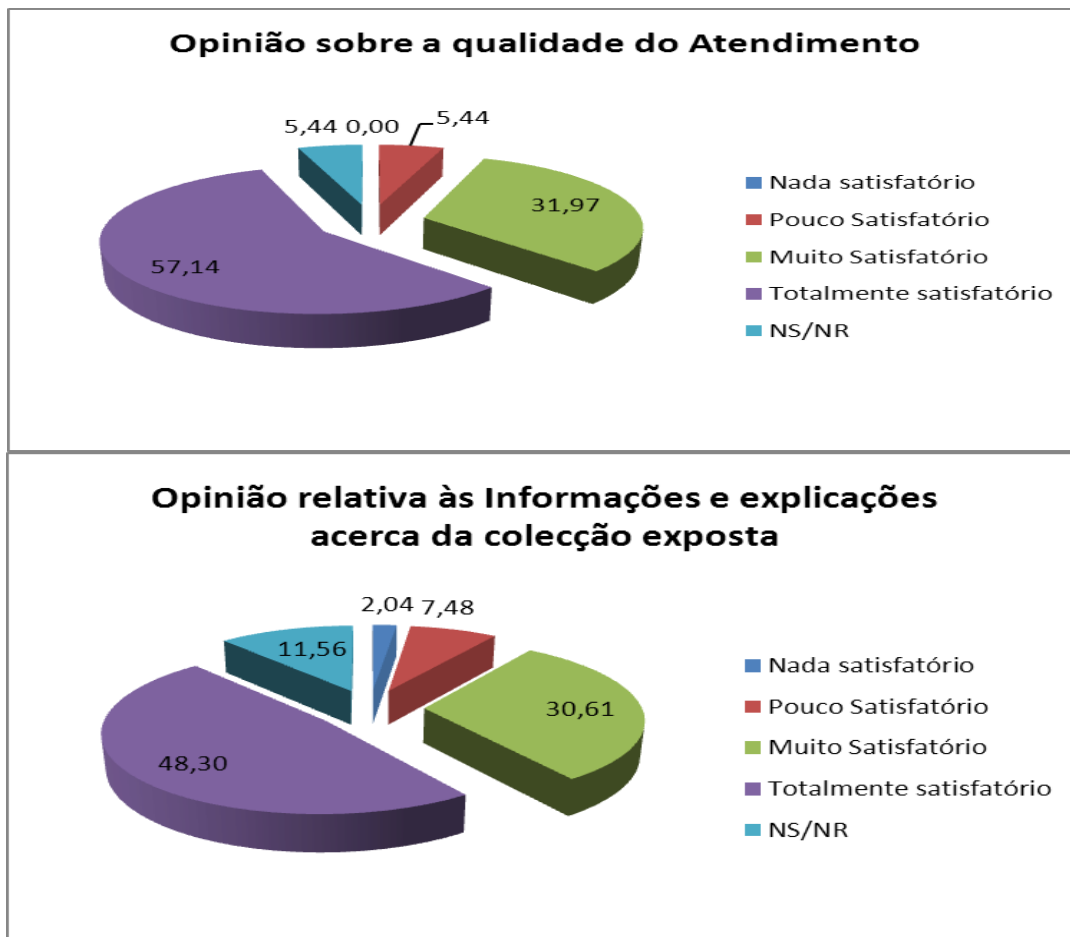
Se, porém, for desprezado este grau da escala, considerando apenas as respostas *objectivas* (graus 1 a 4), a satisfação média situa-se no valor 2,8, ou seja, assaz satisfatório, mas não logrando atingir o segundo grau mais alto de satisfação. Ora, esta constatação exige um olhar mais aprofundado aos resultados, no sentido de verificar de onde provém esta *não total satisfação* dos utentes do museu no que concerne à qualidade geral dos serviços prestados. Esse olhar levou a constatar que há dois serviços cuja avaliação global mais baixa por parte dos inquiridos afecta claramente a média geral de satisfação, impedindo-a de atingir os graus de mais elevados. Esses factores são as *instalações sanitárias* e a *divulgação*. De facto, bastaria que a avaliação média de ambos se situasse dentro da dos restantes aspectos considerados, para que a média global subisse para valores muito satisfatórios.

O caso concreto das dúvidas sobre a eficácia da *divulgação* que o MAR faz de si, afigurou-se logo como uma possibilidade interessante na questão 3.1.2 do inquérito, em que os respondentes eram questionados se conheciam o museu e quase 30% declararam não conhecer, mais de metade por nunca terem ouvido falar dele; ver-se-á que o assunto assume ainda maior expressão no próximo Capítulo; Portanto, este é, crê-se, um aspecto a rever pelos responsáveis do MAR, que terão nestes dados uma eventual força de alavancagem para a tomada de decisões que incrementem a qualidade, ou eficácia, destes dois serviços.⁸⁵

Vejam-se agora, nas figuras 14 e 15, os resultados parcelares, referentes a cada um dos itens de serviço inquiridos, através da percentagem de respostas que recaiu sobre cada um dos valores da escala considerada. No primeiro grupo considerem-se os factores: Atendimento (educação, simpatia, disponibilidade, compreensão); Informações e explicações acerca da colecção exposta; e Informações e explicações acerca da estrutura do museu.

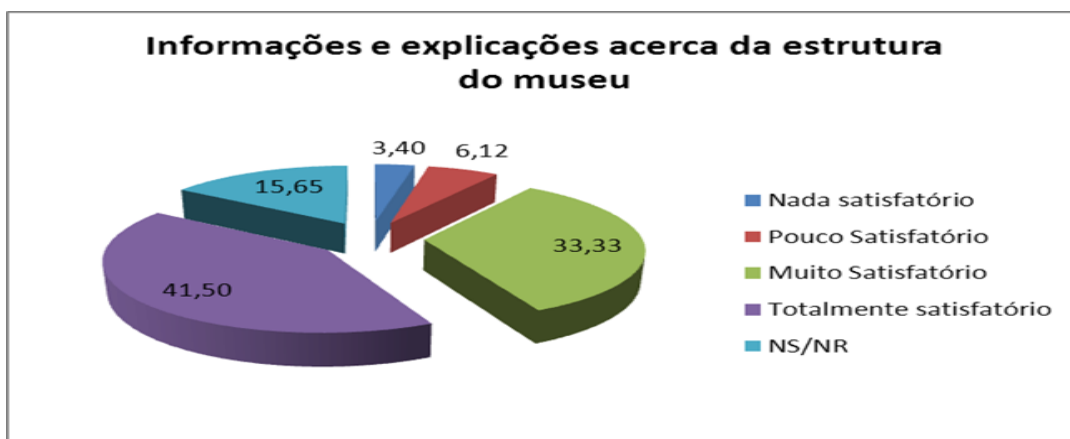
⁸⁵ Não obstante, parece ao investigador ser de todo justa a averbação da seguinte nota: à data em que se realizaram os inquéritos, as instalações sanitárias do MAR necessitavam, de facto, de melhorias globais, em termos de qualidade do material e azeio. Porém, os gestores do Museu, mesmo desconhecendo os resultados deste inquérito, tinham consciência plena da situação e dos incómodos que ela causava aos utentes. Daí que, já depois de encerrado, pelo autor, o prazo de recepção dos inquéritos, o Museu tenha realizado algumas benfeitorias nas suas instalações, nomeadamente nessas instalações sanitárias. É de crer, pois, que o melhorado estado geral em que se encontram agora venha, futuramente, a merecer uma avaliação global bem mais favorável por parte dos utentes.

Figura 14: (2 gráficos) Expressão dos resultados (em %) acerca da qualidade dos serviços prestados (Atendimento e Informações sobre a colecção)



Fonte: Inquérito efectuado

Figura 15: Expressão dos resultados (em %) acerca da qualidade dos serviços prestados (Informações sobre a organização do Museu).



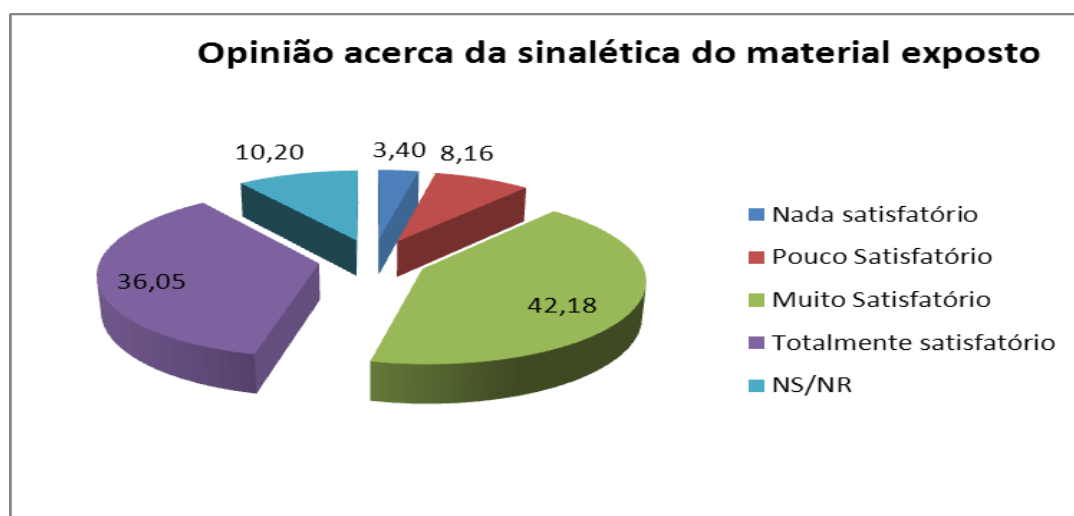
Fonte: Inquérito efectuado

Nestes três factores - que se relacionam entre si, porquanto não são mutuamente exclusivos - a expressão da satisfação dos inquiridos é bem patente (em qualquer dos casos, sempre superior a 70%), pelo que a nota mais saliente é a performance relativa ao desempenho de quem atende o público. Efectivamente, uma percentagem a rondar os 58% de satisfação total, acrescida de mais uma fatia superior a 30% correspondente a muita satisfação, fornecem um resultado global a roçar os 90% de satisfação, que não deixa quaisquer dúvidas. Esta percentagem baixa um pouco quando se trata apenas de considerar as explicações dadas por quem atende, não porque cresça a percentagem de insatisfeitos (que se mantém relativamente estável), mas porque aumenta o registo de quem não responde. Mais uma vez através de cruzamento de informação foi possível concluir que esta situação se deve ao facto de muitos dos inquiridos nunca terem sentido ou tido necessidade de obter explicações de que ordem fosse.

Sinalética do material exposto.

Embora directamente relacionado com a eficácia da função *comunicação* do Museu, tal como os três factores anteriores, este merece uma nota autónoma de análise, porque não depende da capacidade das pessoas do museu, mas sim da forma como os objectos “comunicam” com os visitantes. E aqui, nota-se claramente uma inversão no sentido da satisfação dos utentes. Atente-se no gráfico:

Figura 16: Expressão dos resultados (em %) acerca da eficácia comunicacional da sinalética do material exposto.



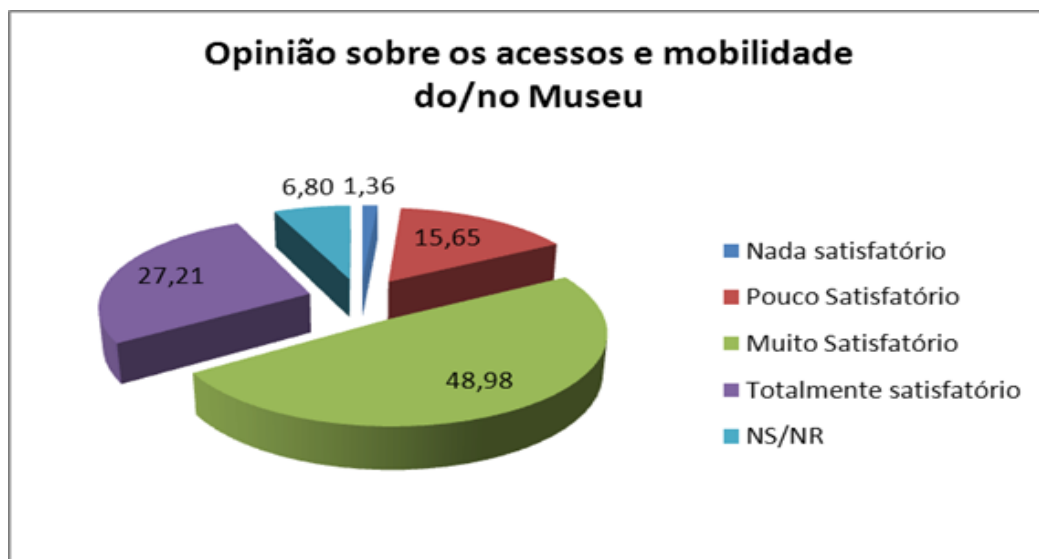
Fonte: Inquérito efectuado

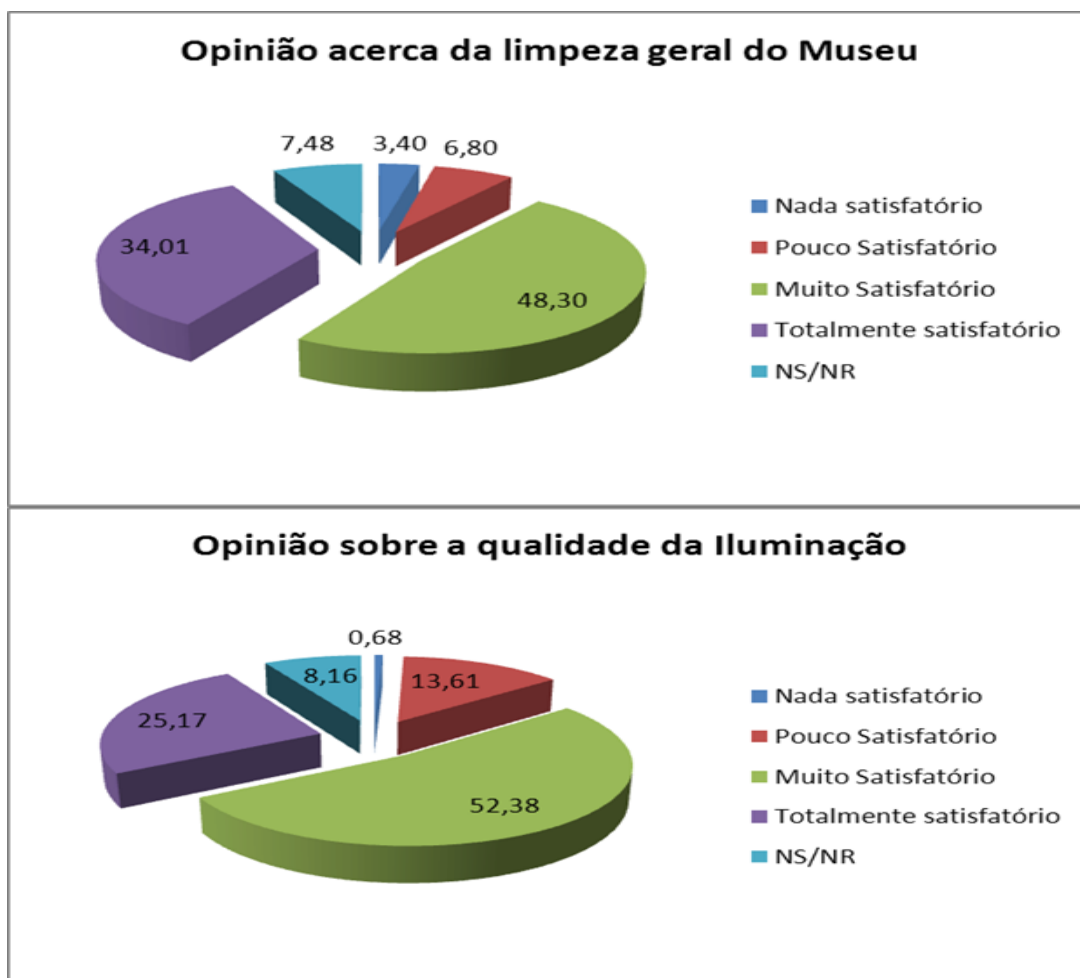
Se continua a ser alto o índice de satisfação global (mantém-se em valores que representam mais de três quartos dos inquiridos), a verdade é que a maioria deles já não se considera totalmente satisfeito, como acontecia nos três factores anteriores. Ouvidos alguns visitantes e lidos também alguns dos seus testemunhos, não será difícil perceber que muitos visitantes e utentes gostariam de ver as peças da colecção mais e melhor identificadas, não porque não percebam o objectivo dos responsáveis (“espicaçar” a curiosidade e motivar a busca do saber), mas porque esse objectivo nem sempre é cumprível em função das características de alguns visitantes, sobretudo se em grupo.

Analise-se agora, pelas figuras 17 e 18, os resultados parcelares, referentes ao último grupo de factores: Acessos e mobilidade; Iluminação; Limpeza e Segurança e tranquilidade, todos eles relacionados entre si, pois que, no conjunto, constituem a ambiência de bem-estar proporcionada aos utentes.

Observem-se os gráficos a respeito:

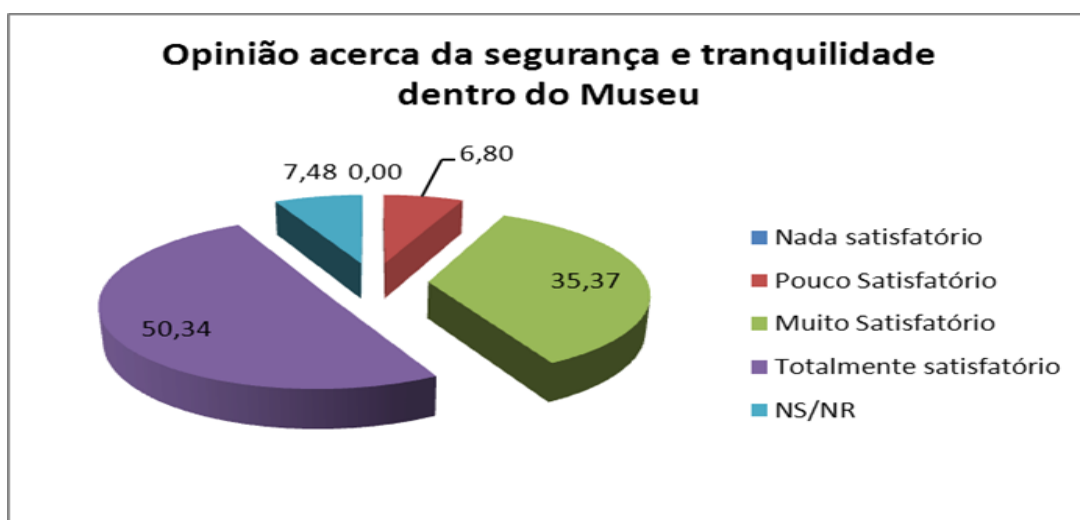
Figura 17: (3 gráficos) Expressão dos resultados (em %) acerca da qualidade dos serviços prestados (Acessos e Mobilidade, Iluminação, Limpeza e Segurança e Tranquilidade no Museu).





Fonte: Inquérito efectuado

Figura 18: Expressão dos resultados (em %) acerca da qualidade dos serviços prestados (Segurança e Tranquilidade no Museu).



Fonte: Inquérito efectuado

Da leitura destes dados, não parece haver dúvidas de que os visitantes e utentes do MAR se sentem bem aqui. Repare-se na tendência sempre crescente do grau de satisfação nestes quatro factores interligados, passando, no primeiro, de uma maioria que escolheu o grau de muito satisfatório para a total satisfação no último factor considerado. Três notas a reter:

- É no factor *acessos e mobilidade* que se percebe algum incremento de respostas na opção “*pouca satisfação*”. Considerando que, apesar disso, a leitura global continua a indicar um grau elevado de satisfação, convém perceber porque é que, mesmo assim, os respondentes fazem subir, neste caso concreto, a fasquia do mais baixo dos graus satisfatórios. Utilizando, mais uma vez, a técnica do cruzamento de informação foi possível perceber que a principal razão que terá originado estas reservas, estará relacionada com a dificuldade em movimentar visitantes em cadeiras de rodas (ou com mobilidade reduzida) em duas situações concretas: na passagem directa da Sala do Cingeleiro para a Sala do Agricultor (que se faz por degraus) e no pátio exterior descoberto (cujo piso é em cascalho). Não deixa, portanto, de ser um sinal a ter em consideração por parte dos responsáveis pelo museu.

- A menor das percentagens de total satisfação ocorre no factor “iluminação”. Não será estranha esta tendência, dado que mais de sessenta por cento dos visitantes são adultos seniores, portanto já com alguma restrição na acuidade visual.

- A grande satisfação (superior a 85% dos inquiridos) apontada no factor “segurança e tranquilidade”, reforçada pelo facto de uma maioria indicar, mesmo, satisfação total.

Estes são, em suma, aspectos que parecem importantes na aferição do gosto das pessoas pelo MAR, onde se sentem bem e seguros, e, daí, relevantes para quem tem que fazer opções de gestão neste modelo de museu, sempre aberto ao público, com espaços plurivariados e multifuncionais.

4. O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA ACTIVIDADE DO MAR

4. O Desenvolvimento Local e a Educação de Adultos na actividade do museu

4.1. Actividade: sua relação com a Educação de Adultos e o Desenvolvimento Local

Conforme ficou expresso no capítulo da Metodologia, nestes 25 anos de vida, para além das visitas e da actividade que diariamente acontece nas oficinas de artesãos - já abordada de forma destacada neste trabalho - o MAR protagonizou ou acolheu, directa ou indirectamente, explícita ou implicitamente, formal ou informalmente, cerca de 360 eventos. Esses eventos podem, muito sucintamente, apresentar-se de forma categorial, na tabela seguinte:

Tabela 9: Eventos e actividades do MAR ao longo dos anos, por categorias

CATEGORIAS	TOTAL
Aberturas/reaberturas	19
Actos/Intervenções	118
Cerimónias	27
Informação/Divulgação	23
Parcerias	107
Em Representação	53
Acções de Formação	13
TOTAL	360

Fontes: Direcção Técnica e Centro de Documentação do MAR; jornal “o riachense”

Os números apresentados desta forma, na sua linguagem absoluta, pouco dirão, pelo que a investigação seguirá no sentido de melhor se perceber os reais significado, dimensão e expressão destes resultados.

Contudo, há, pelo menos uma cifra que pode já ser esmiuçada, atendendo à sua significância específica. Trata-se dos episódios de Aberturas e reaberturas de espaços e capacidades. Em concreto, veja-se o que foi criado, abriu, reabriu e/ou passou a funcionar depois desse momento inicial:

Tabela 10: Espaços e capacidades no MAR aberto sucessivamente ao longo dos anos

SERVIÇOS E SECTORES	Auditório Dr. José Marques; Centro de Documentação; Sala de Arquitectura tradicional; Galeria de Artes; Sala de Miniaturas José Fonseca; Oficinas d'Arte (NAR); Instalações Sanitárias; Barbearia de aldeia; Consultório do Médico de aldeia; Sala Multi-usos; Oficinas Pedagógicas, de Tratamento Fotográfico e de Artesãos; Pátio António Veríssimo; Salas de Exposições Permanentes (Vinho; Profissões; Água; Traje)
NÚCLEOS E DIMENSÕES	Espaço Artes; Serviços de Manutenção e Restauro; Loja do Museu (ocasional ou sazonal); Núcleo de Artes de Riachos; Grupos Camponesas e Boieiros; Sectores de Arqueologia e Fotografia;

Fontes: Direcção Técnica e Centro de Documentação do MAR; jornal “o riachense”

Este registo representa a expressão concreta do esforço técnico, material e financeiro que, quer a ADPHNRR, quer o MAR têm feito para aumentar, melhorar e emancipar a sua oferta de espaços e serviços abertos ao público, a primeira das quais, obviamente é a própria abertura do museu, em 1989.

Se for tido em consideração o facto de alguns destes espaços e capacidades terem sofrido obras e demais benfeitorias que os ampliou e melhorou (o que totaliza 24 actividades em termos de intervenção em novos espaços e serviços) parece claro que isto representa uma prova inequívoca do esforço de inovação e melhoria permanente do Museu e da Associação a que pertence, no sentido de incrementar a oferta de serviços museológicos, educativos e socio-culturais com impacte na vida e desenvolvimento da sociedade riachense, sendo que tanto a notabilidade de tal esforço, como a pujança e capacidade autónoma que ele representa, serão tão

significativos quanto maior for também o significado que se atribuir ao facto do Museu não ter, praticamente, receitas nem outras fontes de financiamento próprias⁸⁶. Mas pode olhar-se para todo este conjunto de mais de três centenas e meia de intervenções museológicas e museográficas, formativo-educativas, socio-culturais, informacionais e administrativas desdobrando-as, não por categorias, mas pela sua tipologia. Esse olhar diferente dá o seguinte resultado:

Tabela 11: Conjunto de todos os acontecimentos em que o MAR interveio, consoante os diversos tipos (excluem-se as visitas propriamente ditas)

TIPO	TOTAL	DESTAQUES
Actividade/Intervenção Socio-Cultural e Tradicional	46	<u>Demonstrações dos boieiros e das cantadeiras</u> ; Workshops e foruns; demonstrações de Artes e ofícios tradicionais; cantares populares ligados à via agrícola; lançamentos de CD's e de livros (15); saraus de poesia (NAR); acções de gastronomia tradicional e regional; oficinas, concertos e espectáculos de música e corais.
Actividade/Intervenção Educativa-Formativa	65	<u>Projecto educativo “Do Museu para a Escola”</u> ; Oficinas ATL e OTL; Recolha de memória oral; Oficina de formação académica e pedagógicas; Oficina de cultura Popular; <u>Oficina de artes decorativas</u> ; encontros de discussões temáticas.
Aniversários e Festividades	18	Aniversários da Vila, do Museu e de várias colectividades; Dia Internacional dos Museus; Dia da árvore; Nascimento Humberto Delgado; Festa dos Reis; recepção e convívio de professores.
Protocolo e Adesões	10	Câmara Municipal de Torres Novas; Associação da Festa da Bênção do Gado; <u>Rancho Folclórico</u> ; Tertúlia Associativa de Arte e Cultura Torrejana (NAR); Casa

⁸⁶ Na verdade, o Museu Agrícola de Riachos, em termos financeiros, subsiste muito à base do mecenato (nomeadamente o que é assegurado pelo Presidente da Direcção da ADPHNRR), de uma verba da própria Associação, resultante da alienação de um imóvel da Casa Memorial Humberto Delgado, cuja gestão lhe está entregue e do apoio (reduzido e nem sempre em dia) que lhe cabe da Câmara Municipal, no âmbito do orçamento atribuído a este tipo de instituições concelhias.

		Memorial Humberto Delgado; <u>Escola Superior de Educação de Santarém</u> ; Rede Ibero-americana de Património Cultural; Vários museus da região.
Novos espaços, Serviços	24	Já abordados.
Intervenção Social/Comunitária Reuniões de trabalho	37	Colaboração com museologistas; com as colectividades nas suas actividades, especialmente o Rancho Folclórico; com a Biblioteca Municipal na cedência de peça do espólio, para exposição; Apresentação da CIVILIS, Organização para a promoção da Cidadania e Desenvolvimento; Reuniões de trabalho (28) com ADPHNRR.
<u>Colóquios e Conferências (no Auditório)</u>	23	Comemorações 25 anos da Vila; Escola Profissional do Vale do Tejo; GNR-Escola Segura; vários sobre museologia e etnografia; Grupo de Acólitos; Aniversário do jornal “o riachense”; Projecto Comenius; Encontro de professores de História; CRIT - UNICRISANE; Temáticas (Eng.º Bruto da Costa; Dr. Eugénio da Fonseca; Prof. Carla Duarte; Pe. Rema; Dr. Aurélio Lopes; Dr. Luís Mota, Lic.ª Mafalda Luz); Comunidade escolar (comemorações do 25 de Abril).
Acção mediática	4	Reportagens da RTP e TVI; Entrevistas nas rádios RVE e TN FM; CMTN (Inclusão no Roteiro Turístico).
<u>Homenagens e distinções (no Auditório)</u>	12	Professores Mário e D. Carmen; artesão José Fonseca; Médico Dr. Moreira; Bailador António Veríssimo (título póstumo); Museu (pelo Rancho); Advogado e Mentor do MAR, Dr. José Moreira; Agricultores (Associação “Os Cingeleiros”; José Santana); Músico e Cantor Pedro Barroso; <u>Poeta popular e voluntário do MAR, Manuel Carvalho Simões (“Péleve”)</u>
Benfeitorias internas	7	(já abordadas)
Formação em Permanência	15	<u>Cursos de Registos, Arte Sacra e Artes Decorativas</u> ; Ciclo de cinema; <u>Curso de artes plásticas</u> ; <u>Curso livre de bordados à mão</u> ; <u>Curso livre de bordados à máquina</u> ; <u>Curso livre de vídeo</u> ; <u>Estágios de ensino-formação</u> .

Intervenção/investigação museológica	16	Escavações em sítios arqueológicos; oficina de etnografia; trabalhos de restauro (7); edição de documentos (Revista “Castelo Velho” (4 números) e colecção de Postais de fotografias antigas; Inventário e classificação de todo o espólio
Exposição Temporária	83	<u>Obras de Pintura, Escultura; Registos; Arte Sacra; Gravura, Artesanato, Desenho, etc.</u>

Fontes: Direcção Técnica e Centro de Documentação do MAR; jornal “o riachense”

Conquanto seja dispensável aqui o tratamento exaustivo de todo o rol elencado, afigura-se aconselhável comentar algumas particularidades. Assim:

- O protocolo e a colaboração com o Rancho Folclórico de Riachos. Tem sido frutífera para ambas as partes esta interacção e entreajuda, e, nessa medida, porventura exemplar⁸⁷. Notem-se três aspectos: o papel receptor que o MAR tem assumido para com as comitativas dos Ranchos e Grupos Folclóricos que anualmente participam no Festival de Folclore de Riachos, promovido pelo Rancho de Riachos, “Os Camponeses”; o protocolo celebrado entre ambas as instituições, muito interessante até do ponto de vista museológico, já que o próprio Rancho reuniu também, ao longo do seu meio século de existência, um vasto e valioso acervo, quem sabe, a valorizar do ponto de vista turístico e museal; e o papel que, em determinadas alturas o Rancho teve quando, por sua iniciativa, trouxe a visitar o Museu amigos folcloristas e estudantes vindos de outros países, conhecidos que foram deste grupo folclórico pelas imensas terras estrangeiras que visitaram e onde actuaram ao longo de 50 anos de existência.

- A acção divulgadora da cultura popular e das tradições rurais que, em nome do MAR, têm protagonizado os grupos de Boieiros e Cantadeiras de Riachos. Apesar de alguns, já seniores, terem entrado na terceira idade, é notável o seu contributo e a sua disponibilidade total, para, de forma absolutamente voluntária e graciosa, representarem Riachos e o seu Museu onde quer que seja, trajados a rigor. Realce,

⁸⁷ Conquanto não o seja, nem estrita nem formalmente, este protocolo e as referidas interacção e entreajuda com o Rancho Folclórico de Riachos que dele resultam, pode, contudo e no limite, configurar uma aproximação procedimental aos modelos de “*partenariado associativo*” de que fala Carvalho (2014), dado que ambas as partes contribuem para o desenvolvimento local e, nestas acções conjuntas, se complementam, mesmo mantendo as “*competências, apetências e objectivos específicos de cada um*” (p. 47)

muito concretamente, para a sua colaboração como *mentores* ou *embaixadores* do MAR nas actividades relacionadas com o Projecto “Do Museu para a Escola” quando elas se desenvolvem, seja no seio do Museu, seja nos espaços escolares. Esta capacidade do MAR em projectar para fora das suas fronteiras físicas, os conhecimentos e saberes relacionados com as tradições culturais do povo riachense, quer através dos técnicos, quer com recurso a estes voluntários, tem sido recorrentemente requerida pela comunidade escolar (de Riachos e não só) que a considera indispensável, no seio dos alunos, durante os diversos eventos apropriados.

- O protocolo celebrado com a Escola Superior de Educação de Santarém. Que evidencia a relação do MAR com o sistema de Ensino-Aprendizagem formal de nível Superior e que tem proporcionado aos vários estagiários dos diversos cursos ministrados por aquela escola, o *campus* de estudo apropriado para os seus relatórios de estágio e para as suas experiências de estudo e aprendizagem.

- Os cursos e acções de formação oferecidos pelo MAR, que, embora não sendo formalmente certificadores, se situam na fronteira da aprendizagem não formal, pois são estruturados e alguns concedem diploma comprovativo da frequência e aquisição dos novos conhecimentos, capacidades e competências. Neste âmbito, ocorre no MAR um projecto muito curioso e, porventura, original, de aprendizagem permanente de adultos, quase uma situação paralela (embora de contornos temáticos e metodológicos completamente distintos) à que ocorre com os adultos que se reúnem para aprender e trabalhar na oficina de artesanos. Trata-se do autodenominado “curso livre de registos e arte sacra”, uma autêntica “oficina” de artes decorativas, protagonizado por um conjunto de mulheres, com variada formação académica, já retiradas da vida profissional (as idades variam entre os 59 e os 70 anos) que, vindas de diversos locais da região, ali se reúne há uma dezena de anos, todas as terças-feiras, trabalhando na sala multiusos do Museu, para aprenderem e desenvolverem as suas capacidades e competências na manufacturação de peças de decoração a que chamam “registos”, para além de outros objectos

decorativos (presépios em miniatura, em *pergamano*⁸⁸, *missangas, etc.*), peças que, depois, expõem e, eventualmente, colocam à disposição de potenciais interessados.

- A disponibilização do Auditório Dr. José Marques para o serviço de toda a comunidade riachense (e até região envolvente) para eventos como homenagens, concertos, serões, saraus, assembleias, colóquios, conferências, debates, conversas, fóruns de alargado espectro de temas e interesses, etc., realidade que tem conferido àquele espaço a imagem de verdadeira, singular e privilegiada sala comunitária.

- As diversas homenagens promovidas ou acolhidas em parceria, feitas a “ilustres figuras” da terra ou a suas estruturas colectivas, no que é, geralmente, considerado o espaço comunitário mais apropriado para tais eventos. Realce muito especial para a que foi promovida em honra de Manuel Carvalho Simões, poeta popular muito querido de Riachos, vulgarmente conhecido por “Manel Péleve”, que talvez seja um caso paradigmático de aprendizagem ao longo da vida, porventura, até, um caso de estudo a considerar em termos de investigação académica ao nível das “histórias de vida”.

- As mais de oitenta exposições de artistas plásticos que foram patentes na Galeria de Artes, ao longo dos anos que esta tem de abertura ao público. Dando, em média, quatro exposições por ano, promovendo a cultura, trazendo muita gente a ver e adquirir as obras e, desta forma, a visitar Riachos, talvez seja uma das valências do MAR mais inovadoras e mais evidenciadoras da sua vertente ligada aos conceitos e doutrinas da Nova Museologia, podendo, talvez, considerar-se uma das mais eficazes ferramentas do MAR ao serviço do DL, pela via da promoção da Cultura e do Turismo Cultural.

- A contínua e constante disponibilização dos espaços, para actividades de cariz social, encontros de família ou simples convívios de tertúlias poéticas e fadistas, prova da preocupação permanente em cumprir a sua função social, a promoção da comunicação e convivialidade inter-geracional (um dos exemplos mais felizes talvez possa ser considerado o “Dia dos Avós”, evento em que os avós se trazem a si a aos netos ao Museu e ali realizam, conversam, partilham, perguntam-se

⁸⁸ Técnica de picagem fina e recorte feita em papel vegetal de arquitectura com o mesmo nome. Julga-se que foi desenvolvida durante as intermináveis viagens de navegação marítima dos emigrantes ingleses que rumavam à Austrália.

e respondem sobre coisas da vida antiga, que os primeiros se recordam e dominam e sobre coisas da vida moderna com que os segundos, em jeito de troca, os presenteiam, desafiam ou interrogam) a repartição dos saberes, onde todos são iguais a todos (não no sentido utopicamente igualitário da sua condição socio-económica, mas no sentido do ideal da igualdade solidária na condição humana), nas recordações e revivências da cultura e tradição da sua terra, chamando sempre muita gente a marcar presença nos eventos promovidos ou, simplesmente, “*passar por ali e conversar um pouco com a Mafalda, que é bom para a saúde do espírito*”, como gosta de dizer *Manel Péleve*.⁸⁹

Se, como se viu pela literatura, toda a aprendizagem é mútua e recíproca, e se a sabedoria está por norma associada à adultez, fará aqui sentido a ideia da repartição dos saberes, pois se trata de uma situação quase sempre muito presente nas actividades formativas e aprendentes do Museu, desde aquelas que tudo têm a ver com a museologia (por exemplo, as actividades de reparação e restauro, nos espaços oficiais) até àquelas que nada têm a ver com essa matéria, (como por exemplo, dos concertos de aniversário de bandas musicais, à sessão de apresentação do plantel da equipa de futebol da vila). Em praticamente todas as situações ali acontecidas, as pessoas são chamadas a estar e participar, assumindo cada vez mais o Museu como a *casa de visitas da terra* e, nessa medida, se vão reunindo condições para trazer as pessoas à actuação e participação em prol da sua terra e do seu desenvolvimento, portanto, um terreno fértil de partilha de saberes, informal aprendizagem em todas as situações da vida comunitária.

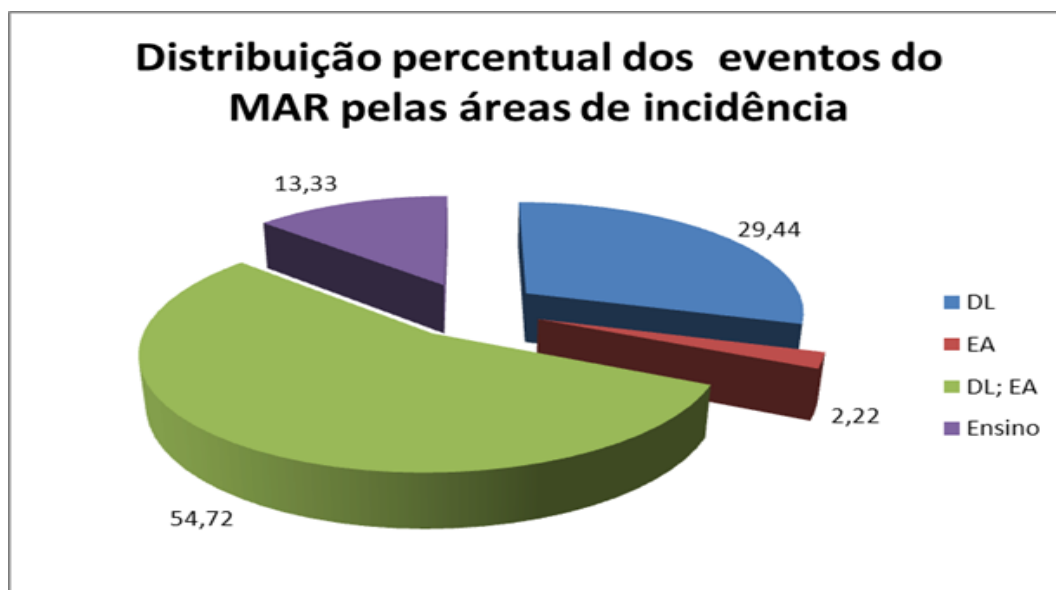
Tendo aqui chegado, está dado o mote para uma análise que permita associar toda esta actividade do MAR às duas grandes áreas que aqui se pretende sejam evidenciadas, a EA e o DL pela via, ou neste contexto (genérico), da Nova Museologia.

Em termos gerais e analisando as diversas vertentes de uma forma holística, todos estes acontecimentos e eventos podem inserir-se e, portanto, distribuir-se, por quatro universos de acção e incidência: DL; EA; EA/DL (Ambos em conjunto e, portanto, analiticamente inseparáveis, dada a sua estreita ligação e fronteiras muito

⁸⁹ Entrevista pessoal concedida ao autor

débeis, se não mesmo indefiníveis); Ensino⁹⁰. A respectiva expressão percentual é a seguinte:

Figura 19: Distribuição dos 360 factos arrolados, ocorridos no museu, pelas quatro áreas com que se identificam



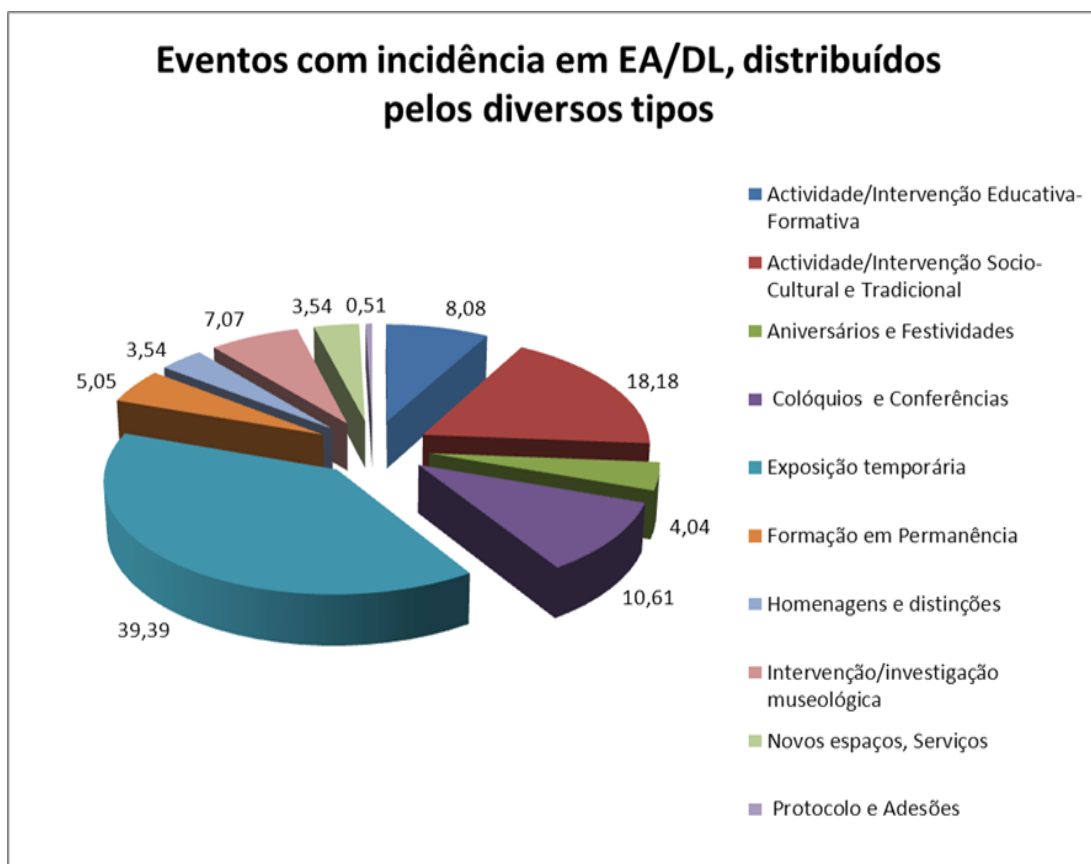
Fontes: Direcção Técnica e Centro de Documentação do MAR; jornal “o riachense”

De uma leitura rápida e simples deste gráfico ressalta desde logo a ideia que a EA, especialmente encarada na perspectiva de aprendizagem ao longo da vida esteve presente em 57% dos factos recenseados e que a incidência destes no âmbito do DL assumiu ainda uma expressão maior, com um peso relativo a superar os 84 pontos percentuais.

Veja-se, agora, de que forma se distribui a incidência de cada uma daquelas duas áreas (a solo ou concomitantemente) sobre cada um dos tipos de eventos identificados:

⁹⁰ Que, por não ser objectivo deste trabalho, não será aqui analisado nem destacada nem pormenorizadamente.

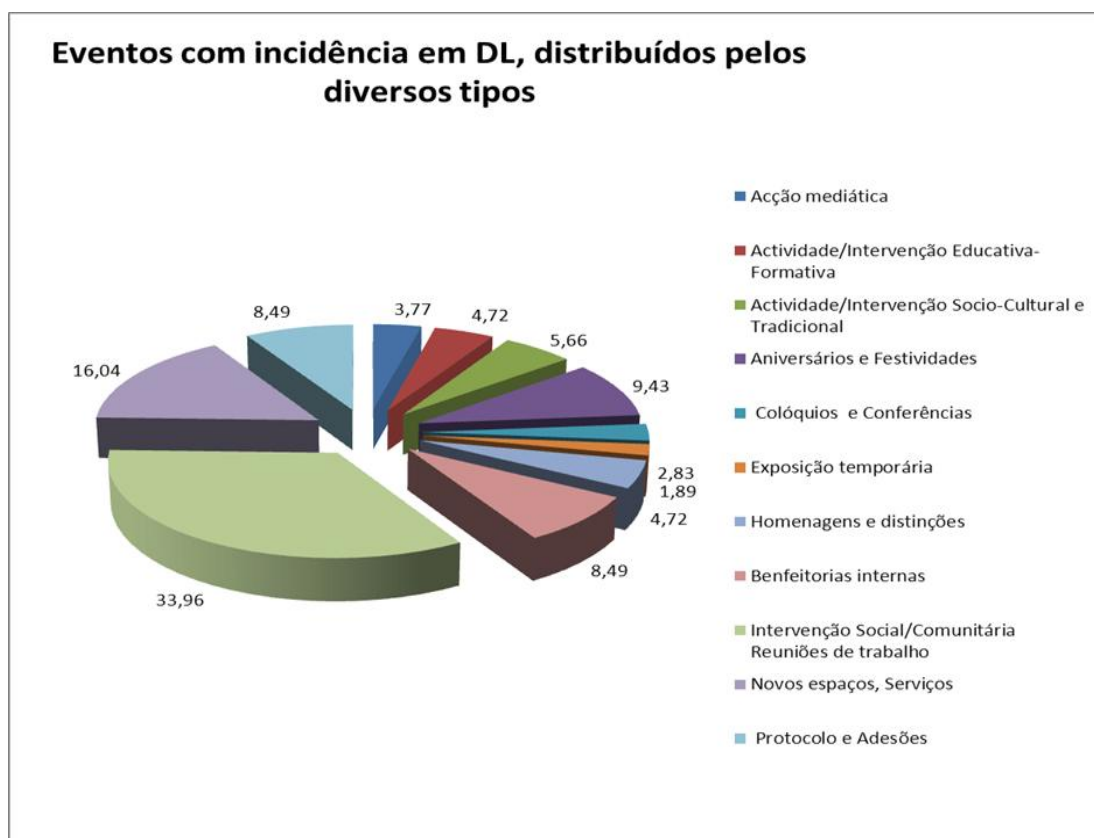
Figura 20: Distribuição percentual, pelos diversos tipos de actividades, dos factos ocorridos com incidência em EA e DL em conjunto



Fontes: Direcção Técnica e Centro de Documentação do MAR; jornal “o riachense”

Uma constatação ressalta: a relevância dos eventos ligados a actividades ou intervenção socio-cultural e tradicional e as exposições temporárias que totalizam mais de metade da incidência EA/DL em conjunto. Com algum significado também os acontecimentos englobados no tipo “colóquios e conferências”, embora aqui a ligação parecesse prioristicamente mais óbvia.

Figura 21: Distribuição percentual, pelos diversos tipos de actividades, dos factos ocorridos com incidência especificamente em DL



Fontes: Direcção Técnica e Centro de Documentação do MAR; jornal “o riachense”

Repare-se como neste caso, em que a incidência é especificamente no âmbito do DL, as actividades ligadas à assinatura de protocolos e adesões a estruturas e instituições nacionais e internacionais já assumem relevância, circunstância praticamente ausente no gráfico anterior. O mesmo se pode dizer no caso dos novos espaços ou serviços ou nas benfeitorias que sobre eles recaíram, o que, aliás, não parece constituir tarefa de difícil compreensão, dado a valoração que a própria comunidade, por inteiro, atribui a essas características. Normal parece ser a expressão assumida pelas actividades do tipo de Intervenção sociocomunitária mais especificamente com as reuniões de trabalho no seio da comunidade em que intervêm os colaboradores do MAR, seja em representação deste ou da APDHNR.

Figura 22: Distribuição percentual, pelos diversos tipos de actividades, dos factos ocorridos com incidência especificamente em EA



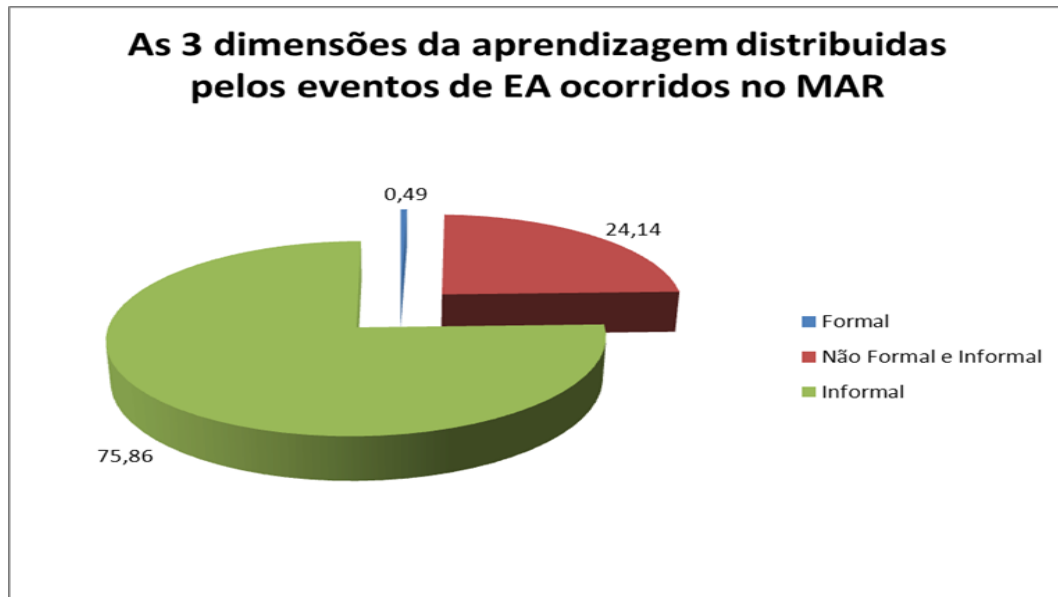
Fontes: Direcção Técnica e Centro de Documentação do MAR; jornal “o riachense”

Afigura-se, porventura, despido de surpresa, o resultado deste gráfico. Era, *a priori*, expectável que os eventos com incidência específica e directa na área da EA se relacionassem maioritariamente com os cursos de formação que o Museu promoveu e realizou e que o seu espalho fosse circunscrito a um número restrito de tipos de eventos, dada a sua especificidade. É o que sucede. Alerte-se aqui para o facto de, nesta análise, não se incluírem as acções de ensino-aprendizagem da esfera dos estágios de alunos de ensino superior. De facto, embora se trate de um universo de adultos (embora jovens), parece mais lícito e apropriado inserir essas acções nos eventos do tipo “Ensino”, até porque do ponto de vista doutrinal, o seu caso não é normalmente considerado na esfera da EA, *tout court*, e menos ainda na perspectiva *lifelong learning*.

Para finalizar esta análise - que, reforce-se, pretendeu verificar a relação das actividades desenvolvidas no Museu com as áreas de EA e DL - será porventura interessante ver qual a distribuição em termos da sua expressão nas três dimensões da aprendizagem (formal, não formal e informal) nos eventos em que a EA esteve presente.

Veja-se o gráfico que resume essa realidade:

Figura 23: Distribuição percentual, pelos três âmbitos de aprendizagem, dos factos ocorridos com incidência especificamente em EA



Fontes: Direcção Técnica e Centro de Documentação do MAR; jornal “o riachense”

Tal como no gráfico anterior, também aqui se admitirá que os resultados não só configuram o que era expectável, como também parecem confirmar o que a literatura diz sobre esta matéria. De facto, a informalidade “reina” nos actos de aprendizagem ocorridos num espaço que “se substitui”, ou que é alternativa, aos modelos formais escolásticos de comunicação. Será porventura esse, um dos aspectos mais apaixonantes e motivadores da aprendizagem no espaço museológico, encontrados na teoria e que o MAR parece confirmar. Até mesmo nos momentos em que a esfera de aprendizagem mais se afigura, se aproxima ou, em alguns pormenores, coincide, com os modelos da dimensão não formal (no presente caso, os cursos de formação promovidos pelo MAR) há uma informalidade, seja expressa, seja latente, que enforma a ambiência da aprendizagem e que, porventura, lhe confere um grau motivacional acrescido.

Nota final para justificar a existência de uma réstia de aprendizagem formal; no dia 25 de Fevereiro de 2004 foi realizada uma sessão de formação no MAR, no âmbito do Projecto Europeu *Comenius*, intitulado "A peça do museu como pretexto para a educação formal cívica", que, do ponto de vista do investigador, poderá ser considerada, no limite, situado na esfera do ensino formal, não só pelas

características e responsabilidades dos promotores, como até pelo objectivo estipulado.

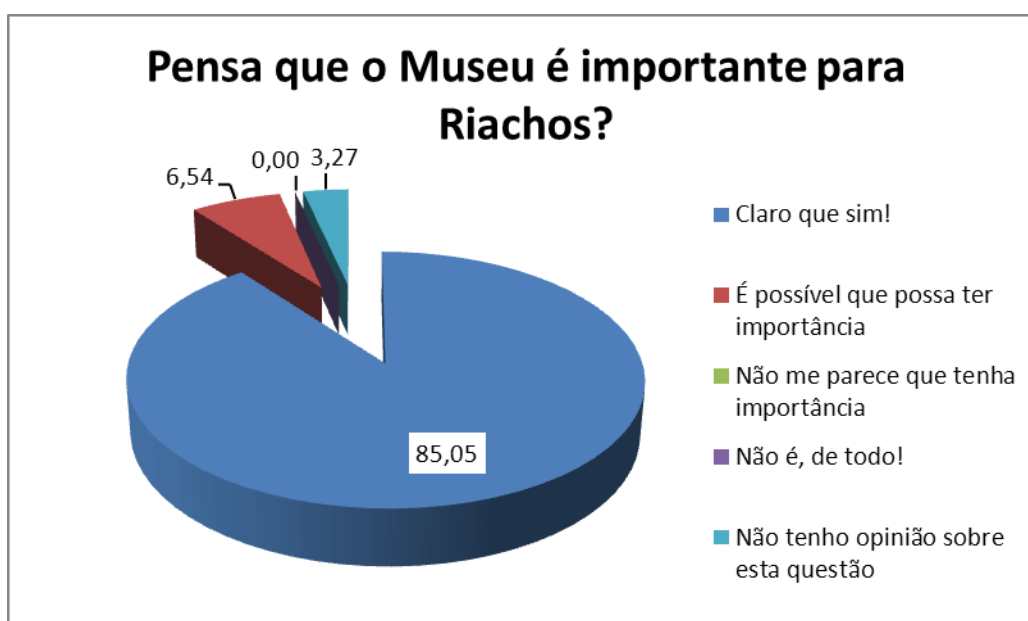
4.1.1. Percepção *versus* realidade

A expressão fria dos números, ou a análise que deles resulta, fruto da visão pessoalista do investigador, precisa, muitas vezes, do contraditório, de um outro tipo de olhar que forneça à investigação uma melhor, ou mais alargada, visão sistémica sobre os assuntos tratados. Neste sentido e com este propósito, o presente trabalho socorre-se, de seguida, dos resultados do inquérito efectuado, que permitirá, de algum modo, confrontar os dados factuais com a percepção que o público do Museu tem da instituição.

O primeiro grupo de hipóteses pretendia saber a importância atribuída pelos inquiridos: 1) à existência, pura e simples, do Museu; 2) a determinados factores característicos do Museu, identificados pelo investigador no rol de eventos e acontecimentos recenseados e evidenciados no item anterior, com estreita ligação ao binómio EA/DL.

No referente ao primeiro aspecto, as respostas deram o seguinte resultado:

Figura 24: Resultado das respostas à questão “Pensa que o Museu é importante para Riachos?”



Fonte: Inquérito efectuado

Daqui que, de tão expressivo e inequívoco que é o resultado, ele se torna auto-explicativo, e assim, talvez sejam dispensáveis quaisquer outros comentários.

Já o segundo aspecto merece maior detalhe analítico. Os inquiridos deveriam classificar essa importância, de acordo com a seguinte escala:

1 – Nenhuma Importância; 2 – Pouca Importância; 3 – Muita Importância; 4 – Total Importância; 5 – Não sei/Não tenho opinião

- O primeiro conjunto de características, exposta na tabela seguinte, relaciona a interacção do Museu com o Associativismo de Riachos:

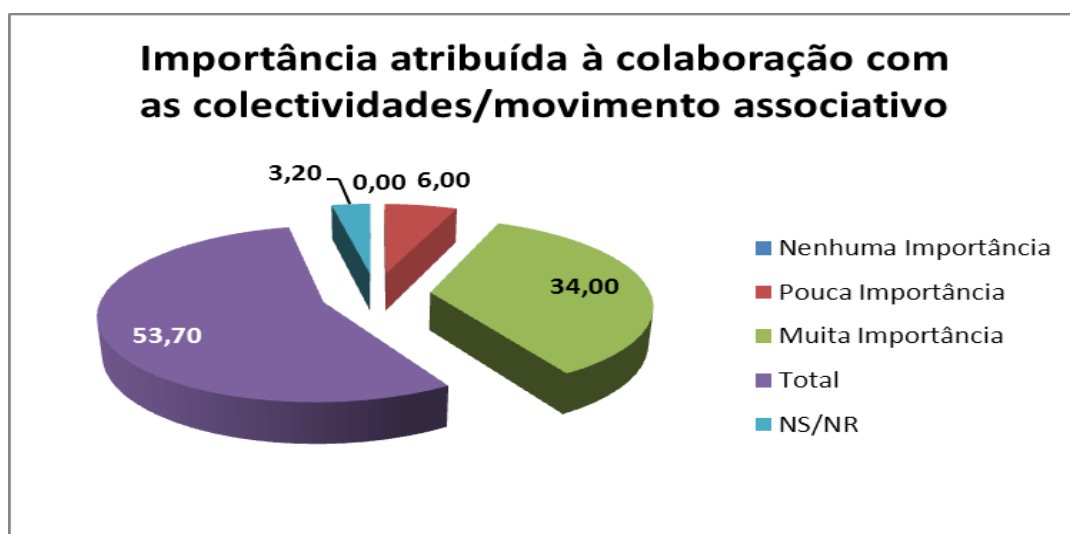
Tabela 12: Distribuição percentual, pelos diversos tipos de actividades, dos factos ocorridos com incidência especificamente em EA (3.4.1., 3.4.23)

Ref. ^a	Descrição
3.4.1	Colabora com as colectividades/movimento associativo
3.4.23	Incentiva o aparecimento de novas forças/grupos/associações

Fonte: Inquérito efectuado

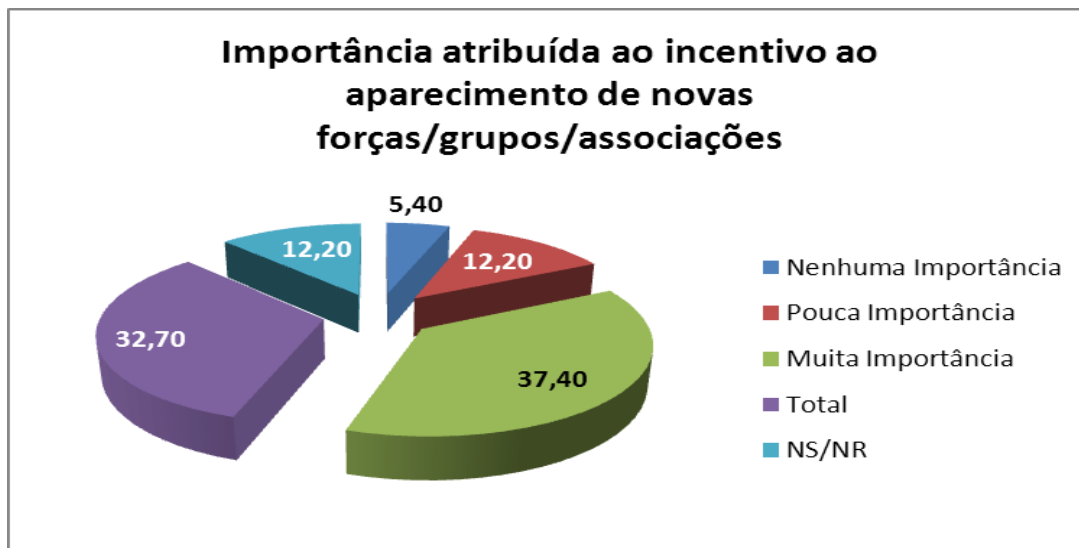
Os resultados estão espelhados nas figuras 25 e 26 seguintes

Figura 25: Importância que os inquiridos atribuem à colaboração do Museu Agrícola com o Movimento Associativo



Fonte: Inquérito efectuado

Figura 26: Importância que os inquiridos atribuem ao incentivo do Museu Agrícola ao aparecimento de novas associações/colectividades



Fonte: Inquérito efectuado

Da análise conclui-se que, se no caso da primeira característica, a média escalar das respostas se situa nos 3,7, ou seja, já muito próximo da importância total, já na segunda característica essa média baixa para os 3,3. Verificada a distribuição percentual das respostas pelos valores da escala, esta descida é claramente perceptível pelo decréscimo em mais de 20% das respostas da “total importância” para a “muita importância”, pelo aparecimento de respostas em que os inquiridos não atribuem, mesmo, nenhuma importância à influência do Museu no aparecimento de novas unidades associativas; e também pelo aumento de respostas das pessoas que não sabem ou não respondem. Ou seja: os inquiridos atribuem elevada importância à colaboração que o Museu faz com o movimento associativo, mas já não acreditam tanto na capacidade do MAR para incentivar ou incrementar o aparecimento de novas forças colectivas na terra. E isto é uma nota importante, tanto mais que quase 70% destes respondentes é natural e/ou reside na Freguesia. Cumpre analisar melhor esta aparente incongruência.

Na verdade, neste quarto de século de existência, sob responsabilidade ou pela via do Museu, deu-se o aparecimento de duas forças colectivas: a própria ADPHNRR, que o detém, e o NAR; bem como o surgimento de dois grupos muito activos: as “Camponesas”, grupo de mulheres cantadeiras de cantigas populares

ligadas ao trabalho do campo e, já pela mão do NAR, o grupo de cantares populares Vozes de Art'eNar. Ora, isto representa mais de 15% dos grupos activos na freguesia e, mais notório ainda, quase 30% do total das colectividades que se constituíram em Riachos no período de tempo correspondente à vida do Museu. O que prova que, de facto, o MAR tem tido influência ou sido, inclusivamente, motor do aparecimento de novos grupos associativos. Onde, a realidade parece desmentir um pouco a percepção dos respondentes, podendo uma das razões para isso residir na pouca informação de que dispõem ou buscam, ou, mesmo, no desinteresse em conhecer a génese das colectividades da terra.

- O segundo conjunto de características, exposto na tabela seguinte, relaciona o papel do MAR na qualidade de vida dos adultos (idosos ou não) retirados da vida activa (mercado de trabalho)

Tabela 13: Características constantes no inquérito, que relacionam o papel do MAR na qualidade de vida dos adultos (idosos ou não) retirados da vida activa (mercado de trabalho) 3.4.7., 3.4.8, 3.4.9, 3.4.10)

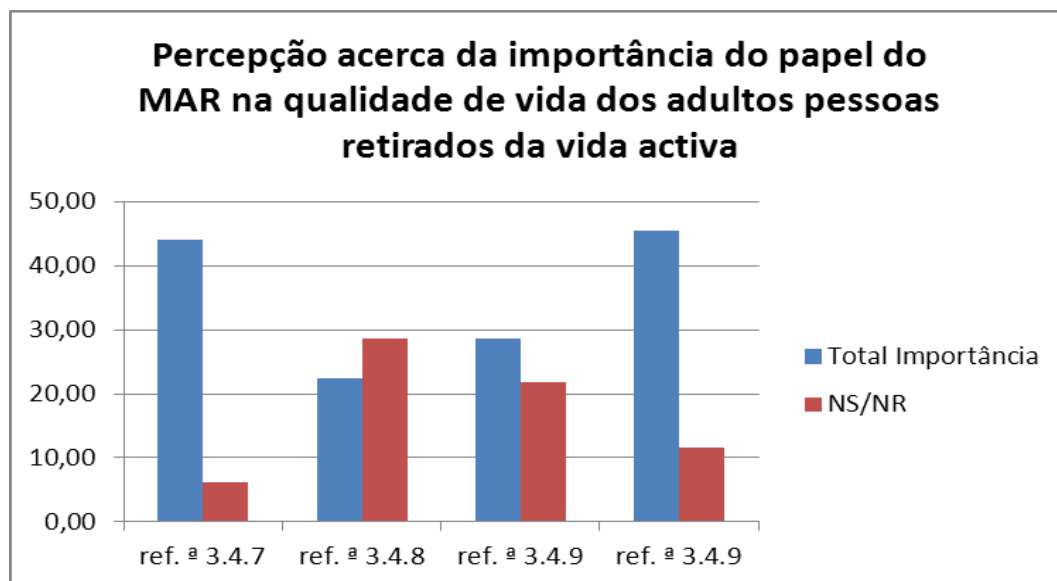
Ref. ^a	Descrição
3.4.7	Ocupa os tempos livres das pessoas
3.4.8	Abre possibilidade à inserção social de pessoas marginalizadas
3.4.9	Ajuda os desempregados a manterem-se activos e a sentirem-se úteis
3.4.10	Contribui para melhorar a qualidade de vida dos reformados

Fonte: Inquérito efectuado

A média escalar das respostas é exactamente a mesma para as quatro características: 3,5, ou seja, já a transitar para o campo da total importância, nem sendo, sequer, necessário retirar as respostas do grau 5 da escala, para se concluir que, de facto, é elevada a importância geral que os inquiridos atribuem a esta capacidade do Museu. Mas a desagregação desta aparente homogeneidade, através do desdobramento dos dados pelos diversos níveis escalares, traz ao de cima uma diferença escondida, uma “outra verdade”, ou, caso se prefira, uma realidade filtrada. Se no caso dos três primeiros níveis da escala, a oscilação parece ser irrelevante ou pouco significativa, já o mesmo não sucede com os dois últimos níveis. Verifique-se,

pela leitura do gráfico seguinte, onde residem as alterações nos níveis de respostas, que evidencia essa diferença.

Figura 27: Percepção dos inquiridos acerca da importância do papel do MAR na qualidade de vida dos adultos pessoas retirados da vida activa (diferenças registadas ao nível dos dois graus mais altos da escala do inquérito)



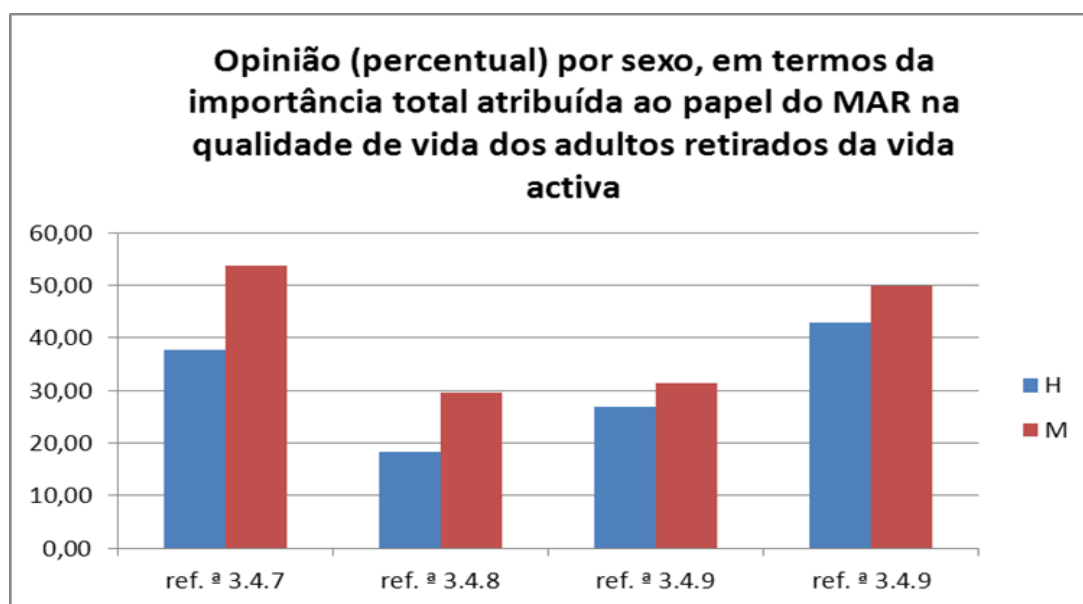
Fonte: Inquérito efectuado

Parece ser muito clara a total importância dada ao papel do MAR na ocupação dos tempos livres das pessoas e ao seu contributo para a melhoria da qualidade de vida dos reformados, mas é menos evidente essa perspectiva quando se trata dos desempregados ou dos, de alguma forma, marginalizados pela sociedade. Embora se mantenha uma atribuição elevada do nível de total importância, entre 20 e 30% das respostas, ela decresce cerca de 10 pontos percentuais em geral, cedendo lugar, grosso modo, ao número de inquiridos que não sabe, não tem opinião sobre o assunto ou, simplesmente não deseja pronunciar-se objectivamente. Duas razões podem estar na origem desta diferença: ou subjaz na opinião geral dos inquiridos a ideia de que o Museu é sobretudo importante como ocupação e passatempo para os reformados ou então, a realidade do desemprego e da marginalização social na sociedade riachense não tem expressão tal que careça do empenho forte do Museu no

“combate” a estes flagelos sociais.⁹¹ O investigador, conhecedor da sociedade de Riachos, inclina-se mais para a segunda hipótese.

Visto que este é um aspecto importante do que está em causa observar no presente trabalho (porque importante do ponto de vista da EA, entendida na perspectiva de aprendizagem ao longo da vida e no fornecimento de novas ferramentas para a sua empregabilidade, para os desempregados, ou adulez/velhice mais feliz para os reformados) talvez convenha desdobrar ainda mais estes resultados diferenciais, olhando para a sua expressão no âmbito do sexo dos respondentes. Vejam-se os gráficos das figuras 28e 29:

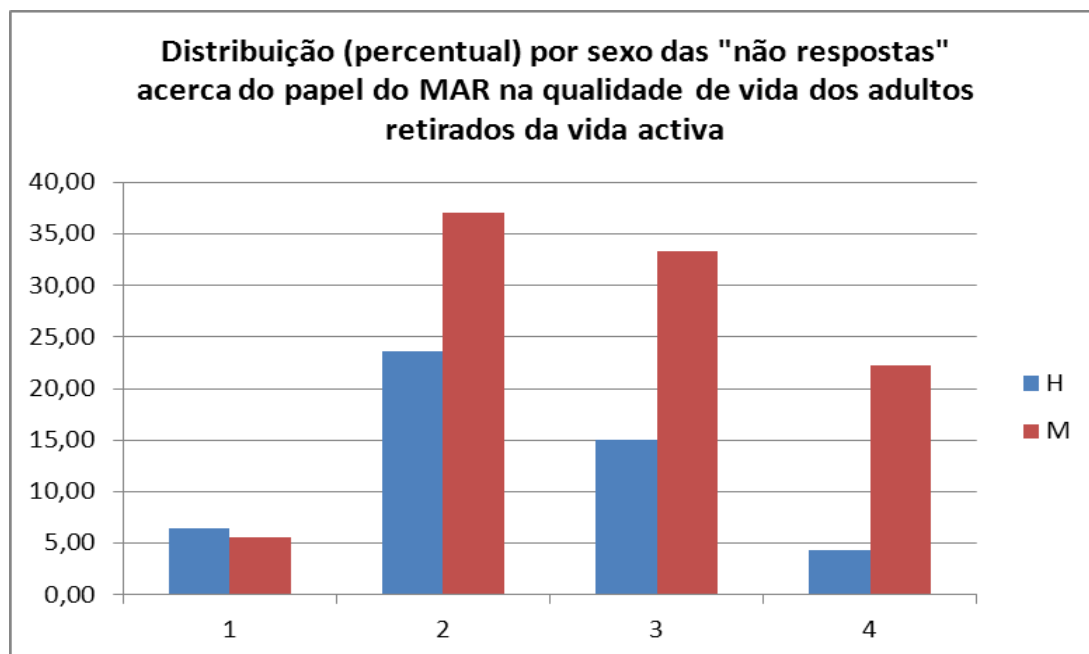
Figura 28: Percepção por sexo acerca da importância do papel do MAR na qualidade de vida dos adultos pessoas retirados da vida activa (diferenças registadas ao nível dos dois graus mais altos da escala do inquérito)



Fonte: Inquérito efectuado

⁹¹ Haverá ainda uma terceira hipótese, de deriva da segunda aqui considerada: a “vergonha social” causada pelo desemprego, camuflar a necessidade ou vontade das pessoas afectadas procurarem ajuda, em geral, e no Museu, em particular e, daí, os inquiridos não atribuírem importância a essa possível intervenção. Mas não há dados que possam, para já, sustentar esta hipótese.

Figura 29: Percepção por sexo acerca da importância do papel do MAR na qualidade de vida dos adultos pessoas retirados da vida activa (diferenças registadas ao nível nas “não respostas”)



Fonte: Inquérito efectuado

Não contrariando a tendência generalizada já abordada na análise anterior, deste desdobramento por sexo parece, contudo, sobressair na opinião feminina, por um lado, o acentuar da total importância do papel do MAR nos casos onde tal já se verificava (ocupação dos tempos livres e qualidade de vida dos reformados) e também maior ausência de opiniões concretas nos mesmos casos em que tal já se verificava, aumentando mesmo, essa percentagem de respostas por não saber ou não desejar responder, em mais do dobro no caso concreto dos desempregados. É compreensível esta tendência, pois, por norma, é incomparavelmente maior a presença de desempregados masculinos ocupando o seu tempo diário nas instalações do Museu.

- O terceiro conjunto de características, exposta na tabela seguinte, relaciona o papel do MAR como agente facilitador de novas e permanentes aprendizagens

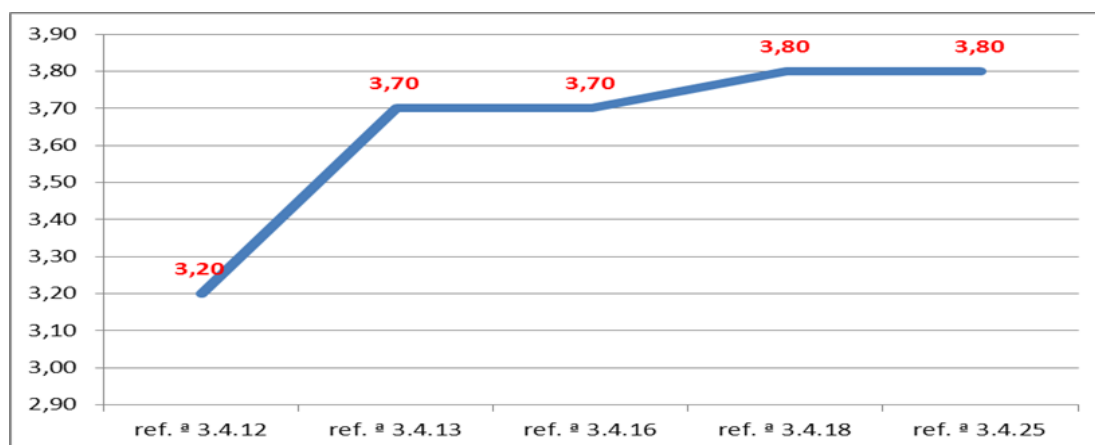
Tabela 14: Distribuição percentual, pelos diversos tipos de actividades, dos factos ocorridos com incidência especificamente em EA (3.4.12, 3.4.13, 3.4.16, 3.4.18, 3.4.25)

Ref. ^a	Descrição
3.4.12	Constitui para todas as pessoas um lugar de encontro, diversão e descoberta
3.4.13	Melhora os conhecimentos sobre a terra e a sua região
3.4.16	É um sítio onde toda a gente pode aprender qualquer coisa
3.4.18	Incrementa o conhecimento da história local e regional
3.4.25	Recorda tempos antigos e a vida dos nossos antepassados

Fonte: Inquérito efectuado

O gráfico seguinte dá a média dos resultados escalares em cada um destes factores:

Figura 30: Média escalar das respostas relativas às características que relacionam o papel do MAR como agente facilitador de novas e permanentes aprendizagens (gráfico de linha)



Fonte: Inquérito efectuado

É notória a diferença da característica “*Constitui para todas as pessoas um lugar de encontro, diversão e descoberta*” em relação às restantes, nas quais parece ser muita clara a tendência para a importância total atribuída a estas questões. Qual a razão de um diferencial tão acentuado? Para responder a esta questão, convirá, primeiro, perceber, em termos de escala, onde residem os números mais díspares. É o que se apresenta na tabela seguinte:

Tabela 15: Resultados percentuais, em termos de valores da escala do inquérito, relativos às características relacionadas com o papel do MAR enquanto agente facilitador de novas e permanentes aprendizagens (3.4.12., 3.4.13, 3.4.16, 3.4.18, 3.4.25)

	ref. ^a 3.4.12	ref. ^a 3.4.13	ref. ^a 3.4.16	ref. ^a 3.4.18	ref. ^a 3.4.25
Nenhuma Importância	3,40	0,00	0,00	0,00	0
Pouca Importância	21,10	2,70	3,40	2,00	1,4
Muita Importância	34,70	23,10	29,90	23,10	20,4
Total Importância	34,00	72,10	63,30	71,40	73,5
NS/NR	6,80	2,00	3,40	3,40	4,8

Fonte: Inquérito efectuado

Nota-se, numa leitura geral, uma clara deslocalização das respostas de grau 4 para os dois imediatamente inferiores e, um pouco também, para as respostas nos graus extremos da escala. Da análise mais aprofundada dos dados não foi possível extrair conclusões de âmbito quantitativo que pudessem justificar este diferencial. Mas, com vista a achar uma razão para esta situação, foi feito um cruzamento dos dados pela inquirição directa a alguns dos respondentes, retirados ao acaso da amostra. O resultado encontrado sugere que poderá tratar-se do efeito da presença do vocábulo “todas” na primeira questão. De facto, o carácter absolutista da questão assim colocada poderá ter levado a que parte dos respondentes “se resguardasse” em regiões escalares mais defensivas, ainda que a maioria dos inquiridos pudesse não ter muitas dúvidas acerca da importância do Museu, em termos gerais, nos aspectos considerados.

- O quarto bloco de características, exposta na tabela seguinte, relaciona o papel do MAR enquanto instituição que preserva o património histórico e cultural riachense

Tabela 16: Características constantes no inquérito que relacionam o MAR com a preservação/intervenção sobre o Património 3.4.6., 3.4.22, 3.4.24)

Ref. ^a	Descrição
3.4.6	Preserva o Património histórico e cultural
3.4.22	Recupera e faz a manutenção de peças e artigos de valor patrimonial
3.4.24	Edita/pode editar livros, revistas e outra documentação útil

Fonte: Inquérito efectuado

Da análise dos resultados correspondentes a esta parte, constata-se uma situação muito parecida com o fenómeno observado no bloco anterior, ou seja um resultado médio de respostas relativo a uma característica diferente dos restantes: 3, 5 para a característica “Edita/pode editar livros, revistas e outra documentação útil”; e 3,8/3,9 para as outras duas.

Tabela 17: Resultados percentuais, em termos de valores da escala do inquérito, relativos às características relacionadas com o papel do MAR enquanto instituição que preserva o património histórico e cultural riachense (3.4.6., 3.4.22, 3.4.24)

	ref. ^a 3.4.6	ref. ^a 3.4.22	ref. ^a 3.4.24
Nenhuma Importância	0,00	2,70	2,00
Pouca Importância	0,70	2,00	10,90
Muita Importância	10,20	16,30	36,10
Total Importância	83,70	72,80	36,10
NS/NR	5,40	6,10	15,00

Fonte: Inquérito efectuado

Não estará em causa aqui a grande importância atribuída pelos respondentes relativamente as estas características, mas talvez os inquiridos julguem ser produção ainda assim insuficiente quando em comparação com a detenção do conhecimento e capacidade potencial de manobra do Museu para investir nesta modalidade de acção.

- O quinto bloco de características aqui apresentado, e último dos que, no inquérito, utilizou a escala de importância que vem sendo apresentada, está também exposto na tabela seguinte e relaciona o papel do MAR enquanto instituição que exerce verdadeiramente o seu múnus comunicacional

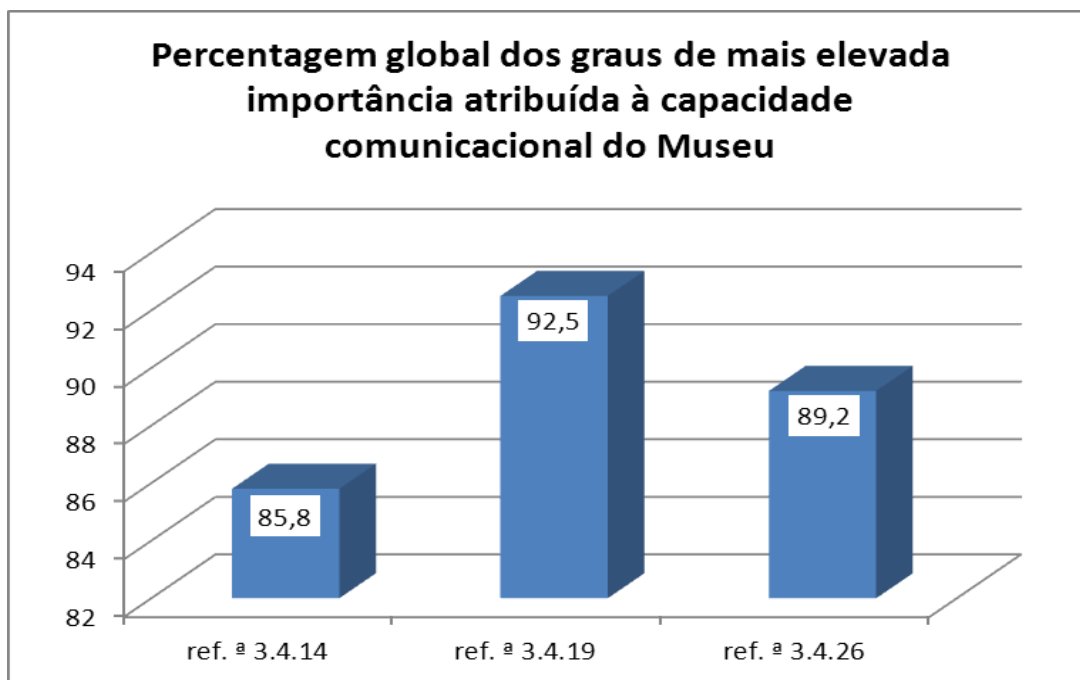
Tabela 18: Características constantes no inquérito que relacionam o MAR com a sua intervenção e capacidade comunicacional

Ref. ^a	Descrição
3.4.14	Realiza eventos de natureza social, económica, cultural e etnográfica
3.4.19	Permite a divulgação de trabalhos de artistas e artesãos
3.4.26	Facilita a comunicação entre pessoas de gerações diferentes

Fonte: Inquérito realizado

Os resultados globais encontrados são relativamente inequívocos no que concerne à evidência da alta importância atribuída pelos respondentes a estas características do Museu conforme mostra o gráfico seguinte:

Figura n.º 34: Expressão global da alta importância atribuída às situações que revelam a capacidade comunicacional do Museu



Fonte: Inquérito realizado

Esta realidade não parece, portanto, merecer comentário especial ou destacado, a não ser que neste caso, a percepção evidenciada nos inquéritos traduz fielmente a realidade encontrada nos factos.

O derradeiro bloco analisado diz respeito às situações que ligam o MAR a questões económicas, com eventual reflexo no âmbito do DL

Dada a sua natureza, quiçá um pouco mais especulativa que as anteriores, optou-se por utilizar uma escala diferente, expressa em termos de grau de concordância, embora utilizando os mesmos valores, por seguir a mesma lógica da anterior:

1 – Nenhuma Concordância; 2 – Pouca Concordância; 3 – Muita Concordância; 4 – Total Concordância; 5 – Não sei/Não tenho opinião.

Tabela 19: Características constantes no inquérito que dizem respeito às situações que ligam o MAR a questões económicas, com eventual reflexo no âmbito do DL. (3.4.5, 3.4.11, 3.4.17)

Ref. ^a	Descrição
3.4.5	Faz crescer a economia local (ajudando comércio/indústria/serviços)
3.4.11	Divulga os produtos da terra e da região
3.4.17	Cria/pode criar novos postos de trabalho

Fonte: Inquérito realizado

Os resultados globais são apresentados na tabela que se segue:

Tabela 20: Expressão geral, do grau de desconfiança dos inquiridos relativamente às situações que ligam o MAR a questões económicas, com eventual reflexo no âmbito do DL.

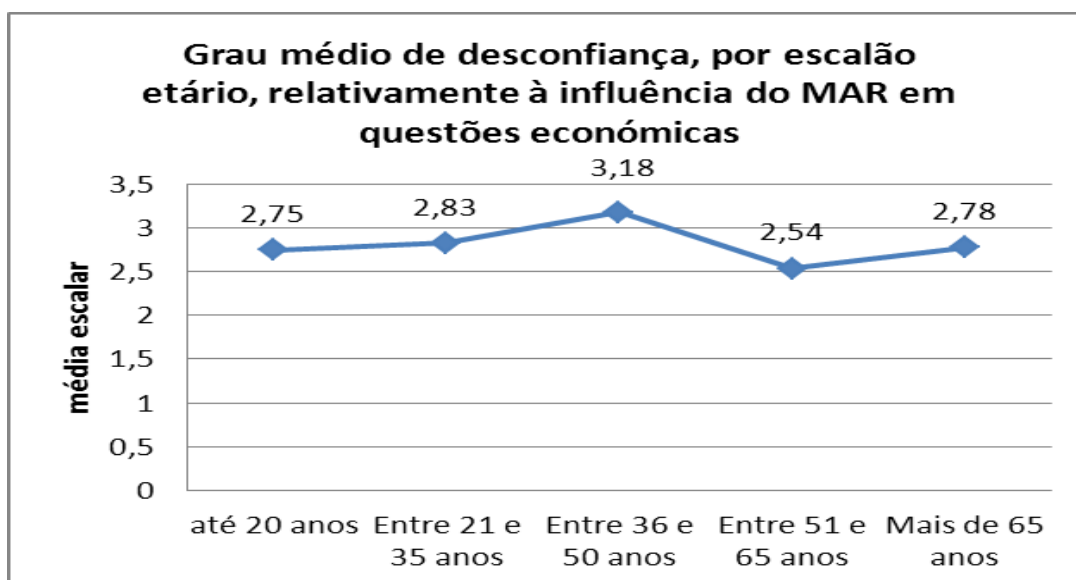
	Ref. ^a 3.4.5	Ref. ^a 3.4.11	Ref. ^a 3.4.17
Nenhuma Concordância	6,80	4,10	4,80
Pouca Concordância	36,10	12,20	25,90
Muita Concordância	34,70	29,30	27,90
Total Concordância	15,60	46,90	25,20
NS/NR	6,80	7,50	17,00

Fonte: Inquérito realizado

Como se constata, este é o bloco em que a “desconfiança” dos inquiridos mais se evidencia no que concerne às capacidades (reais ou virtuais) do MAR para influenciar estas matérias. E, no caso concreto da primeira questão, em que se coloca a hipótese do MAR poder exercer alguma influência em termos de crescimento da economia local, mesmo sabendo que o turismo cultural pode ter algum peso neste aspecto, pelo número de forasteiros que as visitas podem trazer a Riachos e, assim, aqui adquirirem produtos os inquiridos, regra geral, não concordam que isso possa ajudar a economia local, de tal modo que esta questão foi, inclusivamente, a única de todo o inquérito cujo valor médio de respostas se situou em faixa menos positiva (2,8).

Porque esta questão se afigura importante em tempos de crise, analisemo-la desdobrando os dados pelos vários escalões etários dos respondentes, pois interessará talvez verificar em qual, ou quais, mais se acentua esta desconcordância referente à influência que o Museu possa exercer nesta matéria. Veja-se esse desdobramento no gráfico seguinte:

Figura 31: Expressão média, por escalão etário, do grau de desconfiança dos inquiridos relativamente às situações que ligam o MAR a questões económicas, com eventual reflexo no âmbito do DL.



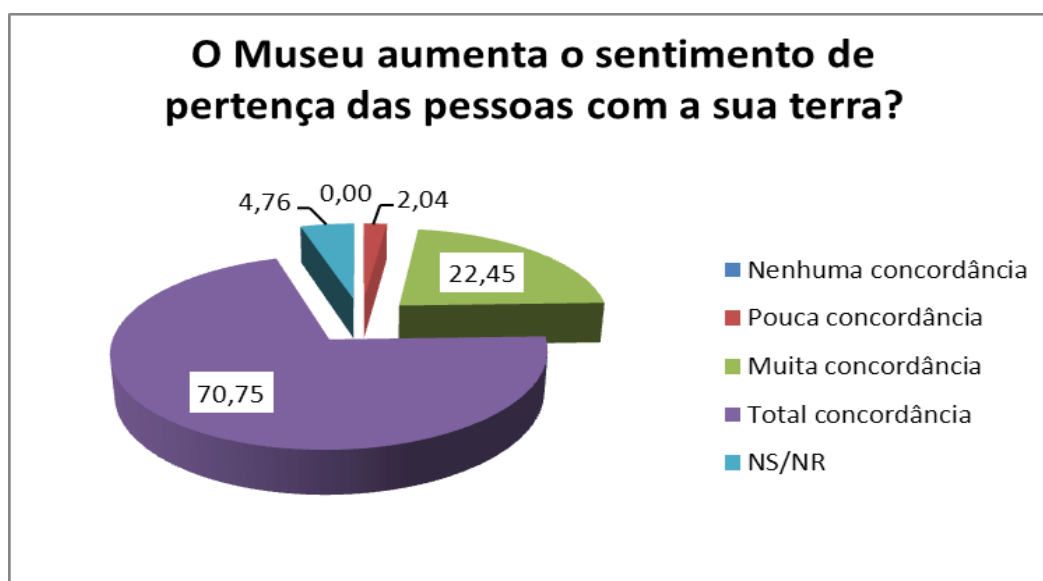
Fonte: Inquérito realizado

É curioso verificar que o único escalão em que a expressão da confiança atinge o nível 3 da escala (“muita confiança”) seja o intermédio, provavelmente porque será também o escalão em que se sentirá menos os efeitos da crise. Mas este é um tipo de análise a fazer-se noutro tipo de estudo e abordagem, com indicadores micro e macro-económicos mais consistentes e com elevado grau de estudo correlativo. Para já, e para cumprimento do objectivo do presente trabalho, fica o registo revelador da pouca confiança dos inquiridos relativamente a este aspecto específico da relação do MAR com o DL em matérias económicas.

A encerrar este capítulo, a referência a uma última questão colocada no inquérito, que, propositadamente, teve tratamento isolado, relativamente a todas as

outras, pelo que ela poderá ter implícito em termos de impacto no desenvolvimento local: qual o grau de concordância dos respondentes à hipótese de o museu aumentar o sentimento de pertença/identificação das pessoas com a sua terra. (ref.^a 3.4.21).
Vejam os resultados.

Figura 32: Opinião sobre o sentimento de pertença.



Fonte: Inquérito realizado

Embora os números pareçam inequívocos, este não é um dado com o rigor científico desejado, pois lhe falta a análise correlativa, pelo que não se poderá estabelecer uma relação clara de causa-efeito. Seja como for, é uma indicação curiosa, que, afinal de contas, não deixa de traduzir uma tendência de grande identificação entre as pessoas, o Museu e o que este significa para aquelas na tradução da sua relação histórica, patrimonial e até sentimental com a sua terra.

4.2. Visitas: um aferidor da relação Museu-Educação de Adultos-Desenvolvimento Local

4.2.1. As ocorrências

A julgar pela literatura e trabalhos académicos sobre a temática, a abordagem ao binómio “visitas/visitantes” parece ser uma tarefa determinística sempre que se fala em análises aos espaços museais, seja qual for o prisma pelo qual se pretenda fazer esse estudo. Será, pois, um indicador precioso, pois ele afere, grosso modo, o impacto que o espaço, a *praxis* e a colecção exercem sobre o universo “clientelar”, digamos assim, do museu. Por isso, também essa realidade é aqui analisada de modo particular.

O MAR tem capacidade funcional para receber visitas individuais ou em grupos, sem limite fixo de componentes, desde que os visitantes não suplantem a capacidade do espaço interior do Museu. A elasticidade do seu funcionamento e o tipo de exposição optado permitem esta capacidade, embora o carácter guiado das visitas grupais de grande dimensão possa ser prejudicado.

Contudo, cabe aqui um parêntesis prévio relativamente aos cuidados a ter com quaisquer extracções conclusivas. O número recolhido de visitantes⁹² está calculado por defeito, pois os dados colhidos acerca dos visitantes sofrem de vários condicionalismos, nomeadamente:

- O museu esteve encerrado para obras de ampliação e manutenção, praticamente durante todo o ano de 2006 e as entradas no Museu estiveram bastante condicionadas. Assim, nesse ano, o número de visitas/visitantes é residual;
- Não existem registos efectuados entre Outubro de 1989 e Julho de 1991, nem se encontram registos totais dos anos 2007 e 2008;
- Muitos dos números relativos aos grandes grupos foram fruto de estimativa, a partir das marcações efectuadas pelos responsáveis das visitas e da memória da técnica zeladora do Museu;
- Há um número imenso de visitas inopinadas, de pessoas singulares ou pequenos grupos que não têm qualquer registo, dado o carácter aleatório, inesperado e ocasional com que ocorrem;
- À medida que o Projecto “do Museu para a Escola”, lançado em 2004, foi ganhando maturidade, passou a ser mais frequente o deslocamento dos artesãos e da

⁹² Fruto do estudo conjunto a quatro grandes fontes de informação: jornal “o riachense”, (n.ºs 156, de 1989 a 749, de 2004); Documentos do Centro de documentação do Museu; Livro de registos de testemunhos dos visitantes; Registos pessoais da Técnica zeladora do museu.

técnica do museu, junto com a *maleta pedagógica*⁹³ à escola, do que a visita das turmas inteiras da EB 2,3 de Riachos, pelo que o número de visitas de *não adultos* (até aos 18 anos) reflecte essa realidade. A tabela que se segue permite verificar essa evolução (possivelmente) relacional:

Tabela 21: Visitantes dos estabelecimentos de ensino na última década.

Ano	Visitantes de estabelecimentos de ensino
2004	718
2005	291
2009	356
20010	205
2011	115
2012	190
2013	135
2014	61

Fontes: jornal “o riachense”; Centro de documentação do Museu; Livro de visitantes; Registos pessoais da co-directora do museu.

Todavia, mesmo considerando todas estas limitações, omissões e alterações estruturais e/ou conjunturais, foi possível apurar nestes mais de vinte e dois anos de actividade (os anos 1989 e 2006 não contam e em 2014 só releva o primeiro semestre), quase duzentos e noventa episódios de visita, ou seja, média de, pelo menos, uma visita por mês. Todos estes episódios podem ser catalogados em dois conjuntos-tipo: as oficiosas e as oficiais, sendo que, nestas últimas quinze, se

⁹³ Deve referir-se a capacidade do museu em projectar os seus técnicos e voluntários, bem como a sua *maleta pedagógica*, sempre que solicitado a isso, bem como a sua disponibilidade para, dentro de condições a estabelecer, ceder temporariamente alguma parte do seu acervo, desde que solicitada por entidades de reconhecida credibilidade e uma vez assegurado o seu uso para fins não diferentes dos que têm no Museu Agrícola de Riachos. A *Maleta pedagógica* (aqui aludida) foi apresentada pela primeira vez num Curso de Formação de Professores do Centro de Formação de Professores de Torres Novas – Golegã em 2002, curso esse em que o Director do Museu foi formador e em que o caso do MAR “serviu de laboratório para a formação dos professores” e em que “essa acção teve eco muito profundo na vidas de muitos deles”. (esclarecimento pessoal dado ao autor)

consideram as visitas de detentores de cargos políticos, responsáveis educacionais, comitivas oficiais, carácter técnico-científico e ainda as aulas ou sessões de formação ocorridas no espaço museal riachense; naquelas, contabilizam-se todas as outras visitas, seja qual for o modelo, a responsabilidade ou o protagonista.

O número total de visitantes encontrado ultrapassa os 9900 (nove mil e novecentos), assim distribuídos percentualmente pelos escalões etários considerados:

Figura 33: Distribuição dos visitantes por escalão etário.



Fontes: jornal “o riachense”; Centro de documentação do Museu; Livro de visitantes; Registos pessoais da co-directora do museu.

Este registo resulta de duas realidades:

- A percentagem total de visitantes abaixo da maioridade (correspondentes aos quase 30% do gráfico), portanto, dentro do tempo da escolaridade obrigatória, corresponde a cerca de 2900 (dois mil e novecentos) alunos visitantes, ou seja, uma média de visitantes em idade de frequentar o Ensino Básico na ordem dos 140 por semestre;

- O número de visitantes em idade adulta é superior a sete mil, o que parece dar a certeza que o Museu teve capacidade apelativa, receptiva e comunicativa que trouxe até si, pelo menos, um visitante por dia, de forma permanente e ininterrupta.

Estas duas realidades, para lá de outras análises que sobre elas poderão ser feitas apresentam, desde logo, um significado que parece ser evidente: o Museu Agrícola de Riachos cumpre uma das funções básicas exigidas a um espaço museológico, o acto comunicacional. O que corresponde ao próprio pensamento expresso pelo seu Director: *“se os objectos expostos não forem devidamente documentados servirão apenas em modos insuficientes a função comunicativa, razão de ser de qualquer museu em qualquer latitude do planeta”* (Figueira, 1995).

Analise-se agora a questão das visitas/visitantes sob o prisma da sua incidência em termos de DL e EA. Para facilidade de análise, considerou-se que todas as visitas, tivessem elas cariz oficial ou oficioso, assumiriam uma de quatro vertentes; DL; EA; DL-EA em simultâneo; Ensino. A sua repartição é a como mostra o gráfico seguinte:

Figura 34: Distribuição das visitas pelas três vertentes distintivas.



Fontes: jornal “o riachense”; Centro de documentação do Museu; Livro de visitantes; Registos pessoais da co-directora do museu.

O gráfico apresentado parece demonstrar, ou realçar, três aspectos importantes:

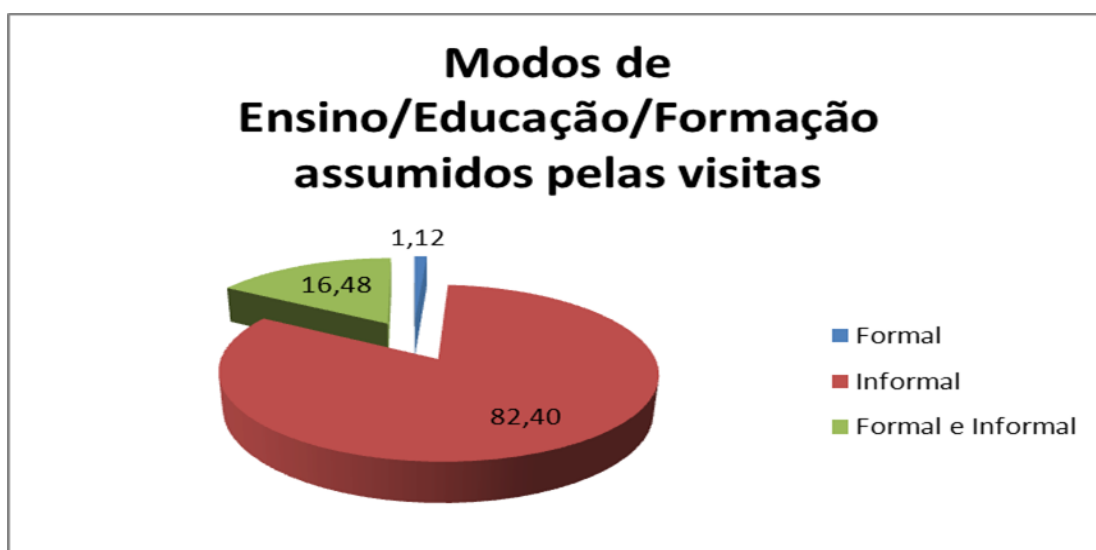
- Mais de 70% das visitas assumem cariz relacionado com o DL, sendo que quase 10% o são em termos absolutos, exactamente mais de metade das visitas oficiais e ainda algumas oficiosas de carácter, sobretudo, técnico e administrativo.

- A maioria das visitas (em número superior a 60%) conjuga aspectos que as ligam, em simultâneo às diversas facetas do DL e da EA. E, neste particular, não deixa de ser curioso o facto de não ter sido viável, sob pena de enviesar a análise, separar este binómio, pois as características das visitas apresentam, de modo que parece claro, aspectos ligados aos dois campos, simultaneamente. O que parece “casar” com o que já ficara evidenciado na escora teórica do presente trabalho.

- Mais de 90% das visitas assumem aspectos ligados ao ensino e à formação das pessoas. É possível, pois, julgar que este número bem significativo evidencia de forma clara as funções educativa e comunicacional do MAR, no que aos visitantes diz respeito.

Sendo assim, é também possível relacionar as visitas aqui catalogadas como envolvendo aspectos de EA e Ensino, com os três grandes ambientes que a literatura aponta: Formal, Não Formal e Informal. Assim, veja-se o gráfico seguinte:

Figura 35: Modos de Educação/Ensino/Formação identificados nas características das visitas



Fontes: jornal “o riachense”; Centro de documentação do Museu; Livro de visitantes; Registos pessoais da co-directora do museu.

Também a leitura do gráfico apresentado permite as seguintes extrapolações:

- É quase insignificante a incidência do aspecto exclusivamente *formal* nas visitas ao MAR. Efectivamente, elas resumem-se a algumas aulas ou aspectos

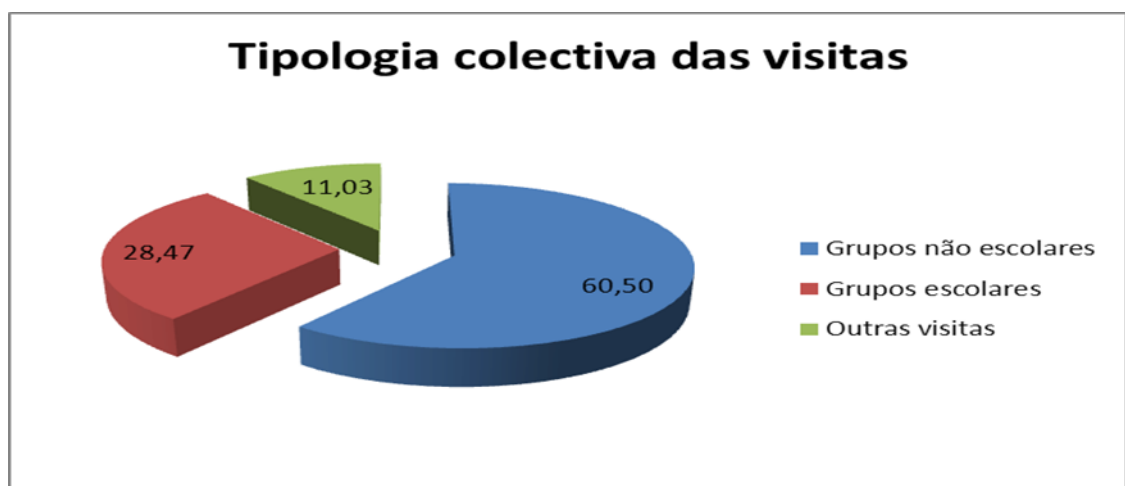
relacionados com estágios de alunos dos estabelecimentos de ensino superior com os quais o Museu tem estabelecido protocolos de colaboração.

- Curiosa parece ser a indissociabilidade que caracteriza os modos *formal e informal* nas visitas de estudo escolares e episódios análogos. De facto, afigura-se tarefa complexa destrinçar uma fronteira separável, já que as visitas de grupos de estabelecimentos de ensino se encaixam no plano de actividades formal desses estabelecimentos, sendo que, depois, a informalidade caracteriza os actos comunicacionais dos grupos durante as visitas.

- Não se afigura tarefa fácil identificar visitas às quais possam vislumbrar-se aspectos exclusivamente *não formais* de educação ou formação. De facto, as características de que se reveste o modo *não formal*, que a literatura indica, não parecem ser identificáveis na tipologia das visitas feitas ao Museu.

- Finalmente a constatação de que se afigura esmagadora a expressão do modo *informal*, pois representa a quase totalidade das características educacionais e formativas que caracterizam as visitas. O que não parece ser surpreendente, tendo em conta que mais de 60% das visitas são de grupos não ligados a estabelecimentos de ensino, e constituídos sobretudo por visitantes seniores. Veja-se o gráfico da figura:

Figura 36: Tipologia colectiva das visitas.



Fontes: jornal "o riachense"; Centro de documentação do Museu; Livro de visitantes; Registos pessoais da co-directora do museu.

4.2.1.1. Percepção *versus* realidade

Feita esta análise, e tal como no sub-capítulo anterior, também aqui se afigura ajustado cruzar estes dados reais com as percepção dos respondentes ao inquérito realizado.

Convém perceber agora qual a visão dos inquiridos acerca do potencial valor acrescentado das visitas ao MAR no âmbito do DL. Em concreto, e utilizando a mesma escala de valoração que incide sobre a importância atribuída aos factores (grau 1: “Nenhuma Importância”; grau 2: “Pouca Importância”; grau 3: “Muita Importância”; grau 4: “Total importância”; grau 5: “Não sei/não tenho opinião”), foram os inquiridos confrontados com as características seguintes:

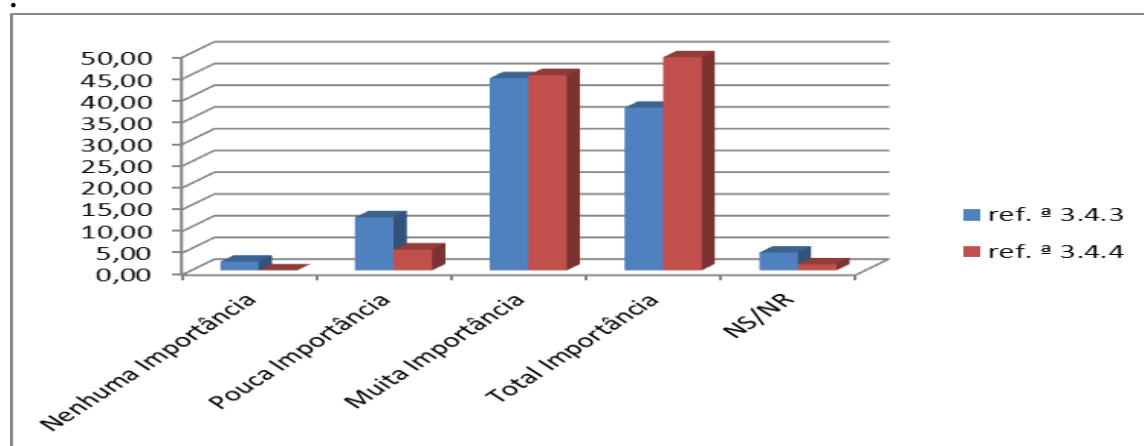
Tabela 22: Questões relativas ao impacte das visitas/visitantes do MAR em termos de DL.

N.º da questão	Característica inquirida
3.4.3	Atrai/traz mais turistas/visitantes
3.4.4	Dá nome/projecção/visibilidade à terra

Fonte: Inquérito efectuado

O resultado percentual das respostas pelos diversos graus da escala produziu o resultado que pode verificar-se no gráfico da figura seguinte:

Figura 37: Resultado das tendências de resposta acerca do impacte das visitas em termos de DL



Fonte: Inquérito efectuado

Como se constata, a maioria dos inquiridos situa a sua tendência de resposta num grau elevado de importância dada a estes factores. E pode admitir-se uma relativa validade nesta atribuição de importância, porque a maioria dos respondentes conhece a vila e o Museu com alguma profundidade.⁹⁴

Porém, os resultados estão afectados das respostas de grau 5 - ou seja, das pessoas que, supostamente, não sabem ou não têm opinião - estendendo os resultados para uma maior probabilidade de tendência central. Assim, há que fazer outro tipo de análise, expurgada dessa afectação. Ora, dado que a percentagem de respostas nesse grau da escala é inferior a 3%, (recolheu 8 opções, num total de 294 hipóteses possíveis) e, sendo assim, quase insignificante, desprezemo-lo, por uma mera facilidade de interpretação. Revistos os dados, concluiremos que há uma maior dispersão no caso da questão “*Atrai/traz mais turistas/visitantes*”, que apresenta um maior afastamento para a média (desvio-padrão de 0, 25) do que acontece na questão “*Dá nome/projecção/visibilidade à terra*” (desvio-padrão de 0,015).

Começa a intuir-se que os inquiridos atribuem menor importância àquele factor ou, lido de outra forma, não acreditarão totalmente na possibilidade do MAR atrair mais turistas ou visitantes à terra. A abordagem feita não permite ir mais além, ou seja, não permite retirar extrapolações (nem era esse o objectivo) acerca das razões deste *relativo descrédito*⁹⁵. Porém, se certos aspectos forem vincados, como por exemplo o facto de só no primeiro semestre de 2014, o Museu ter sido visitado por mais de 2 mil pessoas, ou que em relação à média nacional registou, neste período, mais do dobro dos visitantes por habitante (24 por cada cem, no país; 51 por cada cem, em Riachos)⁹⁶, é legítima a dúvida colocada acerca do real conhecimento da situação por parte dos respondentes, isto é, se as respostas não são mais que uma percepção errónea ou desfasada da realidade do Museu. Se assim for, talvez volte a ganhar vulto a eventual falta de eficácia por parte do próprio Museu, da divulgação das suas existência, mensagem e actividade.

⁹⁴ Como já se referiu, cerca de 70% da amostra diz respeito a pessoas que residem em Riachos ou na Freguesia, e se forem considerados os residentes no Concelho, a percentagem de respondentes ultrapassa os 80%.

⁹⁵ É, de facto, relativo, porque parte de uma base de grau 3, ou seja, que lhe atribui muita importância.

⁹⁶ De acordo com os dados tornados públicos pela Secretaria de Estado da Cultura em 13 de Outubro de 2014, deram entrada nestes espaços e equipamentos culturais, ao nível nacional, durante o primeiro semestre deste ano, 2,4 milhões de visitantes (Oliveira, 2014, Outubro, 13).

4.2.1.2. A relevância dos testemunhos

Para que esta análise acerca das visitas e dos visitantes possa ficar realizada com maior propriedade, afigura-se importante recorrer aos testemunhos escritos que foram sendo lavrados nos livros a isso destinados, patentes e disponíveis na “Sala do Cingeleiro”. De facto, eles podem ajudar a melhor interpretar a importância destes eventos, pois, ao fornecerem a sua visão casuística e, quiçá, mais genuína e atempada, permitem fazer algum cruzamento com os dados anteriormente interpretados a partir do inquérito efectuado.

A primeira nota de apresentação que recai sobre quem escreveu as suas opiniões é referente às respectivas actividades/profissões/ocupações actuais. Dos autores dos 1033 (mil e trinta e três) registos analisados, poucos foram os visitantes que deixaram registada essa faceta e menor é ainda o número dos que, dentre eles, o fizeram de forma legível ou compreensível: menos de dez por cento. Ainda assim, foi possível identificar os grupos constantes da tabela 23.

Tabela 23: Ocupações/actividades/situação profissional identificáveis no conjunto dos visitantes maiores de 18 anos cujos comentários/testemunhos/opiniões foram analisadas neste trabalho.

Grupo	Designação
1	Animador Social
2	Aposentado/Reformado
3	Assistente Social
4	Autarca
5	Director escolar/Docente
6	Enfermeiro/Técnico de Saúde
7	Estudante
8	Dirigente de IPSS
9	Guia Turístico
10	Pintor/artista
11	Presidente/Dirigente/Técnico de Comitativa Internacional/ONG
12	Dirigente Associativo/de ADL's
13	Historiador/Investigador
14	Trabalhador da Administração Pública e Local

Fonte: Livro de Visitantes (comentários exarados no período 2006-2014)

A segunda nota debruça-se sobre as suas origens territoriais. Porque também elas dão, desde logo, a ideia de quão importante é o Museu em termos de DL, no

difundir da sua mensagem, seu objecto, sua imagem e, com eles, da própria Riachos e suas gentes, tradições, cultura. Para se ter uma ideia da cobertura territorial das origens dos visitantes cujos testemunhos foram aqui considerados úteis para análise, vejam-se as tabelas:

Tabela 24: Origem (nacional) identificável no conjunto dos visitantes maiores de 18 anos cujos comentários/testemunhos/opiniões foram analisadas neste trabalho.

	Norte	Centro	Lisboa	Sul	Ilhas
Portugal	St.ª Maria da Feira	Alcobaça	Alcochete	Casa Branca	Fundão
	Valadares	Arganil	Brandoa	Cartaxo	
	Vilela	Aveiro	Estremadura	Chouto	
		Cemache do Bonjardim	Lisboa	Golegã	
		Entroncamento	Massamá	Foros de Salvaterra	
		Estarreja	Setúbal	Glória do Ribatejo	
		Figueira da Foz	Sines	Muge	
		Mação	Vila Franca de Xira	Rio Maior	
		Malhou		Salvaterra de Magos	
		Meia Via		Vale de Figueira	
		Mouriscas		Vila Chã de Orique	
		Nelas		Vila Real de St.º António	
		Óbidos			
		Ourém			
		Penalva do Castelo			
		Tomar			
		Torres Novas			
		Tramagal			

Fonte: Livro de Visitantes (comentários exarados no período 2006-2014)

Tabela 25: Origem (internacional) identificável no conjunto dos visitantes maiores de 18 anos cujos comentários/testemunhos/opiniões foram analisadas neste trabalho

	África	América do Sul	Europa
Estrangeiro	Mali	Brasil	Alemanha
	Cabo Verde	Venezuela	Dinamarca
			Espanha
			Finlândia
			França
			Holanda
			Inglaterra
			Suiça

Fonte: Livro de Visitantes (comentários exarados no período 2006-2014)

A tabela seguinte mostra o resultado da análise categorial feita, bem como o resultado quantitativo que se obteve, relativamente a cada um desses temas; e a

relação que, em sentido largo, se pode estabelecer entre cada uma das ideias-força temáticas e os dois grandes campos em questão neste trabalho, a EA e o DL.

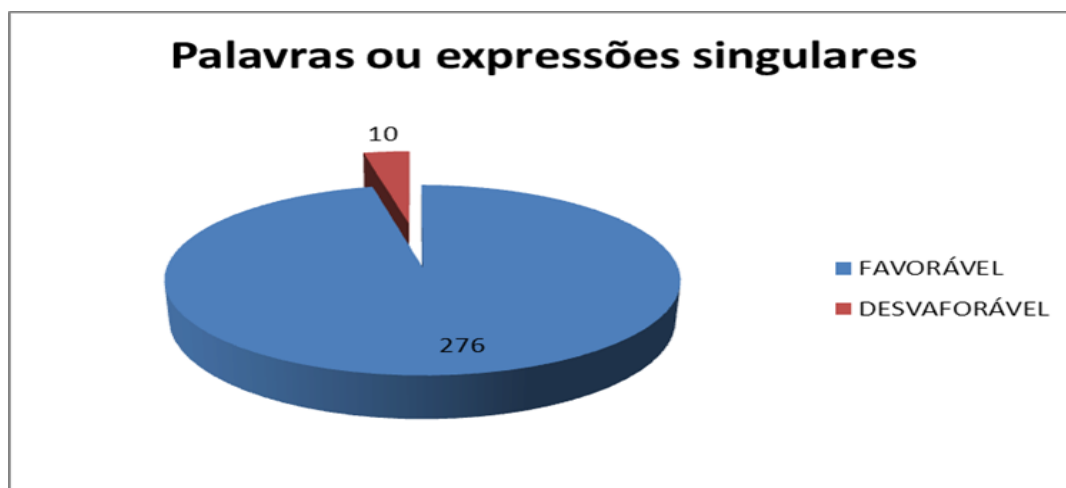
Tabela 26: Ideias-força identificáveis no conjunto dos comentários/testemunhos/opiniões analisadas neste trabalho, legados pelos visitantes maiores de 18 anos.

CATEGORIAS		TOTAL	RELAÇÃO
Código	IDEIAS-FORÇA (TEMA)		
1	Autenticidade do ambiente revivido; organização do espaço; Zelo/qualidade do trabalho/estado de conservação	19	DL
2	Espaço de permanente (re)aprendizagem e partilha de experiências, culturas e tradições; Partilha de conhecimento/divulgação/aprendizagem para/às novas gerações	37	EA
3	Espírito e entusiasmo da iniciativa	15	DL
4	Gosto por determinada peça, espaço ou tema; Valor/beleza/riqueza/variedade/apresentação/organização/interesse da colecção/espólio	71	DL
5	Hospitalidade/simpatia/educação/correção/competência do anfitrião/qualidade da mensagem	22	DL
6	Incentivo à continuação/votos de sucesso	23	
7	Incomparabilidade/exemplo a seguir/factor de reflexão; Merece ser visitado/revisitado/divulgado/publicitado/divulgado/recomendado	12	DL
8	Parabenização/ agradecimento	104	
9	Preservação/orgulho da cultura/memória/Património; Reviver/conhecer/recordar o passado/recordar profissões e ferramentas	119	DL:EA
10	Promessa/voto/intenção/esperança de voltar	7	
11	Satisfação/ gosto/louvor/ exaltação/emoção/admiração/surpresa	107	
12	Apelo a ajuda/financiamento externo(a)	2	

Fonte: Livro de Visitantes (comentários exarados no período 2006-2014)

Parecer ser possível encontrar uma via de identificação, mesmo que aqui e ali mais ténue, entre os comentários deixados escritos pelos visitantes e a sua significância no âmbito de cada um dos campos em questão (EA e DL). Em complemento e para maior extensão desta análise de conteúdo, pode cruzar-se a importância destes testemunhos, com outra unidade de registo, a palavra, ou palavras, que foram deixados como expressões proposicionais de singular qualificação do Museu. Foram identificadas 286 (duzentas e oitenta e seis) destas unidades, que, divididas entre as categorias de “favoráveis” e “desfavoráveis” (ao Museu, claro), deram um resultado que parece inequívoco, em termos do sentido a conceder às palavras, ou expressões singulares, deixadas:

Figura 38: Palavras ou expressões singulares identificáveis no conjunto dos comentários/testemunhos/opiniões analisadas neste trabalho, legados pelos visitantes maiores de 18 anos.



Fonte: Livro de Visitantes (comentários exarados no período 2006-2014)

As dez palavras (ou locuções singulares) de índole desfavorável, constam da tabela seguinte:

Tabela 27: Palavras ou expressões simples de índole desfavorável.

DESFAVORÁVEL	
não gostei	3
necessidade de mais espaço	2
falta identificação	1
falta venda ao público	1
limpar o pó das peças	1
pouco espaço	1
precisa de mais gente	1

Fonte: Livro de Visitantes (comentários exarados no período 2006-2014)

Já em relação às duzentas e setenta e seis de índole favorável – por sua vez sub-categorizadas segundo as classes lexicais substantivos, adjetivos, verbos e advérbios (Mateus, M. H.M, Brito, A. M., Duarte, I. & Faria, I. H., 1989; Serôdio, C., Pereira, D., Carneira, E. & Falé, I. 2011) – apresentam-se abaixo, na tabela n.º 28 (4 quadros) as que mais vezes se encontraram reiteradas:

Tabela 28: As palavras ou expressões singulares identificáveis no conjunto dos comentários/testemunhos/opiniões analisadas neste trabalho, legados pelos visitantes maiores de 18 anos.

VERBOS/EXPRESSÕES VERBAIS	
gostei muito	10
gostei	9
adorei	8
gostei imenso	4
reviver	3
admirei	2
gostámos	2
gostámos muito	2
preservar o passado	2
recordar	2
SUBSTANTIVOS/EXPRESSÕES SUBSTANTIVADAS	
legado	3
memória	3
orgulho	3
alegria	2
apoio	2
cultura	2
dedicação	2
exemplo	2
infância	2
privilégio	2
riqueza	2
saudade	2
ADJECTIVOS/EXPRESSÕES ADJECTIVAS	
muito interessante	6
bom trabalho	4
excelente	3
interessante	2
magnífico	2
maravilhoso	2
muito bonito	2
optimo	2
exemplo de vida	2
museu vivo	2
ADVÉRBIOS/EXPRESSÕES ADVERBIAIS	
bem organizado	2
muito bem	2

Fonte: Livro de Visitantes (comentários exarados no período 2006-2014)

Face a todos estes dados parece não haver dúvidas quanto à ideia muito positiva, com importância e impacto em termos de DL e EA, que os visitantes atribuem ao MAR.

4.3. Análise SWOT e Factor Crítico de Sucesso

Só na década que decorre, o MAR, para lá da actividade diariamente realizada nas oficinas de artesãos, grupo de registos e no NAR, teve intervenção em 504 acontecimentos. Isto dá em média, 112 eventos por ano, ou uma acção concreta de 3 em 3 dias. Numa instituição com esta vitalidade é natural que, para além dos sucessos, bons desempenhos e elogios, haja problemas, falhas e críticas. Da investigação feita ressaltam imensas virtudes, mas também alguns defeitos estruturais ou conjunturais, reais ou virtuais, expressos ou percebidos; daí que no fecho do presente capítulo se ache por bem apresentar uma matriz, tão breve e sucinta quanto possível, de análise SWOT⁹⁷ e a indicação daquele que poderá ser o Factor Crítico de Sucesso (FCS)⁹⁸ deste museu, no âmbito do binómio aqui estudado: EA e DL.

Claro que pertencendo aqueles dois conceitos à teoria (e prática) da Gestão de Empresas, este rol não será, obviamente, aqui exaustivamente tratado, nem tão pouco elaborado com esse intuito, pelo que a matriz apresentada é encarada e inserida neste contexto com os necessários ajustes e adaptações metodológicos, inerentes ao tipo de instituição museal sobre que se debruça e como um dos resultados possíveis de investigação aqui feita; nem dela se extrairão quaisquer conclusões, pelo que fica, por isso, apenas, como contributo complementar para que melhor se perceba o

⁹⁷ A conhecida matriz de análise empresarial SWOT foi desenvolvida na década de 60 na Universidade de Stanford (Califórnia, USA) e esta designação é um acrónimo que significa Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Em português também é conhecida pelo acrónimo FOFA, exactamente as iniciais dos termos traduzidos.

⁹⁸ Também uma ferramenta que advém da gestão empresarial, também conhecida pela sigla em inglês CSF (Critical Success Factor) apresentada pela primeira vez pelo “guru” japonês da Gestão Kenichi Ohmae, genericamente, refere-se aos factores que mais contribuem para o sucesso da organização, no cumprimento da sua Missão e que, de acordo com Câmara, Guerra e Rodrigues (1997) são “*decisivos na qualidade e no nível de desempenho, não podendo ser ignorados nem tratados em pé de igualdade com os outros*”. (p. 382)

Museu Agrícola de Riachos e para melhor enquadrar a recomendação final deste trabalho.

4.3.1. Matriz de análise SWOT

Tabela 29: Análise SWOT ajustada à realidade institucional do Museu e aos resultados da investigação.

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
PONTOS FORTES	Uso e divulgação do Espaço Oficinal, multifacetado e funcional, com liderança técnica de grande impacto e muito utilizado por adultos, nomeadamente os que estão fora de mercado de trabalho.	Alargamento do espaço oficinal ocupando o espaço agora ocupado com as miniaturas do Zé Fonseca.
	Divulgação e incentivo à visita/uso das Salas: de Miniaturas Zé Fonseca, Temáticas; do Auditório Dr. José Marques; e da Galeria de Artes, todas com grande impacto na imagem e no cumprimento a missão do Museu.	Maior dignificação a sala de Miniaturas Zé Fonseca, mudando-o para próximo do auditório ou para dentro da actual sala de convívio, redefinindo esta como sítio para o Centro de Documentação; reinstalação da Sala escolar em local autónomo e condigno.
	Relacionamento profícuo, amistoso, permanente e disponível com o movimento associativo existente e capacidade de criação e/ou acolhimento de novas propostas neste âmbito.	Confusão eventual nas relações hierárquicas de gestão e controlo das estruturas grupais já existentes.

	Incremento da riqueza, significado, qualidade e extensão da colecção.	Manutenção previsional das peças da colecção; previsão dos efeitos negativos da retenção precária de algumas peças por parte do Museu.
	Intensificação das competências reconhecidas no âmbito do ensino-aprendizagem, aproveitando o facto da comunidade aprendente se ter alargado com a constituição e inserção num dos dois Mega agrupamentos do concelho.	Ausência de posto de trabalho formal para um técnico pedagogicamente qualificado coordenador das actividades iniciativas de ensino e formação.
	Proprietário com grande sentido de gestão democrática, descentralizada e autónoma; Gestão competente e participada. Voluntariado permanente de grande significado, competência e eficácia; Simpatia, amabilidade e afabilidade da zeladora e seus colaboradores.	Alteração das políticas de gestão da Associação proprietária do Museu; Envelhecimento dos voluntários e risco de decréscimo progressivo na comparência dos artesãos.
	Instalações sanitárias melhoradas e com relativa dignidade, facilidade de acesso e asseio.	Necessidade de construção de instalações sanitárias para deficientes e utentes com mobilidade reduzida.
	Reavivamento da capacidade editora do Museu, produzindo material documental de valor para cumprimento da Missão especialmente a capacidade	Risco potencial de aparecimento de estruturas no mercado que assumam este papel, originando perda de protagonismo, influência e capacidade de intervenção na sua

	educativa e comunicacional do museu	área nobre de acção.
	Aproveitamento oportuno, permanente e competente das sinergias resultantes das visitas, da ausência de bilhética e disponibilidade total para a abertura de portas extra-horário.	Potencial risco de deficit de capacidade humano para gerir grandes grupos e carência de ferramentas de autofinanciamento.
	Forte capacidade intrínseca para proporcionar/dispor de meios logísticos e humanos para acções de formação, aulas, estágios ou outras actividades do âmbito do ensino/formação/aprendizagem , em quaisquer âmbito (formal, não formal e informal)	Carência de material de apoio bibliográfico e audiovisual sistematizado, catalogado e de fácil e livre acesso.
	Aposta firme e alargada no modelo de Museu Comunitário "expedicionário" com uso permanente da Mala pedagógica, enriquecida pelas peças manufacturadas pelos artesãos do Museu.	Eventual desconhecimento da comunidade escolar regional da existência e da possibilidade de utilização desta capacidade metodológica, pedagógica e didáctica.
PONTOS FRACOS	Instalação sonora para os actos comunicacionais, especialmente visitas numerosas.	Risco de perda de oportunidades de visitas sobretudo os mais idosos em grandes grupos, por dificuldades de audição.
	Criação de Arquivo digital e Registo informático de visitantes.	Alargamento, apetrechamento e melhoria geral do espaço e capacidade de resposta do Centro

		de Documentação
	Enriquecimento do espólio, nomeadamente com brinquedos dos tempos de crianças feitos, de preferência, nas oficinas do museu, pelos seus artesãos (o arco e a gancheta; os reboques e tractores feitos com latas de conserva de carros de linhas, os bonecos de trapos, etc.).	Colocação de identificação e historial na colecção exposta, sobretudo nas peças mais emblemáticas do espólio em exposição (a galera, o carro de bois, a locomóvel e mais alguns;). Evitar o risco de perda de significado ou apetência dos visitantes relativamente à observação das peças em exposição no pátio com maior dificuldade de acesso e visualização de perto.
	Aposta em música de fundo na galeria principal, para transmitir mais e melhor ambiente ao visitante; colocação de recursos TIC, com visualização permanente de imagens e vídeo relacionadas com a Missão do Museu.	Melhoria dos acessos e mobilidade geral, sobretudo nas salas desniveladas e nos pisos de difícil circulação.
	Continuação do estabelecimento de protocolos com as colectividades mais representativas (Banda, Atlético, Jornal e Columbófila, para a instalação de núcleos museológicos a elas respeitantes, nas suas sedes ou no próprio museu, à falta delas).	Risco de alienação de património associativo por ausência de monitorização e acompanhamento museológico e museográfico.

	Negociação com proprietários das quintas, casais, casas agrícolas, casas de habitação tradicional, etc., para a possibilidade de recenseamento do interesse museológico e patrimonial destas infraestruturas e sua própria colecção, com eventual estabelecimento de protocolos de parcerias para a monitorização, restauro e manutenção permanente de tais espaço/peças de acervo museológico	A ausência de um projecto científico de levantamento patrimonial acarreta o risco, ainda que inadvertido e não premeditado, de degradação não controlada ou, mesmo, desaparecimento de património histórico e cultural
	Exiguidade e/ou esgotamento progressivo do espaço interior disponível	Perda de sentido museológico e visibilidade de certas peças ou colecções pelo acantonamento ou ajuntamento não temático em espaços não apropriados (ex: a sala de aula; espólio do GRUTAR; e a colecção de fardamento e instrumental da Banda Filarmónica)
	Divulgação do Museu e da sua actividade genérica. Renovação ou reabertura de site próprio na internet e Uso eficaz das redes sociais e outros meios.	Elaboração e disponibilização de Roteiro ou guião exaustivo, mas de leitura amigável, disponível para visitas inopinadas ou desinteressadas/não necessitadas de acompanhamento.

	Instalação definitiva e permanente da Loja do Museu e investimento em políticas de turismo cultural como produto "vendável" e contributivo para o desenvolvimento.	Potencial perda de oportunidade para venda de produtos próprios e da terra, com impacte negativo no aproveitamento das visitas para ajuda ao comércio local.
--	--	--

Fonte: investigação efectuada

4.3.2. Factor Crítico de Sucesso

Pese embora o facto de o MAR apresentar vários aspectos e características que poderão constituir factores críticos de sucesso em diversas áreas da sua actividade, nomeadamente museal e educativa, aqui será apenas evidenciado um único, pela sua expressão, pela sua importância e pelo impacte genérico que tem, ou poderá ter, na sua intervenção em termos de EA e DL: a Diferenciação.

Esta Diferenciação poderá ser encontrada e analisada recorrendo a várias identificações e sob diversos prismas. Neste caso, far-se-á através de dois: a incomparabilidade museal; a inovação pelos serviços oficial e artístico.

- A incomparabilidade museal e organizacional.

Esta questão foi, comece-se por dizê-lo, encontrada, abordada e suscitada em alguns dos testemunhos lavrados no Livro de Visitantes, pelo que a sua comprovação, julga-se, faz sentido no âmbito desta investigação. Essa comprovação foi objectivada por comparação com os museus e instituições afins, existentes na região agrícola congénere da riachense, já identificada como região da “Borda-d’água”, ou seja, constituída pelos concelhos do antigo Ribatejo, constantes na tabela anteriormente apresentada, e recorrendo ao método de exclusão sucessiva de partes ou características diferentes das do museu riachense.

Foram recenseados 29 (vinte e nove) instituições museológicas nesta região assim demarcada. Os critérios de comparação, e consequente exclusão por partes, foram sendo, sucessivamente, os museus:

- de territorialidade não local;
- de características não agrícolas/etnográficas;

- de propriedade ou colecção privada individual;
- com gestão ou intervenção gestionária de cariz autárquico;
- com acervo não comunitário;
- que não asseguram abertura permanente ao público;
- que cobram bilhetes.

Após a verificação e aplicação dos cinco primeiros critérios de exclusão sucessiva, a lista ficou circunscrita, para além do museu de Riachos, ao núcleo museológico de Escaroupim (Salvaterra de Magos) e a três instituições museológicas do concelho de Tomar: Carregueiros, Alviobeira e Pedreira. O primeiro foi de imediato excluído, por ter características museológicas completamente distintas do MAR, porque é a reconstituição histórica de uma casa avieira e não um museu agrícola, não podendo, pois, constituir realidade comparável. O critério seguinte, que assegura uma possibilidade de entrada ao público quase permanente, fez excluir os três restantes museus, que não têm esta capacidade operacional. Ora, deste simples exercício comparativo - que não necessitou, sequer, de recorrer ao último critério, a não cobrança de bilhetes - deixou o MAR em posição única, em termos museais e organizacionais, na sua área geográfica de influência.

- A inovação pelos serviços oficial e artístico.

A constituição, instituição e instalação das Oficinas – Pedagógicas, de Restauro e de Artesãos – e a sua funcionalidade permanente, bem como a abertura da Galeria da Artes, parecem ser, de forma indiscutida, a inovações de maior impacte da vida do Museu, dentro de uma estrutura de âmbito museológico e da qual, à partida, não se esperaria tais capacidades, nada clássicas numa instituição desta natureza (excepção feita, talvez, às operações de restauro, mas mesmo aqui, a inovação é notória, pois, como provou a investigação, as peças já aqui restauradas ultrapassam a esfera museológica do mundo rural ou agrícola), fruto da Visão Estratégica do seu Director e da aceitação plena dessa visão por parte da Direcção da Associação para a Defesa do Património Histórico e Cultural da Região de Riachos. De facto, a investigação parece evidenciar que é nestes espaços que mais se nota, opera e põe à prova, a contribuição do MAR:

- na EA, sobretudo encarada num contexto de ALV e veículo e ferramenta de lazer e melhoria da qualidade de vida;

- e no DL, com grande incidência na atracção de turistas e visitantes apreciadores de obras de arte.

Por isso, tudo parece indicar que a capacidade de “ser e fazer diferente” relativamente às instituições congéneres da sua região genética, tornam este Museu comunitário distinto de todos os outros museus regionais.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO

Conclusões e Recomendação

A questão de partida “*Pode o Museu Agrícola de Riachos ser considerado uma instituição de Educação de Adultos e de Desenvolvimento Local?*”, originou uma proposta de trabalho que tentava perceber, designadamente, até que ponto uma instituição museal pode contribuir para o DL sustentável; que pontos de contacto haverá entre aquilo que se defende ser a EA ao longo da vida, e as práticas seguidas por um museu; em que medida a cultura e o património, realidades fundamentais, quiçá determinísticas, de uma estrutura museal, contribui para do DL; que aspectos se verificam nas actividades promovidas por um museu que o possam considerar uma via educacional para adultos, dentro das perspectivas actuais; qual a predisposição e orientação de um museu comunitário - portanto, com características específicas que o colocam na rota da corrente da Nova Museologia – para ser assumido como estrutura de DL e de EA.

O binómio inquietação/questão assim colocado, transitou de imediato para o estabelecimento de um objectivo central: estudar este Museu, a fim de identificar a actuação e oferta de serviços no âmbito da EA e do DL. Formulado desta maneira, o objectivo encerra em si mesmo, desde logo, a finalidade do próprio trabalho.

A investigação levada a cabo permitiu concluir que este Museu tem sido, realmente, uma instituição museal ao serviço:

1. Do DL.

Nesta área, assumem especial realce, os seguintes aspectos verificados:

- 1) Reunião, catalogação, exposição, manutenção, restauro e conservação de acervo museológico e documental de valor patrimonial rico, diversificado e demonstrativo da cultura, das tradições, das vivências e dos saberes, enfim, das características etnográficas do povo e da terra de Riachos e sua região circundante;
- 2) Abertura/reabertura de espaços e serviços com impacto na divulgação da terra e das suas características culturais e artísticas, bem como dos seus próprios artistas; nos eventos de carácter social, comunitário e cultural. Exemplos nomeadamente a Galeria de Artes, as salas Temáticas e o Auditório.

- 3) Incentivo ao voluntariado e à participação das pessoas, especialmente dos adultos, na animação do museu, na intervenção socio-cultural, educativa e de lazer, quer no seio do próprio museu, que fora dele, nas escolas, nas festividades, nas comitativas oficiais, em outros museus e casas de cultura, ou, simplesmente, acompanhando os visitantes; ou ainda nos trabalhos de zelo e manutenção de todo o espaço museal.
- 4) Colaboração directa, estreita e profícua com o movimento associativo da vila e Freguesia a que pertence, quer tendo estado na origem da fundação da própria Associação que o detém, quer enquanto incentivo e acolhimento no aparecimento de outras, de que o NAR (e todas as partições que o constituem), as cantadeiras “Camponesas” e os “Boieiros” são os exemplos mais felizes; quer ainda em colaboração, protocolada ou não, com as colectividades/associações da terra, como por exemplo o trabalho de parceria contínua com o Rancho Folclórico. Neste quarto de século de existência, sob responsabilidade ou pela via do Museu, deu-se o aparecimento de novas forças colectivas que representam quase 30% do total de colectividades que se constituíram em Riachos no período de tempo correspondente à vida do Museu, o que prova que, de facto, o MAR tem tido influência ou sido, inclusivamente, motor do aparecimento de novos grupos associativos.
- 5) Promoção de homenagens e reconhecimento público, distinguindo figuras emblemáticas da terra, de todas as classes sociais e tipos de intervenção, marcando os respectivos lugares na história de Riachos; realizando eventos festivos e de aniversário, quer de si próprio, quer das mais variadas instituições da terra e da região.
- 6) Participação em acções de natureza divulgadora, nos órgãos de comunicação social, desde o jornal local, até às estações de televisão de maior audiência. Acolhendo ou, mesmo sendo promotor ou protagonista em colóquios, conferências, debates, e demais participação pública análoga, sobre os mais variados temas de interesse público, e não só museológico, como por exemplo, as campanhas sobre a saúde, bem-estar e segurança nas escolas ou de divulgação e esclarecimento do sistema monetário Euro; ou lançamento público de livros e outras obras editoriais.

- 7) Promoção e incentivo de exposições temporárias de natureza artística, floral ou decorativa. Com isso recebendo centenas de visitantes, apreciadores de arte ou compradores das obras expostas.
- 8) Acolhimento a milhares de visitantes - por exemplo, só no primeiro semestre de 2014, em relação à média nacional o Museu registou mais do dobro dos visitantes por habitante: 24 por cada cem, no país; 51 por cada cem, em Riachos - e proporcionando-lhes as melhores condições para recordar o passado, conhecer e apreciar as mais-valias histórico-patrimoniais da terra e dando, até, a conhecer a própria terra, os seus valores, a sua gente, a sua actividade e as suas características mais marcantes. É interessante notar, contudo, que os inquiridos apontam para a necessidade da instituição fazer mais relativamente à divulgação dos produtos da terra e da região, bem assim como fazer ainda mais para que as visitas e os visitantes tenham, de facto, impacto na economia local, nomeadamente, adquirindo produtos no comércio local. Esta opinião é sobretudo relevante quando se tem em conta a grande cobertura territorial que resulta da origem dos visitantes (vindos do país inteiro, mas também do estrangeiro), pelo que isso pode significar em termos de DL: conhecimento - sobretudo no capítulo da divulgação da terra, da sua cultura, das suas tradições, das características das suas gentes; e retorno - mais visitas, mais impacto social, mas gente envolvida nos processos turísticos.
- 9) Monitorização e participação activa de investigações museológicas, quer nas suas instalações, quer em sítios arqueológicos de interesse e devidamente identificados.
- 10) Divulgação da cultura e etnografia da terra, editando revistas, postais e realizando outros documentos de natureza informativa, para além de acolher, restaurar, manter e expor fotografias antigas, de que possui um acervo considerável. Contudo, neste aspecto concreto, os inquiridos manifestam algumas reservas quanto à capacidade editora de bibliografia e documentação útil, talvez devido ao facto de o Museu apenas ter editado três números da sua revista “Castelo Velho”.
- 11) Abertura das suas portas e instalações, cedendo-as gratuita e incondicionalmente a todas as instituições e pessoas da terra que ali queiram

promover ou realizar eventos de natureza diversa, desde reuniões de amigos e familiares até assembleias gerais de âmbito autárquico e associativo.

- 12) Participação efectiva, por escolha, cooptação ou eleição, nos mais variados órgãos institucionais da terra, nomeadamente, representando a ADPHNRR no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, ou no Conselho Consultivo da Festa da Bênção do Gado.

2. Da EA

Nomeadamente, através de:

- 1) Criação de Oficinas Pedagógicas de Artesãos (e Artesanato). As Oficinas de Artesãos são uma valência também inovadora, e nelas labora diariamente um conjunto de homens e mulheres arredados do mercado de trabalho e que ali ocupam o seu tempo livres e de lazer na produção de peças tradicionais e decorativas, num espaço simultaneamente lúdico, de aprendizagem e de trabalho, no qual assume destaque um professor do ensino básico, aposentado, que coordena toda a actividade oficial do Museu.
- 2) Criação, pelo NAR, das Oficinas de Arte, e dos Espaços de Poesia e Cultura, onde os seus componentes e frequentadores dão largas ao seu poder criativo nas artes plásticas e decorativas, nos seus próprios serões de Poesia (encontros regulares de declamação, muito apreciados) e em concursos recreativos sobre a história de Riachos.
- 3) Realização de acções de formação-aprendizagem de natureza não formal e informal, sobre as mais variadas temáticas, desde os bordados ao vídeo, algumas delas certificadas.
- 4) Estabelecimento de protocolos e acordos de cooperação com estabelecimentos de ensino, para efeitos de trabalhos de estágio, os quais recorrem, permanentemente, à colaboração, ensinamento e saber dos adultos voluntários e zeladores do Museu.
- 5) Acolhimento, explicação e conversação com os milhares de visitantes que vêm ao Museu, onde é provada a importância do seu papel comunicacional e consequente força educativa ou de aprendizagem informal.

- 6) Empenhamento dos grupos de adultos constituídos por sua iniciativa, em eventos de natureza social, educativa e recreativa, prova da capacidade do Museu para desempenhar um papel importante na qualidade de vida dos adultos retirados do mercado de trabalho, pela promoção do seu saber e da sua capacidade de fazer e demonstrar;
- 7) Agente facilitador de novas e permanentes aprendizagens, quer por sua iniciativa, quer acolhendo iniciativas alheias.

Em suma: conclui-se que o MAR é um museu local, comunitário, onde é inequívoca a sua ligação, a importância e influência - seja como protagonista, seja enquanto parceiro, quer no seu seio, quer por seu intermédio - em iniciativas de DL sustentável e de EA, neste caso, como um espaço de aprendizagem ao longo da vida de cariz fundamentalmente informal.

Recomendação

Conquanto não seja esse o objectivo deste trabalho, mas face ao que foi investigado e concluído, julga-se não ser descabido fazer uma recomendação final aos responsáveis pelo MAR. Ei-la:

Pode residir exactamente nos aspectos mais relevantes destas conclusões, uma rampa de lançamento para abraçar as oportunidades decorrentes da estratégia da Comunidade Europeia relativa ao DL Orientado para as Comunidades (DLOC). Efectivamente, as propostas lançadas por esta estratégia, operacionalizada numa metodologia que:

- privilegie os grupos de acção local compostos por representantes dos interesses socioeconómicos públicos e privados locais;
- seja concretizada através de estratégias de desenvolvimento local integradas e multisectoriais baseadas numa área, concebidas com base nas necessidades e no potencial locais;
- e inclua funcionalidades inovadoras no contexto local, trabalho em rede e, quando necessário, cooperação;

podem ser aliciantes para o MAR e para a própria ADPHNRR, até porque ao nível concelhio ambas as estruturas assumiram mais e maiores responsabilidades com a

agregação da Casa Memorial Humberto Delgado, o que também alcandorou a situação a um nível de cobertura populacional porventura satisfatório da quota mínima exigida nesta estratégia comunitária.

Dado que a matriz SWOT apresentada neste trabalho releva aspectos que podem ser interessantes e se encaixem nos principais objectivos do DLOC (desenvolver abordagens integradas participativas; gerar capacidade comunitária e incentivar a inovação; promover a propriedade comunitária; e apoiar a governação multiníveis), eis, quiçá, uma janela de oportunidade aberta para os fundos comunitários destinados a esta estratégia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agromais, Entrepósito Comercial Agrícola (2013). *Universo Agromais*. Agromais, Entrepósito Comercial Agrícola, C.R.L. Disponível em www.agromais.pt. Acedido em 13.09.2014 19:45.
- Alcoforado, L., & Ferreira, S. M. (2011). Educação e Formação de Adultos: Nótulas sobre a Necessidade de Descomprometer a Cinderela depois do Beijo do Príncipe Encantado. In L. Alcoforado, J.A. Ferreira, A. Ferreira, M.P. Lima, C. Vieira, A. L. Oliveira, & S. M. Ferreira (eds.), *Educação e Formação de Adultos: Políticas, Práticas e Investigação*, pp. 7-19. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Alves, C.I. (2007). *Concepções da educação em museus nas políticas culturais. Portugal 1974-2004*. Dissertação de Mestrado em Cultura e Comunicação, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Amado, M. (2011). *O museu do pão em Seia: Uma iniciativa de desenvolvimento local com expressão nacional*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Amaro, R. R. (1998). O desenvolvimento local em Portugal: As lições do passado e as exigências do futuro. In Associação In Loco (ed.), *A Rede para o Desenvolvimento Local*, pp. 60-64. Faro: Associação IN LOCO.
- Amaro, R. R.. (2001). O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In ESDIME (ed.), *AAVV, Desenvolver (Des)envolvendo Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*, pp. 155-169. Messejana: ESDIME.
- Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural de Riachos (1986) Escritura da constituição da Associação. *Diário da República*, III Série, (153), 7484.
- Aranha, M. R., & Limão, J. (2004). Objectos são pretextos para falar das pessoas. Entrevista com Joaquim Pais de Brito. In *Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER +*, II Série, 24 de Novembro, pp 4-5.

- Araújo, C. A. (2012). Museologia: Correntes teóricas e consolidação científica. In *Revista Eletrónica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Património*, 5 (2), 31-54.
- Ávila, P. (2005). *A literacia dos adultos: Competências-chave na sociedade do conhecimento*. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia do ISCTE: Lisboa.
- Ávila, V. F. (2010). Dupla relação entre educação e desenvolvimento local (endógeno-emancipatório). *Paidéia*, 9 (12), 13-49.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barroso, A. C. (1954). *Riachos, terra do Ribatejo*. Monografia. Riachos: Edição do Autor.
- Barroso, A. C. (1966). *Apontamentos riachenses*. Riachos: Edição do Autor.
- Barroso, A. C. (1977). *Riachos, que lavoura?* Riachos: Casa do Povo.
- Barroso, A. C. (1989). *Riachos: História, costumes, biografias*. Riachos: Edição póstuma.
- Barroso, A. F., & Pereira, J. D. (1996). *Pessoas e empresas nos anos 90*. Lisboa: IIEFP.
- Baumgartner, L. M., Lee, M-Y., Birden, S., & Flowers, D. (2003). *Adult learning theory: A primer*. Columbus: Ohio State University.
- Bell, J. (1989). *Doing your research project: A guide for the first-time researchers* (4th ed.). England: Open University Press.
- Bicho, J. R. (1987). *Património artístico do Concelho de Torres Novas*. Torres Novas: Câmara Municipal.
- Boavida, J., & Amado, J. (2008). *Ciências da Educação: Epistemologia, identidade e perspectivas* (2.^a Ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Caleiro, A. (2010). *Educação e desenvolvimento: Que tipo de relação existe?* (Universidade de Évora [s.d.]. Versão electrónica), pp.135-159. Disponível em: http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_ensino_investigacao_cooperacao4.pdf
- Camacho, C. F. (2010). Serviços educativos na Rede Portuguesa de Museus: Panorâmica e perspectivas. In S. Barriga, & S. G. Silva (Coords.), *Serviços Educativos na Cultura*, pp. 57-65.

- Câmara Municipal de Torres Novas (2009). *Guia do concelho*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, p 15. Disponível em:
- Camara, P. B., Guerra, P. B., & Rodrigues, J. V. (1997). *Humanator: Recursos humanos e sucesso empresarial* (2.^a ed.). Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Camões, L. (1985). *Os Lusíadas*. Lisboa: Marujo Editora.
- Canário, R. (1999). Educação de adultos, um campo e uma problemática. Lisboa: Educa.
- Canário, R. (2007). Formação de adultos: Políticas e práticas. *Sísifo Revista de Ciências da Educação*, 2, 3-4.
- Canterle, N. M. (2004). *O associativismo e sua relação com o desenvolvimento*. Cidade: Francisco Beltrão-Paraná, Unioeste.
- Cardoso, A. M. F. (2007). As associações: Uma alavanca para o desenvolvimento local. In *Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, pp. 6-36. Faro: Universidade do Algarve.
- Cardoso, B. S. (2011). *Armazém das Artes, uma proposta de serviço educativo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.
- Carrilho, T. (2008). Conceito de parceria: Três projectos locais de promoção de emprego. *Análise Social*, XLIII (1), 81-107.
- Carvalho, A. (2013, Junho 30). [Entrevista com Varine, H.]. Disponível em: <http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5585>
- Carvalho, N. (2009). Desenvolvimento local sustentável. A Agenda 21 Local como instrumento de política privilegiado para a sua implementação. *BÁRLIA Revista Científica sobre Ambiente e Desenvolvimento*, (5), 79-94.
- Carvalho, N. (2014). Associativismo, parceria e desenvolvimento local sustentável: o exemplo das Organizações Não Governamentais de Ambiente. In J. Pereira, M. S. Lopes, & M. A. Maltez (coords.), *Animação sociocultural: Turismo, património, cultura e desenvolvimento local*, pp. 41-51. Chaves: Intervenção, Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Cavaco, C. (2002). *Aprender fora da escola: Percursos de formação experiencial*. Lisboa: EDUCA.
- Chagas, M. (2002). Museus de Ciência: Assim é, se lhes parece. In *Cadernos dos*

- Seminários do Museu da Vida: O formal e o não formal na dimensão educativa do museu*, pp. 46-60.
- Chaves, M. C. (1994). A dimensão ecológica do desenvolvimento. Elementos de reflexão sobre o conceito de ecodesenvolvimento. In *Cadernos de Ciências Sociais*, 14, 99-115.
- Código Civil. (2010). Pessoas Colectivas. Capítulo 2, Art.º 157.º a 201.º. In *Compilações legislativas*. Verbo Jurídico, Portal de Direito, pp. 31-39.
- Coelho, L. A. (2008). *Associativismo e desenvolvimento local: O caso de Ribeira de Pena*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro.
- Comissão das Comunidades Europeias (2000). *Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida*. Bruxelas: SEC 1832. Disponível em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000033001000034000/000033814.pdf>
- Comissão das Comunidades Europeias (2004). *Proposal for a establishing an integrated action programme in the field of lifelong learning*. Bruxells: COM 2004/0153. Disponível em: http://www.see-educoop.net/education_in/pdf/com2004_0474en01.pdf
- Comissão das Comunidades Europeias (2011). *Desenvolvimento local orientado para a comunidade – Política de Coesão 2014-2020*. Bruxelas: SEC. Disponível em: http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=desenvolvimento_local_orientado.pdf
- Conferência CM (2014, Maio, 20). *Uma Cooperativa com 1200 sócios e dez mil hectares de terras*. Jornal Correio da Manhã. p. V
- Coombs, P., & Ahmed, M. (1974). *Attacking rural poverty. How non-formal education can help*. Baltimore: John Hopkins Press.
- Costa, T. M. S. (2010). *Cidades educadoras, educação de adultos e competitividade dos territórios*. Dissertação de Mestrado apresentada à Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro.
- Crainer, S. (1999). *Os 50 maiores Gurus da Gestão. O melhor do Século XX*. Lisboa: Digest.

- Davis, P. (2011). *Ecomuseums, a sense of place* (2nd ed.). Londres: The Continuum International Publishing Group. (Original published in 1999).
- Davis, R., Alexander, L., & Yelon, S. (1980). *Sistemas de aprendizagem: Uma abordagem ao desenvolvimento da instrução* (Trad. João Santana, com colaboração de Maria Gomes). S. Paulo: McGraw-Hill. (Original publicado em 1979).
- Desvallées A., & Mairesse F. (2010). *Key concepts of Museology*. Paris: Armand Colin.
- Deus, J. (1876). *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*. (2.^a ed. “correcta e augmentada”) Lisboa: Candido A. de Madureira, Abbade d'Arcozello. p. VIII. Disponível em:
- Dewey, J. J. (1998). *Experience and education: The 60th Anniversary Edition*. Indiana: Kappa Delta Pi International Honor Society in Education.
- Dominguez. P. A. (2008/2009). Espacios educativos y museos de pedagogía, enseñanza y educación. In *Cuestiones Pedagógicas*, 19, 191-205.
- Dowbor, L. (2006). *Educação e desenvolvimento local*, p. 2, 7. [versão electrónica] Disponível em: <http://dowbor.org/06edulocal.doc>. Acedido em 17.03.2014
- Eddisford, S. (2009) Learning in smaller museums. In Diana Zeuner (Ed.). *AIM, Association of Independent Museums: The National Body Connecting, Supporting and Representing Independent Museums*. February. p. 7.
- Evans, M., Knight, C. K., Boden, D., MacGregor, N., Davies, S., Serota, N., et al. (2001). *Renaissance in the Regions: A new vision for England's museums*. London: The Council for Museums, Archives and Libraries.
- Faria, M. L. (2000). *Projecto: Museus e educação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/historia/6faria_artigo.pdf
- Faria, T. (2012). Economuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 42, 211-227.
- Federighi, P., & Melo, A. (1999). *Glossário de educação de adultos na Europa*. Lisboa: Associação Europeia para a Educação de Adultos.
- Fernandez, L. A. (1999). *Introduccion a la nueva museologia*. Madrid: Alianza Editorial.

- Ferreira, I. (2014). Educação, desenvolvimento local e associativismo cidadão. In J. D. Pereira, M. S. Lopes, & M. A. Maltez (coords.), *Animação Sociocultural: Turismo, Património, Cultura e Desenvolvimento Local*, pp. 53-59. Chaves: Intervenção, Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Ferreira, M. S., & Santos, M. R. (1994). *Aprender a ensinar, ensinar a aprender*. Porto: Cosmos.
- Figueira, L. (1995). Museu Agrícola: a função comunicativa. In *jornal "o riachense"*, 285, p 5.
- Fragoso, A. (2005). Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências Investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, (5), 63-83.
- Freire, P. (1977). *Educação Política e conscientização*. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa.
- Freire, P. (1987a). *Pedagogia do Oprimido* (17.^a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora.
- Freire, P. (1987b). *Acção cultural para a liberdade* (8.^a ed.). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (2007). *Política e educação: Ensaio* (8.^a ed.). São Paulo: Villa das Letras Editora.
- Furter, P. (1984). *L'articulation de l'éducation scolaire et de la formation extrascolaire: Problèmes relatifs au développement coordonné de l'éducation scolaire et non scolaire*. Paris: UNESCO.
- Gaio, M. A. (2010). Aprendizagem ao longo da vida: Entre a novidade e a reprodução de velhas desigualdades. *Revista Portuguesa de Educação*, 23 (1), 7-28.
- Gibbs, K., Sani, M., & Thompson, J. (2007). *Lifelong learning in museums: A european handbook* (electronic version). Ferrara: EDISAI. Disponível em: <http://www.ne-mo.org/fileadmin/Dateien/public/service/Handbook-en.pdf>
- Gomes, W. (1998). O Projecto Tejo Internacional. In *Actas da X Jornada sobre a Função Social do Museu, sobre "Ecomuseologia"*, pp. 61-64. Póvoa do Lanhoso: Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso.

- Gomez, J., Freitas, O., & Callejas, G. (2007). *Educação e desenvolvimento comunitário local*. Porto: Profedições.
- Gonçalves, J. (1999). *Memória Cristã de Riachos: Dos tempos antigos aos nossos dias*. Riachos: Edição de Autor.
- Gonçalves, J. (2006). *Riachenses, nós por cá....* Riachos: Edição de Autor (apoio CMTN).
- Gonçalves, J. (2008). ... e temos nome. *Revista "Ribachus"*. Riachos: revista do jornal "o riachense n.º 607, de 16 de Julho. p. 7.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso* (1.ª ed.). Lisboa: Principia.
- Guerreiro, J. (1998). Intervenção do Presidente do Instituto de Promoção Ambiental. In *Actas da X Jornada sobre a Função Social do Museu, sobre "Ecomuseologia"*, pp. 23-24. Póvoa do Lanhoso: Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso.
- Haase, E. (2004). Museums and adult education. In European Commission (ed.), *Museums and Galleries as Learning Places. The LERNMUSE project of the European Commission*, pp. 1-4. Brussels: European Commission.
- Han, G. W. S. (2009). Desenvolvimento local: Os desafios frente à globalização hegemónica. *Vitrine da Conjuntura*, (2),1-12.
- Hein, G. E. (2005). *The role of museums in society: Education and social action*. Ensaio condensado de lições apresentadas em Corfu e Atenas, Grécia, Outubro 19–22. Disponível em:
<http://www.george-hein.com/downloads/roleMuseumsSocietyForum.pdf>
- Hooper-Greenhill, E. (2001). *Communication and communities in the post-museum – From metanarratives to constructed knowledge*. Texto cedido ao Nordic Museums Leadership Programme. Copenhagen, Dinamarca, 11-12 Junho. Disponível em:
<http://dc105.4shared.com/doc/mgmSUFzS/preview.html>
- Hooper-Greenhill, E. (2003). *Museums and the Shaping of Knowledge*. UK: Taylor & Francis.

- Hooper-Greenhill, E. (2007). *Museums and Education: Purpose, Pedagogy, Performance*. UK: Taylor & Francis.
- Hugues de Varine, entrevista pessoal a A. Carvalho, 30 de Junho de 2013.
Disponível em: <http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5585>
- Inácio, M.J., & Salema, M. H. (2011). Certificação de Competências (RVCC): Estudo de caso duplo. L. Alcoforado, J.A. Ferreira, A. Ferreira, M.P. Lima, C. Vieira, A. L. Oliveira, & S. M. Ferreira (eds.). *Educação e Formação de Adultos: Políticas, Práticas e Investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 163-176.
- Inês, R. P. R. (2009). *A aprendizagem experiencial e a sabedoria no adulto e no adulto idoso*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2014). *Recenseamento geral da população (censos 2011)*. Disponível em:
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=6791&tipoSelecao=0&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true
- International Council of Museums - ICOM (2007). *Museum Definition*. Disponível em: <http://www.dnr.state.wi.us/org/land/wildlife/hunt/hra.htm>
- International Council of Museums - ICOM (2009). Código Deontológico para Museus. Disponível em:
http://www.icom-portugal.org/multimedia/CodigoICOM_PT%202009.pdf
- Jacinto, J. L. (1994). Riachos e as suas colectividades. In “o riachense” revista. Riachos: revista do jornal “o riachense”, n.º 267, de 19 de Maio. p. 13
- Jacinto, J. L. (2004). Riachos, uma questão de atitude. In “o riachense” revista. Riachos: revista do jornal “o riachense”, n.º 511, de 21 de Julho. pp. 22-23
- Janotková, M. (2004). *O Ecomuseu do Barroso, no contexto da Nova Museologia*. Brno. Disponível em:
http://www.premioiberoamericano.cz/documentos/10maedicion/3erPremioX_MonikaJanotkova.pdf
- Jarvis, P. (1995). *Adult and continuing education: Theory and practice*. London: Routledge.

- Jarvis, P. (2004). *Adult education and lifelong learning* (3rd. ed.) New York: Routledge Falmer.
- Jornal “o riachense” (1989-2014). Anos XII-XXXVI, 2.^a Série, n.ºs 156-749.
- Junta de Freguesia de Riachos (2014). *População residente, n.º de leitores e lista de colectividades de Riachos (n.d.)*. Listas de trabalho não publicadas. Informação obtida em 29 de Agosto de 2014.
- Kishikian, A. (1993). *Os filósofos e a educação*. Lisboa: Edições Colibri.
- Knowles, M. (1989). *The making of an adult educator*. San Francisco (USA): Jossey-Bass Inc., Publishers.
- Knubel, C. (2004). Museum education in the context of museum functions. In Boylan P. J. (Ed.), *Running a museum: a practical handbook*. Paris: ICOM-UNESCO. pp. 119-132.
- Lei-quadro dos Museus Portugueses-Lei n.º 47/2004 (2004). *Diário da República* 1.^a Série-A, 195, 5379-5394.
- Leite, P.P. (2011). *Museologia, desenvolvimento e direitos humanos*. Lisboa: Universidade Lusófona: Disponível em:
<http://recil.grupolusofona.pt/xmlui/bitstream/handle/10437/2967/MuseologiaedesenvolvimentoDireitosHumanos.pdf?sequence=2>
- Lewis, G. (2004). The role of museums and the professional code of ethics. In Boylan P. J. (Ed.), *Running a museum: a practical handbook*. Paris: ICOM-UNESCO. pp. 1-15.
- Lima, L. (2011). António Simões, um académico pioneiro da educação permanente e de adultos em Portugal. In L. Alcoforado, J.A. Ferreira, A. Ferreira, M.P. Lima, C. Vieira, A. L. Oliveira, & S. M. Ferreira (eds.). *Educação e Formação de Adultos: Políticas, Práticas e Investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 21-28.
- Lopes, J.C. (1993). Riachos, História e Tradição. In *Revista Bênção do Gado 1993*. Riachos: revista do jornal “o riachense”, (245), 7.
- Lopes, L. M. (2000). *Conta-Gotas*. Leiria: Letra-a-letra.
- Lopes, C., & Salgado, L. (2014). Animação sociocultural e ecoturismo como estratégia do desenvolvimento local: Desafios e oportunidades. In J. Pereira,

- M. S. Lopes, & M. A. Maltez (coords.) *Animação Sociocultural: Turismo, Património, Cultura e Desenvolvimento Local*, pp. 157-168. Chaves: Intervenção, Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Loureiro, A., & Cristóvão A. (2008). A relação dos técnicos de educação de adultos com o discurso pedagógico oficial: Um caso a norte de Portugal. In *Educação & Sociedade*, 29 (105), 1113-1135.
- Lundgaard, I. B. (2013). Learning Museums and active Citizens. In I. Lundgaard, Braendholt, e J. Jensen (ed.), *Social learning spaces and knowledge producing processes conference*, pp. 8-18. Copenhagen: Danish Agency for Culture.
- Luz, M. B. (2003). A Galeria das Artes – Promoção da educação estética no museu. In *Castelo Velho, revista cultural*, (1), 62-65.
- Maria, F.R.C. (1985). *Riachos, usos e costumes*. Lisboa: Edição de Autor.
- Marini, M. J., & Silva, C. L. (2011). Educação e desenvolvimento local: Uma análise sob o enfoque dos APL's. In *Synergis muss cyentifica*, 6 (1), 1-10.
- Marques, J. (1966). Riachos – a sua gente e os seus costumes. In A. C. Barroso (ed.), *Apontamentos Riachenses*, pp. 69-71. Riachos: António Chora Barroso, edição do autor.
- Martins, A. (2007). Caracterização do movimento associativo popular. In *Elo Associativo, Revista da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto*, 36, 20.
- Martins, J. M. (1987). [entrevista com Fernando Cunha, activista associativo, empresário agrícola, e autarca riachense]. *Jornal “o riachense”, jornal quinzenal de Riachos*, 101, 4.
- Martins, S. (2002). Desenvolvimento local: Questões conceituais e metodológicas. In *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 3 (5), 51-59.
- Mateus, M. H., Brito, A. M., Duarte, I., & Faria, I. H. (1989). *Gramática da Língua Portuguesa* (3.ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Meirinho, I. (2008). *O ecomuseu no processo de educação ao longo da vida e na Sociedade do Conhecimento*. [artigo on line] Disponível em: <http://ecomuseusedl.blogspot.pt/>
- Melo, A. (2012). *Páginas revoltas, 1970-2012 40 anos de intervenção por ditos e escritos*. Lisboa: Associação In Loco.

- Mendes, J. A. (2009). *Estudos do património: Museus e educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Merejkovski, D. (2005). *O Romance de Leonardo de Vinci: A ressurreição dos deuses* (2.^a ed.). Lisboa: Nova Veja.
- Mergulhão, L., F., & Rita, J., J. P. (1997). Desenvolvimento local em meio rural: Que possibilidades. In *Economia e Sociologia*, 63, 31-42.
- Merriam, S. B. (1988). *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Merriam, S. B., Cafarella, R. S., & Baumgartner, L. M. (2007). *Learning in Adulthood – A comprehensive guide*. S. Francisco: Jossey-Bass.
- Mezirow, J. (2000). *Learning as transformation: Critical perspectives on a theory in progress*. San Francisco: Jossey Bass.
- Milani C. (2007). Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo electromagnético: As metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local. In *REDES*, 12 (1), 195-224.
- Monteiro, A. (2004a). As iniciativas de desenvolvimento local e a diversidade das suas orientações. In *Cidades - Comunidades e Territórios*, (8), 53-60.
- Monteiro, A. (2004b). Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. O exemplo das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL's) em Portugal. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 139-157.
- Monteiro, A. M. (2002). O que as move? Ensaio de uma tipologia sobre as iniciativas de desenvolvimento local (idl's) e as suas orientações na/para a acção. In *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Desenvolvimento, Parcerias Sociais e Metodologias de Intervenção*, pp. 1-12. Braga: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Moreira, F. J. (1999). *O processo de criação de um museu local*. Intervenção apresentada no Encontro Nacional de Museologia e Autarquia. Monte Redondo, 1999. Disponível em:
http://www.museologiaportugal.net/2011ceam/images/stories/textosceam/textosjudite/texto_05_05.pdf

- Moreira, J. M. (2007). Uma reflexão sobre o conceito de público nos museus locais. In *Musas, Revista Brasileira de Museus e Museologia*, (3), 101-108.
- Moutinho, M. (1989). *Museus e sociedade: Reflexão sobre a função social do museu*. Museu Etnológico de Monte Redondo, cadernos de Património. Lisboa: ULHT
- Moutinho, M. (1993). Sobre o conceito de Museologia Social. In *Cadernos de Sociomuseologia*, Vol 1, nº1.1993. 7-9.
- Museu Agrícola de Riachos (1994). *Protocolo de Colaboração entre a ADPHNR e o Dr. Luís Mota como Director do Museu Agrícola de Riachos*. Riachos: Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural de Riachos/Museu Agrícola.
- Nóvoa, A. (2009). Educação 2021: para uma história do futuro. In *Revista Iberoamericana de Educación*, 49, 181-199.
- Nuno, C.S., Lopes, J.C., Madeira, J. F., & Pereira, J. (1993). *Riachos, rostos da terra*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas
- Nuno, C. S. (2004). Festa da bênção do gado: O tempo que se une ao espaço. In *Bênção do Gado, imagens da festa de Riachos*, pp. 3-12. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas.
- Nuno, C. S. (2008). Um retrovisor para o futuro. In *Riachos, terra rural - olhares: fotografias de Carlos Lima, João Reis, João Santos e Joaquim Madeira*, pp. 7-12. Torres Novas: Município de Torres Novas.
- Ochoa, L. M. (2008). Los museos: Espacios para la educación de personas jóvenes y adultas. In *Decisio - Saberes para la Acción en Educación de Adultos*. Mayo-Agosto, pp. 3-13. Mexico: Centro de Investigación y Estudios Avanzados.
- Oliveira, J. C. A. (2013). O património total: Dos museus comunitários aos ecomuseus. *Revista Museu, cultura levada a sério*. www.revistamuseu.com.br. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12673>. Acedido em 17.03.2014
- Oliveira, T. (2014). Museus com mais 177 mil visitantes. *Correio da Manhã*. <http://www.cmjornal.xl.pt>/ Disponível em: http://www.cmjornal.xl.pt/cultura/detalhe/museus_com_mais_177_mil.html. Acedido em 15.10.2014

- Organização das Nações Unidas (1948), *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Art,ºs 20.º e 27.º. ONU. Nova Iorque. Disponível em:
<http://www.humanrights.com/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights.html>
- Organização das Nações Unidas (1992). Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento: *Agenda 21 local*. CNUMAD: Rio de Janeiro. Capítulos 2 e 26-28. Disponível em:
<http://www.oikosambiente.com/ficheiros/agenda21/Agenda%2021%20Local%20-%20Texto%20Integral.pdf>
- Organização das Nações Unidas (2000). *Declaração do Milénio. Cimeira do Milénio (2000)*. ONU. Nova Iorque. Disponível em:
<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>
- Parlamento e Conselho Europeu (2008). Recomendação. In *Jornal Oficial da União Europeia*, C 111,1-6.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2003). *Análise de dados para Ciências Sociais – a complementaridade do SPSS* (3.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pimpão, J. M. (1998). Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado - Nota de Abertura. In *Actas da X Jornadas sobre a função social do museu*, pp. 15-16. Póvoa do Lanhoso: Câmara Municipal.
- Pinto, L. M. C. S. (2005). Sobre a educação não formal. In *Cadernos d'Inducar* [online]. www.inducar.pt. Disponível em:
<http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/sobreEducacaoNF.pdf>
Acedido em 18.03.2014
- Pinto, L. M. C. S. (2007). *Educação não-formal: Um contributo para a compreensão do conceito e das práticas em Portugal*. Dissertação de Mestrado apresentada ao ISCTE.
- Pires, A. L. O. (2002). *Educação e formação ao longo da vida: Análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e de competências*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- Primo, J. (2000). Museus locais e ecomuseologia: Estudo do Projecto para o ecomuseu da Murtosa. In *Cadernos de Sociomuseologia*, 30, 17-29.

- Primo, J. (2006). A importância dos museus locais em Portugal. In *Cadernos de Sociomuseologia*, 25, 42-62.
- Primo, J. (2007). To think museology today. In *Cadernos de Sociomuseologia*, 27, 63-89.
- Putnam, R. D. (2002). *Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna*. (3.^a ed.). Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Quadro Nacional de Qualificações-Portaria n.º 782/2009 (2009). *Diário da República*, 1.^a Série, 149, 4776-4778.
- Quintas, H. L. M. (2008). *Educação de adultos: Vida no currículo e currículo na vida* (1.^a ed.). Lisboa: ANQ.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (2005). *Manual de investigação em Ciências Sociais - Trajectos* (2.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ramos, M. C. (2011). Economia solidária, inovação social, empreendedorismo e desenvolvimento local. In L. Alcoforado, J.A. Ferreira, A. Ferreira, M.P. Lima, C. Vieira, A. L. Oliveira, & S. M. Ferreira (eds.), *Educação e Formação de Adultos: Políticas, Práticas e Investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 255-275.
- Ranking das 100 maiores empresas do Médio Tejo (2013). Jornal “O Ribatejo”, Destacável, 26 de Julho de 2002, p 28.
- Ranking das 1000 maiores empresas de Portugal (2012). Jornal Económico, n.º 5569, de 10 de Dezembro de 2012. p. XXX.
- UNESCO (1996). *Relatório da Comissão Internacional para o Século XXI*. Paris: UNESCO. Disponível em:
<http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>
- Rogers, C. (1974). *Tornar-se pessoa*. Lisboa: Moraes Editores.
- Salgado, L. (1990). O outro lado da educação – para além do instituído. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29, 105-119.
- Salgado, L. (2012a). *O passado e o futuro da educação e formação de adultos*. Comunicação apresentada no âmbito do Seminário “Modelos de Educação e Formação de Adultos”, ESE Torres Novas, Portugal, 27 de Setembro.

- Salgado, L. (2012b). *Da educação de adultos ao envolvimento familiar no sucesso escolar dos filhos*. Conferência proferida no Ciclo de Conferências “Educação, Lazer e Desenvolvimento Local”, relacionado com os Seminários Temáticos I, dos Mestrados em Educação e Lazer e em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, ESE Coimbra, Portugal, 02 de Novembro.
- Santana, J. (2004). *Riachos, suas gentes, usos e costumes através dos tempos: Museu Agrícola-Associação para a Defesa do Património Histórico e Cultural de Riachos*. Manuscrito não publicado.
- Santos, M. C. T. M. (2001). *Museus e educação: Conceitos e métodos*. Intervenção no Simpósio Internacional “Museu e Educação: conceitos e métodos. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/museu-e-educac3a7c3a3o.pdf>
- Santos, M. C. (2002). Reflexões sobre a nova museologia. In *Cadernos de Sociologia*, (18), 93-139.
- Santos, E. (2014). *Constituição da República Portuguesa e Legislação Complementar fundamental: Art.º 46.º*. www.collex.pt. Edição [on line] de autor. (2.ª ed.). Disponível em: <http://www.collex.pt/componentes/componente-artigos/coletaneas/99-constituicao-da-republica-portuguesa-e-legislacao-complementar-fundamental.html>
- Schmidt, L., Nave, J. G., & Guerra, J. (2005). *Autarquias e desenvolvimento sustentável – Agenda 21 Local e novas estratégias ambientais*. Porto: Fronteira do Caos.
- Senge, P. (1990). *The fifth discipline: The art & practice of the learning organization*. New York: Currency Doubleday.
- Serôdio, C., Pereira, D., Cardeira, E., & Falé, I. (2011). *Nova gramática didáctica de Português* (1.ª ed.). Carnaxide: Santillana-Constância.
- Serra, C.N. (1985). Subsídios para a história de Riachos. In “*o riachense, jornal quinzenal de Riachos*, 79, p. 3.
- Serrano, G. P. (1994). *Investigación cualitativa. Retos e interrogantes. Técnicas y análisis de dados*. Madrid: Editorial la Muralla.

- Serrano, G. P. (2004). *Investigación cualitativa. Retos e interrogantes – I. Métodos*. Madrid: Ed. La Muralla.
- Silva, M. (2006). PME: Relatório sobre Biodiesel [on line]. Disponível em <http://www.pme.online.pt/fotos/noticias/BIODIESEL.pdf>
- Silva, S. G. (2010). Enquadramento teórico para uma prática educativa nos museus. In S. Barriga, & S. G. Silva (coords.), *Serviços Educativos na Cultura*, (2), 57-65.
- Silvestre, C. A. S. (2013). *Educação e formação de adultos e idosos, uma nova oportunidade* (3.^a ed.). Lisboa: Instituto Piaget
- Simões, J. S. (2003). *Caracterização económica e social do Concelho de Torres Novas: Estruturas, empresas e equipamentos* (estudo). Torres Novas: Departamento de Cultura. Disponível em: <http://www.cm-torresnovas.pt/NR/rdonlyres/13BDFA02-72FF-4454-93C4-D9DE52BBC56D/0/SocioEconomico.pdf>
- Simões, M.C. (2000). *Cantigas da minha terra, Riachos*. Riachos: Bênção do Gado Associação Cultural.
- Simões, M.C. (2007). *Riachos em Verso e Outros Versos*. Riachos: Edição de Autor.
- Soto, M. C. (2011). A pedagogia Freinet aplicada em ecomuseus. *Cadernos de Sociomuseologia*, (41), 289-296.
- Spiegel, M. (1977). *Probabilidade e estatística*. S. Paulo: Editora McGraw-Hill.
- Spitzer, M. (2007). *Aprendizagem: Neurociências e a escola da vida*. Lisboa: CLIMEPSI Editores.
- Steffe, L. P., & Gale, J. (1995). *Constructivism and education*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers.
- Stoffel, A. M. (2003). *O papel dos museus locais no desenvolvimento das sociedades*. Intervenção em Museologia e Gestão Cultural. Lisboa, 7 de Fevereiro de 2011; Leiria, 18 de Outubro de 2003. Disponível em: <http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=52ecbd7b-25a2-404b-8790-74ed2f6bc869&edition=124>
- Svedlow, A. J. (1997). Lifelong learning in museums: In pursuit of Andragogy. In *PAACE Journal of Lifelong Learning*, 6, 29-39.

- Teixeira, D. J. V. (2005). *Ecomuseu do Barroso: A nova museologia ao serviço de desenvolvimento local*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Teixeira, G., Faria, M. L. F., & Vlachou, M. (2013). Museus e público sénior em Portugal (versão electrónica). In *GAM (Grupo para a acessibilidade nos museus) Serviço de Beneficência e Programa de Desenvolvimento Humano da Gulbenkian*. www.gulbenkian.pt. Disponível em:
http://www.gulbenkian.pt/media/files/agenda/eventos13/Brochura_Museu_08_03_Book.pdf
- Terraseca, M., Costa A. S., & Caramelo, J. (2012). Desenvolvimento local e processos de educação formal e não formal – relações realçadas pela avaliação de projectos. *Global Journal of Community Psychology Practice*, 3 (4), 1-8.
- Tomé, C. (2000). A Alma da Terra. In *Gente de Cá, rostos de um povo*, pp. 7-8. Riachos: Bênção do Gado Associação Cultural.
- Toscano C. (2010). Património cultural e o desenvolvimento sustentável. Entrevista com Sneska Quaedvlieg-Mihailovic. In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1087, 8-9.
- Triães, R. P. (2003). O sítio arqueológico do casal do Minhoto – contributo para a caracterização romana do território de Riachos. In *Castelo Velho Revista Cultural*, 1, 20-27. Riachos: ADPHNR.
- Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (2010). *Convenção Europeia dos Direitos do Homem: Art.º 11.º*. pp. 12.
- Trotter, Y. D. (2006). Adult learning theories: Impacting professional development programs. In *The Delta Kappa Gamma Bulletin*, (10), 8-13
- Tuckman, B.W. (2000). Manual de investigação em educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNESCO (1999). *V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. Declaração de Hamburgo: Agenda para o futuro*. Hamburgo: UNESCO. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>

- Valente, J. A. (2001). Aprendizagem continuada ao longo da vida: O exemplo da terceira idade. In V. Kachar (Ed.), *Longevidade: Um novo desafio para a educação*, 27- 44. São Paulo: Cortez Editora.
- Varine, H. (1996). Resposta a perguntas de Mário Chagas. In *Cadernos de Museologia*, (5),18.
- Varine, H. (1997). Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado - Ecomusées, Musées Communautaires, Développement Local. In *Actas da X Jornadas sobre a função social do museu*. Abril 1997. Póvoa do Lanhoso: Câmara Municipal. Disponível em:
http://www.minom-icom.net/_old/signud/DOC%20PDF/199700404.pdf
- Varine, H. (2002). *Educação patrimonial, museu e desenvolvimento territorial*. Intervenção no Colóquio Galego Triângulo: construindo uma comunidade. Santiago de Compostela. Espanha. Setembro 26- 28. Disponível em:
<http://www.Huguesdevarine.eu/img/CMS/articles/2002%20EDUCATION%20PATRIMONIALE,%20MUSEE%20ET%20DEVELOPPEMENT.pdf>
- Varine, H. (2010). *Le musée, agent et acteur de la soutenabilité du développement des territoires*. Intervenção apresentada num colóquio na Universidade de Borgonha (Instituto Denis Diderot), França, Março de 2010. Disponível em:
<http://www.huguesdevarine.eu/img/cms/Articles/2010%20Ecomus%C3%A9%20et%20Agenda%2021.pdf>
- Vaz, J. L. I. (2008). Cultura e património, paradigmas de desenvolvimento. In *Gestão e Desenvolvimento*, 15-16 (2007-2008), 33-42.
- Veiga, J. F. F. (2005). *Território e desenvolvimento local*. Oeiras: Celta Editora.
- Viegas, J. M. L. (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias: O caso português numa perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46 (24), 33-50.
- Voght, M. S., & Alves, E. D. (2005). Revisão teórica sobre a educação de adultos para uma aproximação com a andragogia. In *Revista do Centro de Educação*, 30 (2), 195-213.
- Young, J. D. (1996). Use of a mentor to enhance professionalism in the Air Force. In R. I. Lester & A. G. Morton (Ed.) *Concepts for Air Force leadership*. Montgomery (Alabama, USA): Air University Press. pp. 109-113.

ANEXOS

ANEXO A

Anexo A

O Movimento Associativo em Portugal

Por ser um assunto importante nesta dissertação, a relação entre o Associativismo e o Desenvolvimento Local, importa também situar o primeiro daqueles factores em termos históricos. Por isso, aqui fica a resenha histórica possível do movimento associativo em Portugal.

Seguindo o estudo feito por Coelho (2008), o Movimento associativo deflagrou em Portugal nos primórdios do século XIX, abolidas que foram as Corporações, no contexto da revolução liberal. Porém, só com a modificação institucional subsequente se criaram as condições adequadas para a concretização de propostas de associativismo, nomeadamente pela emergência do conceito de cidadão enquanto indivíduo dotado de direitos e liberdades, entre os quais se foi afirmando o direito e a liberdade de associação.

Ao ser instaurada a República, o associativismo ganhou novo impulso, designadamente no apoio aos sindicatos agrícolas enquanto entidades de crédito agrícola. O Estado Novo condicionou a acção associativa, pela limitação do gozo dos direitos, liberdades e garantias do cidadão e aproveitou o potencial do movimento associativo, enquanto instrumento de organização social, para fazer dele, também, uma ferramenta e um sistema de controlo, com a criação de “organizações estatais” de adesão obrigatória, por vezes com dispensa da necessidade de inscrição, como foram exemplos os Grémios da Lavoura e as Casas do Povo.

Com o advir do regime democrático, verifica-se um reconhecimento efectivo de liberdades e direitos de cidadania e, com isso, abrem-se novos horizontes ao associativismo, nomeadamente com o estímulo à participação popular, a eliminação da ligação obrigatória a determinadas organizações e, sobretudo com a consagração dos direitos de liberdade de expressão e reunião.

Ao nível local, em meio rural, foram surgindo iniciativas de carácter humanitário, recreativo, cultural ou desportivo, muitas vezes fruto da autonomização e legalização de estruturas já existentes e a funcionar sob a égide das organizações existentes, entretanto abolidas ou fechadas, como foram os casos de grupos

desportivos, ranchos folclóricos saídos do universo das anteriores Casas do Povo. Porém, em muitas outras ocasiões e circunstâncias, a nova consciência libertária e de cidadania plena e interventiva recém-reconquistada também fez nascer grupos de raiz, quase sempre na forma de associações culturais, desportivas e recreativas. Por exemplo, um estudo feito por Martins (2007), com base nas estatísticas do INE de 1995 e 2004, indica existirem quase 18 mil associações culturais, recreativas e desporto, em Portugal, estimando que cerca de metade se constituiu após o 25 de Abril de 1974.

Finalmente, deve dizer-se que também a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE, a “mãe” da actual União Europeia) em 1986, fez multiplicar as oportunidades de participação da sociedade civil, e isso teve impacto determinante nas iniciativas do movimento associativo no âmbito do desenvolvimento local, nomeadamente em projectos e acções que foram sendo patenteadas sucessivamente nos regulamentos dos sucessivos quadros comunitários de apoio ao desenvolvimento do país e em que, conforme diz Viegas (2004), os acordos entre as associações e o Estado ou os apoios que lhes foram concedidos pelas autarquias são sinais reveladores da importância crescente das associações.

As Associações e o Desenvolvimento Local em Portugal: o exemplo da “InLoco”

No dizer de Amaro (2001) o desenvolvimento local tem sido protagonizado, fundamentalmente, por actores que vêm das experiências ligadas à esquerda ou à extrema-esquerda; nos anos 80 por movimentos de acção católica ligados aos operários; e nos anos mais recentes, por uma nova geração de protagonistas do desenvolvimento local, jovens cansados do congestionamento da cidade. Multiplicam-se também as associações e grupos mais ou menos informais em torno de grandes causas, desde a conservação da natureza aos direitos das mulheres, desde a paz mundial à instauração de um imposto sobre as transacções financeiras de intuito especulativo (Melo, 2012).

Das várias expressões da sociedade civil portuguesa, dentro do sector das entidades de fins não lucrativos, o destaque vai para as Associações de Desenvolvimento Local (Melo, 2012). São assim designadas porque, de um modo geral intervêm na comunidade local ou na região, mobilizam as pessoas e os agentes

para intervenções mais alargadas, promovem o estudo das potencialidades e recursos do território, dinamizam iniciativas de carácter económico, social, cultural, ambiental, executam projectos de educação e formação, gerem programas nacionais e europeus (Brás, 2000, cit. por Monteiro, 2000).

Este tipo de associações tem-se afirmado em Portugal, desde meados dos anos 80, e com especial vigor durante a década de 90, para o que muito contribuiu o Programa LEADER (lançado pela União Europeia em 1991), visando o desenvolvimento integrado das zonas rurais, e em que se reservou o seu planeamento, gestão e execução a estruturas associativas com forte enraizamento local (Melo, 2012).

A atestar isto, e de acordo com Monteiro (2002), no segundo "Guia das Iniciativas de Desenvolvimento Local", editado pela rede ANIMAR em 1998, surgiam referenciadas cerca de 400 entidades como possuindo trabalho relevante no domínio do desenvolvimento local, embora dando uma imagem de movimento associativo que não é uno, num processo de desenvolvimento com diferentes graus de maturação. Carrilho (2008), a propósito, atesta que a força deste movimento em Portugal poderá medir-se em parte, para além de uma execução quase exemplar de programas, tanto europeus como nacionais, pela constituição, em Setembro de 1993, de uma estrutura de auto-organização, em rede, a ANIMAR, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.

É precisamente esta Associação ANIMAR que vai desempenhar um papel fundamental no contacto, articulação e cooperação entre as diversas associações de desenvolvimento local. Conforme se pode constatar através de uma simples consulta ao site desta associação ela é hoje constituída por quase uma centena de organismos e associações ligados, ou com desempenho activo, no desenvolvimento local em Portugal inteiro. De todos os seus empreendimentos, será o certame "MANIFESTA" aquele que maior dimensão terá ganho. Desde final 1993 até aos nossos dias já se realizaram várias edições desta feira-exposição, em locais diferentes do país, sempre com grande número de participantes e dezenas de milhares de visitantes.

Entre os associados da ANIMAR (desde a origem desta) surge com especial lugar de destaque, a "InLoco, Associação para o desenvolvimento e cidadania", por

ser uma das mais paradigmáticas de todo o movimento associativo ligado ao desenvolvimento local em Portugal.

E para aqui deixar bem expresso o exemplo da "InLoco" no quadro e amplitude geral do Desenvolvimento Local em Portugal, nada melhor se afigura do que fazer a abordagem pegando nas próprias palavras do seu fundador:

“Em Agosto de 1988, e a partir do projecto RADIAL original, a associação In Loco foi formalmente constituída por 12 membros fundadores. (...) Um dos objectivos da iniciativa foi demonstrar que a acção cívica era aqui não apenas possível mas necessária, pois podia ser mais pertinente e eficaz, particularmente em relação a um desenvolvimento local ambiental e socialmente sustentável, do que os procedimentos anónimos e rotineiros da administração pública” (Melo, 2012, p. 331).

De facto, de acordo com as citadas palavras de Alberto Melo, a InLoco foi criada como uma associação composta de cidadãos individuais e ainda hoje não conta, entre os seus membros, com nenhuma organização colectiva. Durante os anos iniciais, paralelamente à sua missão central de promover uma cidadania activa e desenvolvimento sustentável através de empreendedorismo local, a InLoco desenvolveu muitos outros projectos benéficos para as pessoas e para a região da Serra do Caldeirão, entre os quais a produção local de escala reduzida, no que foi uma das mais célebres realizações da associação. Em todo o trabalho feito junto das populações desta serra algarvia (cerca de 50 mil habitantes), a InLoco criou, em 10 anos, dezenas de empregos, empresas e serviços de proximidade, transformando a paisagem rural e humana rumo ao desenvolvimento (Melo, 2012).

O trabalho da inLoco é reconhecido como aquele que melhor se identifica com os ideais da “democracia local” porque foram muitas as oportunidades que os habitantes da Serra do Caldeirão tiveram para participar de uma forma aberta e livre neste processo de Desenvolvimento Local, com as suas opiniões, atitudes ou decisões (Melo, 2012).

ANEXO B

Anexo B

Teorias da aprendizagem aplicadas aos museus

Convirá fazer uma revisão de literatura para se verificar o que de mais significativo se encontra, no que respeita à ligação com a presente dissertação e o seu campo de investigação.

Encontra-se na literatura (Mendes, 2009; Gibbs, et al, 2007; Hein, 2005; Soto, 2011; Silva, 2010, entre outros) imensas referências a teorias da aprendizagem aplicadas nos museus. Desde a teoria dos quatro estágios de Piaget, até aos três domínios de Bloom; desde a proposta comunicacional de Hooper-Greenhil, até à aprendizagem libertadora de Paulo Freire; desde a educação popular de Freinet, até ao “todo museal” de Falk e Dierking; desde a proposta das “oito inteligências” de Gardner, até à aprendizagem experiencial de Kolb; desde o construtivismo de Dewey e Dana, até aos comportamentos de aprendizagem de Sevedlow, passando pelas taxonomias de Wilson, Burns, Ktrathwohl, D’Hainaut e Klopfer, entre outras... Numa boa parte destas propostas, podem encontrar –se situações pontuais adaptadas, experimentadas, ou mesmo recomendadas, na aprendizagem em museus.

No entanto, de um modo geral, existem quatro abordagens principais para a aprendizagem em museus: modelo instrutivo ou didáctico; modelo da aprendizagem activa ou descoberta; modelo construtivista; modelo construcionista social (Gibbs, et al, 2007). Veja-se, basicamente, o que caracteriza cada um:

- A abordagem instrutiva ou didáctica: o museu considera-se o detentor do saber, “o professor”, enquanto que o público, em geral, é apenas uma massa passiva e receptadora dos conteúdos;
- A abordagem activa ou descoberta de aprendizagem: sugere que (o museu acredita nisso) que a aprendizagem ocorre melhor numa atmosfera descontraída e informal, onde as distinções entre educação e entretenimento são disfarçadas ou mescladas.
- A abordagem construtivista: o museu é um fórum de muitos tipos diferentes de experiências de aprendizagem para diferentes visitantes. O foco é sobre o aprendiz e não sobre a exposição ou os conteúdos museais.

- A abordagem construcionista social: os museus são locais em que o conhecimento social, cultural, histórico e político é construído e negociado. Os visitantes são vistos como intérpretes que têm o direito de negociar esse conhecimento de acordo com a sua própria identidade e posição na sociedade (Gibbs, et al, 2007).

Por se acreditar fortemente que a educação dos adultos tem na experiência (no seu reconhecimento, na sua valorização, na sua produção, na sua assimilação) o seu grande motor, a melhor via para a sua aprendizagem, aprofundemos um pouco mais a abordagem teórica construtivista, que, porventura, melhor valoriza e instrumentaliza esta concepção.

O impacto da teoria da aprendizagem experiencial (de Kolb e Dewey, nomeadamente) tem sido significativo no contexto da educação de adultos,

(não é simplesmente uma questão de digerir informações através do recebimento de instrução, mas está relacionado com o que as pessoas trazem consigo para a situação de aprendizagem a partir de suas próprias experiências vividas e as suas formas de responder a novas informações e novas situações) (Gibbs, et al, 2007, p. 26),

mas a sua importância em educação em museus só terá sido verdadeiramente dada à luz pelas ideias da consagrada museóloga britânica Eilean Hooper-Greenhill, defensora da aprendizagem experiencial nos museus. Esta autora, partindo do pressuposto que as oficinas do museu podem proporcionar excelentes condições para a aprendizagem bem sucedida,

(a aprendizagem é, basicamente, um processo fundamentado no desejo. Se não houver um desejo de aprender, a aprendizagem não acontecerá. A estimulação do interesse e do desejo de aprender é uma das coisas mais importantes que as oficinas do museu podem oferecer ao processo de aprendizagem. Os cérebros funcionam melhor quando o intelecto combina com a intuição e imaginação e quando pode fazer padrões com base na experiência) (2001, p. 176),

lança a seguinte questão: “quais são as características e importância da aprendizagem em museus?” Ela própria lhe dá resposta, ao afirmar que se pode descrever a aprendizagem em museus, no seu melhor, como imersiva, incorporada, holística e agradável, aspectos que, juntos, levam a que se adopte uma visão de mente aberta e receptiva. Museus podem induzir a uma condição de “prontidão para aprender. (2001, p. 187).

Depois, sempre sustentando que aprender é uma “actividade séria que tem que ser engraçada” e que nos museus, a aprendizagem parece ser quase sempre divertida, a autora utiliza a metáfora para dizer que, de certa forma, a aprendizagem em museu *“é um processo de bricolage - pegar em pedaços e peças para produzir algo que parece ser adequado em cada momento”* (2001, p.187). É neste processo-jogo pedagógico, aliado ao referido “desejo de saber”, que se concretiza a experiência e vai tornar a aprendizagem [nos museus] agradável, porque não é uma “disciplina”, antes resulta de uma *“escolha individual”*, e sobre uma *“aptidão adquirida ao longo da vida”*. Refere, a propósito que, nestes tempos pós-modernos,

os indivíduos são apresentados com uma grande variedade de opções de vida e devem seguir seus próprios caminhos, fazer as suas próprias escolhas e refazê-las quando necessário. A Educação está agora mais fortemente focada na formação de indivíduos com fortes identidades pessoais, forte auto-estima, confiança e capacidade para avaliar e fazer julgamentos sobre seus próprios interesses (2001, pp. 199, 200).

Esta teoria tem o seu epílogo na afirmação de Hooper-Greenhill de que

as estruturas básicas de conhecimento da epistemologia moderna são a totalidade (uma estória, um tema, uma história, relações orgânicas) e a experiência (relações entre as pessoas e as coisas, o conhecimento evoluído através do estudo da actividade em eventos empíricos (2003, p. 198).

O saber e o conhecimento tornaram-se, assim tridimensionais, e abrangentes, em que os temas principais são as pessoas, suas histórias, suas vidas, e seus

relacionamentos e *“acto de conhecer é moldado através de uma combinação de experiência, actividade e prazer, num ambiente onde tanto o "aprendizado" sujeito e o objecto "de ensino" têm poderes iguais”* (Hooper-Greenhill, 2003, p. 214).

Hooper-Greenhill remata a sua teoria afirmando que para a aprendizagem poder ocorrer, o mais importante é *“um encontro real em espaço real com coisas reais”*, já que *“aprender com a experiência tem sido reconhecido como um dos principais componentes do valor da aprendizagem em museus”*, insistindo que *“o reconhecimento do poder da aprendizagem através da experiência é de vital importância para os museus”* (2007, pp 36-37). Eis, portanto, uma das razões basilares pelas quais o nosso “aproach” teórico se iniciou, neste capítulo, com a abordagem ao valor da experiência na aprendizagem dos adultos, que, como se constata, é determinante no espaço museal.

Pedagogia construtivista num museu comunitário

É aqui assumido que a teoria (e a prática) educacional mais poderosa e apropriada para os museus será o construtivismo, e a história da educação do museu ilustra uma longa associação com princípios construtivistas em acção. Ora, se os educadores dos museus aceitam a responsabilidade de seguir um modelo construtivista, têm que reconhecer e enfatizar a sua componente social, o seu trabalho educativo precisa ser avaliado quanto à sua potencial contribuição para o fortalecimento dos cidadãos, de modo a tomarem decisões informadas numa sociedade democrática. É este o cerne do seu papel social (Hein, 2005).

Sendo assim, à Museologia *“cabe a pesquisa e a construção de uma metodologia que privilegie a participação, com base no envolvimento comunitário, assim os temas abordados nas exposições e acções culturais em geral vão surgir do questionamento e do interesse da comunidade”* (Soto, 2011, p. 289). Ora é interessante como esta perspectiva transporta para uma ligação entre a visão construtivista da aprendizagem pela experiência e a pedagogia de Freinet, para quem, o acto educativo não pode estar dissociado do contexto social em que os indivíduos estejam inseridos, tem que ter um significado real na vida do aprendente, através da sua participação activa no ato de aprender (Soto, 2011).

Freinet era um educador popular, que valorizava a vida comunitária e sabia como poucos reconhecer o valor dos indivíduos. Os quatro eixos fundamentais da sua proposta pedagógica – comunicação, cooperação, registo e afectividade – preenchem perfeitamente espaços educativos proporcionados pela óptica construtivista, na medida em que, neles, *“a educação tem como função primordial fazer com que os indivíduos descubram a sua importância enquanto agentes históricos, sendo assim, fundamental que todos possam viver em um clima democrático, pautado no comprometimento efectivo com o colectivo”* (Soto, 2011, p. 290) podendo afirmar-se, portanto, que, no contexto museal, *“Freinet nos apresentaria como proposta um Ecomuseu”* (Soto, 2011, p. 296), ou seja, enquadrar-se perfeitamente na Nova Museologia e, como tal, adaptável ao processo e acto educativo construtivista desenvolvidos num museu comunitário. E isto é fundamental na educação de adultos que se preocupa com o “empowerment” (holisticamente falando) do cidadão adulto numa sociedade democrática como a que temos e queremos.

Desenvolver experiências globais e duradouras

O museu não é uma escola nem uma enciclopédia, mas uma ida ao museu é uma experiência global de aprendizagem, fora do sistema formal de ensino-aprendizagem. Na verdade,

a presença de objectos autênticos, a experiência multissensorial (visual, táctil, auditiva) e vivencial proporcionada por estes e pelo próprio ambiente em que se inserem, a possibilidade de estabelecer uma relação material com a sua tridimensionalidade, a possibilidade de trabalhar, a partir destes mesmos objectos as experiências e motivações que os visitantes trazem consigo, a ausência de um sistema de aprendizagem e avaliação formal são factores que fazem da aprendizagem ocorrida neste espaço uma realidade única, complexa e enriquecedora (Silva, 2010, p. 57).

Como resultado disso, a educação nos museus

tem vindo a consolidar as teorias da aprendizagem construtivistas que definem os sujeitos como sendo activos na construção da interpretação das suas experiências educacionais, a partir dos seus conhecimentos prévios, das suas competências, do seu percurso de vida, da sua bagagem cultural e da sua motivação pessoal (Silva, 2010, p. 59).

Em que termos, com que estratégias activas, sobretudo com que atitude pedagógica, tem sido concretizada esta consolidação?

As recentes tendências de aprendizagem em museus dizem que a resposta a esta questão está no pôr em prática o conceito conhecido como “learning by doing”, ou, numa tradução livre, aprender fazendo. Isto opera-se através de duas vertentes, também conhecidas pelos termos anglo-saxónicos “hands-on” e “brains-on”. Para sua compreensão, Silva (2010) refere que o conceito hands-on (nuclear no conceito de aprender fazendo) tem implicado a concepção de exposições e de actividades que permitem e promovem a interacção com os objectos.

Porém, conquanto seja importante (e muitas vezes indispensável) esta interactividade por si só seria insuficiente se não fosse complementada com outra estratégia que estimulasse os vários sentidos. Esta complementaridade é dada pela atitude cerebral, pela estruturação do pensamento durante a actividade junto dos, ou com, os objectos, aspecto que enriquece a experiência e aumenta o seu potencial educativo, na linha, aliás, do que afirmava Dewey, para quem apenas são educativas as experiências que permitem abrir novas oportunidades de aprendizagem. Portanto, não se deverá ter aqui uma actividade mecânica e rotineira, feita de automatismos e de respostas condicionadas, mas sim a utilização concertada das mãos e do cérebro na estruturação e processamento da aprendizagem (Silva, 2010; Mendes, 2009). Por isso, pode dizer-se que a observação directa dos objectos e o seu próprio manuseamento, nos museus, constitui uma mais-valia pedagógica, que poderá servir de antídoto a uma educação, por vezes ainda muito livresca e demasiado abstracta (Mendes, 2009).

ANEXO C

Anexo C

Boas práticas museais em Portugal

Dar uma validade tão sustentada quanto possível à abordagem teórica em termos de boas práticas museais ao nível da educação de adultos e fazer a ponte para a análise de um caso concreto, implica, de alguma forma, uma viagem, ainda que sucinta e breve, à realidade concreta nacional, ao que se passa em Portugal.

Há, no nosso país, imensas unidades ou instituições museológicas, quer da área clássica (ou tradicional), quer inseridos na corrente progressista da Nova Museologia. Diz Mendes (2009) que *“nunca houve tantos museus (só em Portugal, admite-se que, actualmente, se aproximem das 700 as instituições assim autodesignadas), e que, no que respeita ao seu papel educativo e no assumir dessa função, “muitos exemplos poderiam ser dados”* (p. 160). Fala, por exemplo, nos casos dos Museus da Água, em Lisboa, e do Carro Eléctrico, no Porto e da musealização do Moinho de Maré de Corroios, no Seixal. Respeitando esta selecção do autor, apontamos algumas iniciativas interessantes de educação de adultos nos três exemplos dados.

No caso do último museu mencionado (que, parece paradoxo, foi dos primeiros grandes exemplos em Portugal de museu da nova corrente consagrado pela literatura e pelos grandes autores e museólogos nacional e internacionalmente, são incontáveis as notas que sobre ele encontramos em obras de referência, estudos académicos, artigos científicos, etc., sendo que o Moinho de Maré de Corroios, mencionado pelo autor, é apenas um dos seus oito núcleos temáticos, pertencentes a um todo chamado Ecomuseu Municipal do Seixal, territorialmente espalhados pelo concelho do Seixal. Nele podem apontar-se como exemplos, segundo Camacho, *“as visitas temáticas aos recursos patrimoniais diversificados dos territórios, como os percursos temáticos pedonais e em meios de transporte tradicionais, como é o caso dos passeios em embarcações fluviais”* (2010, p. 35).

No Museu do Carro Eléctrico, foi lançado um programa de ensino de português, como segunda língua para timorenses, e foi desenvolvido o projecto “Públicos periféricos”, tendo como público-alvo, por um lado, os invisuais e, por

outro, os imigrantes dos países do Leste europeu e por objectivos criar mecanismos para uma melhor comunicação entre o museu e estes públicos. Constatou-se a edição de materiais de divulgação da exposição em braille e em cirílico, a criação de um circuito áudio e a contratação de um monitor para guiar algumas visitas (Camacho, 2010, p. 37).

Já no caso do Museu da Água, cuja missão é incentivar os visitantes a serem mais conscientes de protecção do meio ambiente e dos valores histórico, documental, patrimonial e cultural de Lisboa, há uma ampla variedade de iniciativas que procuram cumprir este objectivo, nomeadamente a criação de fóruns de reflexão, diálogo e discussão de temas como o ambiente, a água, o património histórico e arquitectónico e campos de estudo relacionados; visitas temáticas e passeios culturais ao Aqueduto das Águas Livres, que podem ter lugar em várias línguas, para além do Português; e desenvolvimento e discussão de temas que envolvem realidades intrínsecas ao museu, como: o Barroco – “A Rainha refresca-se” (recriação histórica dos passeios da Corte, ao longo do Aqueduto, entre Mafra e Queluz); a Geologia – “o Geo-Aqueduto – (revisitação das nascentes do Aqueduto, de Carenque a Caneças e as visitas à mãe-d’água das Amoreiras); o Simbolismo – “Os caminhos da Água” (a visão tridimensional da água: o exoterismo da Quinta da Regaleira, os parques de diversão no Palácio de Queluz e o valor moral das fontes do Aqueduto das Águas Livres); a mudança ao longo do tempo “Do Patriarcal ao Chafariz do Vinho” (jornada pelas galerias subterrâneas do Príncipe Real à Praça da Alegria); a Ecologia e o Património cultural – “Do Aqueduto ao Palácio do Marquês de Fronteira” (atravessar o majestoso Aqueduto das Águas Livres, pelo Vale de Alcântara, passando pelo Parque de Monsanto, visitando a Igreja de S. Domingos de Benfica e o Palácio); a Estética – “Caminhos da Luz” (exploração da qualidade estética do Aqueduto pelos contrastes de luz e sombra, frio e calor, ar e água) e, finalmente, a História – “Lisboa, o Aqueduto e o Terramoto” (a travessia, a pé, de Jácome Ratton, durante o terramoto de 1755, desde o caos das ruas da Baixa até ao seguro Alto da Cotovia) (Gibbs, et al, 2007).

São também apontados outros casos exemplares onde se processam actividades de educação com adultos como o Museu dos Lanifícios, na Covilhã e o Centro

Cultural de Aveiro, na antiga Fábrica de Cerâmica Jerónimo Pereira Campos (Mendes, 2009).

Um outro exemplo interessante e conhecido em Portugal é o do Ecomuseu do Barroso (que, em alguns aspectos se inspira, aliás, no Ecomuseu do Seixal). O seu papel educativo é projectado na realização de actividades de cooperação com escolas, funcionamento de “ateliers” pedagógicos ou a divulgação de material didáctico e informativo, publicações editoriais, trilhos temáticos, eventos etnográficos originais (“O Cantar de Reis” em Covelães, O “Entrudo” de Tourém, A “Queima do Judas”, em Montalegre, jogos populares e a “Festa da Malhada” em Paredes, o acontecimento mais significativo, com o contributo da Junta de Freguesia, da Associação Cultural local em que, durante dois dias, acompanhados por música, comida e bebida, os habitantes de Paredes demonstram como antigamente se segava e malhava o milho) para além da organização de passeios pedestres (Janotková, 2004).

Por sua vez, Camacho (2007) refere-se também ao acaso do Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real, onde predominam as actividades de animação e de divulgação de aspectos relacionados com a cultura local, mediante o programa de tertúlias “História ao Café”, em que são abordados temas muito variados da História e do Património locais; ao caso dos museus cujos projectos se destinam a pessoas com necessidades especiais, como a Casa-Museu Camilo e Museu Bernardino Machado, com o seu projecto “Viagens pelo património cultural”, dirigido a público idoso e a pessoas com necessidades especiais, ou o Museu dos Biscaínhos com o “Projecto Sentindo”, que desenvolve dinâmicas junto dos invisuais, através de expressões artísticas; e ao caso do Museu do Papel, em Santa Maria da Feira, em que decorrem ateliers sobre o fabrico do papel com a participação e o envolvimento de antigos operários, enquanto outro programa “Conversas com merenda” é destinado ao público mais idoso, designadamente às comunidades dos antigos operários e fabricantes de papel.

Por último, uma referência ao famoso e mediatizado Museu do Pão, em Seia, com representações notáveis do ciclo da fabricação do pão tradicional português, com secções pedagógicas de grande interactividade com os visitantes, espaços lúdicos e documentais, investigação gastronómica, espaços pedagógicos com

tertúlias temáticas, sem dúvida, um museu que “recria as vivências e costumes das velhas mercearias de aldeia, onde se dá a conhecer os pães produzidos pelo Museu, bem como os produtos locais, que fazem a alegria de quem visita” (Amado, 2011, p. 78).

Enfim, há inúmeros casos de sucesso no nosso país, uns mais conhecidos, estudados e mediatizados que outros, mas que respondem (ou têm como objectivo responder) ao desiderato nobre do cumprimento da missão educativa que um museu local, comunitário, concelhio ou regional deve assegurar, na senda da Nova Museologia.

ANEXO D

Anexo D

A legislação enquadradora da educação em museus

É preciso recordar, antes de mais, que, se a teoria escora a acção, a lei deve prevê-la e enquadrá-la. Ora, a lei portuguesa vigente (Lei 47/2004, de 19 de Agosto, já focada mais que uma vez no presente trabalho) prevê essa actividade em termos legislativos, nomeadamente o artigo 8.º, relativo ao estudo e investigação nos museus, ao estipular que *“o estudo e a investigação fundamentam as acções desenvolvidas no âmbito das restantes funções do museu, designadamente (...) para fins de (...) exposição e de educação”*.

A lei estipula também que os museus têm o dever de investigar e de divulgar essas acções para vários efeitos, entre os quais o educativo (art.º 9.º); que devem estabelecer formas de cooperação científica e educacional com estabelecimentos de investigação e ensino (art.ºs 10.º e 11.º), além de deverem colaborar activamente com os Sistema de Ensino e seus organismos de gestão na tutela ministerial (art.º 43.º); finalmente, mas, quiçá, o mais relevante (do ponto de vista desta nossa dissertação), o artigo 42.º consagra o princípio educativo do museu, pelo que vale a pena transcrevê-lo, na íntegra:

1 - O museu desenvolve de forma sistemática programas de mediação cultural e actividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais.

2 - O museu promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos.

3 - Os programas referidos no n.º1 do presente artigo são articulados com as políticas públicas sectoriais respeitantes à família, juventude, apoio às pessoas com deficiência, turismo e combate à exclusão social.

Parece que o teor do articulado é suficientemente claro e que, portanto, não carece de qualquer esclarecimento ou comentário adicionais.

ANEXO E

Anexo E

A Festa da Bênção do Gado de Riachos

Como se verificou na explicitação histórica do Museu Agrícola de Riachos, há uma ligação profunda entre o sonho do aparecimento deste e a realização do grande acontecimento festivo da vila, a Festa da Bênção do Gado.

Por isso, justifica-se uma breve apresentação desta Festa, para melhor se enquadrar o assunto e se compreender tal ligação...

De acordo com Lopes (2000) e Nuno (2004), em Riachos, terra de camponeses e agricultores, profundamente devotos, aliando esta devoção a manifestações de religiosidade popular, no início do século XX são conhecidas cinco festas com estas características: a de Nossa Senhora do Rosário, em Maio, as de S. Silvestre, de St.º António, e do Menino Deus, coincidente com a festa do Corpo de Deus, e a do Santíssimo Sacramento, em Outubro (Lopes, 2000; Nuno, 2004).

A proximidade temporal destas festas (com grande desgaste logístico, financeiro e humano) e o facto de, na festa de S. Silvestre – patrono dos cingeleiros, a figura mítica do trabalhador agrícola, condutor das juntas de bois que amanhavam a terra – se realizar a cerimónia da “bênção do gado”, por iniciativa da Sociedade “os Cingeleiros”, originou a que os promotores da campanha a favor da criação da Freguesia encetassem uma campanha de unificação das festas. Assim, em Junho de 1909, a Festa de S. Silvestre e a do Menino Deus juntaram-se, a religiosidade popular aliada à força dos agricultores ganhou expressão e terá sido esta a primeira Festa da Bênção do Gado.

Escreve Nuno (2004) que até à década de 30 do século passado, as outras festas vão perdendo importância, resumindo-se ao seu carácter cultural, ao passo que a da Bênção do Gado, pelo S. Silvestre, vai ganhando exuberância e, até, remetendo, para segundo plano a designação afecta àquele santo.

Em 1937, realiza-se aquela que terá sido uma das mais marcantes Festas da Bênção do Gado, por ocasião de dois grandes acontecimentosd em Riachos: a inauguração da luz eléctrica e da Casa do Povo. A verdade é que a grande Festa só veio a realizar-se de novo em 1953, e, embora não se conhecendo, refere Nuno (2004), razões explícitas para que a Festa não se tivesse realizado mais vezes, o

mesmo autor associa essa ausência à grande crise económica e social que atravessava o país, os reflexos da guerra civil espanhola, os sinais da II Grande Guerra e o endurecimento do regime autoritário.

O Advogado e empresário agrícola José Marques e o professor, escritor e investigador António Chora Barroso, dois ilustres riachenses, alimentam no jornal “o riachense”, que editam a ideia que prevalecerá daí em diante e que Nuno sintetiza desta forma: “A Festa da Bênção do Gado tornou-se o grande emblema simbólico da comunidade riachense” (2004, p. 4).

1966 será o ano da Festa seguinte, realizada pelos Cingeleiros, mas alimentada emocionalmente pelos escritos dos dois riachenses já citados na edição especial de “o riachense” que para isso editavam e é neste ano que, a par de um dos mais espectaculares cortejos alegóricos associados ao cerimonial da bênção do gado, se frisa e finca, com clareza, o associar da Festa à lenda do Senhor Jesus dos Lavradores, tanto assim sendo que a imagem sacra aliada a ela, patente na Igreja de Santiago, em Torres Novas, viaja pela primeira vez até Riachos e, na Festa acontece a procissão que o entrona nos festejos.

A grandiosidade da Festa, a sua enorme expressão, ao mesmo tempo religiosa e pagã, a espectacular mobilização popular por sua causa, tornaram-na, de facto, o grande emblema de Riachos, mas era difícil de realizar, certamente por causa dos enormes encargos. Assim, no resto do século XX só voltou a realizar-se mais três vezes: 1973, 1985, 1993, mas sempre (talvez porque saudosa e de realização esparsa) a mobilizar praticamente toda a vila e Freguesia.

A partir de 2000, com a criação da Associação da Festa da Bênção do Gado (que se fundou exactamente para assegurar a continuidade da Festa, já que a Sociedade “os Cingeleiros”, terminada, ao longo do tempo, a necessidade mutualista, perdera fulgor e expressão activa) a Festa passou a realizar-se de quatro em quatro anos, coincidentes com os anos bissextos e já com o apoio da Câmara Municipal de Torres Novas, que a inclui nos seus roteiros turísticos e promocionais. 2004, 2008 e 2012, viram, portanto, repetir-se a realização da grande Festa riachense, que se ajusta aos tempos modernos, mas mantém os componentes barristas e religiosos de sempre. Exemplo disso, os dois maiores momentos: a Procissão do Senhor Jesus dos Lavradores (cuja imagem só sai da Igreja de Torres Novas exactamente nestas

ocasiões, em procissão ambulante, durante todo o percurso entra a cidade e a vila) e o majestoso e imponente Cortejo da Bênção, no qual desfilam, particamente, todas as empresas e forças colectivas da terra.

Como ilustração, aqui ficam duas imagens ilustrativas de como o povo da terra de aglomera na rua principal da vila durante o Cortejo da Bênção do Gado, desde sempre.

Imagem E1: O Povo aguarda a chegada do Cortejo ao local da Bênção, no Largo da Igreja Velha (Festa da Bênção do Gado de 1973)



Fonte: foto de Francisco Marques

Imagem E2: O Povo aguarda a passagem do Cortejo ao local da Bênção frente ao Adro da Igreja Paroquial (Festa da Bênção do Gado 2012)



Fonte: foto do autor

ANEXO F

Anexo F

A Lenda do Senhor Jesus dos Lavradores

Do Património imaterial de Riachos e da sua defesa e manutenção muito se fez referência neste trabalho, o que se tornava, até, inevitável, na medida em que essa é uma das essências – obrigаторiedades? – do Museu Agrícola de Riachos.

Mas, neste campo patrimonial, Riachos tem várias lendas que o povo conta como sendo suas, mas nenhuma a outra tem de maior impacte, efeito e importância na sociedade riachense do que a Lenda do Senhor Jesus dos Lavradores. Ela marca, praticamente, toda a história da terra, e assume sempre relevo inusitado por ocasião das Festas da Bênção do Gado.

Em termos muito gerais, a lenda narra o suposto achamento de uma imagem de Cristo Crucificado, por parte dos trabalhadores do campo riachenses, nos alvares da nacionalidade. A lenda conta que os bois do trabalho, ao passarem por um determinado local da terra arada, ajoelharam e dali não saíram. Os cingeleiros então, escavaram o local e acharam tal imagem de Cristo, logo gritando que se tratava de um milagre

Vários autores, investigadores ou articulistas a ela se referiram e a estudaram ao longo dos anos (Barroso, 1954; Simões, 1980; Gonçalves, 1999; Lopes, 2000; Nuno, 2004; entre outros), mas talvez o texto mais fidedigno da sua narração (ou descrição) seja o opúsculo que foi publicado em Abril de 1907, pela Minerva Comercial, intitulado “O Senhor Jesus dos Lavradores, seu aparecimento, seus milagres”, documento que aqui se apresenta em imagens, sendo a sua riqueza explicativa, porventura, suficiente para se compreender toda a lenda e o marcado bairrismo, marcado, ao mesmo tempo, de religiosidade popular e de misticismo que a alimenta e que move o povo riachense, sobretudo por ocasião das Festas da Bênção do Gado.



O Senhor Jesus dos Lavradores

Seu apparecimento, seus milagres

Descripção de todos os factos conhecidos e respeitantes á sua veneradíssima imagem

Ninguém conseguiu, até hoje, encontrar qualquer documento comprovativo de tudo o que a tradição nos relata sobre o apparecimento d'esta Veneranda Imagem, conhecida, também, pelo Senhor Jesus de São Thiago, visto que, n'aquella egreja parochial, se encontra a sua capella.

Pertence esta á Irmandade da Santa Casa da Misericordia e se, na sua egreja, se não encontra a Imagem e se, ha muitos annos, ella se acha depositada em São Thiago, queremos acreditar que é devido o facto a ter sido dentro dos limites d'aquella freguezia que o Senhor Jesus foi encontrado.

E' crença no povo que a Santa Casa tentou, em passados tempos, guardar, na sua egreja, aquelle precioso thezouro, mas, de todas as vezes que, para a egreja da Misericordia, o Senhor Jesus era transportado, elle d'ali desapparecia, de noute, sendo depois encontrado na capella onde se acha.

Duas versões, sobre o seu apparecimento,

chegaram até nós e d'ellas vamos dar uma resumida noticia :

Segundo uns, a imagem foi encontrada nas ruínas de um antigo castello godo, edificado nas margens do nosso rio Almonda, não se encontrando já, os mais ligeiros vestigios d'essa antiquissima edificação, e não sabendo ninguem qual o sitio onde, por ventura, elle se achava edificado.

D'ali foi transportada para uma capella pertencente ao Hospital dos Gaffos, destinado, como todos os que possuíam esta denominação, ao tratamento da lepra e da sarna, e que se encontrava á entrada da nossa terra, no sitio onde, ainda hoje, chamam o Porto dos Gaffos (o povo diz garfos) e do qual, ligeiros vestigios se encontram, bem como de um convento de freiras que se achava edificado junto do referido hospital, no local onde está hoje a casa, o jardim e o lagar de azeite do abastado proprietario sr. Manoel Maia Salazar. A capella da Gaffaria suppõe-se que seria a capella de Santo André, que existiu no largo que ainda conserva este nome, pela proximidade a que ficava do Hospital.

Segundo outra versão—e esta é a mais cotada—a Imagem foi encontrada nos campos do Espargal, proximos dos Riachos, debaixo do solo, dentro de uma especie de sepultura de pedra, pelos lavradores d'aquelle logar. Estes, maravilhados com o extraordinario achado, trouxeram o Senhor Jesus para a capella dos Gaffos, onde o deixaram depositado, depois de, pre-

viamente, o haverem lavado, na agua do Almonda que corria por uma das calhas do moinho que ainda hoje ali existe, e a qual o povo cognomina a calha do Senhor Jesus.

Em qualquer das hypotheses, foram os lavradores dos Riachos a quem se deveu o descobrimento da piedosa imagem e, d'aqui, data o privilegio que elles possuem, de lhes competir a iniciativa de requererem preces ao Senhor Jesus, em epochas calamitosas.

Ignora-se, por completo, a data em que a imagem foi enterrada.

Ainda, n'este ponto, duas versões a tradição nos aponta:

Querem uns que fosse no oitavo seculo, no tempo dos iconoclastas, hereticos demolidores das imagens, e a cuja veneração tenazmente se oppunham. Algumas d'ellas foram soterradas, para as esconderem ás suas profanações.

Segundo outros, deve ter sido no anno 411 da era christã, no pontificado de Innocencio I, sendo arcebispo primaz de Braga, Pancrácio ou Pancraciano, e terdo, n'aquella cidade, tido lugar um concilio a que assistiram todos os bispos da Lusitania, a fim de decidirem a forma de subtrair as imagens á malvadez e perseguição dos barbaros que, durante tres seculos aproximadamente, assolaram a peninsula com as suas repetidas invasões. N'esse concilio deliberou-se que as imagens fossem enterradas.

Em 21 de maio do anno de 1533, por um real decreto, foi incorporada na Santa Casa da Misericórdia, com todos os privilegios e isenções

da Misericórdia de Lisboa, os quaes sempre foram respeitadas até D. João VI, a confraria dos Lavradores que se achava unida á da Gaffaria, que foi incorporada tambem.

A Capella

A capella existente na parochial de S. Thiego, na qual se venéra a preciosa imagem do Senhor Jesus, bem como o camarim e o altar, com os seus trabalhos de talha, foram mandados reedificar e ornamentar pelo beneficiado João Rodrigues, fallecido em 1692.

O Definitorio, em retribuição d'estes serviços, permittiu que os restos mórtaes do reformador, ali fossem depositados. Ainda hoje ali se encontram, como se vê da lapide sepulchral no sqlo da capella, e de uma outra lapide comemorativa collocada na parede lateral esquerda.

Nos annos de 1871 a 1873, a Santa Casa mandou, tambem, proceder a melhoramentos, sendo a capella dourada, fazendo-se novo altar e novo portão de ferro.

Privilegios de que gosa o altar do Senhor Jesus

O Santo Papa Innocencio II, por breves de 14 e 17 de junho de 1686, concede muitas indulgencias aos fieis que visitarem a capella e o altar, nos dias 3 de maio a 19 de setembro, da Exaltação da Santa Cruz, desde as primeiras vesperas até o sol posto dos ditos dias.

ANEXO G

Anexo G

As alcunhas nas famílias riachenses

Danças, gastronomia, traje, festividades, costumes, tradições, musica, cantares populares, contos, lendas, oralidade...

Muito do património imaterial que enriquece as populações e a que Riachos não foge à regra, acumulando um acervo distinto e considerável, desde as suas longínquas origens.

Foi deixada, no corpo da dissertação, em nota de rodapé, uma referência a um aspecto muito peculiar, muito “castiço”, muito popular deste património riachense, que nasce, precisamente no campo da oralidade, não sendo, embora, produto exclusivo desta vertente, pois as suas origens terão outras razões, outros pressupostos sociológicos tão ou mais importantes que as questões de linguagem. Trata-se das “alcunhas”, um rol que caracteriza as pessoas de, praticamente todas as famílias riachenses, sendo que muitos dos seus constituintes são apenas e só por elas conhecidos.

Não será, por certo, aspecto exclusivo de Riachos, porquanto parece ser transversal na sociedade portuguesa, mas esta é uma questão que carece de um estudo diferente deste e, portanto, está longe de ser aqui o objectivo.

Fica, apenas, a referência, fruto de um trabalho extraordinário de recolha e tratamento poético feitos pelo cidadão riachense Diamantino Mendes de Almeida e que, já por mais de uma vez, foi editado em publicações diferentes do jornal “o riachense” (no caso, a Revista comemorativa da Festa da Bênção do Gado de 2012, editada em 18 de Julho).

No fundo, o interessante desta particularidade é ser este, apenas, mais um dos temas patrimoniais em que o Museu Agrícola de Riachos, de uma forma ou de outra, terá uma palavra importante a dizer, em termos de conservação e divulgação.

I

Há gente que se desunha
Só porque tem uma alcunha
Mesmo que posta sem mal;
Mas a alcunha é marcante,
E o nome, mesmo sonante,
Ao pé dela nada vale!

II

E vejam bem este rol:
A Borrega, o Espanhol
O Velhoz, a Cauteleira;
Mangerico, João Bucha,
Taberna e Estraboucha,
Toca a Caixa, Tamanqueira

III

Poupa, Pancas e Pão Mole,
O Laparito, o Linhol,
Fada, Feio e Ferrador;
Pipa, Petinga, Paloca,
O Alçamassa, o Actor

IV

Balsa, Besoiro e Bicho,
Pé Leve, à Noite, Pilricho,
Tanga, Toutiço, Tonicha;
Santa, Sério e Sérta,
Ginja, Jola, Palafita,
Taretachota, Taricha.

V

Arganil e Alfaiata,
Galego, Grilo e Gata,
Couve Couda, Carquejal;
Beça, Bruto, Bacalhau,
Carulho, Cara de Pau,
Meio-Litro, Natural.

VI

Diabo e Marinhais,
Mágoa, Mokuna, Nadaís,
Saramago, Sem Pescoco;
Cara Suja e Carica,
Balalaica, Neco, Bica,
Quilhocas, Doutor Caroco.

VII

Carrucho, Pincha, Craveiro,
Esfola Gatos, Azeiteiro,
Cica da Borra, Charela;
Falifa, Fandango, Fole,
Panela, Maduro, Sol,
Perra, Policia, Varela.

VIII

Sapata, Severo, Micas,
Servata, Saboga, Nicas,
Borracho, Machorro, Rato;
Mestre, Melro, Manelão,
Zé Padre e Sacristão,
Zé Chofer, Fala Barato.

IX

Zé Gordo, Zampa, Zibrina,
Vila Verde, Vitamina,
Arraia, Giga, Zézão;
Rói Merda e Retornado,
Lainço, Açorda, Passado,
Ilha, Abóbora, Balão.

X

Marganiça, Maçacoco,
Seda, Sujo e Recoco,
Fado Novo, Farinheira;
Bochecha, Bonga, Canhoto,
Alho, Mija e Piloto,
Lixívia e Lavandeira.

XI

Reco-Teco, Carapuça,
Perna-Atrás, Pedro Lambuça,
Ruça, Razões e Caréu;
Calento e Caralhana,
Pé de Rodo e Parrana,
Vaca, Vício e Piréu.

XII

Guerra, Paleta, Póquita,
Laulita, Tirabolita,
Toureiro e Periquito;
Pele Ruim, Charlot, Cardum,
Méta, Veloz e Canum,
Bagaceiro e Capadito.

XIII

*Cuca, Chicharo, Pistola,
Coelha, Pancho, Parola,
Brutamontes, Chuta, Coxo;
Cambóia, Mouco, Doninha,
Mal Casado, Tringolinha,
Alcofa, Pinto e Mocho.*

XIV

*Girassol, Gancha, Feião,
Pipi-Elétrico, Ingrão,
Penacha e Parvalhaça;
Bichaneira e Branquinho,
Bronze, Mona, Passarinho,
Nino, Barrão, Caralhaça.*

XV

*Verruga, Cimento Armado,
O Alavanca, o Torrado,
Sarra Cornos, Cheira a Lata;
Come Tudo, Chico Boa,
Ti Luiso, Alagoa,
Santo Antoninho, Batata.*

XVI

*El Rodriguito, Miola,
O Sobe e Desce, o Chirola,
Salabardo, Ventaneira;
Verdade, Quinze, Gaiteiro,
Marzia e Nevoeiro,
Maconca e Macieira.*

XVII

*Grande, Airoso, Tentilhão,
Gago, Mudança, Mação,
Sapa, Tição, Zé Píncel;
Fresca, Malóis e Boneca,
Nossa Senhora, Careca,
Lontro, Arroja e Pastel.*

XVIII

*Morte Branca, Travadinha
Mata o Pai e Avezinha,
Menino de Deus, Párrita;
Pim-Pim, Veneno, Tambor,
Esticadinho, Pastor,
Champalimaud e Paíta.*

XIX

*Pilha Galinha, Viola,
Zé dos Macacos, Pichola,
Tarruta, Casamenteira;
Lisboa e Carguilenha,
O Titilirute e o Nhenha,
Forja, Peles, Brasileira.*

XX

*Bago de Milho, Africano,
Zé das Obras e Cigano,
Zé Ruim, Ralo, Ti Tonho;
Renana, Miga, Palmeta,
Bota Abaixo, Rabaneta,
Pé Torto, Pêra, Zé Gonho.*

XXI

*Lembel, Quimbrão e Lavada,
Chibanga, Gato, Cagada,
Zé Trinta, Xicão, Tosquinha;
Kopa, Arego, Fura-Feno,
Rabé, Pegacho, Sereno,
Chicharro, Estoque, Galinha.*

XXII

*Vareta, Triste, Pirisca,
Paneireiro e Petisca,
O Concertina, o Moita;
Seruga e Rés do Chão,
Salitrosa, Narigão,
Picha de Lata, Mosquita.*

XXIII

*Vadio, Porrete, Actual,
Marraconho, Carnaval,
Chavelharia, Lapão;
Pivete, Alcorriol,
Alistar, Zé Bom, Macol,
Vira Milho e Picão.*

XXIV

*Cu da Mula e Gigante,
Grincho, Tapada, Presante,
Bate Estacas, Albardeira;
Bonanza, Insiste, Pau Preto,
Manha, Faísca, Gineto,
Abrenúncio, Cascalheira.*

XXV

*Tubarão do Tejo e Bola,
Zé Velho, Ameixa, Carola,
Calça Arregaçada, Marquês;
Piquinha e Sabichão,
Catrino e Zé Mancão,
Preta, Pachão e Inglês.*

XXVI

*Talvez haja outras tantas,
Mas ninguém sabe quantas
Há ao certo por aí;
Por ser já bonita a conta
Dou a lista como pronta,
Vamos ficar por aqui!*

ANEXO H

Anexo H

Algumas imagens do Museu Agrícola de Riachos

Ilustrando a realidade institucional aqui descrita e investigada, ficam algumas imagens recolhidas durante o período da investigação.

Imagem H.1 – Frontaria do edifício do Museu



Imagem H.2 – Sala do Cingeleiro: vista geral



Imagem H.3 – Sala do Cingeleiro: canga integralmente ajazada, incluindo a chavelha de ornamentação. (A chavelha é o símbolo distintivo do Museu)



Imagem H.4 – Sala do Cingeleiro: pormenor do painel do Valador



Imagem H.5 – Sala do Agricultor: vista geral



Imagem H.6 – Sala do Traje (Sala “Maria dos Santos Marques”)



Imagem H.7 – Sala do Azeite



Imagem H.8 – Sala de Miniaturas “Zé Fonseca”



Imagens H.9-11 – Oficinas Pedagógicas, de Restauro e de Artesãos





Imagem H.12 – Laboratório do acervo fotográfico e imagem



Imagens H.13 – Pátio “António Veríssimo”



Imagem H.14 . Sala Multi-usos (“Taberna do Boieiro”)



Imagens H.15-16 – Galeria das Artes



Imagem H.17 – Sala das Profissões



Imagem H.18 – Ala da Água



Imagens H.19-20 – Auditório Dr. José Marques



Imagem H.21 – Projecto “Do Museu para a Escola”; Animação; Visitas



Imagem H.22 – Os fiéis colaboradores, zeladores e voluntários



Imagens H.23-27 – Serviços de Restauro e Museologia



Fonte: Centro de Documentação do MAR



Fonte: Fotos do Centro de Documentação do MAR

ANEXO I

Anexo I

“Riachos: Usos e Costumes através dos tempos” – textos inéditos de Joaquim Lopes Santana

De entre as pessoas de Riachos que foram entrevistadas para esta dissertação, o Sr. Joaquim Santana assume papel de algum relevo, na medida em que, para além de ser uma das personalidades mais respeitadas em Riachos, em termos culturais e associativos (fundador, dirigente máximo e ensaiador do Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Riachos; dirigente da Região de Turismo dos Templários; fundador e dirigente da Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural de Riachos; entre muitos outros cargos e desempenhos) foi uma das figuras que se bateu pela existência de um museu etnográfico em Riachos e é também um exemplar descritor de memórias, já com obra publicada.

Sendo amigo pessoal de longa data do autor deste trabalho, teve a amabilidade de lhe confiar alguns dos seus textos inéditos, dos quais verteu matéria importante para o corpo da dissertação.

Com a devida autorização do autor, aqui fica uma imagem *fac simile* da página inicial do documento com tais textos de memórias, notando-se a dedicatória pessoal (escrita em post-it sobreposto ao texto).

Riachos, seus usos e costumes Atualidade do Tempo

MUSEU AGRÍCOLA
HISTÓRICO E N.

Do Senhor

Património

Desde há muito
agrícolas que nos
dos trabalhos camp
pátios de lavoura, a
do ano se fazem sent

José Manuel Martins

rvar as alfaia
ficar de fora
figueiras, nos
que ao longo
enferrujarem.

Já no ano de 1954
“RIACHOS TERRA

, ali escreveu a lembrar que a Casa do Povo
deveria formar um MUSEU AGRÍCOLA, para guardar muitas das alfaia
já se estavam a perder, para um dia as gerações vindouras, poderem ter contacto com o
que os seus antepassados trabalhavam no dia a dia, quando executavam os trabalhos
rurais.

Mais tarde, quando em 1966 se realizou a Festa da Bênção do Gado, organizou-se uma
exposição de alfaia agrícolas já em desuso que alcançou enorme êxito. Esta exposição
teve lugar na eira acima da horta do Senhor Joaquim António, ao lado da Igreja Nova em
terrenos que na altura já estavam em negociação com a Junta de Freguesia de Riachos.

A esta exposição estiveram ligados o Manuel Lopes Santana, o José Rito Santana, o
José Avelino (Pai), o José Tavares da Fonseca, o José Barroca Antunes e outros elementos
ligados à Festa, tendo-se falado abertamente que esta exposição poderia ser o arranque
para a Fundação do Museu Agrícola de Riachos.

Depois quando da Festa da Bênção do Gado de 1973, realizou-se no espaço livre da
Casa do Povo uma exposição das Colectividades de Riachos onde uma grande parte deste
espaço, foi destinado à Sociedade dos Cingeleiros, nesta altura ainda em grande
actividade, que ali fez uma bonita exposição de alfaia agrícolas de outros tempos que foi
um sucesso.

Nesta exposição foram responsáveis, alguns elementos ligados à Festa destacando-se
Manuel Lopes Santana, José Rito Santana, José Fonseca e outros elementos, tendo-se
voltado a falar no Museu Agrícola.

Também quando do 25.º Aniversário do Rancho Folclórico “Os Camponeses” de
Riachos, em Janeiro de 1983, na Casa do Povo e cá fora na sua entrada principal, alguns
amigos, antigos e actuais componentes do Rancho, organizaram ali uma boa exposição
duma casa rural, onde no primeiro andar estava uma cozinha, uma casa de fora e um
quarto de casal e ao ar livre várias alfaia agrícolas de outros tempos, que teve grande
êxito, voltando a falar-se na necessidade de criar um Museu Agrícola em Riachos.

Foi a partir desta altura que um grupo de homens constituído por; José Tavares da
Fonseca, José Barroca Antunes, Joaquim Lopes Santana, Julião Antunes da Luz e
António José da Luz Avelino, conseguiram começar a trabalhar em recolhas e planear a
organização do Museu, juntando as peças recolhidas em vários palheiros de agricultores
que já estavam despojados dos seus gados.

Nesta altura este Grupo de homens passou a ter o apoio da Direcção da Casa do Povo,
que autorizou que se fizesse um projecto para uma obra de raiz nas traseiras do edificio,
todo ele encostado ao velho muro, obra que seria custeada pela Junta Central das Casas
do Povo.

APENSOS

Apenso 1

Inquérito

“Ora viva!

Oxalá esteja tudo bem!

Ando a fazer um estudo sobre o Museu agrícola de Riachos, para a minha tese de Mestrado. Haveria alguma disponibilidade para colaborar comigo preenchendo um inquérito?

É MUITO SIMPLES E SÓ CUSTA 5 MINUTOS DE TEMPO!

Se sim, qual o e-mail para onde devo enviar?

Muito obrigado!”

“Estou a fazer um inquérito a visitantes/utilizadores ou potenciais visitantes/utilizadores do Museu Agrícola de Riachos para a minha investigação de Mestrado.

É muito simples de preencher! É só pôr cruces (não tem perguntas de resposta aberta) em tabelas de word e leva, no máximo 5 minutos!

Escusado será dizer que é muito importante para mim! Estou a utilizar o e-mail para enviar e receber.

Queres colaborar? Se sim, por favor indica-me o teu e-mail pessoal actual.

Obrigado!!!”

No âmbito da dissertação do Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, pretendo fazer um estudo sobre o Museu Agrícola de Riachos, tendo como finalidade avaliar a percepção que os visitantes e utilizadores (efectivos ou potenciais) têm da sua realidade, enquanto plataforma de educação de adultos, bem como o seu contributo para o desenvolvimento local.

Este inquérito destina-se a pessoas com idades superiores ou iguais a 18 anos.

Nesse sentido, solicito a sua colaboração para o preenchimento deste inquérito que é absolutamente anónimo e confidencial e estritamente destinado aos objectivos académicos enunciados.

Pela disponibilidade e atenção, desde já os meus agradecimentos.

1. Identificação

1.1 Sexo

1.1.1	Masculino	
1.1.2	Feminino	

1.2 Idade

1.2.1	Até 20 anos	
1.2.2	Entre 21 e 35 anos	
1.2.3	Entre 36 e 50 anos	
1.2.4	Entre 51 e 65 anos	
1.2.5	Mais de 65 anos	

2. Residência

2.1	Vila de Riachos	
2.2	Fora da vila, mas dentro da Freguesia de Riachos	
2.3	Fora da Freguesia de Riachos, mas dentro do Concelho de Torres Novas	
2.4	Restante território português	
2.5	Fora de Portugal	

Se a resposta foi **2.4**, especifique:

2.4.1	Região Norte	
2.4.2	Região Centro	
2.4.3	Região de Lisboa e Vale do Tejo	
2.4.4	Região Sul	
2.4.5	Região Autónoma da Madeira	
2.4.6	Região Autónoma dos Açores	

Se a resposta foi **2.5**, especifique:

2.5.1	União Europeia (UE)	
2.5.2	Europa (não UE)	
2.5.3	África	
2.5.4	América do Norte	
2.5.5	América Central e do Sul	
2.5.6	Ásia	
2.5.7	Oceânia/Região Austral	

3. Museu Agrícola de Riachos

3.1 Conhece o Museu Agrícola de Riachos?

3.1.1	Sim	
3.1.2	Não	

(Se respondeu “**sim**”, siga para a questão **3.2**.)

Se respondeu “**não**” prossiga respondendo às duas questões **seguintes**)

3.1.2.1 Qual a razão do seu desconhecimento?

3.1.2.1.1	Nunca ouvi falar	
3.1.2.1.2	Não gosto/não me interessam assuntos de Riachos	
3.1.2.1.3	Não me interessa/não gosto de museus	
3.1.2.1.4	Nunca surgiu essa oportunidade	
3.1.2.1.5	Não tenho horário compatível com o do museu	
3.1.2.1.6	Não resido perto, pelo que se torna difícil	
3.1.2.1.7	Outra (especifique de forma breve)	

3.1.2.2 Pensa vir a conhecer?

3.1.2.2.1	Sim	
3.1.2.2.2	Não	

(Se respondeu “**não**” o seu inquérito **termina aqui**. Muito obrigado pela sua colaboração.

Se respondeu “**sim**”, prossiga respondendo às duas questões **seguintes**)

3.2 Como conheceu/pensa vir a conhecer o Museu Agrícola de Riachos?

(em caso de ocorrência de mais que uma hipótese, indique apenas aquela a que dá maior relevo ou que melhor se adequa à sua realidade/situação/necessidade de conhecer)

3.2.1	Visitando	
3.2.2	Lendo os documentos editados/artigos e notícias na imprensa	
3.2.3	Consultando o site/facebook na Internet	
3.2.4	Ouvindo falar/pedindo informações a outras pessoas	
3.2.5	(Outra via - indique de forma breve)	

3.3 Pensa que o Museu é importante para Riachos?

3.3.1	Claro que sim!	
3.3.2	É possível que possa ter importância	
3.3.3	Não me parece que tenha importância	
3.3.4	Não é, de todo!	
3.3.5	Não tenho opinião sobre esta questão	

(Se ainda não conhece o Museu, ou na grelha anterior optou por uma das três últimas hipóteses de resposta, o seu inquérito **termina aqui**. Muito obrigado pela sua colaboração;

Se já conhece o Museu e a sua resposta recaiu sobre uma das duas primeiras hipóteses da mesma grelha, complete o seu inquérito satisfazendo o solicitado nos 3 itens finais: **3.4, 3.5 e 3.6**)

3.4 Utilizando os valores das escalas apresentadas a seguir, classifique as características do Museu Agrícola de Riachos, abaixo indicadas, respectivamente quanto ao grau de importância e de concordância que lhe atribui (Nota: pretende-se a percepção sobre “o que o Museu é” e não “o que o Museu poderia ser”!)

1	2	3	4	5
Nenhuma Importância	Pouca Importância	Muita Importância	Total Importância	Não sei/não tenho opinião

		1	2	3	4	5
3.4.1	Colabora com as colectividades/movimento associativo					
3.4.2	Trabalha com as escolas/comunidade escolar					
3.4.3	Atrai/traz mais turistas/visitantes					
3.4.4	Dá nome/projecção/visibilidade à terra					
3.4.6	Preserva o Património histórico e cultural					
3.4.7	Ocupa os tempos livres das pessoas					
3.4.8	Abre possibilidade à inserção social de pessoas marginalizadas					
3.4.9	Ajuda os desempregados a manterem-se activos e a sentirem-se úteis					
3.4.10	Contribui para melhorar a qualidade de vida dos reformados					
3.4.12	Constitui para todas as pessoas um lugar de encontro, diversão e descoberta					
3.4.13	Melhora os conhecimentos sobre a terra e a sua região					
3.4.14	Realiza eventos de natureza social, económica, cultural e etnográfica					
3.4.15	Disponibiliza recursos para que outras entidades promovam aulas e cursos					
3.4.16	É um sítio onde toda a gente pode aprender qualquer coisa					
3.4.18	Incrementa o conhecimento da história local e regional					
3.4.19	Permite a divulgação de trabalhos de artistas e artesãos					
3.4.20	Proporciona oportunidades de investigação a estudantes e estagiários					
3.4.22	Recupera e faz a manutenção de peças e artigos de valor patrimonial					
3.4.23	Incentiva o aparecimento de novas forças/grupos/associações					
3.4.24	Edita/pode editar livros, revistas e outra documentação útil					
3.4.25	Recorda tempos antigos e a vida dos nossos antepassados					
3.4.26	Facilita a comunicação entre pessoas de gerações diferentes					
3.4.27	(Outra característica; descrição breve)					

1	2	3	4	5
Nenhuma Concordância	Pouca Concordância	Muita Concordância	Total Concordância	Não sei/não tenho opinião

		1	2	3	4	5
3.4.5	Faz crescer a economia local (ajudando comércio/indústria/serviços)					
3.4.11	Divulga os produtos da terra e da região					
3.4.17	Cria/pode criar novos postos de trabalho					
3.4.21	Aumenta o sentimento de pertença/identificação das pessoas com a sua terra					

3.5 Utilizando os valores da escala apresentada a seguir, classifique a qualidade dos serviços prestados pelo Museu Agrícola de Riachos, abaixo indicadas, de acordo com o grau de satisfação que lhe atribui

1	2	3	4	5
Nada satisfatório	Pouco satisfatório	Muito Satisfatório	Totalmente satisfatório	Não sei/não tenho opinião

		1	2	3	4	5
3.5.1	Atendimento (educação, simpatia, disponibilidade, compreensão)					
3.5.2	Horário					
3.5.3	Acessos e mobilidade					
3.5.4	Iluminação					
3.5.5	Limpeza					
3.5.6	Informações e explicações acerca da coleção exposta					
3.5.7	Informações e explicações acerca da estrutura do museu					
3.5.8	Segurança e tranquilidade					
3.5.9	Sinalética e identificação do material exposto					
3.5.10	Instalações sanitárias					
3.5.11	Divulgação					

3.6 O Museu Agrícola de Riachos não cobra bilhetes. Acerca desta situação, qual das opções abaixo indicadas mais se adequa à sua opinião?

3.6.1	Está muito bem assim! Permite o livre acesso a todas as pessoas, sem quaisquer distinções.	
3.6.2	Concordo, embora pense que perde uma possibilidade de financiamento	
3.6.3	Concordo, mas poderia colocar aos visitantes a possibilidade de oferecerem uma contribuição voluntária	
3.6.4	Não estou inteiramente de acordo, penso que assim as pessoas tendem a desvalorizá-lo	
3.6.5	Discordo completamente! As visitas deveriam ser pagas, tal como acontece em outros museus	
3.6.6	Não tenho opinião formada sobre isso. Quem dirige o museu é que deve saber o que é mais importante	

O Inquérito está terminado.

Muito obrigado pela sua atenção e colaboração!

Apenso 2

Excerto do Diário de Bordo

“16 de Julho de 2014

Manhã

Acompanhamento da visita de um grupo sénior de Ourém, promovido pela união das Juntas de Freguesia do concelho. São acompanhados por vários técnicos

Recepção pela Mafalda na sala nobre.

Visita livre, não guiada, mas assistida pela Mafalda e pelo Sr. Manel Peleve. Acompanhavam os visitantes e respondiam a eventuais perguntas.

Visitantes manifestam grande curiosidade e muitos recordam-se dos objectos expostos.

Nas oficinas pedagógicas contactam e interagem com os adultos ali a trabalhar: srs João, Simões, Feliciano, Zé Mendes e Professor Pestana.

Resto da manhã

Início da recolha de registos nas agendas da Mafalda. Ano de 2009. Abertura de ficheiro excel

Apresentação na oficina.

Tarde

Grande parte deste período a trabalhar no projecto: realização de uma forquilha de eira. Assistido pelo professor Pestana e ajudado pelos conhecimentos do sr João.

Fiquei a saber como se aguça (afia) um formão, bem como a trabalhar com ele; Como ligar a máquina chamada topia Trabalhei a primeira vez com a serra eléctrica e fiquei a saber o que são tarugos.

Marquei a peça de suporte dos dentes da forquilha a partir do molde feito pelo sr Chico da Clara e fiz a furação dos dentes com o martelo e formão.

Resto da tarde: continuação da recolha dos registos das agendas da Mafalda. Anos 2010 e 2012.”

Apenso 3

Entrevistas semi-estruturadas ao Presidente da ADPHNRR e ao Director do MAR

Perguntas dirigidas ao Presidente da Associação para o Desenvolvimento do Património Histórico e Natural da Região de Riachos (ADPHNRR) entidade colectiva proprietária do Museu Agrícola de Riachos

- 1. Génese e Surgimento do Museu?*
- 2. Intenção de fazer o Museu (objectivos gerais e específicos)?*
- 3. Quais as fontes de financiamento do Museu? Existe algum apoio das entidades locais? Outros?*

Perguntas dirigidas ao Director do Museu Agrícola de Riachos

- 1. Qual o contributo do Museu para o desenvolvimento local/comunidade?*
- 2. Tendo em conta que muitas das actividades que o museu desenvolveu na esfera educativa, qual a preocupação que existe com a função didático-pedagógica e qual a expressão que ele assume enquanto espaço de educação de adultos?*
- 3. Nestas duas grandes áreas que realizações do Museu salientaria, de todas aquelas em que interveio?*

Apenso 4

Algumas matrizes de recolha de resultados

Tabela M1: Matriz de registos de inquéritos validados (respostas às questões dos grupos 3.4 e 3.5)

Ref. ^a	Característica	VALID	média	gr	#	%	gr	#	%	gr	#	%	gr	#	%	gr	#	%
3.4.1	Colabora com as colectividades/movimento associativo	147	3,65	1	0	0,00	2	5	6,00	3	45	30,61	4	78	53,06	5	9	6,12
3.4.2	Trabalha com as escolas/comunidade escolar	147	3,83	1	0	0,00	2	4	2,72	3	27	18,37	4	94	63,95	5	12	8,16
3.4.3	Atraí/traz mais turistas/visitantes	147	3,30	1	3	2,04	2	17	11,56	3	60	40,82	4	51	34,69	5	6	4,08
3.4.4	Dá nome/projecção/visibilidade à terra	147	3,47	1	0	0,00	2	7	4,76	3	61	41,50	4	67	45,58	5	2	1,36
3.4.5	Faz crescer a economia local (ajudando comércio/indústria/serviços)	147	2,82	1	9	6,12	2	48	32,65	3	47	31,97	4	23	15,65	5	10	6,80
3.4.6	Preserva o Património histórico e cultural	147	3,95	1	0	0,00	2	1	0,68	3	13	8,84	4	115	78,23	5	8	5,44
3.4.7	Ocupa os tempos livres das pessoas	147	3,46	1	0	0,00	2	15	10,20	3	52	35,37	4	62	42,18	5	8	5,44
3.4.8	Abre possibilidade à inserção social de pessoas marginalizadas	147	3,49	1	9	6,12	2	22	14,97	3	36	24,49	4	33	22,45	5	37	25,17
3.4.9	Ajuda os desempregados a manterem-se activos e a sentirem-se úteis	147	3,46	1	6	4,08	2	22	14,97	3	41	27,89	4	39	26,53	5	29	19,73
3.4.10	Contribui para melhorar a qualidade de vida dos reformados	147	3,52	1	3	2,04	2	16	10,88	3	40	27,21	4	62	42,18	5	16	10,88
3.4.11	Divulga os produtos da terra e da região	147	3,41	1	6	4,08	2	17	11,56	3	39	26,53	4	66	44,90	5	9	6,12
3.4.12	Constitui para todas as pessoas um lugar de encontro, diversão e descoberta	147	3,20	1	5	3,40	2	29	19,73	3	46	31,29	4	48	32,65	5	9	6,12
3.4.13	Melhora os conhecimentos sobre a terra e a sua região	147	3,74	1	0	0,00	2	4	2,72	3	31	21,09	4	99	67,35	5	3	2,04
3.4.14	Realiza eventos de natureza social, económica, cultural e etnográfica	147	3,54	1	4	2,72	2	7	4,76	3	46	31,29	4	71	48,30	5	9	6,12
3.4.15	Disponibiliza recursos para que outras entidades promovam aulas e cursos	147	3,64	1	1	0,68	2	11	7,48	3	50	34,01	4	50	34,01	5	25	17,01
3.4.16	É um sítio onde toda a gente pode aprender qualquer coisa	147	3,66	1	0	0,00	2	4	2,72	3	43	29,25	4	86	58,50	5	4	2,72
3.4.17	Cria/pode criar novos postos de trabalho	147	3,26	1	7	4,76	2	33	22,45	3	37	25,17	4	37	25,17	5	23	15,65
3.4.18	Incrementa o conhecimento da história local e regional	147	3,78	1	0	0,00	2	3	2,04	3	30	20,41	4	99	67,35	5	5	3,40
3.4.19	Permite a divulgação de trabalhos de artistas e artesãos	147	3,80	1	0	0,00	2	3	2,04	3	29	19,73	4	97	65,99	5	8	5,44
3.4.20	Proporciona oportunidades de investigação a estudantes e estagiários	147	3,70	1	2	1,36	2	7	4,76	3	39	26,53	4	72	48,98	5	17	11,56
3.4.21	Aumenta o sentimento de pertença/identificação das pessoas com a sua terra	147	3,78	1	0	0,00	2	2	1,36	3	33	22,45	4	96	65,31	5	6	4,08
3.4.22	Recupera e faz a manutenção de peças e artigos de valor patrimonial	147	3,78	1	4	2,72	2	2	1,36	3	23	15,65	4	100	68,03	5	8	5,44
3.4.23	Incentiva o aparecimento de novas forças/grupos/associações	147	3,34	1	8	5,44	2	17	11,56	3	49	33,33	4	46	31,29	5	17	11,56
3.4.24	Edita/pode editar livros, revistas e outra documentação útil	147	3,51	1	3	2,04	2	16	10,88	3	47	31,97	4	50	34,01	5	21	14,29
3.4.25	Recorda tempos antigos e a vida dos nossos antepassados	147	3,82	1	0	0,00	2	2	1,36	3	28	19,05	4	100	68,03	5	7	4,76
3.4.26	Facilita a comunicação entre pessoas de gerações diferentes	147	3,70	1	0	0,00	2	6	4,08	3	37	25,17	4	86	58,50	5	8	5,44
3.4.27	Outra (especifique de forma breve)	11	3,50	1	1	9,09	2	0	0,00	3	3	27,27	4	5	45,45	5	1	9,09
3.5.1	Atendimento (educação, simpatia, disponibilidade, compreensão)	147	3,64	1	0	0,00	2	7	4,76	3	43	29,25	4	79	53,74	5	8	5,44
3.5.2	Horário	147	3,54	1	3	2,04	2	10	6,80	3	59	40,14	4	39	26,53	5	26	17,69
3.5.3	Acessos e mobilidade	147	3,23	1	2	1,36	2	21	14,29	3	67	45,58	4	37	25,17	5	10	6,80
3.5.4	Iluminação	147	3,24	1	1	0,68	2	20	13,61	3	72	48,98	4	33	22,45	5	11	7,48
3.5.5	Limpeza	147	3,35	1	5	3,40	2	10	6,80	3	65	44,22	4	46	31,29	5	11	7,48
3.5.6	Informações e explicações acerca da colecção exposta	147	3,59	1	3	2,04	2	11	7,48	3	42	28,57	4	65	44,22	5	16	10,88
3.5.7	Informações e explicações acerca da estrutura do museu	147	3,56	1	5	3,40	2	9	6,12	3	48	32,65	4	55	37,41	5	20	13,61
3.5.8	Segurança e tranquilidade	147	3,59	1	0	0,00	2	10	6,80	3	47	31,97	4	69	46,94	5	11	7,48
3.5.9	Sinalética e identificação do material exposto	147	3,41	1	5	3,40	2	12	8,16	3	56	38,10	4	49	33,33	5	15	10,20
3.5.10	Instalações sanitárias	147	3,68	1	9	6,12	2	17	11,56	3	39	26,53	4	15	10,20	5	57	38,78
3.5.11	Divulgação	147	3,07	1	8	5,44	2	30	20,41	3	57	38,78	4	28	19,05	5	14	9,52

Tabela M2: Extracto da Matriz de categorização dos registos de testemunhos de visitantes

TOTAL REGISTOS FEVEREIRO									
Está tudo muy bien	15	14					tudo muito bem		
Bem haja quem com tanto entusiasmo pretende predurar as artes agrícolas em museu	13	8	2				tanto entusiasmo		
Alguém disse um dia "só merecerão o futuro os que no presente preservarem o passado". Todos vós merecem o futuro. Parabéns.	13	8	2	5	12		merecer o futuro	preservar o passado	
A Beatriz adorou a parte do barbeiro; a Maria Rita gostou dos retratos; o Guilherme gostou da galera; Os meninos do Coelho gostaram da visita ao museu.	13	12	3	9			gostaram muito		
Quem desconhece o passado na sabe situar-se no presente nem projectar-se no futuro. Acabei de fazer uma maravilhosa viagem pelos arquivos da minha memória. Parabéns a todos os que apaixonadamente vão contribuindo para que as memórias de um povo não sejam trituradas pelas modas momentâneas, pela ignorância ou pela insensibilidade.	13	12	8	10	2		maravilhosa viagem	arquivos da memória	
Gostei desta visita, achei muito interessante, para pessoas que trabalharam a sua vida na agricultura.	13	12	14				gostei	muito interessante	
TOTAL REGISTOS MARÇO									
Conteúdo não traduzido									
Hoje colhemos seguramente os frutos das nossas escolhas. Vivamos o presente o melhor que pudermos na certeza porém de que o futuro será diferente. Parabéns por este vasto espólio que muitos souberam preservar.	13	2	14	8	10		frutos das nossas escolhas	vasto espólio	souberam preservar
Uma visita muito interessante. Repleto de informação ilucidativa dos costumes da zona	13	14	10				muito interessante	repleto de informação	elucidativo
TOTAL REGISTOS ABRIL									
TOTAL REGISTOS MAIO									
Foi com muito agrado e gosto que cerca de 60 beneficiários do IASFA/CAS Tomar visitaram este museu, muito bem apresentado pelo seu guia. Bem haja	13	4	8				muito bem apresentado		
TOTAL REGISTOS JUNHO									
Com o passeio sénior 2014 do concelho de Ourém estiveram no espaço cerca de 2000 idosos. Uma bela visita onde reviveram muitos momentos que marcaram a sua infância. Parabéns ao Museu e muito obrigado pela forma como nos estão a receber (receberam)	13	12	8				bela visita	reviver momentos	recordar infância
Parabéns pelo excelente trabalho. Grande criatividade.	13	15	8				excelente trabalho	grande criatividade	
Veni, vidi e... gostei	13						gostei		
Parabéns pelo trabalho desenvolvido por toda a equipa, louvando o trabalho de voluntariado, na partilha de conhecimento.	8	15	2	9			trabalho de voluntariado	partilha de conhecimento	

Tabela M3: Extracto da Matriz de registos de testemunhos de visitantes

TEXTO	IDEIAS FORÇA			ADJECTIVAÇÃO/JUÍZO	AUTOR	EM NOME	MÊS	ORIGEM	ACTIVIDADE
"Gostei muito deste museu, principalmente da parte da Agricultura, do cânhamo, do sapateiro. Estes momentos fizeram-me rever a adolescência e infância. O meu obrigado"	gosto por determinada peça, espaço ou tema	reviver/conhecer o passado	parabenização/agradecimento	"Gostei muito"	Rui Rodrigues	Pessoal	Novembro	IPTomar	Estudante Ens. Sup